Historia do Café no Brasil

AFFONSO DE E. TAUNAY
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

HISTORIA DO CAFÉ NO BRASIL

VOLUME DECIMO QUINTO

NO BRASIL REPUBLICA
1927 — 1937
(TOMO III)

E

INDICE ONOMASTICO GERAL DA OBRA

Edição do
DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ
Rio de Janeiro - 1943

CAPITULO LXXVII

Echos da Conferencia Pan Americana do Café em 1937

Na Conferencia Pan Americana do Café, reunida a 17 de agosto de 1937, relata o n.º 50 da revista D.N.C. os trabalhos decorreram num ambiente de perfeita cordialidade. Innumeras as theses apresentadas amplamente discutidas pelos delegados dos paizes productores, com o fim de estudar uma orientação conveniente para o commercio internacional do café. Compareceu aos trabalhos o Departamento Nacional do Café, representado pelos Srs. Eurico Penteado, Ruy da Costa Ferreira e F. Teixeira Orlandi, respectivamente, delegado e accessores technicos do Governo brasileiro, animados do mesmo proposito que já os levara a Bogotá; cooperar com as nações cafeicultoras. Á politica de defesa do producto de seu paiz synthetisou em seus pontos capitaes, o chefe da delegação, Sr. Eurico Penteado. Pronunciou um discurso em que, expoz as queixas do Brasil em relação a grave falta de cumprimento de clausulas da conferencia de Bogotá, clausulas estas que no emtanto haviam sido firmadas sob a allegação de que seriam inviolavelmente cumpridas.

Affirmou, *ab initio*, que o Departamento Nacional do Café continuava sempre animado de sincero e leal proposito de cooperação com as demais nações cafeicultoras da America, para uma acção harmonica em prol do patrimonio commum como em Bogotá se mostrara. Precisava comtudo declarar que se os sentimentos seus animadores eram os mesmos de Bogotá, surgiam agora sombreados de desillusão.

Das resoluções votadas na capital colombiana poucas se tinham cumprido. Do accordo solemnemente firmado em Nova York nada restava e isto sem que o Brasil, comtudo, houvesse faltado a um só de seus compromissos.

Não se tratava de queixas, ou recriminações, e menos ainda de accusações. Apenas mera recapitulação de factos, com objectivo de buscar soluções ou pelo menos de esclarecer situações.

Ao Brasil se pedira e offerecera-se cooperação. Promettera o que se lhe pedira. Acceitara o que lhe fôra offerecido.

Dera o que fora pedido, mas não recebera o que se lhe offerecera.

Dentre as resoluções mais importantes votadas em Bogotá figuravam a da restricção ás exportações de cafés baixos, a de promover-se a propaganda nos Estados Unidos e a de defesa dos preços. Desta ultima decorrera o accordo impropriamente chamado de paridade, firmado em Nova York entre a Federacion Nacional de Cafeteros de Colombia e o Departamento Nacional do Café.

Sobre cafés baixos, nenhuma medida restrictiva fora tomada, por nenhum paiz, continuando sua exportação a ser feita para a Europa, e até, para os proprios Estados Unidos, burlando a severidade das leis americanas, o que denotava além da liberdade, o proposito deliberado e engenhoso esforço para tal fim.

Entretanto o Brasil continuava a prohibir severamente a exportação dos cafés inferiores ao typo 8.

Em relação á propaganda nada se fizera. Quem contestaria o valor da documentação compilada e traduzida pela Secretaria do Pan American Coffee Bureau, usando o valioso material offerecido pela Associated Coffee Industries of America?

Quanto á defesa dos preços era o Brasil que continuava a fazel-a só.

A cooperação offerecida, na resolução n.º 9 de Bogotá não se poudera concretizar, porque a sua base, o accordo de paridade entre o Brasil e a Colombia, fracassara inteiramente.

A 3 de dezembro de 1936, assignara-se em Nova York tal accordo, entre o enviado especial da Federacion de Cafeteros, Dr. Garcia Cadena, e o representante do D.N.C. nos Estados Unidos.

Estipulara-se que as cotações do typo 4, Santos, disponivel, seriam mantidas em Nova York á base de dez e meio cents por libra, e que as do Manizales seriam sustentadas entre doze e doze e meio cents, mantendo-se sempre uma differença minima de um e meio cents entre os dois typos basicos.

Firmado o accordo, e iniciados em seguida os trabalhos do Pan American Coffee Bureau, esta organização começara a estudar a situação dos demais cafés suaves, afim de estabelecer as differenças a serem mantidas entre si e em relação aos dois typos basicos Santos e Manizales. Taes trabalhos, porém, não tinham sido continuados, porque a differença minima estabelecida entre o Santos e o Manizales não se mantivera, devido á fraqueza das cotações do producto colombiano.

Em fevereiro de 1937, haviam surgido algumas perturbações na Bolsa de Santos, causadoras da chegada das cotações do Santos 4 em Nova York a 12 cents. A este tempo, o representante da Rederacion de Cafeteros de Colombia, nos Estados Unidos, procurara o representante do D.N.C. para notificar-lhe que a Federacion não estava habilitada a manter a differença minima estabelecida, ante a alta violenta dos Santos 4.

Igual communicação fizera o Ministro da Colombia em Washington á Embaixada Brasileira.

Embora em rigor se tornasse discutivel a these colombiana de sentir-se desobrigada, temporariamente, do compromisso, uma vez que este estabelecera niveis minimos e differenças minimas, sem cogitar de niveis maximos, nem de differenças maximas, o D.N.C. dando nova prova do espirito de amistosa cooperação, nada objectara á communicação recebida, certo aliás de que a perturbação do mercado de Santos seria (como realmente o fora) passageira, e que bem depressa se restabeleceria a differença accordada.

Tal, porém, não succedera, e os preços do Manizales e do Santos 4, entraram a approximar-se, até se nivelarem, em nivelamento anormal, não podendo ser acceito como inevitavel.

O Relatorio do Pan American Coffee Bureau, apresentado á Conferencia de Havana, mostrava que a media das differenças entre os dois typos de café calculadas por periodos de 2, 3, 4, 5 e 6 annos, nunca fora inferior a 1.60. Acceitando, pois, a differença minima de 1.50, mostrara o D.N.C., mais uma vez, que sua boa vontade era quasi infinita.

Porque, entretanto, não poudera ser cumprido o accordo justamente pela parte a que fora dada apenas uma parcella minima das obrigações em attenção á allegada inexperiencia no assumpto?

Seria impertinencia tentar no momento tal analyse, que somente á Delegação Colombiana competia fazer e isto se o julgasse conveniente, e quando assim o julgasse.

Entretanto, um factor deste fracasso poderia ser apontado e sem impertinencia: a divulgação, em Bogotá das bases do accordo, dando-se a todos os interesses antagonicos ao bloco formado na primeira conferencia Pan Americana do Café, o alvo preciso, exacto para a concentração de seus ataques.

Havia-se combinado perfeito sigilo em torno das bases estipuladas. No Brasil fora o segredo mantido, mas em Nova York surgiram versões mais ou menos exactas, em jornaes de Bogotá, todos os pormenores como o demonstrava um trecho extrahido de *La Razon*: "Colombia no ha dado cumplimento al pacto acordado con el Brasil. Colombia contrajo el compromiso

de sostener los precios para el café suave en un centavo y medio por encima de los precios del Santos 4. Se accordó, como precio minimo para el Santos 4, diez y medio centavos. Se tomó, para el effecto, el Manizales como calidad basica para los cafés suaves. Y como estan hoy las cosas? Muy claras. El Manizales se cotiza en Nueva York a II y siete octavos y e Santos a II y tres cuartos".

Assim, não obstante o formal offerecimento de cooperação continuava o Brasil a ser o unico paiz a prohibir novas plantações de café, o unico impedindo a exportação de cafés baixos, o unico a destruir parte das suas colheitas para impedir o aviltamento dos preços mundiaes!

Esta politica de sacrificio, causara entre observadores superficiaes a falsa impressão de que o problema da superproducção de café era exclusivamente brasileiro, quando ao Brasil fora dictada por motivos poderosos. Até a crise de 1929, vivera o Brasil, praticamente no regime da monocultura. No quadrienio 1925/1929 representara o café 72 % de suas exportações. Em tal situação, parecera-lhe necessario amparar os preços desse producto basico, para que a sua economia não soffresse um colapso. Fizera, por isto, os pesados sacrificios que todos conheciam, para preparar a transição a um regime solido e estavel de polycultura.

Assim, emquanto por um lado mantinha os preços do café em niveis razoaveis, por outro fomentava outras culturas, que tornassem sua economia menos dependente da sorte daquelle producto. Chegaram seus sacrificios a limites extremos resumiveis brutalmente em dous items: a destruição já ultimada de 50 milhões de saccas de café, e o sacrificio de 70 % de sua ultima colheita!

Mas contemporaneamente a este sacrificio espantoso, as estatisticas continuavam a assignalar o crescimento de outros artigos na exportação brasileira, de modo a que o café, que representava já 61 % em 1934, cahia a 53 % em 1935, e a 45 % em 1936.

Notassem pois os delegados, que, felizmente para o Brasil, coincidiam as duas coisas: o exgotamento das possibilidades de sacrificios, e a desnecessidade da continuação destes.

Assim parecia á Delegação do D.N.C. que, além de outras muitas materias de importancia, devia a Segunda Conferencia Pan Americana do Café, chegar a um accordo basico, sobre quatro pontos, não considerados isoladamente, mas em conjuncto indivisivel: prohibição de novas plantações de café (a exemplo do que fazia o Brasil) por prazo minimo de 5 annos, afim de que o problema da superproducção não se ag-

gravasse — prohibição effectiva da exportação de cafés inferiores ao typo 8, tambem a exemplo do Brasil, financiamento por todos os paizes participantes da Conferencia de uma campanha de propaganda do café, nos Estados Unidos, e, possivelmente, em outros mercados, afim de explorar as possibilidades positivas e grandes de augmento de consumo; cooperação para a defesa dos preços, em niveis em que não se sacrificassem interesses legitimos do productor, do distribuidor e do consumidor, uma vez que taes interesses não eram antagonicos, mas completamentares.

"Parece-me, Senhores Delegados, declarou o Sr. Eurico Penteado, que estes quatro pontos encerram o minimo imprescindivel de cooperação".

Dada a impossibilidade de continuar o Brasil em seus sacrificios isolados, e dada a resolução inabalavel de os não continuar, ainda que possivel fosse, continuou o delegado brasileiro desenhava-se esta situação, com referencia aos quatro items: 1) — Em relação á propaganda e á defesa dos preços, parecia-lhe não haver um só voto contrario na Conferencia. 2) — Quanto á exportação de cafés baixos, se os demais paizes se negassem á prohibil-a ficaria o Brasil livre de revogar sua legislação a respeito, collocando-se em pé de igualdade com esses paizes. 3) — No que se referia á prohibição de novas plantações, se a ella não se chegasse por accordo voluntario intelligente, provavelmente automaticamente se attingiria o mesmo resultado, por caminho muito mais penoso: a lucta de preços que levaria a industria cafeeira de todo o Globo a não pensar, por muito tempo, em novas plantações.

Tratava-se pois, de simples escolha entre dois caminhos diversos, mas conducentes inevitavelmente, ao mesmo resultado.

Estas eram, e expostas com absoluta franqueza, algumas das idéas geraes com que comparecia a Conferencia, a Delegação do Departamento Nacional do Café.

Analysando os resultados da Conferencia Pan Americana do Café de Havana, assim se manifestou em seu numero de setembro de 1937 "The Tea and Coffee Trade Journal".

A II Conferencia encerrou-se a 19 de agosto, após onze dias de trabalho, com varios e importantes problemas ainda por solver, mas com a decisão de persistir em seus esforços no sentido da desejada solução. Na opinião de muitos observadores, fôra este o resultado mais importante da Conferencia. Os paizes latino-americanos não haviam abandonado a idéa da acção conjuncta. A existencia do Bureau Pan-Americano de Café fôra prorogada. E houvera compromisso de tomar-se providencia definitiva, dentro de sessenta dias, quanto ás duas questões sus-

citadoras das maiores controversias — paridade de preços e quotas de exportação. Além disso assignara-se accordo para o inicio immediato de uma campanha de propaganda do café nos Estados Unidos.

Assignalara a Conferencia da Havana grande avanço sobre a de Bogotá, em outubro de 1936. Alli haviam representados apenas nove paizes, quando em Havana tinham estado presentes quinze: Brasil, Colombia, Cuba, Venezuela, Salvador, Guatemala, Nicaragua, Costa Rica, Mexico, Equador, Panamá, São Domingos, Porto Rico, Honduras e Estados Unidos. Os tres ultimos somente como observadores. A julgar-se pelo comparecimento, tornara-se evidente que a idéa de cooperação vinha encontrando novos adeptos entre os paizes latino-americanos.

Surgira o primeiro ponto nevralgico da Conferencia ao discutir-se a questão das quotas, insistindo o Brasil na restricção das plantações, emquanto a Colombia propunha a fixação daquellas, baseando-se no café exportado para os Estados Unidos. Após dois dias de debates, solvera-se o "impasse" com o alvitre de adiar-se qualquer providencia quanto á restricção de plantações para a Conferencia Internacional de Café, que poderia ser convocada em 1938. Acreditavam os delegados que qualquer accordo entre os productores pan-americanos, visando restringir lavouras, resultaria em desvantagem para os mesmos, desde que não fosse mundial, pois os productores coloniaes da India e da Africa continuariam a augmentar os seus cafesaes.

Acceito, em principio, o planto de quotas de exportação, verificara-se, todavia, seria divergencia quanto ás quotas a serem adjudicadas a cada paiz. Novo "impasse" entre o Brasil e a Colombia, querendo esta que as quotas fossem fixadas de accordo com a exportação para os Estados Unidos nos ultimos quatro annos. O Brasil a isto se oppuzera demonstrando que suas exportações para os Estados Unidos nos ultimos annos haviam sido muito abaixo da normal e solicitando que as quotas fossem fixadas na base da producção e exportação para aquelle paiz, em periodo mais longo.

Identico desaccordo occorrera sobre a proposição relativa á paridade de preços. Queria o Brasil que a Colombia acceitasse um ajuste semelhante ao assignado em dezembro de 1936, em Nova York. Nos termos desta deveria a Colombia manter o preço do "Manizales" a um minimo de doze a doze e meio centavos, ao passo que o Brasil deveria conter o typo 4 de Santos dentro de um minimo de dez e meio centavos ou fosse uma differença de centavo e meio entre os dois typos *standard*. Fizera-se notar que tal accordo fôra desfeito pela Colombia, sob a alle-

gação de que seria, para ella, por demais oneroso manter a paridade de preços.

Com exclusão da Colombia, todos os demais paizes tinham apoiado o Brasil quanto á necessidade de um ajuste sobre a paridade.

Após tres dias de discussão, durante os quaes as delegações brasileira e colombiana se haviam mantido em frequente communicação, telegraphica e telephonica, com os respectivos escriptorios centraes, e depois de verificarem infructiferos todos os esforços para aplainar as difficuldades, começaram os observadores a duvidar se ainda se salvaria qualquer resultado da cooperação pan-americana.

Fora a esta altura que o presidente da Conferencia, Dr. Lopez Castro, propuzera que as providencias definitivas sobre as duas proposições, quotas de exportação e paridade de preços, se transferissem ao Bureau Pan Americano de Café de Nova York, que as deveria discutir novamente, procurando realizar o accordo final. Baseou-se esta proposta no facto de serem os dous problemas muito complexos para se tentar harmonizal-os, em definitivo, dentro de poucos dias, visto como as condições internas de cada paiz teriam que ser tomadas em consideração. Havia tambem paizes alli representados e onde a producção não augmentara nos ultimos vinte ou trinta annos, ao passo que outros a tinham duplicado ou mesmo triplicado em dez annos, como Cuba como exemplo. Até 1927 Cuba importava 22.732.930 libras-ouro de café e passara a ser paiz exportador.

A proposta do Dr. Lopez Castro fora immediatamente approvada por todos os paizes. O delegado brasileiro lembrara, porem que ao Bureau Pan Americano de Café dever-se-ia conceder o prazo maximo de 60 dias para fixar as paridades, additivo este approvado.

Fez o articulista notar que dentre os accordos assignados. revestiam-se da maior importancia os referentes á campanha de expansão de vendas e á prohibição da sahida de qualidades inferiores.

Nos termos do primeiro destes ajustes, os paizes signatarios contribuiriam com cinco centavos por sacca de café de 60 kilos, exportada pelos mesmos. Todavia tal contribuição, incidiria por ora apenas sobre as exportações para os Estados Unidos. Os fundos assim formados, calculados em mais de 7.000.000 dollares por anno, seriam collocados sob o controle do Bureau Pan Americano de Café de Nova York. Dessa quantia, 80 % se applicariam á propaganda a realizar-se nos Estados Unidos, destinando-se o resto a financiar a expansão em outros paizes consumidores.

Fora unanimente approvado o convenio relativo á adopção de legislação adequada á exportação de cafés baixos. Por elle e durante o prazo de um anno, a partir de 60 dias após o encerramento da Conferência, o typo 8 da Bolsa de Café e Assucar de Nova York seria fixado como a qualidade minima para exportação. Após o primeiro anno, esse padrão minimo passaria a ser o typo 7 da Bolsa de Nova York.

A combinação a este respeito representava nova victoria da delegação brasileira, que sobre o mesmo insistira, demonstrando que o Brasil se privava das vantagens de augmentar sua exportação para cumprir a lei brasileira, prohibindo a sahida de cafés inferiores, emquanto outras nações pan-americanas despachavam livremente estas qualidades baixas.

Afim de assegurar a immediata ratificação e execução deste accordo, o Sr. Eurico Penteado propuzera, e obtivera approvação de um additivo, mediante o qual o Brasil se reservaria o direito de revogar a lei prohibindo a exportação de typos baixos, passando a concorrer com os outros paizes nos mercados dessas qualidades, se os paizes signatarios não houvessem dentro de sessenta dias, tomado providencias para dar cumprimento ao ajustado.

Embora não se houvesse assignado nenhum accordo a respeito, sabia-se que, ainda quanto á questão dos cafés baixos, discutira-se amplamente a possibilidade de uma acção conjuncta de todos os productores pan-americanos junto ao governo norte-americano, com o fim de obter uma "Lei sobre Café", estabelecendo a prohibição da importação de taes typos nos Estados Unidos. Se essa lei especial, identica á que regulava a importação do chá, não poudesse ser obtida, os productores pan-americanos poderiam conseguir a applicação rigida da Lei sobre os Alimentos Puros ("Pure Food Act").

Quanto ao facto de julgar-se a Conferencia exito ou fracasso era isto questão de ponto de vista. Vigorava a crença geral de que todo o futuro da industria cafeeira pan-americana dependia, inteiramente, dos resultados das deliberações a serem tomadas pelo Pan American Coffee Bureau, dentro dos proximos sessenta dias, sobre a paridade de preços e quotas de exportação.

Embora as nove resoluções adoptadas pela Conferencia fossem interpretadas como prova da cooperação positiva e unidade de acção entre os paizes productores mostrava-se pouco provavel que taes accordos produzissem effeitos beneficos ou resultados praticos para a industria cafeeira em geral, a menos que se revolvessem as questões de quotas e paridade.

A opinião desde logo, manifestada pelos observadores era a de que, se o accordo de paridade não fosse finalmente

adoptado, poderia o Brasil tornar em realidade as suas ameaças de agir por si proprio, cessando a actual politica de auto sacrificio. Realçara-se o facto de que o Brasil desfructava situação privilegiada quanto á capacidade e custo de producção e variedade em qualidades. Se, pois, vinha fielmente cumprindo todos os compromissos assistia-lhe o direito, moral e materialmente, de dizer ás demais nações que ou com elle deviam cooperar de modo integral ou então prevalecer-se da liberdade de acção.

Não era segredo um dos resultados concretos da Conferencia: fora por em notavel destaque o prestigio e o alto conceito do Brasil entre as nações cafeeiras americanas. E isto se devera á maneira franca com que o seu delegado, Snr. Eurico Penteado, fizera resaltar os perigos ameaçadores da industria do café se não se estabelecesse a mais rigida cooperação, manifestando, ao mesmo tempo, o desejo do Brasil de tudo envidar em tal sentido. Graças á sua attitude conquistara o Sr. Eurico Penteado o respeito e a amizade de todas as delegações, dissipando as apprehensões que, em relação ao Brasil, mostravam-se evidentes antes da abertura da Conferencia. Era de esperar-se que esse apoio se renovasse por occasião das deliberações a serem tomadas em Nova York pelo Bureau Pan Americano de Café, com a approvação por todos os paizes, excepto a Colombia, das varias theses brasileiras, podendo tal apoio ser mesmo tão unanime, que levasse a Colombia a ceder.

CAPITULO LXXVIII

A nova politica cafeeira, a partir de novembro de 1937 — Commentarios diversos

"Alterando, radicalmente, a politica do café, dizia um editorial do D.N.C. em novembro de 1937, iniciou o governo brasileiro, sob os melhores auspicios uma phase de actividades racionalmente recuperadoras, emquadrando em moldes menos onerosos e mais promissores a defesa e a posição do producto nos mercados internacionaes de consumo".

Causara a intransigencia dos paizes concorrentes obstinados em não annuir á these de que os sacrificios e as vantagens deveriam ser ajustados em bases da mais rigorosa equidade — a modificação salutar em boa hora operada nos quadros da economia nacional. Comparecera o Brasil a Bogotá animado de propositos conciliatorios, na esperança de encontrar reciprocidade aos seus desejos de cooperação.

Admittia, como ponto de partida, para definitivos entendimentos futuros, que as nações cafeicultoras, isentas, até então, dos sacrificios desde muito por ellas supportados, concordassem em limitar plantações, repartir os mercados pela previa fixação de quota proporcional de retenção, e sustentar preços remuneradores mediante concurso geral.

Adiada a solução desses pontos basicos de futuro ajuste para nova convenção que, com maior amplitude, examinaria o assumpto, agora em Havana, mais uma vez haviam as intenções conciliatorias do Brasil esbarrado na intolerancia dos concorrentes, a quem se devia, exclusivamente, o ruidoso fracasso da assemblea. Comprehendera então, o governo brasileiro a necessidade de outras directrizes, já que demonstrara a experiencia contraproducente e inutil insistir numa politica de sacrificios que se tornara desaconselhavel.

O problema da superproducção, cujos onus e gravames desde dez annos vinham opprimindo a lavoura e impedindo a expansão do café nos mercados, carecia, então, de providencias

diametralmente oppostas, uma vez que a queda das exportações, a intervenção official no mercado, a valorização artificial do producto e o confisco cambial, constituiam armas que o paiz offerecia aos seus competidores para que elles o deixassem a margem nos centros de consumo.

E o dilema surgira: reagir ou sossobrar. Optara o Governo brasileiro pela reacção assim como, numa hora excepcional de calamidade economica, impuzera á lavoura durissima provação vinha libertar-lhe os movimentos attendendo, tambem ao imperativo de emergencia que recommendara medidas drasticas aceleradoras da restauração de suas energias combalidas. O paiz inteiro applaudira a ordem de contra-marchar e tal apoio constituira indice sobremodo expressivo do acerto, apportunidade e intelligencia da politica recem estabelecida. O ministro Arthur de Souza Costa, suggerindo providencias que o Presidente da Republica immediatamente convertera em lei, soubera contornar as asperezas de delicadissima situação traçando para a politica de amparo ao producto basilar de estructura economica brasileira directrizes mais logicas e sabiamente inspiradas no dever de assegurar ao paiz a posição que lhe cabia nos mercados mundiaes.

A Nação reconhecia o trabalho fecundo de orientador de sua economia e estimulava, com seu apoio decidido, a obra patriotica que marcaria o governo do Snr. Getulio Vargas como um dos mais viva e patrioticamente empenhados no engrandecimento e na emanicipação integral do paiz.

Pleiteando novas directrizes para a politica cafeeira fazia o ministro Dr. Arthur de Souza Costa ao Presidente da Republica, uma exposição de motivos incisiva e laconica, datada de 8 de novembro de 1937 em que lhe observava quanto a modificação do regimen era imposta pela impossibilidade de se obter a cooperação dos demais paizes productores á politica até então seguida.

Assim, os onus decorrentes dos compromissos que a Nação ia assumir seriam bem menores do que os provenientes da manutenção de um regimen, em que, á falta daquella cooperação, haviam os encargos recahido exclusivamente sobre o Brasil, além das graves consequencias que poderiam advir, por certo, do anniquilamento da lavoura de café nacional.

Tres dias mais tarde dava-se o advento da nova situação politica nacional a do Estado Novo creado pela Constituição de 10 de novembro de 1937 sendo chamado a occupar a pasta da Agricultura o presidente do Departamento do Café Dr. Fernando Costa.

Chamou o Presidente da Republica á chefia do Departamento o Dr. Jayme Fernandes Guedes que como sabemos já a exercera interina e brilhantemente como substituto do Dr. Luiz Piza Sobrinho.

Ao Presidente da Republica fez o Dr. Souza Costa uma exposição de motivos encarecendo as determinantes imperiosas de que proviera a mudança da orientação da politica cafeeira e motivadora do decreto lei de 13 de novembro de 1937.

Concretisando em lei as suggestões contidas no ante-projecto elaborado pelo titular da Fazenda, o Presidente da Republica assignou um decreto modificando, fundamentalmente, a politica de defesa do café. Supprimiu-se a intervenção do governo nos mercados e reduziu-se a taxa de exportação. Liberou-se o cambio e cancellaram-se as dividas do D.N.C. dispondo-se sobre a liquidação do emprestimo de 20.000.000 de libras, dando-se ainda outras providencias de menor viso.

Dispunha o importante documento, em seus tres primeiros artigos, que ficariam cancelladas as responsabilidades do Departamento Nacional do Café, decorrentes do aceite das letras de cambio, do saque e endosso do Thesouro Nacional, no valor de 300 mil contos de reis, a que se referia o decreto n.º 24.457, de 25 de junho de 1933; e, outrosim, as decorrentes da lei n.º 493, de 30 de agosto de 1937, nos arts. 2.º e 3.º, sem prejuizo da emissão autorizada no art. 1.º. Seria esta ultimada e entregue ao Departamento, para os fins indicados no ultimo Convenio dos Estados cafeeiros.

Tomaria o Thesouro Nacional a seu cargo, até 500 mil contos de reis, da circulação da Carteira de Redesconto, exonerando-se do pagamento de igual quantia, a esta Carteira, o Banco do Brasil. Applicaria esta tal importancia na amortização de seus creditos contra o Departamento.

Conta especial abriria o Banco do Brasil, como o limite de 300 mil contos de reis e com a co-obrigação solidaria do Thesouro Nacional, a debito da qual seriam levados o saldo remanescente dos creditos do proprio Banco contra o Departamento, e os pagamentos que o mesmo Banco fosse autorizado a fazer a Estados, Bancos e particulares, de ordem do Departamento, para satisfação de debitos liquidos e certos.

Caberia a satisfação dos encargos do Departamento á taxa de 15 shillings, a que se referia o art. 2.º do decreto 20.670, de 7 de dezembro de 1931, e o art. 1.º do decreto 23.498 de 24 de novembro de 1933. Seria elle cobrada á taxa fixa, em moeda nacional, de 12$ e arrecadada pelo Banco do Brasil, na fórma usual.

Como fonte subsidiaria contar-se-ia com a opportuna apuração de elementos do activo do Departamento, mediante entendimento deste com o Banco do Brasil.

Uma contribuição minima de quatro mil reis, extrahida da chamada taxa dos 15 shillings, se applicaria á satisfação dos encargos, aliás não acresciveis nem renovaveis, existentes dos saldos dos creditos do Banco do Brasil contra o Banco do Brasil e os pagamentos ordenados ao Banco pelo Departamento.

Liquidados taes encargos, supprimir-se-ia automaticamente a quota de quatro mil réis, ficando o Banco do Brasil obrigado a declarar, publicamente, para esse effeito, a liquidação do debito, tão logo esta se verificasse passando a arrecadar apenas oito mil reis.

Seriam os trezentos mil contos da conta especial divididos em doze prestações iguaes e semestraes.

A amortização do principal e juros, de cada prestação, se applicaria, precipuamente, á quota da taxa dos 4 shil. em seguida, a renda que, de qualquer outra procedencia, obtivesse o Departamento, em entendimento com o Banco do Brasil. O excedente, por ventura verificado, no semestre, se applicaria á liquidação das demais prestações, a partir das mais remotas, de modo a antecipar-se á extincção do debito e da taxa.

Ficava reduzido a 300 mil contos de reis o limite de 600 mil contos de reis para o redesconto de titulos do Departamento, utilizavel apenas no redesconto dos titulos correspondentes ás prestações em questão. Este limite reduzir-se-ia automaticamente, de 25 mil contos de reis, a cada fim de semestre, de modo a se extinguir no prazo maximo de seis annos.

Caso occorresse alguma das liquidações antecipadas ficaria o Banco obrigado a communical-a á Carteira de Redescontos para effeito de reducção no limite e no prazo maximo.

Ficava o ministro da Fazenda autorizado a promover os entendimentos precisos para regularizar a situação de responsabilidade a forma de liquidação do saldo do emprestimo externo de £ 20.000.000, contrahido pelo Estado de S. Paulo para defesa do mercado de café, devendo computar-se na apreciação deste saldo os depositos vinculados ao serviço de tal emprestimo.

Da taxa de 12$000, uma quota de 6$000 seria levada a uma conta especial, emquanto não concluidos taes entendimentos.

Subsistiria o Convenio dos Estados cafeeiros em tudo quanto não contrariasse, explicita ou implicitamente, a lei agora promulgada.

Extinguia-se a obrigatoriedade da entrega ao Banco do Brasil a taxa inferior á do mercado livre, de quotas sobre as compras de cambio aos exportadores.

Ao *Correio da Manhã* o Ministro Souza Costa, a tanto solicitado, prestou amplo esclarecimento sobre a nova diretriz da politica nacional do café.

De accordo com as deliberações governamentaes tomadas recentemente, e sob applausos geraes, os onus que pesavam sobre o café, da taxa de 45$000 e da obrigatoriedade de entrega de 35 % das letras de sua exportação, a um cambio inferior ao do mercado, ficavam reduzidos a uma taxa unica de 12$000. Como consequencia desta resolução sobreviera a queda do preço nos mercados externos, deixando a mercadoria brasileira em condições de poder concorrer vantajosamente com a dos demais paizes productores.

As cotações do typo Santos bem como as do *Manizales* da Colombia haviam cahido cerca de 3 cents por libra, ou mais de 3 dollares por sacca. Como de evidente e facil comprehensão, tal queda representava entrada menor de ouro em todos os paizes productores. Fora para a evitar que tudo se envidara afim de obter, com os demais productores, uma politica de cooperação, calcada no espirito que presidira ás resoluções da Conferencia de Bogotá.

Estas resoluções haviam permittido ao Brasil e á Colombia elevar as cotações do café de modo razoavel, com indiscutiveis vantagens para ambos os paizes. Mas desde fevereiro de 1937, mez em que se verificara lamentavel espculação na Bolsa de Santos, a manutenção da paridade entre o Manizales e o Santos fora praticamente abandonada e, na ultima conferencia de Havana, tinham resultado inuteis todos os esforços do Brasil no sentido de se a retomar. Expuzera o Sr. Eurico Penteado, com toda a clareza, a situação do Brasil, mostrando que elle era o unico paiz productor prohibindo o plantio de novas lavouras, a exportação de qualidades inferiores e a destruição dos excessos das colheitas, tudo para obter melhor preço internacional para o producto.

Mas tal politica, de indiscutivel beneficio geral, tornara-se impraticavel para o Brasil desde que os demais paizes productores, ao envez de a auxiliar, comprehendendo-a como um recurso para resolver uma situação difficil, creada pela superproducção mundial do producto, agisse em sentido contrario. Nesse caso ver-se-ia o Brasil obrigado a mudar os rumos de sua politica embora a arrostar todos os inconvenientes da queda dos preços. Assim cessara a sua intervenção nos mercados, adoptando a livre concorrencia.

Na conferencia de Havana haviam os argumentos brasilciros sido expostos com a maior clareza sem conseguir modificar a situação.

Era crença geral, entre os concorrentes, explicou o Ministro, que amarrado a esta politica havia mais de trinta annos, não teria o Brasil a coragem necessaria para mudal-a. Os chronistas estrangeiros chegavam a affirmar que os argumentos brasileiros não passavam de vãs ameaças e que as difficuldades da politica interna não permittiriam ao Brasil attitude differente da que vinha seguindo, premido pelas circumstancias. Tal erro de apreciação sobre as qualidades de decisão do governo brasileiro deveriam ter cooperado muito para o fracasso da Conferencia de Havana. O Dr. Getulio Vargas provara definitivamente, de modo bem claro, quanto se haviam enganado os que contavam com a hesitação e indecisão dos governantes do Brasil. E como o seu estrevistador objectasse que assim parecia ser redarguiu-lhe o Ministro a dizer, peremptorio, que assim era.

Quando em principios de outubro se conseguira ver approvado o Convenio de maio, fizera o Governo o nosso representante em Nova York insistir por uma resposta definitiva a respeito dos dois pontos capitaes:

fixação de uma quota de producção.

estabelecimento de paridade de preço entre o producto colombiano e o brasileiro.

Fora a resposta immediata. Cumpria, portanto, defender a posse de mercados sem hesitações nem receio de sacrificios. Fora isto o que o Presidente Getulio Vargas fizera, o que todos queriam que fizesse.

A orientação seguida, depois de 1930, continuou o Ministro, era a de conseguir que dentro da economia cafeeira se processasse a sua defesa; com o producto das taxas creadas sobre o café e quotas estabelecidas, se eliminassem os excessos. Por occasião da creação de taes taxas, calculos se haviam estabelecido que pareciam assegurar a possibilidade da eliminação das imposições dentro de determinado periodo. Todos estes calculos no emtanto, por varias e diversas circumstancias, haviam falhado e as responsabilidades do Departamento Nacional do Café junto ao Banco do Brasil, o Thesouro e os Estados se tinham mantido, desde 1933, sempre acima de um milhão de contos. Proseguir no mesmo rumo, sem a cooperação dos demais paizes productores, e portanto, perdendo mercados externos pela reducção crescente da quota de entregas ao consumo seria verdadeira politica de suicidio. Tal como sempre invariavelmente

se affirmara considerava o Governo da Republica condemnavel a politica de valorizações artificiaes, mas, entre este extremo que importava em se perder a vantagem de condições naturaes, creando um preço artificial a cuja base se tornava conveniente a producção, mesmo em condições inferiores, e o outro extremo, implicando no sacrificio dos proprios interesses nacionaes, vendendo o producto por preço de remuneração insufficiente, havia logico meio termo. Era aquelle que, sem estimular a producção em outros paizes, permittiria obter o maximo rendimento do trabalho brasileiro.

O ponto de vista governamental continuava sendo o anterior.

Verificada, na Conferencia de Havana, a impossibilidade da cooperação, só restava ao Brasil reduzir preços. Até quanto? até onde, sem estimular a concurrencia estrangeira, fosse possivel obter o maximo de rendimento do trabalho nacional. O que era necessario e absolutamente indispensavel vinha a ser assegurar-se ao Brasil a posição nos mercados do mundo e á sua lavoura, economicamente organizada, a situação de prosperidade a que tinha direito.

Commentando a profunda transformação occorrida com o abandono da velha politica cafeeira, que vinha sendo seguida pelo Brasil, observava Theophilo de Andrade que tal transformação merecia, sem hyperbolismos, ou força de expressão, o nome de transcendente. Transcendente pelas consequencias que traria para o futuro do café brasileiro, como producto agricola e objecto de commercio e ainda como canalizador de ouro para o paiz.

Com grande clareza expoz o arguto e brilhante articulista o que succedera de 1906 a 1930 com as diversas intervenções que casualmente haviam dado bons resultados, a creação do Instituto de Café, organismo technicamente perfeito com o seu plano de regularização. Mas o peior é que a regularização se convertera em retenção *à outrance* e a defesa se convertera em valorização artificial. Dahi a situação em que a Revolução de 1930 encontrara a economia cafeeira do paiz, a saber, em franca derrocada.

O cyclo da "politica de saque sobre o futuro" encerrara-se com o emprestimo da "Coffee Realization" aliás, um dos mais onerosos que o paiz tomara. Achava-se a fonte estrangeira de recursos esgotada. Era preciso encontrar um meio de transição entre a politica valorizadora de outr'ora e a liberdade de commercio, que se começara então a preconisar. Mas, como saldo da politica antiga estavam os "reguladores" os humoristicamente chamados "cemiterios", attestados de milhões e milhões de saccas de café.

Fora em tal contingencia, que a instancias da propria lavoura, atravez de seus orgãos representativos iniciara-se a politica incineradora. Mas para eliminar aquelle volume extraordinario de café, que nunca mais encontraria mercado, era preciso dinheiro. Os novos recursos, então, buscados haviam sahido, primeiro, do orçamento geral da nação e, depois da creação de uma taxa elevada, de 15 shillings, imposta a cada sacca de café exportada. Incidia-se, assim, no erro basico, de taxar-se pesadamente uma mercadoria que se pretendia exportar.

Como attenuante fosse porém lembrado que naquella época reinava a impressão de que seria a superproducção passageira. Destruidos os stocks invendaveis existentes, pensava-se, voltar-se-ia ao regimen normal, em que a producção, a distribuição e o consumo, novamente se regessem pela lei da offerta e da procura. Infelizmente, porém, a tal posição não confirmara a realidade. O incentivo tomado pelas lavouras, na época dos preços altos, fora de tal ordem que, quando as plantações novas tinham passado a produzir, a super-producção apresentara-se como phenomeno permanente.

Por outro lado, a producção dos concorrentes, no mercado internacional, incentivara-se da mesma forma, de sorte que os outros productores tinham conseguido elevar, lentamente, a quota de entregas, ao consumo, a 48 %, cifra superior a 12 milhões de saccas. A taxa de 15 shillings, fixada em 45$000, com cujos recursos se aliminavam os excessos da producção brasileira, tornara-se um handicap offerecido aos competidores, que por ella protegidos, iam arrancando ao Brasil os velhos e tradicionaes mercados.

Nos primeiros mezes da safra em curso, tornara-se a situação por tal forma grave, com a queda da exportação nacional, que o governo se vira na contingencia de procurar novos rumos, pois a politica que se vinha seguindo, desde 1930, em vez de melhorar, estava a aggravar, e cada vez mais, a situação.

Pensara-se, a principio, na possibilidade de accordo internacional de todos os productores. Durante annos a fio só o Brasil sustentara o mercado! E em beneficio de todos... Nada mais justo, portanto, que, quando os seus recursos fraquejavam viessem elles, a seu turno, assumir parte dos onus, que, até então, em beneficio mais delles do que proprio, havia carregado. Infelizmente, ou antes, felizmente, não fora possivel accordo algum. E o Brasil ficara na contingencia de mudar de rumos e praticar uma politica de luta commercial, ou aquillo a que a nota governamental definira pela expressão: "Orientar-se no sentido da concurrencia".

Para tomar, comtudo, tal resolução, em face dos competidores, tinha o governo brasileiro que tomar resolução mais grave, em face dos credores: a suspensão do serviço da divida externa. Porque era com os recursos tirados do café que se cumpriam os compromissos assumidos no Exterior e fixados no schema que tinha o nome de seu estabelecedor o ministro Oswaldo Aranha.

Estava o prazo de funccionamento do schema praticamente terminado e o governo tivera a coragem de tomar a difficil resolução. Resolvida a suspensão temporaria do pagamento da divida, nada mais se oppunha a que se traçassem novos rumos á politica cafeeira nacional. Fora o que se fizera.

Assim, o abandono da defesa dos preços, nos mercados internos, e externos, a reducção da taxa de 45$000 a 12$000 e a abolição do confisco cambial, constituiam os factos mais transcendentes da vida economica brasileira, nos ultimos tempos. Significavam o rompimento com os erros de um passado conductores do paiz á ruina.

Ainda não era tudo. Ia a lucta ser terrivel, porque os concorrentes se defenderiam .Muito teria o Brasil que soffrer nos proximos annos. Mas o novo caminho encetado era capaz de offerecer resultados positivos.

Concluindo synthetizava Theophilo de Andrade:

Porque a continuação da velha politica, que, em nossos artigos, sempre combatemos, era nada mais, nada menos, do que o suicidio certo.

Continuando os seus commentarios sobre a nova politica cafeeira escrevia Theophilo de Andrade em (*D.N.C.*) n.º 54 que era muito cedo ainda para prever os resultados da transformação geral operada na politica cafeeira. Quando muito seria possivel estimal-a. Mas a estimativa tinha que ser, por força, pouco approximada, já que as consequencias da orientação "no sentido da concorrencia", conforme os termos da Nota Ministerial, de 3 de novembro, dependiam tanto da capacidade brasileira de offensiva commercial, como da de resistencia dos demais productores.

Os defensores da antiga politica valorizadora opinavam que não adeantaria ao Brasil arriscar-se á concorrencia, já que os seus principais adversarios ,os productores de cafés finos baseavam a sua industria na qualidade, e não na quantidade como o Brasil. Apregoava-se, ainda, que, entre muitos dos concorrentes, especialmente, entre os colombianos, não era a cultura cafeeira extensiva, mas por "manchas", dentro de propriedades, onde imperava a polycultura. Assim o café podia soffrer a de-

preciação de preços, sem que tal facto trouxesse consequencias mais perigosas para o estado geral da agricultura do paiz.

Duvidava o Dr. Andrade da lealdade destes reparadores cujos verdadeiros fins lhe pareciam suspeitos.

A theoria das "manchas" poderia ser defendida emquanto a Colombia produzia 800.000 a 1.000.000 de saccas por safra. Desde o momento, porém, em que a sua producção se elevara, praticamente, a quatro milhões de saccas desapparecia o argumento. Bastava considerar a extensão geographica do paiz e a do seu solo em extremo montanhoso, praticamente pouco utilizavel para a agricultura. Quando muito poder-se-ia dizer que a sua cultura era intensiva e não extensiva, como a brasileira.

Ora quem acompanhava a historia das grandes culturas agricolas do mundo, estava habituado a ver como as intensivas são batidas pelas extensivas, embora forneçam estas producto de peior qualidade; questão de custo de producção. Assim se dera nos Estados Unidos onde as herdades maravilhosas das margens do Mississipi, de uberdade proverbial, haviam sido aniquiladas, economicamente pela cultura do trigo, feita de maneira extensiva, nas terras safaras do oeste americano.

Aberta a concorrencia franca nunca tivera duvida da victoria do Brasil, pelo facto, puro e simples, de que a sua cultura cafeeira era extensiva.

Attingia a producção total dos concorrentes 12 milhões de saccas, das quaes só da Colombia, quatro. Os outros productores de "milds" da America Central, tinham no café uma das bases de sua vida economica.

Formavam estes pequenos productores idéa mais nitida do que seria uma luta commercial com o Brasil. E por isto haviam envidado todos os esforços, afim de conseguir, pelo menos um compromisso, na Conferencia de Havana. Infelizmente, ou felizmente, para o Brasil, não fora este possivel, dada a posição intransigente da Colombia.

As noticias recentes e continuas da America Central, davam a impressão de que alli reinava verdadeiro panico. Mas não podia o Brasil, nem devia, retroceder. Seria a lucta terrivel. Mau grado o grande papel representado pelo factor qualidade, era racional crer-se na victoria da producção extensiva, sobre a intensiva.

Tudo dependia da boa orientação do plano de combate, que precisava ser elastico, permittindo a mobilização de todas as forças brasileiras.

Isto quanto aos productores de café finos. Quanto aos de cafés baixos, maiores possibilidades ainda se apresentavam, para uma victoria final.

Convinha, preliminarmente, considerar, em separado, os productores coloniaes com e sem mercado metropolitano. Os primeiros gozando no momento, dada a tendencia autarchica dos velhos paizes colonizadores europeus, de preferencias nos mercados metropolitanos respectivos. Em virtude de tal facto, nunca mais voltaria o Brasil a ter, na França, Belgica e Italia, a posição de outr'ora, como fornecedor de café. Mas, dentro destes mesmos mercados cujo espaço pelo menos no momento era superior ás necessidades das proprias colonias poderia o Brasil fazer concorrencia aos cafés baixos de outras procedencias.

Quanto aos productores coloniaes sem mercado assegurado devido ás barreiras alfandegarias a lucta se apresentava com probabilidades de victoria maiores do que quanto aos productores de cafés finos.

Para tanto era preciso um passo inicial, de grande importancia, passo aliás, que nada impedia já houvesse sido dado, desde muito: a revogação do decreto de agosto de 1930, prohibindo o transporte, commercio e exportação dos cafés abaixo do typo 8.

Na parte referente aos "grinders", já estava, praticamente, revogado, desde o tempo da Presidencia Souza Mello, no Departamento Nacional do Café. Mas quanto ao mais, continuara em vigor, até o recente decreto presidencial, que permittira, taxativamente, a exportação de cafés abaixo daquelle typo, desde que não possuissem mais de 1 % de impurezas.

Como o decreto entre elles incluira "côco" e "pergaminho" podia-se dizer que o mesmo redundara na permissão de se estabelecer outra vez, no Brasil, um commercio que já existira, em certa escala, e que se fazia, entre os outros productores de café da America: o commerciante das "escolhas".

As machinas de beneficiamento, em geral, não tiravam os "pretos e "ardidos", por terem o mesmo tamanho, volume e peso dos grãos sadios e bons. Só a catação á mão eliminava aquelles defeitos. Pois estas "escolhas de catação", de exportação prohibida no Brasil, até bem pouco, eram objecto de lucrativo negocio, por parte dos concorrentes, que, reputando-as bem, podiam melhorar o typo dos cafés finos exportados.

Os productores brasileiros deixavam-nas nos lotes, ou as misturavam com outros cafés quando retiradas. Dahi resultava uma baixa na media da qualidade da producção.

Mas o peior fora que, os freguezes que os compravam, antigamente, quando o commercio de "escolhas" era regular, no Brasil, voltavam-se para os concorrentes, ao se prohibir a exportação dos typos abaixo de 8. Calculavam os commerciantes que, com isto, haviam cessado de se negociar, cerca de milhão

de saccas, por anno, ou sete milhões, nos ultimos sete annos. Fora como se os portos do Brasil, devido a um bloqueio ou outra causa qualquer, passássem seis mezes trancados deixando de exportar metade de uma safra!

Mas já aquelle velho empecilho não existia. A revogação do decreto de agosto de 1930 trouxera como consequencia, o alargamento da capacidade nacional de competição. Podendo exportar "escolhas" e cafés abaixo do typo 8, tinha o Brasil, em mãos, uma grande arma para a lucta pela conquista dos mercados internacionaes, arma, tanto mais preciosa, quanto poderia ser usada não somente contra os produtores de cafés baixos, como tambem contra os de cafés finos, reduzindo ainda mais o custo da producção brasileira.

Porque, no final de contas, no custo da producção encontrava-se o trunfo maior e mais efficiente, na guerra commercial, iniciada em novembro de 1937.

Em novembro de 1937 em virtude do pedido de exoneração apresentado ao Dr. J. J. Cardozo de Mello Netto, governador do Estado de S. Paulo, deixaram a direcção do Instituto de Café de S. Paulo os Drs. Cesario Coimbra, presidente, José Osorio de Oliveira Azevedo e Francisco de Assis Arantes, directores, desde meiados de 1934.

Commentando esta retirada exprimia a *Revista do Instituto,* que em poucas occasiões de sua existencia, passara o Instituto de Café por phase tão difficil quanto o do periodo da directoria demissionaria. Graça, porém á sua competencia,a e ainda ao acendrado devotamento, poudera o Instituto atravessar essa quadra, cumprindo integralmente sua missão de defensor da Lavoura e collaborador proficiente na orientação da vida cafeeira nacional.

Assim lhe fora possivel preparar-se, pela contribuição do Instituto, não sómente a atmosphera favoravel á modificação dos rumos da nova politica cafeeira nacional, em face da suppressão da taxa de 45$000 e da eliminação do chamado confisco cambial, como tambem a base material na qual se poderia encaminhar esta Instituição a fórmas mais mais directas de assistencia á lavoura de S. Paulo.

Por decreto da pasta da Fazenda, o governador do Estado conferira aos Drs. Pedro de Siqueira Campos e Pedro Barboza Vasques as atribuições que competiam á directoria do Instituto de Café.

CAPITULO LXXIX

Medidas diversas e resoluções de vulto da Presidencia do Departamento Nacional do Café e autoridades estaduaes, em 1937

O decreto fluminense, n.° 204 de 12 de janeiro de 1937, do Governador Almirante Protogenes Guimarães, prohibia a concessão das guias de transito emitidas sobre o café, quando se referissem aos transportes por estradas de rodagem só as permittindo para os ferroviarios.

A resolução n.° 359 do D.N.C. de 19 de janeiro de 1937 determinou que seria considerado improprio para o commercio e o consumo, em todo o paiz, o café que: em amostras de 300 garmmas contivesse mais de: um por cento de impurezas, taes como: paos, pedras, torrões, cascas ou quaesquer outros corpos estranhos; ou ainda: 200 grãos pretos; 100 grãos ardidos; ou ainda 300 defeitos, não contando como taes os quebrados e conchas de grão perfeitos; ou não se apresentasse em estado de perfeita conservação, isto é, demonstrando haver sido: damnificado ou deteriorado, de qualquer modo, pela agua ou pelo fogo, apresentando-se humido, mofado, embolorado, rançoso, podre, queimado, etc.; ou adulterado por qualquer forma ou meio, inclusive pela coloração artificial.

Ficaria sujeito á pena de apprehensão e inutilização, na forma da lei, todo café improprio para o commercio e consumo, isto é, que infringisse qualquer das condições enumeradas, encontrado em qualquer local ou armazem, ou em vehiculos de qualquer natureza.

Multas severas se comminavam aos transgressores.

A resolução n.° 361 do Presidente Jayme F. Guedes, de 12 de abril de 1937, consignou que os lavradores de café não se haviam aproveitado das resoluções anteriores no tocante a vantagens da acquisição de lotes de saccaria usada pertencente ao Departamento. Assim este passaria a vendel-a a quem desejasse compral-a por preço aceitavel estabelecida a preferencia aos cafeicultores em igualdade de condições.

De cada vez e a cada comprador não seria vendido lote de mais de 10.000 saccas.

Diversas portarias de junho de 1937 foram pelo Secretario das Finanças de Minas Geraes, Dr. Ovidio de Abreu, expedidas e relativas a regulamentos dos armazens reguladores do Estado e a instrucções geraes para o uso dos fiscaes com exercicio nos portos de exportação.

Do mesmo mez e anno datam duas resoluções do Presidente do D.N.C., Dr. Fernando Costa, relativos á cessão das cinzas dos cafés eliminados pelo Departamento, aos cafeicultores e para fins de adubação.

Não seriam objecto de cessão a titulo gracioso, mas de venda pela melhor offerta, que não poderia ser inferior a 60$000 por tonelada.

Determinaram estas duas resoluções uma serie de condições a serem observadas e relativas á cessão das cinzas.

A 30 de junho de 1937 expedia o Presidente Fernando Costa o regulamento de embarques para a safra de 1937-1938 cujos considerandos recordavam ser o volume da safra de 1937-1938 superior ás possibilidades do consumo.

Para se manter o equilibrio estatistico entre a producção e o consumo da referida safra, tornava-se portanto necessaria a retirada da provavel sobra, mediante retenção por tempo indeterminado, por acquisição e eliminação.

De conformidade com a clausula 5.ª do ultimo Convenio Cafeeiro, os cafés apresentados a despacho no interior seriam divididos em duas quotas: a de equilibrio e a livre, ou correspondente a 30 % do total do embarque;

A de equilibrio dividir-se-ia em duas series:

Serie DNC ou 30 % do total do embarque e "R", 40 % do total do embarque em café não inferior ao typo 8.

Os cafés da serie DNC podiam ser constituidos de:

a — 2/3 (dois terços), no minimo, em saccas de café de 60,5 kilos brutos, equivalentes a 60 kilos liquidos, não inferior ao typo 8.

Um terço em saccas de escolha e residuos de catação de 60,5 kilos brutos, equivalentes a 60 liquidos, contendo, no maximo, em relação ao peso, 3 % de impurezas (paos, pedras e cascas).

Depois de estatuir uma serie de providencias para a marca e contra marca das saccas de quota de equilibrio e seu despacho, e quota livre preferencial cujo embarque exigia a comprovação previa da realidade da entrega da primeira determinava o regulamento que os cafés despachados nas series DNC e R da

quota de equilibrio seriam encaminhados aos Reguladores ou Armazens indicados pelo Departamento ás empresas transportadoras.

Os cafés destas duas series, despachados para retenção, por tempo indeterminado, teriam, obrigatoriamente, por destino o porto de exportação mais proximo, onde ficariam retidos tambem por tempo indeterminado para serem liberados quando e como fosse julgado conveniente pelo Departamento.

Poderiam ser feitos sob a clausula preferencial os despachos de café nas series DNC e R da quota de equilibrio, comtanto que taes despachos fossem sujeitos a substituição.

Todos os cafés despachados sob a clausula preferencial, inclusive o da quota L, seriam encaminhados directamente aos portos de exportação.

O transporte de cafés, por quaesquer outros meios ou vias que não o ferroviario, só seria permittido entre 1.º de julho de 1937 e 31 de março de 1938, e mediante guias previamente expedidas pelo Departamento.

E desde que se destinassem aos Armazens do Departamento para serem divididos em quotas de equilibrio e L, e, afinal liberada esta ultima, tudo nos termos e com observancia do Regulamento.

Com grande pormenorização descreve o regulamento as providencias necessarias aos tramites exigidos para o embarque dos cafés sujeitos a substituição, operação a ser realizada dentro de cento e vinte dias, improrogaveis, contados da data da emissão dos respectivos conhecimentos ou guias de transito.

Não poderia ser feita mudança alguma de destino em cafés despachados, sem previa autorização do Departamento.

Os despachos de café torrado, em grão ou moido, só poderiam ser effectuados mediante guia de autorização especial, emittida pelo Departamento e só expedida depois de satisfeitas as exigencias do Regulamento.

Diversos artigos referiam-se aos casos de apprehensão, defeitos de saccaria, etc.

Promoveria o Departamento, dentro do menor prazo possivel, a classificação das duas series da quota de equilibrio e tornando conhecido o resultado por meio de editaes, confeccionados por suas Agencias. Seriam os preços de acquisição da quota de equilibrio serie DNC cinco mil reis por sacca; 65 mil reis da serie R por sacca. Para a safra de 1937-1938 seriam as quotas da liberação mensal para os diversos portos:

Santos 991.000 saccas; Rio de Janeiro 245.000; Victoria 112.500, Angra dos Reis 50.000; Paranaguá, 34.300; Salva-

dor, 20.800; Recife, 16.700 ou fosse um total de 1.470.300 saccas.

A exportação maxima, por Estado, poderia ser em S. Paulo de 940.000, Minas 247.500, Espirito Santo, 120.000, Rio de Janeiro, 75.000, Paraná, 42.300, Bahia, 20.800, Pernambuco, 16.700; Goyaz, 8.000.

As liberações dos cafés nos portos só seriam feitas após o registro dos Conhecimentos ou Guias de Transito, e observando:

— a ordem chronologica dos despachos referentes a cafés chegados a cada porto;

— o limite do stock do respectivo porto;

— a quota mensal attribuida a cada Estado.

A liberação dos cafés dos Estados remanescentes da safra velha observariam a percentagem de 35 % de cafés da safra velha e 65 % da nova, incluindo-se sufficientes da safra nova para completar a percentagem que lhe era destinada. Seria este complemento fornecido em cafés da safra velha do mesmo Estado.

Sempre que se verificasse, nas quotas de liberação de cada Estado, insufficiencia de cafés despachados na quota livre para attender ás necessidades da exportação, poderia o Departamento dentro das possibilidades do stock do porto onde tal facto se desse, e nos termos do Convenio dos Estados cafeeiros, converter em quota livre, na quantidade que julgasse necessaria, os despachos da serie R, da quota de equilibrio, observadas, uma serie de condições novas e formalidades de despacho de liberação e entrega aos mercados.

Exigia ainda que a serie R fosse de producção do Estado sem remanescentes de safras anteriores.

Numerosos artigos referiam-se a penalidades contra infractores, falsos declaradores, despachos e transportes clandestinos, multas.

Seria considerado preferencial o café despolpado, preenchendo os seguinte requisitos: colheita cereja; boa secca; cor caracteristica e uniforme; typo não inferior a 3 (tres); boa torração; e bebida molle.

Novas formalidades se descreviam relativas aos despachos de cafés preferenciaes.

O decreto n.º 1.581, do governo da Republica prorogando a 31 de dezembro de 1937 o prazo estabelecido do decreto n.º 23.938 de 28 de fevereiro de 1934 considerava que ainda subsistiam os motivos determinantes das successivas prorogações do prazo, concedidas por diversos de 1934, 19.350 e 1936.

Assim se dilataria o prazo concedido á tolerancia da torrefação do café com assucar.

Diziam os considerandos da resolução n.º 374, da Presidencia do Departamento, datada de 11 de setembro de 1937, e assignada pelo Dr. Fernando Costa, que a exigencia da quota de equilibrio sobre os cafés torrados, ou sobre os destinados á torração e consumo no paiz acarretava augmento excessivo do preço do genero moido, nos portos de exportação com prejuizo da economia do publico em geral.

Não estando sujeitos á quota de equilibrio os cafés consumidos no interior do paiz, seu preço se mantinha em flagrante disparidade com o do café em pó offerecido á venda nos portos de exportação ou em localidades distantes menos de cincoenta kilometros desses portos.

Ora para a perfeita normalidade dos negocios tal anomalia não deveria subsistir.

A isenção da quota de equilibrio, para os cafés consumidos nos portos de exportação, não poderia alterar, comtudo, o equilibrio estatistico objectivado pelo Convenio dos Estados Cafeeiros, de 14 de maio de 1937, já por que tal isenção representaria parcella minima do volume global da safra, já por que na porcentagem fixada para a quota de equilibrio não haviam sido computados os cafés destinados ao consumo interno do paiz, havidos, para todos os effeitos, como livres de quota.

Assim seria permittido, livre da quota de equilibrio, o despacho de café de qualquer estação do interior do paiz para portos de exportação ou localidades distantes menos de 50 kilometros de um desses portos quando o café despachado se destinasse ao consumo interno do paiz. Para os despachos houvesse previa e especial autorização do Departamento e desde que fossem elles feitos obrigatoriamente á consignação de torrador devidamente registrado e compromissado no Departamento. E ainda entre outras cousas a não moer em sua torrefação café torrado procedente de outra, quer situada na mesma localidade ou fóra della, quer da propria firma ou de terceiros. Assim tambem não poderia receber café crú de qualquer outra torrefação ou moagem, de sua propria firma ou de terceiros, para industrializal-o na torrefação igualmente. Comprometter-se-ia a não vender café crú, em hypothese alguma e ter nos depositos de sua torrefação apenas cafés de seu stock e exclusivamente destinado á sua industria.

Numerosas formalidades se estabeleceram então regulamentando as autorizações de embarque.

A 6 de outubro seguinte decidia a resolução n.º 376 que a

resolução 374 só vigoraria no Districto Federal a partir de 1.º de janeiro de 1938.

A resolução n.º 375 de 22 de setembro de 1937, comprehendia uma serie de medidas relativas ás apprehensões do café, interpretação do Regulamento de Embarques da Safra de 1937-1938 tomando-se decisões sobremodo pormenorizadas.

Pela "resolução n.º 377" de 30 de outubro de 1937, o Presidente Fernando Costa declarou ficar permittido o transporte, commercio e exportação de café denominados "grinders" com menos de 3% de impurezas.

A "resolução n.º 378, de 4 de novembro immediato, declarava que a serie DNC poderia ser constituida de quaesquer cafés contanto que não contivessem mais de 3 % de impurezas (paos, pedras e cascas)".

E a resolução n.º 379 de 18 de novembro de 1937, do presidente Jayme F. Guedes, declarava revogada a resolução n.º 359, de 19 de janeiro de 1937, que dispunha sobre classificação de café, continuando em vigor a legislação anterior e posterior sobre o assumpto.

O communicado n.º 7.171 fazia saber que a reducção dos onus sobre o café comprehenderia a mercadoria exportada a partir de 4 de novembro de 1937, fazendo-se opportunamente as restituições devidas.

A 1.º de dezembro de 1937 promulgou-se o decreto lei n.º 35 em que o Presidente da Republica attendendo ao communicado n.º 7/71, de 4 de novembro ultimo (pelo qual o presidente do Departamento Nacional do Café, devidamente autorizado pelo ministro da Fazenda, declarava que se procederia á restituição da differença eventualmente verificada em virtude de reducção na taxa sobre o café; e que posteriormente, pelo decreto-lei n.º 2 de 13 do mesmo mez, fora a mesma fixada em 12$000) decretou que todos os cafés sahidos para o estrangeiro, pelos portos nacionaes de embarque, a partir de 1.º de novembro, ficariam comprehendidos no regimen estabelecido pelo decreto-lei n.º 2, de 13 do mesmo mez.

Ficava o Departamento autorizado a proceder á verificação do café sahido, e a restituir aos interessados a differença da taxa paga.

O decreto lei n.º 51, de 8 do mesmo mez e anno, trouxe em seus considerandos que não devia ser tolerada a exportação de café com mistura, em percentagem elevada, de impurezas e outras substancias que lhe fossem estranhas, convinha porém por outro lado que a constituição de typos e marcas de café exportado, ficasse tanto quanto possivel dentro da alçada do pro-

prio commercio, que agia de accordo com as exigencias legaes e commerciaes dos paizes importadores.

Assim, além dos typos de café no momento commerciaveis, de 2 a 8, classificados de accordo com a tabella official em vigor, ficavam permittidos o transito, o commercio e a exportação de quaesquer outros, acceitos pelos mercados importadores, desde que em sua composição não entrasse mais de um por cento de impurezas, taes como paos, pedras, torrões, cascas, pergaminhos, côcos ou quaesquer substancias estranhas ao producto, não considerados os defeitos intrinsecos do proprio café.

Excluia-se da permissão o café que não se encontrasse em estado de perfeita conservação, ou se achasse deteriorado ou damnificado pela acção da agua ou do fogo, tornando-o humido, mofado, embolorado, pobre, queimado e impregnado de aroma ou gosto intoleravel.

Para o effeito da apreciação das damnificações ou deteriorações do café o aspecto da mercadoria influiria na classificação.

CAPITULO LXXX

O Sr. Laneuville — Opiniões prestigiosas de cafesistas no decorrer de 1937 sobre a situação do café

A 15 de março de 1937 desapparecia um personagem da mais alta evidencia no mundo cafeeiro universal, E. Laneuville, cuja autoridade era tão acatada sobretudo depois que, em 1902, fundara a estatistica que tinha o seu nome e publicada, no Havre, pelas columnas de sua revista *Le café,* trabalho feito com a maior consciencia e apoiado nas mais fidedignas fontes.

Procurara sempre ao mesmo tempo fazer o controle das cifras da producção e do consumo, vira os seus calculos sobremodo prestigiados e a cada passo citados.

O seu ambito de observações no Brasil, a principio em Santos e no Rio de Janeiro, estendera-se a todo o paiz. Fundara o seu controle em tres principios:

As variações dos stocks no paiz de origem representavam a differença entre as chegadas do interior e as expedições.

As dos stocks, nos portos de importação, a differença entre recebimentos e entregas.

O total das expedições nos paizes de origem deveria ser igual ao total dos recebimentos.

Referindo-se a obra do Sr. Laneuville dizia um seu necrologista:

Se a alguns parecia um tanto exagerado o orgulho que o Sr. Laneuville tinha da sua estatistica, é que estes reparadores não avaliavam o justo valor desta "obra inteiramente original" sem similar em relação a nenhum outro artigo. Animado pelo carinho dedicado á sua creação poudera o Sr. Laneuville manter-se a postos até a avançada idade de 76 annos, realizando, graças ao longo tirocinio, a sua tarefa com rapidez e precisão pasmosas. Poudera aliás gabar-se de que, em 35 annos consecutivos, suas publicações mensaes só haviam apresentado um unico erro, o de 4.000 saccas invertidas, occorrido no encerramento de um mez cujos calculos elle proprio insistira em fa-

zer, apesar de se encontrar numa clinica onde acabara de se submetter a uma intervenção cirurgica.

Graças a uma attenção constante, a incessantes pesquizas dos dados mais completos e mais exactos conseguira abranger progressivamente na sua estatistica, um numero cada vez maior de portos de exportação e importação. Cada qual destas ampliações lhe representava, era obvio lembral-o, um accrescimo de trabalho, onde a preoccupação da exactidão predominava sempre. E se, nos ultimos annos da sua vida activa, cessara de publicar os importantes textos do commentario continuara sempre a procurar para os seus algarismos precisão cada vez maior.

E terminando o seu necrologio affirmava o articulista peremptorio:

"O Commercio do Havre, o commercio mundial, os exportadores dos paizes de origem, e dos productores mesmo, haviam, desde 1902, podido, graças ao Sr. Laneuville, dispor, afinal, de uma estatistica exacta sobre o café."

Os negocios cafeeiros, dizia a circular Delamare de maio de 1937 continuavam pouco activos.

Os stocks volumosos, a disparidade entre os preços na Europa cotados para os cafés disponiveis e os exigidos pelos mercados de origem, as condições geraes, em summa, não eram factores favoraveis a um surto de transacções.

Não se podia deixar de perguntar com certa anciedade; quando retomariam os negocios o seu curso normal?

A circular Nortz do mesmo mez lembrava a plethora de ouro existente nos mercados financeiros. Era a situação geral angustiosa pela paralyzação dos negocios.

A posição cafeeira corria cada vez peior.

Estavam os fazendeiros brasileiros bem compenetrados de quão seria era. De novo tentavam encontrar uma sahida, visto como, estatisticamente falando, a situação tornava-se cada vez mais negra. O Conselho do D.N.C., composto de representantes de todos os Estados cafeeiros, reunira-se, afim de traçar as directrizes da defesa durante o proximo anno. Até então parecia que todas as propostas tendentes a augmentar a carga sobre a communidade, haviam sido calorosamente applaudidas, emquanto as tendentes a sobrecarregar a lavoura tinham sido postas de lado.

A queda das exportações brasileiras, tomava proporções alarmantes. Estatisticamente falando, teria o Brasil na safra de 37 a 38 uma producção de cerca de 26 milhões de saccas: a producção de "milds" não apresentava probabilidade alguma de reducção; e, portanto, emquanto o consumo difficilmente acusaria algum augmento devido ás altas tarifas europeias e á situa-

ção geral do mundo, a producção mundial, em 1938, orçaria provavelmente, entre 36 e 38 milhões de saccas contra um consumo de cerca de 25 milhões!

A situação do café segundo a circular Nortz, a 4 de junho de 1937, era alvo de verdadeiros remoques, por vezes muito pesados.

Batia esta publicação na tecla de que vivia o Brasil a estimular as vantagens de seus concorrentes. E o fazia em termos por vezes assás indelicados.

Parecia que sómente a necessidade da grande republica sul-americana estimular a producção de cafés finos, afim de enfrentar a concorrencia, impedira que o seu governo impuzesse uma quota de sacrificio de 100%, considerando, ao mesmo tempo, todos os fazendeiros de café como que funccionarios publicos. De qualquer forma o sonho daquelles que desejavam ver a industria cafeeira no Brasil monopolizada pelo governo, por pouco se não realizara ainda.

No momento estava o Brasil destruindo uma media de uma safra em cada tres, afim de que as fazendas velhas (em sua maior parte de propriedade de pessoas influentes, não fossem á fallencia, impedindo assim que os pioneiros, das zonas remotas, e novas desfrutassem todo o producto dos seus esforços.

Ao mesmo tempo iam os productores não brasileiros rezando, todos os dias, pela felicidade do D.N.C. e desejar-lhe longa existencia continuava o reparador em phrases de acre ironia.

Parecia até que o D.N.C. estava querendo desencorajar o plantio do café por meio de augmento das sobre-cargas, na esperança que os fazendeiros voltassem a attenção para outras actividades, para o algodão, por exemplo.

Seria futil discutir sobre o que aconteceria ao mercado de café, se o Brasil o deixasse seguir o proprio curso e os preços encontrassem o seu nivel natural. Diriam os brasileiros que era mais prudente destruir café do que vidas humanas. A verdade residia no facto de que depois da eliminação dos excessos teria o Brasil ainda que enfrentar o problema de destruir a capacidade de super-producção.

O augmento de consumo que se esperava viesse em auxilio do Brasil, não parecia provavel. A julgar-se pelas cifras das entregas, parecia quando muito estacionario. Ao mesmo tempo, os concorrentes dos brasileiros augmentariam a producção com notavel regularidade, e, nesta marcha, parecia que 1938 não seria o ultimo anno em que o Brasil se veria na contingencia de defender os preços com o auxilio de onerosas quotas de sacrificio.

Estava a grande republica sul-americana tentando resolver o seu problema cafeeiro da maneira mais suave possivel, tanto para si como para os concorrentes. Era pena, porém que a sua politica a levasse a perder a hegemonia cafeeira em favor de um grupo de productores recentes sem ao menos fazer uso de sua mais poderosa arma, as facilidades naturaes, para atirar aos mercados grandes quantidades por baixo preço. Fosse como fosse o Brasil lançando mão de processos condemnados pela logica acabava de obter, temporariamente que fosse, nova victoria.

Seriam os preços sustentados e os fazendeiros, mercê do amparo do Deus numero dous do Brasil — o algodão — poderiam resistir por mais algum tempo. Em todo caso, iam sendo adiados os vencimentos mais penosos.

No emtanto, as medidas não logravam satisfazer a nenhum cerebro realmente equilibrado, concluia o observador sarcástico. Emquanto não fosse removida a causa do mal, a superproducção, o Brasil, qual novo Sisypho, arrastaria anno mais anno o pesado fardo do excesso da propria producção buscando, em vão, um equilibrio estatistico impossivel de se alcançar.

A circular Delamare, de julho de 1937, frisava a estagnação do commercio cafeeiro. O do Brasil definhava pela falta quasi absoluta de liberdade. Verificava-se a queda progressiva das exportações do paiz.

Não estava longe o dia em que o Brasil se daria por muito feliz em poder exportar a metade dos cafés consumidos no Mundo quando havia 25 annos sua exportação abrangia as tres quartas partes.

Fôra, no passado, erro fundamental pretender-se querer habituar ao uso do café certos povos que, por gosto ou tradição, preferiam outras bebidas. Tentar convencer a China, ou a Russia, de tomar café seria tão inutil como offerecer aos comilões da Europa ninhos de andorinhas.

Nos paizes onde o café já era conhecido e apreciado devia-se buscar o remedio para o sub-consumo. A propaganda nos paizes não affeitos ao uso do café e que nunca chegariam a sel-o não passava de miragem a abandonar-se pela realidade proveitosa .Para os vastos sectores ainda inexplorados dos Estados Unidos, da França, da Allemanha e dos paizes consumidores do mundo inteiro, deviam convergir os esforços da propaganda.

O Brasil esmagado sob o peso do excesso de sua producção, depois de destruir cerca de 50 milhões de saccas de café, não se encontrava em condições de supprir a sua clientela com as qualidades que ella no momento preferisse.

O Brasil não queria mais vender seus cafés inferiores? Não fosse esta a duvida ir-se-ia compral-os alhures. Hoje os cafés verdes que os importadores não conseguiam obter; amanhã, os amarellos. Que modo exquisito de animar os compradores!

A infeliz decisão do Brasil de não permittir a exportação de cafés de typos baixo, porém de boa bebida, podia ser attribuida a perda de importantes mercados affectando especialmente o porto de Santos.

D'estes cafés, que dispunham de amplo mercado em França, resultara, para o Brasil, crescente perda que, em quatro annos, culminara em cerca de 600.000 saccas, substituidas por cafés de outras procedencias.

A circular Nortz do mesmo mez opinava que o Brasil se via na necessidade de luctar para conservar pelo menos metade dos mercados mundiaes de consumo.

As informações recebidas indicavam que o Brasil estava inteiramente convicto da gravidade da situação fazendo esforços inauditos para remedial-a.

Os ultimos acontecimentos indicavam que o Brasil estava se preparando, lentamente, para sacudir, de vez, todas as medidas restrictivas que entravavam o café.

A ultima cifra relativa á incineração, indicava que os velhos excessos dentro em breve estariam varridos, se fosse mantida nessa marcha a destruição.

Em agosto de 1937 observava o Dr. Christovam Dantas, na *Revista do Instituto de Café de S. Paulo* que as estatisticas officiaes apontavam para 1937, lamentavel occurrencia: das exportações cafeeiras mais baixas e reduzidas dos ultimos tempos. A comparação, entre as vendas dos dous semestres de 1936 e de 1937 evidenciava que a nação deixara de exportar quase um milhão de saccas. E como a retracção de remessas positivara-se mais em julho e em agosto, não havia como deixar de reconhecer a circumstancia de que não era o café, e sim os outros productos que estavam contribuindo para que a economia brasileira de exportação não soffresse recuo definitivo, em volume e em valor.

A circular Nortz de 5 de agosto apontava algumas divergencias entre as opiniões do Ministro da Agricultura, Dr. Odilon Braga e o Presidente do D.N.C., Dr. Fernando Costa, sobre a politica cafeeira.

Falava-se muito no Brasil em "mercado livre".

Contemporaneamente o *The Financial News* de Londres, em artigo de 12 de julho afirmava insoluvel o problema do café no Brasil. A safra de 1937-1938 assignalaria mais uma victo-

ria dos cafés não brasileiros sobre seus concorrentes, prophetizava o articulista.

The Statist, no numero de 31 de julho, afirmava que a crise cafeeira do Brasil attingia a phase mais aguda jamais registada nos seus annaes. E verberava a politica de valorização sustentadora dos preços em niveis exageradamente elevados que só beneficiavam, directamente, os paizes concorrentes para os quaes, em absoluto, não existia o problema da super-producção.

Era impressionante a expansão da producção de cafés não brasileiros. A menos que não se resolvesse a mudar de tactica, o Brasil ver-se-ia forçado a perder a tão decantada hegemonia como productor de café.

Apontando a melindrosa situação das bolsas de titulos em setembro de 1937 declarava a circular Nortz que na Europa geralmente não se acreditava em guerra proxima.

O quasi panico de que fora victima o commercio de café devido aos resultados nullos da Convenção havaneza, já passara. Graças ao prompto soccorro offerecido pelo governo brasileiro que puzera á disposição do D.N.C. cincoenta mil contos em papel para habilital-o a continuar, sem desfallecimentos, no seu programma de destruição, reagira o mercado promptamente, recuperando quasi todo o terreno perdido.

Os mercados brasileiros que nunca acompanharam o declinio dos estrangeiros, conservavam-se firmes mostrando-se os exportadores pouco inclinados a reducções em suas offertas. As exportações brasileiras continuavam muito reduzidas.

Havia uma cousa que se podia admittir como certa, a saber em hypothese alguma entregaria o Brasil o seu café sob a pressão da offerta. Acostumara-se a tal situação e não recuaria nem mesmo em face das mais arbitrarias medidas de controle, afim de manter os preços a certo nivel para a quantidade que conseguisse vender ao estrangeiro. Estamos convictos, dizia Nortz, de que, mais cedo ou mais tarde, terão os outros productores que concordar com o Brasil no estabelecimento de quotas de exportação, comquanto no momento haja grande divergencia entre elles sobre a base a ser adoptada para tal plano; se baseado nas cifras da exportação ou nas da producção. Tudo isto em face do consumo mundial que aliás se mantinha estacionario.

A circular Delamare, do mesmo mez, relatava, que, no Havre, os resultados da Conferencia de Havana não eram aguardados com anciedade o que viera evitar desapontamento. Causava estranheza que houvesse partido do Brasil a iniciativa da prohibição de exportação dos cafés baixos, attendendo-se á grande producção de cafés dessa qualidade.

As estatisticas relativas aos cafés brasileiros registravam cifras que de mez em mez se tornavam mais inquietantes. Sua unica orientação deveria ser a de vender café, de vender a maior quantidade possivel, procurando por ao alcance da clientela tudo quanto esta desejasse. Neste sentido precisava adquirir nova mentalidade commercial e não continuar alheiado, sentado sobre os milhões de saccas de café accumuladas, sem se esforçar por attrahir os compradores.

Era de admirar que a opinião mundial a respeito do café se tivesse mantido na expectativa dos resultados da Conferencia de Havana, de resultados mais que previstos: algumas tenues fumaças e, em se tratando de Havana, fumaças de bons charutos.

Existia pelo mundo afora, super-abundancia de conferencias, infelizmente, estereis na grande maioria. Entretanto, uma melhoria para a triste condição do café só poderia advir da união, leal e intelligente, de todos os paizes productores.

Dizia a circular Delamare de novembro de 1937 que seu redactor, previra o abandono, pelo Brasil, da politica até então seguida, avançando: "A ameaça é categorica, clara e official. O Brasil cansou-se de carregar sózinho este garoto desassocegado e incommodo que é o café..."

A ameaça não tardara em se transformar em realidade. Com um estrondo subito abalador de todos os mercados, o Brasil "deixara cahir", o café, reduzira de cerca de 75 % a taxa de exportação, e fechara o famoso guarda-chuva sob o qual, havia longos annos, se abrigavam todos os demais paizes productores do Mundo.

Era ainda prematuro qualquer commentario sobre as decisões adoptadas pela grande republica da America Meridional. Seria o mais acertado limitar-se a enumeral-as:

— reducção da taxa de exportação de 45$ para 12$ por sacca.
— liberdade cambial, e
— abandono de toda e qualquer intervenção nos mercados.

Continuava em vigor a quota de sacrificio de 30 % e a de equilibrio de 40% mas nada se sabia ainda a respeito da destruição dos excessos nem do controle das safras.

Forçoso era reconhecer porém que a maior parte dessas decisões correspondia ás aspirações, repetidas vezes expressas, nos meios cafeeiros, quanto a se ver o café livre das peias que impediam o livre jogo da offerta e da procura.

Se as cambiaes, para a exportação, fossem, de facto, compradas em mercado livre, se as intervenções — mais ou menos

felizes, mas sempre artificiaes — cessassem por completo (pois não se vira o Brasil ao mesmo tempo que procedia á destruição de milhões de saccas, comprar no mercado de Nova York?) só, haveria motivo geral de regozijo.

Modificando a sua politica cafeeira, dera o Brasil provas de energia e decisão... O resto que o aguardassem confiantes e serenos os mercados.

Em face de situação tão profundamente modificada que ainda não se encontrava completamente estabilizada, tornava-se difficil tirar conclusões e fazer prognosticos proximos e afastados.

Entretanto, não era possivel encarar o futuro senão com optimismo. O raio desferido pelo Brasil viera limpar a atmosphera, afastando para longe as pesadas nuvens que toldavam o firmamento. Era de se prever que, se a guerra de preços que o Brasil ia conduzir fosse dirigida criteriosamente dentro em breve assistiria o Mundo cafeeiro a uma era de grande actividade commercial e ao renascimento da confiança.

A circular Nortz de 6 de novembro de 1937 objetava que o abandono da valorização do café pelo Brasil representava formidavel lição — quasi um "uppercut" — aos theoricos, aos monopolizadores da intelligencia e aos demagogos que por tantos annos haviam tentado fazer crer que os impasses estatisticos causados por cyclos economicos normaes poderiam ser definitivamente eliminados mediante o recurso de operações de credito e gastos enormes.

Ainda mais, que a lei da offerta e da procura, a dos valores marginaes, e do interesse que levava o homem a augmentar a actividade para melhorar os proveitos, poderiam ser igualmente neutralizadas, e a lei do mais forte poderia ser posta á margem dos assumptos economicos. E ainda que se poderia perpetuar uma situação em que o Estado corria os riscos e ao productor ficavam a segurança e os lucros, a despeito da repercussão que tal politica poudesse ter na estructura financeira de uma Nação.

O facto predominante dos ultimos acontecimentos brasileiros era que a politica paulista da defesa, com sua larga e inevitavel projecção sobre a vida brasileira, terminara por lançar a grande Republica da America do Sul a um novo regimen a que se daria o nome de estado corporativo ou outro, como a unica solução para se libertar de uma situação financeira de grande complexidade. Isto provara ainda uma vez que a Democracia, como correspondente de liberdade, era optima em tempos de actividade normal e durante o periodo de desenvolvimento das nações, mas, que momentos occorriam na vida dos

paizes em que a unidade de vistas se tornava necessidade imperativa. Nestas occasiões o interesse particular tinha de ceder ao da communidade.

A destruição de café durante os quatro ultimos mezes attingira a 6.763.000 saccas, contra 3.705.000 embarcadas, isto é, vendidas para os paizes consumidores. A terrivel realidade de taes cifras dispensava commentarios. Só isto seria sufficiente para justificar a decisão do presidente Vargas de extirpar de vez tudo quanto se referia á valorização e tomar as redeas da situação, por si, para ajudar o Brasil a reconquistar, pelo menos, parte dos mercados que perdera.

O supprimento mundial, a 1.° de novembro de 1937, era de 53.287.000 saccas e como o consumo de 9 mezes fosse provavelmente de 16.943.000, o stock provavel a 1.° de julho de 1938 seria de 36.344.000.

Estas cifras mostravam que um total de mais ou menos 53 milhões de saccas existentes a 1.° de novembro, fôra depreciado em cerca de 180 milhões de dollares. Era portanto facil comprehender a tremenda repercussão de tal desvalorização nas relações reciprocas entre os paizes productores e os consumidores de café.

A primeira pergunta a occorrer era o que seria feito de todo esse café? Na estatistica incluiam-se cerca de 9 milhões de saccas de "milds" ainda a entrarem durante a safra e cerca de 8 1/2 milhões garantindo, mais ou menos, illusoriamente, ao emprestimo dos banqueiros.

Até então facil, fora aos productores de "milds" cruzar os braços e deixar que o Brasil lutasse só contra as difficuldades. O que estava para acontecer não saberia elle Nortz augurar. Quando o Brasil fechara o seu "guarda-chuva protector", a primeira reacção dos paizes concorrentes fora que esta manobra não passava de estratagema dos compradores entrangeiros para adquirirem café barato.

No momento vigente, porém, já deviam estar convencidos de que o café brasileiro, barato como estava, tornara-se novamente concorrente serio.

Do supprimento existente, cerca de 40 milhões de saccas estavam concentradas no Brasil. Não se sabia ainda como a nova administração do presidente Getulio Vargas iria movimentar tal massa e nem se novas restricções seriam impostas ao meio do producto: quaes passariam a ser as entradas nos portos, por exemplo, nem o que seria feito da quota de sacrificio, da politica de incineração bem como a fórma pela qual se regulamentariam as vendas.

Causara satisfação saber-se que o presidente Getulio Vargas nomeara o Sr. Fernando Costa — antigo presidente do D.N.C. e fazendeiro de café em S. Paulo e homem que gozava de geral confiança, Ministro da Agricultura. Tratava-se sem duvida de uma das figuras de maior destaque e competencia do novo regime. Fôra o Sr. Jayme Fernandes Guedes nomeado presidente do D.N.C., cargo que já exercera por pequeno prazo.

Quanto á situação do consumo e producção dizia a circular que devido á situação economica da maioria dos paizes consumidores, pouco provavel se aventava que o consumo excedesse de 24 ou 25 milhões de saccas, por emquanto. Eram os Estados Unidos, praticamente, o unico paiz onde o café entrava livre de direitos. Alguns paizes como a Italia, a França e a Belgica, estimulando a producção cafeeira nas proprias colonias, tendiam cada vez mais a emancipar-se da importação estrangeira. O preço do café na base vigente, de facto nada tinha que ver com a quantidade consumida. Seria o consumo igual quer fosse o preço 15 ou 5 c. Poderia a propaganda estimular o consumo e augmental-o de um milhão ou mais, mas o que parecia não offerecer duvida era que, no momento o consumo se manteria limitado.

A maior difficuldade, em toda a situação, era que havia cafeeiros em excesso no Brasil como no Mundo devido ao estimulo que a politica brasileira de defesa proporcionara á cultura. E este problema tinha de ser enfrentado de vez para sempre. Muitos cafezaes desde muito tempo deficitarios, deveriam ser eliminados.

Como conclusão indagava a Circular Nortz:

Seria acaso desesperadora a situação economica dos preços e dos diversos productores de capé? Não parecia assim aos analystas. Achavam que do mundo economico estava sendo varrida a influencia perniciosa do proteccionismo extremado. Os fazendeiros novamente se acostumariam a caminhar pelos proprios pés e, provavelmente ainda, evidenciariam uma capacidade de resistencia surprehendente.

Sabendo-se que os productores de café seriam alvo da maior consideração por parte dos credores, pois que não iam indo á fallencia, e era o café artigo de grande durabilidade, tornava-se razoavel presumir-se que o fazendeiro não teria pressa em dispor do café a não ser que a tanto se visse obrigado. Era possivel, tambem, que houvesse grande depressão no nivel das condições de vida nos paizes, productores visto como os preços baixos trariam, como consequencia lenta mas fatal, grande

reducção da área cultivada, porque os fazendeiros achariam difficuldade em pagar os trabalhadores.

Havia ainda a possibilidade de, no ultimo momento, os paizes productores se decidirem a chegar a alguma fórma de accordo entre si. De qualquer maneira, o bom senso ensinava que se todos os productores de café do mundo se decidissem a cobrar uma taxa uniforme de por exemplo dous dollars por sacca, sem mostrar nenhuma parcialidade a favor de qualquer paiz, não haveria objecção, uma vez que tal taxa não fosse usada como estimulo para os proprios fazendeiros. A questão das quotas e restricção da exportação poderia surgir ao mesmo tempo. Outras e melhores suggestões poderiam tambem apparecer. Fosse como fosse, não se devia esperar que os fazendeiros de café se submetessem voluntariamente a verdadeiro suicidio.

Terminava a circular por palavras de optimismo.

Muitas vezes quando tudo parecia perdido, alguma cousa inesperada surgia para alterar todos os prognosticos: reviravoltas politicas, condições climatericas, etc. Fosse isto apontado não como promessa de immediato retorno a melhores preços, o que implicaria em grande desserviço ao Brasil, em tal conjunctura, mas simplesmente como aviso de possiveis mudanças subitas como as que já diversas vezes se haviam dado e podeiram occorrer novamente. Queria isto tambem dizer que entrar num negocio, por mais baixos que fossem os preços, sómente porque já existiam signaes de melhoria, implicava, geralmente na perda do melhor ensejo. A melhor cousa a fazer seria comprar a mercadoria quando estava sendo vendida evidentemente abaixo do custo de producção, porque a experiencia ensinava que taes occasiões não durariam muito.

Convinha ainda não perder de vista o facto de que o problema mais importante: o de reduzir a capacidade de producção ás necessidades do consumo, nem siquer fôra abordado e que quasi 2/3 da recente baixa de preços correra na realidade por conta dos credores estrangeiros do Brasil. As perspectivas para 1938 eram de outra safra grande.

Viajando no Brasil, em fins de 1937, dizia o Sr. Nortz ter encontrado desanimo quanto á possibilidade de nova alta cafeeira reinando certa mentalidade pessimista.

Entendia que o café deveria ter sido abandonado á sua sorte ao "salve-se quem pouder", proferido em 1929 pelo presidente Washington Luis.

Tivera o Sr. Nortz a melhor impressão do trabalho e das condições geraes do Brasil. Creavam-se novas industrias, novas lavouras; cuidava-se dos recursos mineraes do paiz e de culturas novas. Obras publicas enormes se faziam, cyclopicas

algumas. Davam o Rio de Janeiro e S. Paulo a impressão de espantoso progresso; no Rio Grande do Sul, notavam-se muitos melhoramentos urbanos e em materia de viação. Em summa o progresso era por toda a parte evidente.

Melhoria positiva das condições de vida civilizada e de muitos serviços publicos.

A "piada" sceptica do estrangeiro ao affirmar que a Brasil seria eternamente o paiz do futuro, poderia ser muito engraçada mas não correspondia á verdade dos factos.

Tratando especialmente do café transmittiu o Sr. Nortz uma serie de impressões curiosas.

Os portos todos, em outubro, reflectiam a crise imminente, pois resentiam-se da incerteza geral e todo mundo parecia tactear no labyrintho de regulamentações e de boatos. Pouco café havia, disponivel, ao longo da costa, visto como a maioria dos stocks existentes, pertencia ao D.N.C. ou, pelo menos, achava-se firmemente detida pelas casas em contacto com aquelle orgão, emquanto os seus corretores continuavam a comprar a preços firmes.

De vez em quando chegavam informações do outro lado do Oceano de vendas feitas a paridades, muito inferiores aos preços minimos pelos quaes estava o D.N.C. sustentando o mercado. Invariavelmente, alguns dias mais tarde, um grande exportador apparecia na lista diaria de sahidas com grandes cifras de embarques. Evidentemente as grandes firmas, sem duvida as que dispunham de maiores facilidades financeiras e podiam fornecer dinheiro ao D.N.C. com promptidão, eram as unicas admittidas nessas transacções.

Em Victoria os negociantes diziam que no Rio de Janeiro o commercio estava em situação melhor. Tirava vantagens da proximidade da sede do D. N. C. No Rio era no emtanto corrente que o commercio vivia sujeito a controle muito mais rigido de que nas praças mais distantes, como Victoria, por exemplo. Em Santos affirmavam as grandes firmas que só as casas pequenas, com despesa limitada, conseguiam viver, emquanto as pequenas apontavam as exportações "misteriosas" das firmas graudas beneficio que a ellas não era dado caber.

As ultimas noticias de imminentes modificações na politica cafeeira, alvoroçara de enthusiasmo todas as praças.

Sobreviera um periodo de estagnação, sobretudo em Santos, onde a rua 15 de Novembro geralmente verdadeira colmeia de actividade commercial vivia cheia de corretôres, commisarios, banqueiros e exportadores, todos na anciosa expectativa de novas noticias do Rio de Janeiro.

O mercado a termo de Santos, temporariamente fechado pelo Governo, passaria provavelmente por uma radical reforma. Antes do fechamento, havia 3 Contractos: "A", base typo 4 estrictamente molle; "B", typo 5 duro sem descripção e o novo "C", typo 4, livre do Rio (quasi "softish", como se informava). Emquanto os Contractos negociados eram apenas o "A" e o "B", o D.N.C., sustentando ambos, recebia grande quantidade de cafés de má qualidade, entregues contra o Contracto "B". No verão de 1936, fora então lançado o Contracto "C" que immediatamente recebera auxilio do D.N.C. tendo sido o "B" abandonado a propria sorte. Esperava-se assim que a imposição rigorosa das clausulas de entrega do Contracto "C" tornasse mais difficil o "Dumping", dos cafés inferiores. O ponto fraco do novo estado de coisas fora o seguinte: no caso de rejeição de entregas, os entregadores poderiam pedir arbitragem, procedida por arbitros escolhidos entre as principaes casas da praça.

Taes arbitros, sabedores de que o unico comprador era o Governo, comquanto se esforçassem por serem imparciaes, se haviam tornado subconscientemente mais tolerantes, dando em resultado grande actividade para o Contracto "C", pois addicionando-se pequena porcentagem de cafés molles ao duro, para entrega contra esse Contracto, tinha-se uma operação lucrativa na certa. Assim, quando o Governo ultimamente segurara o preço para os mezes proximos do Contracto a 22$600, essa base equivalia a 22$000 livres para os entregadores de cafés assim ligados, pois a differença de $600 reis correspondia ás despesas de entrega.

Se essas mesmas ligas fossem postas na praça, seriam consideradas duras, para a exportação e difficilmente dariam mais de 19$500 preço este que se aproximava da cotação do esquecido Contracto "B" para os mezes proximos. Por isso o Contracto "C" complicara mais as cousas em vez de as melhorar. Passara a ser um Contracto "B" sublimado. Absorvendo nas ligas parte do stock de cafés molles da praça, tornara ainda mais escassos os typos preferidos pela exportação.

As reclamações dos exportadores haviam encontrado ouvidos moucos no Rio de Janeiro, pois sem duvida as supplicas dos commissarios que saudaram, com alviçaras, o advento do Contracto "C" a lhes offerecer esplendida fórma de se livrarem dos cafés baixos, com premio, haviam sido mais vehementes do que as dos exportadores. Restava saber o que aconteceria quando o Governo resolvesse a reabertura do termo.

No D.N.C. encontrara o Sr. Nortz um ambiente de

grande optimismo. Tinha o Departamento perfeito controle da situação, affirmavam-lhe.

Entre os productores percebera irritação contra o Departamento que diziam contar exagerado funccionalismo. Aspera grita se levantara contra a grande autarchia, por parte do commercio exportador.

Escrevia o Sr. Nortz, ainda:

Com prazer soubemos da nomeação do Dr. Fernando Costa, o ultimo presidente do D.N.C., para Ministro da Agricultura. Nesta posição deve sentir-se melhor e ter mais compensações do que na anterior. Tendo sahido do retiro a que se impuzera, em sua fazenda de algodão, assumira a direcção dos negocios de café, sciente e consciente de quão ingrata seria a missão onde seria o bode expiatorio de quanto poudesse sahir errado e isto justamente em occasião em que nada poderia dar certo.

Muito haviam prevenido ao Sr. Nortz da decadencia dos cafesaes do Brasil e de tal modo que se sentira muito sceptico. Grandes viagens emprehendidas nas zonas cafeeiras certificaram-no de que existia muita verdade em taes affirmativas. Por toda a parte decadencia das medias por mil pés, aspectos penosos de lavouras mal tratadas, e com culturas intercalares, corte de cafesaes, plantio intenso de algodão.

Assim mesmo, tal a immensidade da massa do cafesal paulista que a safra de 1937-1938, parecia bôa. A destruição do café, pelo D.N.C. parecia estar em declinio. Com a reducção da taxa de exportação tinha a impressão de que seria automaticamente suspensa.

Os fazendeiros de café "antigos grãos senhores" continuavam a amargar. Os proventos do reajustamento eram para seus credores, quasi sempre.

No momento encontravam-se os fazendeiros em terriveis difficuldades financeiras. Sendo as entradas nos portos automaticamente reguladas pela exportação, tinham de esperar mezes e mezes até poderem ver algum dinheiro. Emquanto isso ia o tempo correndo. Para fazer o pagamento dos colonos mesmo os mais precavidos dos fazendeiros, mais cedo ou mais tarde teriam que cahir nos bancos para levantar emprestimos com que cobrissem as mais prementes despesas.

Apezar dos esforços do Governo em reprimir a agiotagem as condições permittiam que esta operasse clandestinamente. E havia atrazos de pagamento até por parte do proprio D.N.C. por vezes consideraveis até.

Assim, devido á falta de dinheiro os debitos dos fazendeiros iam se accumulando rapidamente. Até mesmo os mais eco-

nomicos poderiam calcular a data em que as suas dividas attingiriam a somma do seu activo, caso não houvesse mudança em seu favor.

D'ahi as graves arguições dos lavradores contra o Departamento que aos seus olhos assumia a responsabilidade da penosa situação em que se encontravam.

Fez o Sr. Nortz sombrio quadro da situação dos productores. Achou as praças do Interior paralizadas. As machinas de beneficio que costumavam comprar a producção dos pequenos sitiantes e preparal-a para depois a vender, tinham suspenso o movimento porque já não podiam mais comprar. Iam-se mantendo da melhor forma possivel, "ciscando" em arroz, milho e gado. Até o especulador esporadico a quem o fazendeiro vendia mais barato para não ter que esperar um anno ou mais para ver transformado em dinheiro o producto do seu esforço, nos centros exportadores, desapparecia do Interior. Os banqueiros, mais ou menos liberaes, no auxilio dispensado ás iniciativas industriaes, recusavam-se terminantemente a emprestar mais dinheiro sobre café.

Devia haver cerca de 10 milhões de saccas sobre as quaes os bancos tinham adeantado e esperavam a vez de entrar nos portos de exportação. A probabilidade era de que os banqueiros liquidassem essa posição o mais rapidamente que poudessem e, uma vez recebido o dinheiro, fosse o mercado de café abandonado ao seu destino.

Por outras palavras, estava o Governo luctando desesperadamente para dar tempo ao tempo. Sabendo que um collapso bancario traria, inevitavelmente, o chaos á vida economica do paiz, especialmente á sua industria nascente e talvez a diversos circulos estrangeiros, ia tenteando os seus credores externos para manter os preços em mil reis a despeito dos effeitos que tal politica poudesse ter sobre o cambio.

Os fazendeiros enxergavam, claramente, o perigo e por isto iam se preparando para a emergencia. Aos cafesaes improductivos eliminavam, por atacado, concentrando todo o esforço os que ainda estavam em condições de produzir. Voltavamse para a cultura intensiva, ao envez da extensiva de outr'ora. Algumas das grandes fazendas como a Companhia Dumont e Val de Palmas com 5 a 6 milhões de cafeeiros já só dispunham da metade das lavouras.

Notava-se que os fazendeiros se interessavam cada vez mais pela criação de gado e plantação de cereaes para os quaes havia boa procura nos grandes centros de população urbana. De vez em quando lembravam-se do reflorestamente e plantavam arvores que teriam adquirido o devido porte muito depois

de estarem elles na paz do Senhor, commentava o reparador com malicia.

Reinava na Lavoura bastante scepticismo quanto á vantagem da abertura de zonas novas.

Dentro de algumas decadas teriam que ser tambem abandonadas exactamente nas mesmas condições desoladoras que as demais. Preferiam tentar a restauração das propriedades por processos scientificós para o que demonstravam tenacidade assombrosa. Com o correr do tempo iam as grandes fazendas desapparecendo, sub-divididas em pequenas propriedades e isto devia estar sempre presente á mente dos que quizessem fazer prognosticos de natureza politica. Como nos outros paizes, a era dos grandes senhores feudaes, dominando grandes zonas, e com voz activa na politica, estava se approximando do fim", vaticinava o Sr. Nortz.

Não eram, porém, os problemas decorrentes da erosão do solo ou da falta de dinheiro, os unicos a tolher os movimentos dos fazendeiros. O peior de todos vinha da absoluta falta de braço adequado. Não havia mais immigração nova. Estava a Europa impedindo o exodo para o Brasil e os japonezes os unicos colonos que o Brasil poderiam obter eram admittidos em parcellas parcimoniosas. Além disto o proprio Brasil já se ia tornando exigente quanto á qualidade do immigrante. Achava no que tinha razão, que as cidades já contavam população por demais densa em comparação com a dos campos parcamente habitados. Assim dava preferencia aos possiveis colonos barrando, por outro lado, os immigrantes que possivelmente iriam congestionar, ainda mais, os centros urbanos.

Ainda havia a considerar certos pormenores como por exemplo a prevenção contra os hebreus causada pelo numero colossal de nomes hebraicos ligados ás actividades communistas.

A industria, continuando a subtrahir os trabalhadores do campo, collocava os que lá ficavam, em situação de exigir o que quizessem. Por um nada deixavam o serviço e pediam contas. Mudavam-se então para outra fazenda de condições identicas ás da abandonada senão peores. O Governo actual que conquistara as sympathias do povo pela defesa do "brasileiro esquecido", parecia ter dado ao individuo mais do que jamais ousaria pedir.

Em summa eram os fazendeiros escravos do colono a quem concediam tudo o que exigiam sob pena de ficarem com as fazendas desertas cabendo-lhes pouca esperança de as colonizarem novamente.

A propaganda communista, escripta, entre os colonos não

tinha a menor razão de ser, pela razão primordial de que eram elles, quasi sempre, analphabetos.

Tornava-se difficil admittir-se que a sorte dos operarios ruraes poudesse melhorar com o regimen communista.

Para evitar o exodo das colonias, offerecia o fazendeiro uma porção de vantagens; telhas gratis para cobertura das casas, lenha para os fornos e muitas vezes medico e pharmacia á custa da fazenda, pastagens para o gado. Plantavam os colonos quanto queriam, no cafezal, podendo dispor de dois terços da producção!" Duvidamos que o regimen communista possa ser tão generoso! concluia o Sr. Nortz.

A Circular Delamare de dezembro de 1937 referia-se com grande pezar ao desapparecimento do conhecido e acatado technico cafesista Snr. Luiz Delamare. Falando da situação geral cafeeira dizia que ella lhe trazia á mente a lembrança de certo e celebre quadro: uma tarde após uma batalha, num scenario de morte e desolação surgia por entre nuvens um raio de sol a indicar que a vida continuava e que o amanhã, esquecido das miserias, poderia ainda proporcionar esperanças e alegrias.

Analysando a importancia da baixa soffrida pelos principaes cafés, em consequencia do golpe commercial do Brasil, comparando os preços C&F. em dollars por 50 kilos em 25 de outubro (antes da crise) com os de 10 de dezembro de 1937, verificava-se que os cafés do Brasil, especialmente os do Rio, haviam soffrido a maior depreciação de entre 30 e 37 por cento. Mas outros, especialmente os da Colombia e Nicaragua, haviam se reajustado á paridade. Os coloniaes francezes tinham sido poucos dias depois da baixa, favorecidos por novo privilegio aduaneiro. Assim o consumidor francez não tiraria nenhum proveito da baixa do café. Persistia, porém, a duvida, se não occorrera apenas a primeira escaramuça de uma batalha de preços e que o Brasil, proseguindo em sua offensiva, não viesse a tentar, mesmo á custa de pesados sacrificios, perseguir os demais paizes productores até os seus ultimos reductos.

O preço da sacca no Interior, segundo as melhores informações era de 29.900 por sacca.

As ultimas offertas do Brasil para café, typo 5, de Nova York, qualidade média, eram de $5,50 por kilo, o que á taxa cambial de 10 de dezembro, representava Rs. 115$368 por sacca. Receberia o productor, portanto, Rs. 85$468 por sacca. Mas esta ultima quantia ainda soffreria modificação, porém, sendo necessario lembrar que o lavrador vendia 40 por cento

de sua producção cafeeira a Rs. 65$000 (quota de equilibrio) e mais 30 por cento a Rs. 5$000 (quota de sacrificio).

Assim apenas alcançaria o productor uma media de 53$140 por sacca, preço sufficientemente baixo que apenas remunerava o lavrador pelas despesas e cuidados dispensados á cultura do seu café.

Era pois de crer que o Governo Brasileiro protector nato de seus concidadãos não quizesse reduzir os lavradores á maior pobreza.

Como munições de combate, restavam ao Brasil apenas a desvalorização da mocda ou uma ainda maior reducção de taxas. Assim, não acreditava o articulista que o Brasil tencionasse intensificar, ainda, nova offensiva, bascada nos preços de café.

Além disto começavam a correr boatos de que se anunciava um encontro de representantes do Brasil e da Colombia.

Assim se attingira um fim de anno que se tornaria celebre na historia do café. Dignos de lastima as victimas da enorme baixa a olharem anciosos para um futuro ainda sobrecarregado de ameaças.

Mas já um passo decisivo se dera na senda da liberdade do commercio. Assim o proximo futuro favorecesse a união dos paizes productores e a estabilidade dos negocios.

A circular Nortz, de 8 de dezembro de 1937, dizia da situação do café que continuava a ter a apparencia de uma zona assolada por furacão, juncada de destroços, onde o povo viesse cautelosamente examinar e avaliar os damnos afim de iniciar a reconstrucção. O Governo Brasileiro e os homens de negocios estavam interessados em determinar o que poderia ser aproveitado na reconstrucção, qual o entulho a ser removido e quaes as primeiras providencias a tomar.

Muitos dos problemas fundamentaes, motivadores das ultimas medidas radicaes, teriam de ser os enfrentados, de vez para sempre, e resolvidos de maneira pratica, como por exemplo: a questão da superproducção, a queda das exportações, a collocação dos stocks existentes a situação orçamentaria e financeira. Esta, pela supressão de importantes impostos, apresentaria dahi por deante, feição completamente diversa, e a reacção da nova situação sobre a tendencia dos preços. As ordens e as communicações do Brasil, indicavam grandes divergencias de opinião quanto á melhor forma de solucionar estas questões. Constava que a Sociedade Rural suggerira ao Governo a compra de todo o café livre á razão de 90$000 por sacca, methodo simples e attractivo mas de duvidoso resultado.

O Ministro da Fazenda convocara uma reunião para 8 de dezembro, afim de discutir as medidas economicas que a nova situação tornara necessarias.

O Snr. Nortz entendia que só a reducção das safras brasileiras traria novamente o equilibrio nos mercados mundiaes. Mas este decorreria lento e gradual.

Quanto ao futuro, existia ainda leve esperança de que os productores de café acabassem fazendo accordo. Constava que a proposta do Brasil, na Conferencia de Havana, fora que as exportações dos diversos paizes se limitariam á media dos ultimos 5 annos, mas que a Colombia principalmente, impedira a aceitação de tal plano. Os productores de *milds* ainda esperavam basear a concorrencia no terreno da qualidade, o que importava em dizer-se que se o Brasil quizesse concorrer, teria que suspender toda e qualquer interferencia no movimento do café de que ainda agora resultara a mistura de grande quantidade de café bom tornando-o improprio ao consumo em grande numero de paizes consumidores.

Em fins de 1937 uma *circular Delamare* em artigo que chamou geral attenção e epigraphado *Tocará acaso ao fim a crise cafeeira?* fazia notar que de novo soprava pelo mundo uma aragem de prosperidade. Imperava o optimismo e todas as materias primas, ou productos agricolas, arrastados pelo turbilhão, alcançavam niveis enchendo de satisfação os altistas.

Não havia pessimismo em relação á possibilidade de uma conflagração a só conseguiam os falatorios e boatos moderar ligeiramente o movimento de alta. Dir-se-ia que a Humanidade, tendo transposto o limiar das horas difficeis, encaminhava-se novamente para dias melhores.

O café acompanhava, a passos curtos, e a contra gosto, esta marcha ascendente... (tambem vinha de tão baixo, o pobre!) Seria licito prenunciar o fim de sua crise.

Os preços apresentavam, desde meiados de 1935, sensivel melhoria: uma alta de 24 a 40 por cento em anno e meio.

O custo de producção não devia ter variado muito desde 1935; si, por um lado, o custo da mão de obra augmentara, sensivelmente, no Brasil, por outro, os "tempos difficeis", haviam obrigado os fazendeiros a reduzir o custeio ao minimo e a eliminar os cafezaes cujo custo de producção constituia verdadeira heresia economica. A isto se juntasse o desafogo que a cultura do algodão trouxera a muitas fazendas, diminuindo os encargos do café.

Era licito, portanto, pensar que ao productor coubera a maior parte dos lucros decorrentes da alta registada pelo café havia alguns mezes.

As curvas de producção e consumo não registavam fluctuações tão violentas de preços.

Analysando a situação brasileira, dizia a circular que o abandono, no Brasil, dos cafesaes velhos, o surto da cultura algodoeira, o lucro minguado dos fazendeiros durante a longa crise, haviam arrefecido o enthusiasmo, senão a verdadeira mania, de plantar café que ia pelo mundo afóra. Podia-se affirmar, no que dizia a respeito ao Brasil pelo menos, que diminuira a intensidade de producção.

Nos annos proximos as safras mundiaes oscilariam entre 25 e 32 milhões de safras.

O consumo, por sua vez, tambem caminhava para cifras melhores.

No decennio de 1920-1930 oscillara entre 18.500.000 e 23.500.000. De 1931 a 1936 entre 22.690.000 e 25.846.000.

Não havia porém motivos para optimismo total.

CAPITULO LXXXI

O panorama economico brasileiro em fins de 1937 — A situação e a nova politica cafeeira

Ao se promulgar a Constituição de 10 de novembro de 1937 realizou o *Jornal do Commercio* uma analyse da "politica economica e financeira do Governo Getulio Vargas" abrangendo o periodo de 1930 a 1937 estudo de funda repercussão publica.

"A politica financeira adoptada pelo Governo do Presidente Vargas, observava o analysta fundamentara-se em duas ordens de providencias guardando uma em relação á outra, absoluta relação de interdependencia: racionalizar os processos de organização orçamentaria e basear no desenvolvimento da economia nacional a definitiva consolidação da prosperidade das finanças publicas".

Antes de chamado á direcção administrativa do Brasil, asseverara o Presidente, em publico, que nenhuma politica financeira póde vingar sem a coexistencia parallela de uma politica de desenvolvimento economico.

Definindo nas linhas fundamentaes o problema da producção tivera o Chefe da Nação ainda o ensejo de dizer que o problema economico se poderia resumir em produzir muito e produzir barato. Só assim, augmentando, e diversificando, a producção, para supprimento do consumo interno e externo, poder-se-ia dar solida base economica ao equilibrio monetario do paiz. De modo que a execução do plano financeiro do seu Governo encontrara, na situação geral da economia publica, a condição fundamental do exito.

Dentro desta visão de conjuncto, sem pontos de vista unilateraes, é que o Governo viera agindo desde o principio de sua gestão.

Sob o aspecto propriamente financeiro, os resultados obtidos apresentavam-se meridianos. O preparo dos orçamentos melhorara consideravelmente em seus methodos. A restricção

das despesas, exercida de fórma que as respectivas autorizações fossem esgotadas, constituia o principio dominante da politica financeira, seguida de 1930 a 1937.

Por sua vez, os processos de arrecadação se haviam aperfeiçoado incessantemente. Considerava o Governo que o exito da tributação dependia das condições de melhoria crescente da economia nacional. Mas, subsidiariamente, não havia politica tributaria capaz de produzir effeitos seguros, desde que estivesse desattenta dos principios de justa incidencia fiscal. O proprio Presidente já tivera o ensejo de declarar ao paiz que uma cuidadosa revisão das fontes da receita nacional, muitas das quaes já não podendo dar o que dellas inicialmente se exigira senão com o duplo sacrificio do productor e do consumidor, poderia influir no sentido da execução de uma politica financeira fecunda.

As alterações operadas no campo da vida economica nacional repercutiam, necessariamente, no dominio de sua capacidade fiscal, traçando novas directrizes á politica tributaria governamental. Os orçamentos executados a partir de 1931 mostravam que a administração publica se mantivera attenta ao curso dos phenomenos decorrentes do desenvolvimento economico do paiz, para orientar-se, melhor, na execução de sua politica financeira dentro da formula, de que as incidencias da tributação deveriam reflectir as modificações operadas nas condições geraes da vida de trabalho do Brasil.

Havia oito annos, apontara o Presidente a necessidade de se proceder á revisão das tarifas aduaneiras, como uma das necessidades imperativas do momento. Varias decadas tinham as pautas alfandegarias atravessado sem que fosse possivel dar-lhes nova estructura, tamanho o choque dos interesses a impedir a execução da reforma reclamada por exigencias fiscaes, ligadas á systematização da politica financeira da União, e interesses collectivos, consubstanciados na defesa do consumo interno.

A actualização das tarifas, visando pol-as de accordo com as novas imposições da vida economica, de modo a tornal-as accessiveis ao publico pela simplicidade, vinha sendo, no emtanto, sempre retardada. As competições de classe a impediam de seguir o curso natural, se bem que ao paiz dominasse legislação anachronica, contraditoria, complicada e extravagante. Tarifas quasi prohibitivas, gravavam certas mercadorias sem vantagem alguma para a producção do paiz, prejudicando-se com isso, ao mesmo tempo a arrecadação fiscal.

Emprehendera o Governo a tarefa da remodelação do codigo tarifario, para livrar, em tão importante dominio, a legislação fiscal dos graves defeitos que a compromettiam em prejuizo da

politica financeira da União. De par com isso, o mesmo trabalho de reforma abrangera outros sectores das leis tributarias visando imprimir-lhes clareza e simplicidade ao mesmo tempo que se empenhava com todo o ardor em impedir os velhos conflictos entre o fisco e os contribuintes. A taxação equitativa fora sempre uma das grandes preoccupações do Governo, pela racionalização da politica tributaria e a applicação de verbas vultosas quanto possivel em despesas de alcance social.

Estudando a actuação do Governo do Presidente Vargas quanto ao incremento da producção nacional expendeu o analysta a quem estamos acompanhando que desde 1930 vinha realizando um programma administrativo cuja execução se exprimia em resultados avolumados, anno a anno, sobretudo no dominio do apparelhamento economico do paiz. Os compromissos assumidos para com a Nação pelo Presidente, ao lançar a sua candidatura ao exercicio da curul presidencial, traduziam-se em realidade meridiana.

Sem receio de contradicta fundamentada em factos, porque o depoimento das estatisticas imprimia validade á asserção podia-se assegurar que o Brasil atravessava, pela primeira vez, desde 15 de novembro de 1889, uma phase de esforço continuado no sentido do apparelhamento systematizado da producção nacional. As grandes realizações administrativas que, no passado haviam constituido o patrimonio da acção desenvolvida no Brasil, visavam dar certa base financeira á vida nacional e crear certos instrumentos de trabalho, como o do apparelhamento portuario e ferroviario, por exemplo, aliás indispensavel.

No terreno da producção, propriamente dito, ficara o Brasil porém, em experiencias descontinuas, em expedientes de emergencia impostos por necessidades occasionaes, em tentativas falhas caracterizadas por accentuado empirismo. Produzia-se de accordo com o impulso e a acção das leis naturaes. Não se articulavam os elementos de defesa para resguardar a economia do paiz contra os effeitos brutaes ou inopinados de taes leis. A observação estendia-se a qualquer dos sectores da economia nacional, sem excluir até o café, cuja producção não contava sequer com a orientação technica de uma estação experimental e muito menos com o concurso de usinas de beneficiamento.

A qualidade da producção e a sua diversidade constituiam objectivos ainda não tocados pela administração publica. Quando muito ao sentido do augmento quantitativo da producção revestia verdadeiro platonismo faltando-lhe o apoio do credito e o dos transportes, de modo que o surto do avolumamento da

producção constituia motivo mais para desanimo do que factor de lucro para quantos passavam a trabalhar confiados no que os governos promettiam ao lançarem o seu appello.

A politica financeira, depois de 1930, fizera-se acompanhar parallelamente por outra de expansão economica baseada no proposito de augmento da producção, seguida pela respectiva defesa technica e o amparo assegurado pelo credito. Demonstravam as estatisticas agricolas os resultados geraes obtidos. Attestavam os boletins de exportação que o volume exportado augmentara consideravelmente. O numero dos principaes artigos expedidos crescera de maneira digna de nota, proporcionando melhores bases e maiores possibilidades á economia exportavel do Brasil. A exportação nacional deixara de ter o caracter perigoso da monocultura. Era preciso não perder de vista que o surto da exportação se processava simultaneamente com o desenvolvimento da capacidade acquisitiva do paiz, exigindo o abastecimento dos mercados internos maior capacidade de supprimento da propria producção nacional.

Já não se poderia dizer, quer sob o aspecto da economia interna como da exportavel, que o Brasil vivia no regimen instavel e unilateral da monocultura. Confirmavam as estatisticas eloquentemente, tal affirmativa. Já mez houvera em que o valor da exportação de café fôra superado pelo da do algodão. As percentagens dos diversos artigos, no total da producção e da exportação, obedeciam a uma distribuição que indicava estar sendo o paiz conduzido, com segurança, a situação de verdadeiro equilibrio economico.

A producção expandia-se sem valorizações artificiaes. A idéa central dominadora da politica economica do Governo consistia em proteger o productor, sem sacrificio do consumidor, sem assegurar vantagens excessivas a certas classes, em detrimento de outras .A defesa do producto, fosse elle o café, o algodão, o assucar, o matte, carvão e tantos outros artigos que vinham merecendo a assistencia da administração federal, sem falar nas novas fontes de producção surtas sob o estimulo dessa politica, obedecia a directrizes visando evitar o enriquecimento do intermediario e a repetição dos surtos do açambarcamento cujos lucros iam apenas em parcella minima para a producção, ao passo que o consumo soffria sacrificios inconciliaveis com a capacidade acquisitiva normal.

No apparelhamento technico, expansão dos transportes e conveniente articulação, na pratica de uma politica de credito orientada com segurança, creando-se para isso uma carteira de financiamento agricola e industrial, assentava a politica economica executada, desde 1930, sob a orientação pessoal do Pre-

sidente, de conformidade com os postulados de acção constructiva, que trouxera para o desempenho de suas responsabilidades como chefe do Governo.

O amparo do producto consistira, principalmente, em facilitar-lhe os recursos necessarios não só ao desenvolvimento das plantações como ao aperfeiçoamento dos artigos produzidos. Sem a articulação dessas duas finalidades seria a politica de defesa de effeitos precarios. Tendo em vista a comprehensão de tal verdade, ajudava o Governo o lavrador com o credito para que poudesse produzir em melhores condições de custo e lhe proporcionasse assistencia technica esclarecida afim de que o rendimento do trabalho melhorasse e a qualidade do producto alcançasse, ao mesmo tempo, cotações mais compensadoras nos mercados interno e externo.

Occupando-se da defesa da producção, antes de investido das responsabilidades de Chefe da Nação, exprimira o Presidente Getulio Vargas que o problema só teria solução quando creada, no Banco do Brasil, uma carteira de credito agricola, destinada ao financiamento das safras. Passara esta a constituir uma realidade, fundada que fora com o duplo fim de assistir á lavoura e ás industrias em suas necessidades de credito.

Na execução de sua politica economica, procurara o Governo da União preparar o paiz no sentido de realizar uma producção de volume crescente e de qualidade capaz de se impor ás preferencias do consumo interno e externo. Ao mesmo tempo visava fins de ordem social, tendente ao desagravamento do custo de producção, objectivos só alcançaveis quando o lavrador dipuzesse de meios materiaes, assistencia technica e em condições convenientes. Evitava que a lavoura produzisse apenas para assegurar aos intermediarios do credito lucros expressos em juros e commissões excessivos cobrados sobre emprestimos desprovidos das vantagens que deveriam caracterizar as operações do credito agricola.

O sacrificio tradicional das classes productoras tivera, em grande parte, essa origem que só um systema de credito especifico poderia remover. Para evitar a repetição dos mesmos males, achava-se o Governo agora apparelhado com a carteira agricola e industrial do Banco do Brasil, realizando-se, assim, uma das idéas formuladas havia oito annos e em publico, pelo Presidente. Era a primeira etapa para a creação de um banco de credito agricola-hypothecario e de um banco industrial, se o desenvolvimento da economia do paiz assim o exigisse.

A politica de credito não poderia attender, por si só, á finalidade de reduzir os onus sobrecarregadores da producção. Eram-lhes os effeitos parciaes. Precisariam ser completados

pela execução de outras providencias os do aperfeiçoamento technico e os da racionalização do systema de impostos, tendo em vista sobretudo combater possiveis effeitos anti-economicos da incidencia fiscal.

O apparelhamento technico da producção pela mecanização dependia transitoriamente da capacidade acquisitiva do paiz. O que o Governo conseguira fazer, para libertar o Brasil da monocultura, estava produzindo os bons resultados expressos no consideravel augmento da tonelagem exportada, proporcionando, assim, ao paiz meios para adquirir, em maior proporção, as machinas e utensilios requeridos pelo progresso das actividades ligadas á exploração do solo. Essa não era porém, uma solução basica, de caracter permanente, a qual só poderia ser encontrada na adopção de medidas capazes de solucionar o problema siderurgico. A esse problema reportava-se havia annos, o Presidente Getulio Vargas, ao assignalar que o surto industrial do Brasil só se tornaria logico quando o paiz estivesse habilitado a fabricar a maior parte das machinas a elle indispensaveis.

A racionalização do systema tributario constituira a preoccupação ininterrupta da politica financeira do Governo, afim de que o onus fiscal incidisse sobre a economia de modo a evitar que uns productos usufruissem beneficios desiguaes ao passo que outros, de consumo forçado, ficassem sujeitos a taxas e impostos multiplos.

Procurava ao mesmo tempo o Governo explorar riquezas do solo nacional até então descuradas.

Entre estes collocava o analysta o trigo e o carvão. Quanto á graminea fazia grande esforço systematizado, apoiado na experiencia e na capacidade technica, para dar ao paiz, um capacidade de producção assente na segurança de directrizes já traçadas.

Quanto á hulha não se podia apontar na historia economica do paiz o exemplo de esforço comparavel áquelle a que o Governo se entregava com o objectivo da utilização systematica do carvão nacional.

O confronto entre as possibilidades economicas do Brasil e as de outras nações era o mais favoravel á republica americana que gozava de situação verdadeiramente privilegiada. Certamente, o progresso alcançado, pelos paizes de civilização mais avançada, attingia a limites ainda muito distanciados. Convinha comtudo lembrar que aquelles paizes, haviam chegado a uma phase de saturação de riqueza, em que não haviam encontrado os elementos efficazes de solução para as suas grandes necessidades economicas e sociaes.

O exame das realidades do Brasil levava a admittir-se que a sua situação economica se apresentava como uma das melhores do mundo, sem que houvesse sequer o paiz percorrido a primeira etapa do aproveitamento das suas possibilidades, ainda em potencial. Nada lhe faltava de essencial para preparar e consolidar grande civilização economica.

Já era a maior potencia industrial do sul do continente, dispondo de grande parte das materias basicas da obra do progresso mundial. Realizava um commercio exterior beneficiado por um surto progressivo constante em quantidade e valor. As trocas interiores simultaneamente se desenvolviam de maneira a offerecer amparo e resistencia contra os effeitos das crises economicas internacionaes.

Dispondo de vastos recursos dos tres reinos de riqueza natural vira o Brasil verificar-se largo progresso sob o regimen republicano.

Progresso robustamente affirmado nas cidades que se multiplicavam e engrandeciam numa vida febricitante de trabalho; documentado pela expansão sensivel do systema de transportes, maritimo, fluvial, terrestre e aereo; pelo crescimento dos indices quantitativos da producção; a propria capacidade tributaria do paiz, arrecadação cada vez mais vultosa podendo proporcionar a solução das difficuldades financeiras nacionaes minimas diante das que embaraçavam e affligiam os outros povos.

Impunha-se, todavia, um esforço coordenado, de todas as emergias dispersas, no campo das iniciativas privadas e no dominio das actividades da administração publica.

Era incontestavel que, sobretudo a partir de 1930, a acção governamental operara transformações substancialmente fecundas na economia nacional. Tocara na essencia de problemas nunca dantes focalizados. Alguns a soffrer adiamentos com que cada vez mais os aggravava profunda inércia administrativa ou apathia ainda mais lamentavel que a falta de descortino para os resolver.

Era o que se dava com o problema da producção assucareira, parallelamente ao do algodão e ao da industrialização interna da borracha nacional. Relativamente á politica do café, tambem pela primeira vez a administração publica tentara vencer as difficuldades decorrentes de largo periodo de imprudencia e imprevidencia, sem recorrer ao credito externo.

As transformações por que passara beneficamente, a economia nacional, nos ultimos seis annos, reflectiam-se com nitidez, na composição dos artigos de maior vulto no movimento exportador do Brasil, tendo em vista tirar-lhe o caracter monocultural que tão accentuadamente o vinha definindo como nação

productora. Augmentava assim, o numero dos principaes artigos brasileiros, para consumo interno e internacional, dando origem a repercussões economicas e financeiras muito vantajosas.

Em sua expressão numerica, o quadro da vida productiva do Brasil, sob o ponto de vista dos resultados obtidos, era de extraordinaria eloquencia. De 1930 a 1937 acrescera a producção agricola de maneira consideravel. O café apresentava mais ou menos, um indice de equilibrio no conjuncto da producção rural do paiz.

As actividades das manufacturas seguiam o mesmo rumo ascendente, offerecendo maiores elementos de troca ao commercio de cabotagem. Quanto á producção de origem animal e mineral, seus resultados eram realmente animadores.

Perante tal quadro da situação economica nacional, seus effeitos, no commercio interno e externo do paiz mostraram-se naturalmente auspiciosos, produzindo repercussões sensiveis sobre o proprio augmento de capacidade de acquisitiva do paiz, em relação ás trocas mercantis internacionaes

Illustrando o que acabara de ser expendido pelo articulista offereceu o *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* para 1937 quadros documentaes.

Assim o das porcentagens do commercio exterior, sobre a quantidade e o valor em ouro nos ultimos nove annos.

PORCENTAGENS

ANNOS	Sobre a quantidade exportada			Sobre o valor em ouro		
	Café	Algodão	Outros productos	Café	Algodão	Outros productos
1929	39	2	59	70	4	26
1930	40	1	59	61	3	36
1931	48	—	52	69	2	29
1932	44	—	56	72	—	28
1933	49	6	45	73	1	26
1934	39	6	55	61	13	26
1935	33	5	62	52	16	32
1936	27	6	67	45	19	36
1937	26	7	67	42	19	39

A este quadro acompanhava outro demonstrando o valor da receita arrecadada federal:

ANNOS	Receita total	Indices
1929 . . .	2.399.599:725$700	100
1930 . . .	1.677.951:587$700	70
1931 . . .	1.752.665:427$600	73
1932 . . .	1.695.554:588$600	71
1933 . . .	2.095.784:984$400	87
1934 . . .	2.502.320:167$400	104
1935 . . .	2.722.693:101$400	113
1936 . . .	3.127.459:917$900	130
1937 . . .	3.462.476:439$300	144

Analysando a situação commercial cafeeira em fins de 1937 dizia o articulista que a politica brasileira do café sempre se baseara na crença de que o Brasil praticamente possuia o monopolio do producto, de modo que lhe era possivel manter o controle dos mercados a seu arbitrio. Podia regular-lhe os preços como quizesse. Não teria o consumo onde abastecer-se para substituir a producção brasileira encarecida. Via-se obrigado e sujeitava-se aos seus caprichos, imperando sem restricções nem contrastes.

Esta crença erronea e illusoria levara os principaes Estados cafeeiros a alicerçar, nos impostos de exportação sobre o café o seu systema tributario. Á allegação de que os impostos de exportação eram anti-economicos e anti-racionaes, contrapunha-se, infalivelmente, a replica de que tal verdade não se applicava aos casos em que um paiz fosse o monopolista de determinado artigo, hypothese, que admittia como licita uma tributação noutra situação inadmissivel. E não só licita como benefica porque, augmentando o preço de venda, carreava, para o paiz, maior quantidade de ouro, assim contribuindo para o enriquecimento interno.

Convinha acrescentar que o imposto incidente sobre o café vinha de muito longe, decorria dos annos imperiaes. Fôra augmentado não havia duvida, e muito, com a nova ordem politica de 1889, mas tambem tornava-se necessario não esquecer que a unica industria grande do Brasil era então a cafeeira, a

unica realmente organizada no paiz, e capaz de supportar onus serios tributarios.

Acrescia ainda que a proclamação da Republica coincidira com um periodo de notavel florescimento cafeeiro. Nada mais natural do que para ella se voltarem as attenções, todas, dos confeccionadores de orçamentos. Não nos parecem justos os rispidos conceitos do articulista acerca das operações da chamada primeira valorização attribuindo-lhe propositos de forçar a alta quando pretendia acima de tudo impedir maior baixa do genero que se annunciava catastrophica.

Repetira-se a manobra de 1906, descuidando-se o Brasil, systematicamente, durante trinta annos, de promover o alargamento dos mercados e a expansão do consumo para dar collocação ás suas sobras crescentes.

Era interessantissimo reler o que em 1900 escrevia Vicente de Carvalho, que já propunha a queima como remedio aos males decorrentes da crise cafeeira. Reconhecia que o caminho a seguir seria a organização do commercio, a intensificação da propaganda, o augmento do consumo, meios de effeitos demorados comtudo quando a lavoura não podia esperar pelos seus resultados. Que se fizesse tudo isto mas para o momento, entretanto, o necessario era queimar café afim de se restabelecer o equilibrio estatistico. Depois se pensaria no resto...

Haviam os annos decorrido numerosos, mais de um quarto de seculo, lembrava o articulista a commentar severamente.

Não se organizara o commercio, não se intensificara a propaganda e, consequentemente, não se augmentara o consumo á proporção do augmento dos cafezaes. E, cada vez que uma crise se declarava, retivera-se café, queimara-se café, sempre sob a mesma allegação formulada por Vicente de Carvalho: não havia tempo para outra coisa, fosse restabelecido primeiro o equilibrio estatistico; depois pensar-se-ia no resto...

A procura do equilibrio estatistico pela retenção e a queima, era, porém, a perseguição. O monopolio brasileiro desapparecera e por isto, á proporção que o Brasil recuava nas vendas, outros productores iam surgindo para occupar os claros que elle deixara abertos. Mantivera-se o consumo praticamente identico, na lenta ascensão e os fornecimentos brasileiros haviam diminuido de anno para anno, emquanto cresciam os dos concorrentes, estimulados pelos erros que commetia e em que permanentemente reincidia a politica brasileira.

Creara-se o circulo vicioso de reter-se para valorizar, provocando o augmento das plantações dos paizes estrangeiros.

É singular que ao reparador haja escapado o ensejo de lembrar que tal augmento de producção provinha sobretudo da propria expansão brasileira. Não a soffreava mais a utilissima precaução da severa restricção das plantações sem a qual seria baldado qualquer esforço util de defesa do producto. E isto quando uma fatalidade geologica, a prodigiosa productividade das terras do Noroeste paulista e do norte paranaense serviam do maior estimulo a que todas as disponibilidades da fortuna se voltassem para aquelles verdadeiros eldorados cafeeiros, essas terras novas e pujantissimas.

Não seria humano que tal *rush* se detivesse quando nas zonas antigas as medias de producção baixavam constante e notavelmente. Nada mais natural do que o açodamento dos cafeicultores por aquellas verdadeiras terras de promissão.

O que teria sido de melhor e da maior opportunidade era que a acção official procurasse deter ou pelo menos regularizar este movimento de exagerado plantio, como se fizera em principios do seculo.

Com a concorrencia estrangeira e a politica de retenção, continuava o analysta, baixara a exportação brasileira, crescendo-lhe as sobras, donde a necessidade de majorar as taxas cobradas para comprar e queimar mais café, encarecendo o producto brasileiro em beneficio dos concorrentes. Viera a tributação freiar ainda mais as exportações.

Decrescia diariamente a exportação e o reparador, em tom de *charge,* exclamava: a bem do equilibrio mundial, estava o Brasil em vesperas de não exportar mais uma sacca de café!

Ninguem ignorava a situação e os seus maleficios. Faltava, todavia a coragem para o golpe cirurgico quebrador do circulo vicioso. Temia-se a mudança de rumos, embora se reconhecesse que os antigos, seguidos, conduziriam o Brasil á ruina.

Afinal chegara o dia em que as circumstancias haviam imposto a decisão. A exportação brasileira cahira a menos de um milhão de saccas mensaes a começar de abril de 1937 e a prenunciar gravissima circumstancia: um anno com exportação em torno de 10 milhões de saccas. Como a tendencia era para maiores recuos, verificara-se que se estava na iminencia da catastrophe annunciada por todos quantos ousavam encarar a realidade dos factos.

Viera o golpe afinal, em novembro de 1937. Suspendera-se o confisco cambial e reduzira-se a taxa D.N.C. de 45$000 a 12$000. Fôra o bastante para que as exportações a partir de dezembro, tivessem augmento acima de qualquer expectativa.

Bastava lebrar que a exportação de maio a novembro de 1937 attingira um total de 6.511.888 saccas e a dos sete mezes de dezembro de 1937 a maio de 1938 á cifra de 10.402.062 ou fossem a mais 3.890.174 saccas!

Taes algarismos tudo significavam. Poderia acontecer, porém, que se estivessem accumulando stocks, de café brasileiro no exterior, com qualquer intuito. Convinha comparar os dados da entrega para consumo entre o primeiro e o segundo semestre do anno commercial de julho de 1937 a junho de 1938:

MEZES	BRASIL	Outros paizes
Julho	998.000	963.000
Agosto	849.000	884.000
Setembro . . .	975.000	897.000
Outubro . . .	1.031.000	1.158.000
Novembro . . .	1.276.000	849.000
Dezembro . . .	1.205.000	897.000
Janeiro	1.383.000	847.000
Fevereiro . . .	1.364.000	961.000
Março	1.368.000	1.178.000
Abril	1.531.000	1.132.000
Maio	1.422.000	950.000
Junho	1.395.000	836.000
	14.797.000	11.552.000

Observava-se que não haviam cahido as entregas para consumo dos cafés de outras procedencias, mas crescido fortemente as dos cafés brasileiros.

Contava-se com o effeito da baixa dos preços brasileiros e o poder da offensiva das exportações. Dahi a confiança na nova politica da qual se colheriam resultados magnificos, além do esperado.

Era preciso, comtudo, notar que a victoria completa não podia ser instantanea. Antes de mais nada, convinha firmar a confiança exterior na politica cafeeira nacional que tão instavel vinha sendo. Captada esta, ainda haveria que luctar com habitos adquiridos, quer por parte do commercio, quer por parte dos consumidores. Só dentro de dous ou tres annos se mani-

festariam, em sua plenitude, as vantagens da orientação recem adoptada, vencedora rapidamente nos mercados que faziam questão de preço. Igualmente haveria de vencer, com o tempo, nos mercados que faziam questão de qualidade.

O anno de 1938-39 deveria ser o ultimo da super-producção de café brasileiro, previa o ensaista. Chegar-se-ia a junho de 39 sem sobras e não era absolutamente provavel que outros excessos se accumulassem já porque a producção ultrapassara o auge e estava em manifesta decadencia, já porque vigoravam directrizes que levariam a constante progressão as exporttações do paiz.

Immenso o campo ainda por abrir ao consumo do café. Só os Estados Unidos, calculava-se poderem absorver ainda mais 3 milhões de saccas. Consumia a Europa quantidades enormes de succedaneos, nella se encontrando, pois, mercados virtuaes a serem conquistados se o Brasil soubesse orientar acertadamente a sua politica commercial. Os povos bebiam chicoria, cevada ou milho torrado e estavam a affirmar que queriam ingerir café. Não o faziam por causa do preço, que se elevava devido aos impostos aduaneiros por vezes verdadeiramente prohibitivos. Vencer tal obstaculo devia ser, pois, o grande e permanente empenho. Ahi se achava a chave da solução definitiva do problema cafeeiro.

Emquanto não se a alcançasse ou suppondo que jamais se o fizesse, porque tudo se entrosa em systemas economicos independentes da vontade individual, cumpria agir dentro das possibilidades vigentes. E, neste terreno, havia um programma do problema cafeeiro.

Em primeiro lugar, a melhoria geral do producto.

Nada de se pensar em prohibir, ou difficultar, a sahida deste ou daquelle typo de café que fosse realmente grão e nunca um conjuncto de residuos e detrictos.

As qualidades de melhor paladar não haviam soffrido a minima difficuldade de exportação até mesmo nos peores dias, represando-se apenas os "duros", que ainda novamente, em pleno surto de vendas, continuavam relativamente invendaveis. Portanto, acto de sabedoria seria a elevação das porcentagens de cafés finos, que precisavam ser conseguidos a todo o custo, pelo esforço dos productores e a cooperação dos poderes publicos. A estes cabia, de inicio, a orientação da campanha, que dependia de estudos ainda muito incompletos quanto aos processos a empregar para obter a transformação necessaria na massa da producção.

Em seguida cabia-lhes possibilitar a applicação pratica das experiencias feitas, fornecendo á lavoura recursos pela organi-

zação do credito agricola e braços pela intensificação das correntes imigratorias.

Cumpria, por fim, facultar aos cafés finos as vantagens que merecesse e lhes adviriam do proprio mecanismo dos negocios desde que se deixasse ao commercio a livre escolha da mercadoria pela liberdade de movimentos.

Não havia motivos para que se perdessem as esperanças no café. Pelo contrario graças á sua extraordinaria resistencia ás crises e, sobretudo aos remedios a estas applicados demonstrava tranquillizadora vitalidade de quanto ao futuro. Sobreviera formidavel reacção, nascida sómente da reducção dos onus que gravavam a exportação. Media-se ahi a capacidade de recuperação e expansão do que era dotado o grande producto. Voltaria rapidamente ao antigo fastigio desde que, completando-se a nova politica se lhe abrisse o caminho em que outra coisa não se fizera senão erguer-lhe tropeços e obstaculos.

Podia o Brasil confiar na lavoura que, apesar de tudo, ainda fornecia mais de metade da sua exportação. E fosse qual fosse seria sempre, ainda por muitos annos, o fulcro da economia nacional.

No ultimo triennio verificara-se grande baixa nos coefficientes de porcentagem cafeeira no conjuncto da exportação brasileira como indicavam as cifras:

1932 71,63
1933 73,12
1934 61,13
1935 52,63
1936 45,52

A exportação por anno civil assim se cifrava:

Anos	Saccas	Mil Réis	££
1934	14.146.879	2.114.511.730	21.540.599
1933	15.459.308	2.052.858.224	26.168.483
1935	15.328.791	2.156.599.349	17.373.215
1936	14.185.506	2.231.473.515	17.785.391
1937	12.122.809	2.159.431.000	17.886.647

O cafesal do mundo era então avaliado em quasi cinco bilhões de arvores exactamente 4.771.856.000 assim distribuidas:

America do Sul	3.599.100.000
America Central	291.600.000
America do Norte	120.000.000
Antilhas	170.500.000
Africa	235.656.000
Asia	47.000.000
Oceania	308.000.000

Assim pois tocavam ao Novo Mundo 4.181.200 arvores ou fossem mais de 88 por cento do cafesal total do Universo

Ao Brasil cabiam 2.892.600 cafeeiros ou 60,6 do cafesal do Globo. Grosso modo assim se recenseavam:

S. Paulo	1.400.000.000
Minas Geraes	745.300.000
Rio de Janeiro	279.300.000
Espirito Santo	237.500.000
Bahia	71.200.000
Pernambuco	66.100.000
Paraná	33.700.000
Ceará	24.300.000
Parahyba	14.400.000
Goyaz	13.200.000
Santa Catharina	3.050.000
Alagôas	2.400.000
Sergipe	1.300.000
Matto Grosso	400.000

O Cafesal da America do Sul extra brasileiro comprehendia duas parcellas da maior importancia como as da Colombia (534 milhões) Venezuela (100). O resto pouco avultava: Perú e Equador (30) Surinam (4) Bolivia e Guyana Ingleza (3) Paraguay (2.500.000). Na America Septentrional avultava o cafesal mexicano (120 milhões).

O cafesal antilhano, num total de 170.500.000 arvores, assim se distribuia:

Cuba	40.000.000
Guadelupe	2.000.000
Haiti	64.000.000
Jamaica	13.000.000
Martinica	500.000
Porto Rico	20.000.000
São Domingos	30.000.000
Trindade	1.000.000

O Asiatico é que que se mostrava insignificante 47 milhões de arvores, ao todo, das quaes 35 nas Indias Inglezas, 5 na Indo China Franceza e outros tantos nos Straits Settlements e apenas 2 milhões na Arabia.

O cafesal africano já avultava e progredia attingindo .... 235.656.000 arvores.

Abyssinia	60.000.000
Africa Equatorial	5.000.000
Africa Oriental Ingleza.	70.000.000
Angola	30.000.000
Congo Belga	23.656.000
Erythréa	4.000.000
Liberia	3.000.000
Madagascar	40.000.000

O da Oceania, 308 milhões de pés, quasi se confinava ao da Malasia Hollandeza:

Hawaii	4.000.000
Indias Hollandezas . . .	280.000.000
Nova Caledonia . . .	3.000.000
Nova Guiné Ingleza . .	1.000.000
Philippinas	20.000.000

A exportação cafeeira em 1937 compendiara os seguintes numeros:

	SACCAS
Brasil	12.122.809
Colombia	4.059.642
Indias Hollandezas . . .	1.156.678
Rep. do São Salvador .	1.126.941
Venezuela	852.314
Guatemala	823.864
Madagascar	524.482
Mexico	511.866
Costa Rica	441.998
Haiti	427.364
Congo Belga	299.450
Nicaragua	263.145
Equador	234.436
São Domingos	182.997
Costa do Marfim	143.555
India Ingleza	128.345
Somalia Franceza	116.008

Abaixo de cem mil saccas exportavam Cuba (77.893) Jamaica (56.350) Surinam (53.031) Perú (48.767) Porto

Rico (45.365) Hawaii (30.875) Nova Caledonia (28.916) Honduras (20.729).

Insignificantes as producções da Guiana Ingleza, Guadalupe, Indochina Franceza, Somalia Ingleza, etc.

Os desvios entre a producção e a exportação é que eram grandes, sobretudo para o Brasil onde a divergencia se mostrava enorme.

No ultimo quinquiennio haviam sido em milheiros de saccas as safras da producção, as cifras da exportação.

Safras	Producção	Exportação	Safras	Producção	Exportação
1933-1934	26.610	15.855	1936-1937	26.103	13.757
1934-1935	17.366	13.409	1937-1938	22.271	14.609
1935-1936	20.857	15.571	Totaes	116.207	72.701

Esclarecendo e justificando as novas directrizes do governo brasileiro para a defesa do café dos mercados mundiaes, o Sr. Eurico Penteado, representante do D.N.C. nos Estados Unidos, pronunciou, perante a Convenção da "Associated Coffee Industries of America", de Nova Orleans, um discurso em que recordou quanto os ultimos acontecimentos no mercado cafeeiro requeriam algumas palavras para esclarecer certos motivos marcantes da nova politica cafeeira do seu paiz. A recente attitude, assumida pelo Governo Brasileiro, não podia, nem devia, surprehender a quem quer que fosse, excepto áquelles perfeitamente ao par da situação do café em geral.

Era geralmente sabido que o accordo feito e assignado em Bogotá redundara em completo fracasso, como igualmente conhecido que o Departamento Nacional do Café, por intermedio de seu representante, na subsequente Conferencia de Havana, fizera ver a todos os interessados que, a não ser por meio de accordo, no sentido de distribuição equitativa dos sacrificios requeridos para sustentar o mercado mundial seria o Brasil forçado a modificar a sua politica, especialmente na parte referente ao controle de preços e á exportação de typos inferiores.

Ora em Havana não poudera ser concluido nenhum ajuste sobre os pontos basicos. Decidira-se que as negociações conti-

nuariam em Nova York, em busca de decisão definitiva, dentro de sessenta dias. Durante este periodo, o Departamento Nacional do Café não só mantivera fielmente a sua politica, como reiterara a intenção de a sustentar, confiante de que das negociações realizadas em Nova York resultaria solução satisfactoria. Expirados os sessenta dias, não se tendo registrado o menor progresso e, ainda, sem se poder ter esperanças de se chegar a uma solução, só restava ao Departamento por em execução intenções previamente annunciadas. Tal acto, só poderia ter surprehendido aquelles que, inavisadamente, acreditavam não passar de *bluff* a declaração do Departamento em Havana.

Convinha assignalar que, por mais drasticas parecessem as medidas adoptadas pelo Brasil, eram todavia, de natureza puramente defensiva.

Podia-se dizer, applicar ao Brasil o famoso proloquio do "*Cet animal est très méchant; quand on l'attaque il se défend*".

Vinha supportando a carga, só, fazendo enormes sacrificios para controlar a industria cafeeira em todo o mundo. Nenhum outro paiz productor comparticipara, no menor gráu que fosse, de taes sacrificios. E, o que era mais, estava o Brasil sendo descolocado, de modo alarmante, dos mercados mundiaes, pela colligação de varios factores adversos.

As taxas de exportação e o longo periodo de armazenagem ao qual as safras se viam sujeitas, sobrecarregando tanto o productor como o consumidor, augmentavam o preço do custo para o ultimo e, de modo paradoxal, diminuindo a margem de lucro do primeiro.

A protecção dispensada, por algumas nações, ás suas safras coloniaes, impossibilitava quasi que totalmente o Brasil de competir em seus mercados.

As condições de trabalho, em algumas colonias africanas e asiaticas, onde os trabalhadores ruraes indigenas podiam praticamente, ser classificados como escravos, porquanto eram-lhes os salarios e padrão de vida invariavelmente baixos constituiam outra desvantagem.

A suspensão do pagamento, por parte de algumas nações, de suas dividas externas, tambem as collocava em posição vantajosa. O Brasil, como outras nações que faziam esforços extremos para pagar, tanto quanto possivel as obrigações externas, necessitava de saldo commercial favoravel e, para obtel-o, precisava conseguir preço razoavel para suas exportações. Os paizes que temporariamente haviam suspenso o pagamento das dividas externas, não tinham a mesma necessidade de taes saldos. Isto, naturalmente, os habilitava a vender mais barato do

que os concorrentes, mesmo quando o custo de producção era maior.

Embora a maior parte destes factores estivessem além de suas forças para serem vencidos, ninguem devia negar ao Brasil, o direito, mormente após enormes sacrificios realizados e do penoso fracasso para obter cooperação, de atacar o factor adverso sob o seu controle directo, isto é, "a taxa de exportação e a restricção para exportar cafés de typos baixos."

Commentando o discurso do Sr. Penteado surgiu um editorial do *Tea and Coffee Trade Journal* de Nova York, sob a epigraphe "Animal malvado porque se defende".

"O Brasil não continuará a segurar o guarda-chuva em beneficio dos demais paizes productores de café. Por mais que lamentemos, não podemos culpal-o por isso. Foi por demais paciente. Quaesquer que sejam as boas razões que tenham determinado a inhabilidade dos chefes do Escriptorio Pan-Americano de café em elaborar um plano de cooperação pratica, que pudesse reconhecer a longa e penosa vigilia do Brasil sobre os mercados cafeeiros, é evidente que se chegou a um impasse. O nosso proprio pensamento é de que a idéia cooperativa nunca foi aventada, como devia ter sido, a diversos dos paizes cafeeiros.

Era o Sr. Penteado um diplomata e a sua explicação a respeito da nova politica cafeeira fora não só convincente e habil, como moldada em linguagem tão temperada que, quer o Escriptorio Pan Americano do Café continuasse existindo ou não, pouca influencia teria o facto, emquanto o Brasil conservasse o Sr. Penteado dirigindo a sua politica cafeeira no estrangeiro. Era de esperar que o "animal malvado" travaria leal combate em defesa de sua casa e do seu lar. E só haveria motivos para esperanças de que, eventualmente, os outros "animaes malvados" aprendessem a velha lição de que é muito melhor viver em paz e amizade do que em estado de concorrencia barbara á que, em geral e por infortunio de todos haviam sido os povos acostumados por lapso demasiadamente longo.

Continuando a ironizar dizia o articulista que "o Brasil deixara de representar o papel de Papae Noel".

No entender do articulista o commercio e a industria do café mereciam felicitações pelo rumo que os acontecimentos haviam tomado no Brasil. Não sómente o Presidente Vargas offerecera ao paiz novo regimen, como promettera a volta de mercados livres para o café. Nestes ultimos trinta annos, nunca se haviam apresentado tão boas as perspectivas para a lei da offerta e procura funccionar com normalidade.

Começava a parecer que tudo de que o Brasil estava precisando, em sua longa e penosa jornada de valorização, era a

diretriz intelligente e benigna, que sómente o Snr. Getulio Vargas soubera applicar. Fora praticamente impossivel a qualquer organização ou ministro atacar a situação cafeeira com toda a coragem para tanto necessaria.

Sómente o Presidente da Republica podia fazel-o. E agora, que se desenhava tal actuação era crivel que a reducção na taxa de exportação, a suppressão das restricções cambiaes e a restauração do mercado livre para o café, contribuiriam para o melhoramento de todos os ramos do commercio e da industria. Finalizando almejava o Tea and Coffee Trade Journal ao Presidente Vargas, ao seu novo Ministro da Agricultura, Dr. Fernando Costa e ao novo chefe do D.N.C., Dr. Jayme Fernandes Guedes, todo o exito de que eram merecedores na solução da mais grave de todas as situações cafeeiras.

No numero 52 do D.N.C., em outubro de 1937, um editorial chamava a attenção para o acrescimo da producção mundial do café, trezentos e cincoenta por cento em meio seculo entre 1881 e 1934, de 10.415.000 para 40.000.000 saccas. As safras do Brasil estas tinham crescido de mais de quinhentos por cento de 5.568.000 a 29.610.000 saccas.

Os cafés molles que em 1881 e 1822 haviam sido ..... 4.847.000 saccas tinham chegado a 12.187.000.

No passado meio seculo, emquanto a safra dos *milds* augmentara cerca de 150 %, o volume medio da safra do Brasil subira a cerca de 300 %.

Durante cada anno do ultimo hexennio e durante a maioria das safras na decada que os precedera, a producção total do mundo excedera o consumo em varios milhões de saccas. Procurara o Brasil estabilizar o mercado contra o effeito desastroso destas safras colossaes, restringindo as exportações, tendo, assim accumulado sobras enormes, anno após anno. Entretanto, os paizes productores de cafés molles continuavam a exportar quasi todo o seu producto em todas as safras e, tambem, a plantar novas lavouras.

Na opinião da maior parte dos observadores, ainda durante alguns annos a producção total dos molles tenderia a expandir-se, devendo, tambem, registrar-se grande augmento nas exportações da Africa em futuro proximo.

Facto interessante illustrado pelas estatisticas era que, emquanto a safra total dos molles pouco variava de anno para anno, embora accusando augmento vagaroso, mas constante, a safra brasileira variara quasi 100% de uma colheita a outra. A maior parte do café brasileiro provinha de area relativamente retricta, e, por isto, á producção total affectavam mais intensamente as condições climatericas.

Produzira a Venezuela, em 1891, quasi sete vezes mais do que a sua vizinha. Outro augmento sensacional o da safra da Africa Oriental, que de 100.000 saccas no lapso de 1920/21, passara para uma media de 1.000.000 saccas nas ultimas cinco colheitas. O Salvador, que somente produzira 100.000 saccas em 1881/82 na ultima safra attingira um milhão de saccas, pela primeira vez.

A producção, na maior parte dos paizes, augmentara de modo semelhante, embora não o houvesse feito em gráo tão sensacional, mas nas Antilhas e nas Indias Orientaes Neerlandezas, differia da de havia meio seculo passado. Durante este periodo na India Oriental Ingleza e nas Philippinas diminuira para menos de metade do antigo total, emquanto Ceylão, que fornecera quasi meio milhão de saccas em 1881/82, quasi nada produzira do começo do seculo em adeante.

Assim havia muitos motivos para que o Brasil se precavesse contra os esforços de competidores tão tenazes e confiantes devido ao exito alcannçado em sua concorrencia aos productos brasileiros.

CAPITULO LXXXII

O café nas zonas novas, Paraná e Goyaz — O estado da cafeicultura fluminense

No n.° 52 do D.N.C., em outubro de 1937, appareceram estudos interessantes sobre a situação da cafeicultura paranaense e fluminense. Ao primeiro subscreveu o Dr. Nerico da Silva, agronomo.

Lembrou que, por volta de 1890, haviam os cafesaes attingido as ribanceiras do Paranapanema.

Vencidas as serras de Botucatú e Fartura, invadiram todos os espigões e planaltos, onde o matiz roxo era indicio seguro de abundancia duradoura.

Aos espiritos argutos e perscrutadores não escapara, todavia, a continuidade do plantio além Paranapanema, numa formação geologica, de eleição, para o cafeeiro. Coubera a mineiros a primazia de, afrontando a hostilidade do meio, vir á esquerda do grande afluente do Paraná, abrir ao futuro o scenario majestoso da terra promettida.

Adjectivação unica era esta, condizente á peculiar feracidade das terras estendidas pelos espigões, fecundissimos, afora, do Jacaré, Cinzas, Laranjinha, Congonhas. Atravessava o Tibagy prolongando-se pelos valles do Ivahy, e Pequiry, a juzante da Apucarana, Pitanga e Cantú, até as margens agrestes do Paraná, delimitadas ao norte pelo Paranapanema.

Datara de 1886, a entrada em terras da então Provincia do Paraná, via Salto Grande, da primeira caravana de que havia noticia e integrada por elementos tocados pela febre da época. Della faziam parte os irmãos Francisco de Paula Figueiredo e José Pedro de Figueiredo, com mais dois camaradas. Traziam o proposito de adquirir terras ás margens do Cinzas. Para se orientar demandaram, por invias picadas, a fazenda do major Thomaz Ribeiro da Silva, localizada ás margens daquelle rio, onde depois se ergueria a cidade de Thomazina.

Fora esta caravana, na volta, atacada pelos indios, senhores absolutos do vasto sertão. Um dos seus membros, José Pe-

dro, ferido como os demais por flechas envenenadas viria a sucumbir em S. Paulo.

Em março de 1888, alli chegava outro mineiro de renome, chefe de numerosa familia, cujo nome se iria ligar á historia de Jacarézinho e do Norte do Estado.

Antonio da Fonseca Guimarães Alcantara, com grande comitiva da qual faziam parte os seus filhos Antonio, Severino, Urbano, e João Fabricio; um padre, frei Joaquim Ignacio de Mello e Souza, que disse a primeira missa ouvida nesses rincões, um medico, o Dr. João Candido de Souza Fortes, além de muitos camaradas e escravos, acamparam, depois de varias peripecias, deixando, na margem paulista do Paranapanema as carretas de bois transportadores da carga que traziam.

Era o inicio de florescente povoação, Nova Alcantara, districto em 4 de julho de 1890, municipio, em 1900, comarca, com o nome de Jacarézinho, em 1904.

Lavradores emeritos, o plantio do café, lhes merecera logo especial attenção. Tempos depois, sahia a primeira colheita, á das fazendas "Capivara" do cel. Francisco Ignacio de Paula Abreu, de Balthazar Sodré, depois Fazenda S. José, e a do major José Infante Vieira, na estação de Guimarães Carneiro.

Em 1893, voltava e estabelecia-se definitivamente o Cel. Francisco de Paula Figueiredo, cuja primeira viagem fora encerrada de tão lamentavel maneira. Adquirindo terras nas cabeceiras do Ourinhos, alli formara as culturas, mais tarde transferida a descendentes seus, em cujo seio, em 1937, vivia ainda cercado do respeito tributado por toda a população.

A ocorrencia de novos desbravadores continuava e os Costa Junior e tantos outros, todos obreiros do desenvolvimento da cafeicultura, fixaram-se no centro irradiador de Nova Alcantara.

Mais algum tempo e era a vez de Cambará. A sua abertura marcava o inicio da notavel arremetida, rumo ao sertão, que gresso as ferrovias e as rodovias fomentaram servindo a uberridas povoações que surgiram como por encanto e a cujo progresso as ferrovias e as rodovias fomentavam servindo a uberrima região. Era o milagre do café!

A safra paranaense exportada que em 1902 fora de 26 saccas passara em 1912 a 3.311 em 1921 a 61.525, em 1930 a 644.000!

A media das quatro ultimas colheitas fora de 380.000.

Convinha porém notar que muito antes de 1902, o café já era produzido e exportado. Uma das primeiras partidas que haviam demandado o porto de Santos, a do Cor. F. de P. Figueiredo, num montante de 200 saccas, por volta de 1897-98, depois de conduzida em lombo de burro a Cerqueira Cesar,

ponta dos trilhos da Sorocabana, dera como resultado, na conta de venda, um prejuizo de 154$000, incluidas todas as despesas, afora as de producção.

Por este facto, bem se poderia aquilatar da aventura que representava uma empreitada desta natureza, naquelles tempos. Como se modificara a situação!

A expansão da cultura cafeeira para o Sudoeste encontrara incipiente cafeicultura na então Colonia Mineira, depois Siqueira Campos, graças aos esforços da familia Leme Barbosa, cujo chefe, o venerando Jeronymo Barbosa Leme, por volta de 1888, alli iniciara pequenas lavouras.

Era preciso esclarecer comtudo que o desbravamento dessa zona de S. José de Boa Vista, Colonia Mineira, Thomazinho, etc., se bem que muito anterior ao iniciado por Nova Alcantara, não trouxera de começo o interesse pelo café.

Á lavoura da rubiacea oppunham obstaculos as difficuldades de escoamento, ou talvez tambem as questões agrologicas adstrictas á mentalidade da época, ligadas ao arrefecimento das tentativas da implantação do café na zona servida pelo ramal de Itararé.

Alli sómente mais tarde interessaria o café aos lavradores.

Rumo ao sertão, pelo contrario, a terra roxa na continuidade com que a Natureza tão prodigamente aquinhoara o Paraná, facilitava-lhe imprevisivel desenvolvimento.

Isolando Ribeirão Claro, de constituição geologica caprichosa, todo cheio de afloramentos da rocha mãe, as chamadas "cabeças de negro", com espigões da mais apurada terra roxa, as metades occidentaes dos municipios de Jacarézinho e Santo Antonio da Platina, mais o municipio de Cambará, passaram a constituir o centro cafeeiro mais importante do Paraná.

A seguir, Bandeirantes, Cornelio Procopio, Sertanopolis e Londrina, constituidos em alviçareira interrogação: hoje nucleos formidaveis, o que lhes reservaria um futuro proximo?

Segundo o Dr. Nerico, em fins de 1937, correspondia o cafesal paranaense a 39.417.976 arvores. Existiam lavouras em treze municipios dos quaes se salientavam notavelmente Cambará (9.833.586) Jacarézinho (7.491.060) Ribeirão Claro (5.930.621) Santo Antonio da Platina (4.952.513) encerrando 71,6 dos cafesaes paranaenses que embora representando apenas 1,5% dos cafeeiros existentes no Brasil, tinham como indice de producção 4 %. Assim era a lavoura cafeeira do septentrião paranaense legitimo padrão de orgulho e de incentivo ao trabalho do solo.

Estudando as condições da lavoura fluminense em 1937 lembrava o Dr. William Wilson Coelho de Souza que ella ape-

sar da situação difficil que atravessava o café, ainda representava importante expressão economica do Brasil.

Fora a media do quinquiennio de 1927 a 1931, de saccas 1.159.941.

1932	1.513.050 saccas
1933	1.300.000 "
1934	900.000 "
1935	900.000 "
1936	931.000 "

A queda da producção nos ultimos tres annos, com ligeiro augmento no de 1936, resultava provavelmente da falta de trato das lavouras.

O rendimento medio cada vez mais baixo assim se qualificava por mil pés:

1932	21,6 arr.
1933	17,3 "
1934	12,0 "
1935	14,0 "
1936	14,0 "

No quinquiennio de 1932 a 1936, a media da producção cafeeira fluminense fora de 1.108.810 saccas ou 4,35 %, da brasileira.

Dahi decorria que o Estado do Rio era o quarto centro productor do café do paiz.

Quem percorresse as regiões cafeeiras fluminenses teria desoladora impressão.

De modo geral as lavouras se resentiam de graves erros iniciaes. As arvores muito juntas não obedeciam aos alinhamentos, com as carreiras encontrando-se uma com as outras. Plantava-se morro acima, acompanhando as linhas das arvores o maior declive dos terrenos, por vezes bem ingremes.

Deste conjuncto de erros decorria, em parte, o estado lastimavel das plantações, onde a erosão empobrecendo a superficie dos terrenos determinava o aniquilamento das arvores. A falta de trato cultural conveniente, capinas, adubação, póda, completava o quadro confrangedor das lavouras fluminense. Era contristador constatar-se como se encontravam, em galhos seccos, as arvores sem forma e sem porte, reduzidas a pouco menos de cousa alguma.

Quem se habituara a contemplar os *"oceanos verdes"* dos cafesaes paulistas, e via os galhos seccos dos pobres cafesaes flu-

minenses, cabia-lhe a impressão de apreciar o triste panorama de um rei desthronado, cuja corte, morria faminta.

Seria difficil que lavouras a definharem de anno para anno, com rendimentos ridiculos poudessem arcar com os onus que supportavam.

Lamentavel o estado de abandono da maioria das lavouras fluminenses; para as restaurar não encontrara o Dr. William de Souza uma só plantação de "feijão de porco". Raros os proprietarios que dellas cuidavam. Não recebiam geralmente trato porque, allegavam os agricultores, não compensava fazel-o. Grande numero recebia apenas uma capina annual e assim mesmo para o terreno ser aproveitado com os seus robustos concorrentes, o milho, o feijão e o arroz; os quaes em cada colheita faziam cada anno grandes retiradas de elementos fertilizantes do sólo e portanto, depauperavam mais ainda os cafezaes já tão sacrificados.

Vira-se o Estado do Rio de Janeiro contemplado com 23 usinas de beneficiamento.

Apesar da existencia destes estabelecimentos não fora possivel de modo geral melhorar a qualidade do café fluminense.

Muito embora existissem taes organizações, particulares se abalançavam a construir, com capitaes proprios, usinas onde beneficiavam o seu café, ou o de terceiros além dos comprados. Tal o caso da construida e montada pela firma Braz de Natividade.

Não se empregava o processo do despolpamento, e tanques e apparelhos andavam em desuso.

Fizera-se larga distribuição de despolpadores no interior do Estado; a maioria não funccionara. Os lavradores, depois de empregar taes apparelhos e preparar o café despolpado haviam tido, depois do trabalho e despesas, o mesmo preço que pelo producto commum. E então ninguem mais quizera saber de despolpadores.

Nos depositos das Prefeituras andavam estes empilhados, por inuteis. No Armazem Central do Governo, em Nictheroy, encontravam-se igualmente amontoados. Nenhum lavrador queria saber de usal-os porque disto não lhes decorria vantagem alguma.

E assim, no terreno agricola, como no do beneficiamento do café, a producção fluminense não se beneficiara dos magnificos meios do melhoramento do producto, ultimamente preconizados. Tudo jazia como dantes; apenas decahiam os valores da producção. Permanecera a mesma qualidade do producto, o emprego das praticas primitivas. Em todo o interior fluminense não encontrara o Dr .Souza uma unica tulha de secca do café á

sombra, ou um seccador mecanico. Era pois, um doente digno de longo e detido estudo!

Em março de 1937 e pelas columnas da *Revista do Instituto de Café do Estado de S. Paulo* expunha o Dr. Camara Filho director do Departamento de Propaganda e Expansão Economica de Goyaz que, em 1901, apenas exportara o Estado trezentes e poucas arrobas de café e em 1917 elevara sua exportação a 43.600 saccas. Em 1925 contavam-se no Estado uns dez milhões de cafeeiros. Só no municipio de Annapolis tres. A lavoura preferia sobretudo a região chamada "Matto Grosso", longa matta, com uma largura approximada de 108 kilometros por 450 kilometros de comprimento, uma das zonas goyanas mais agricolas. A sua terra, na quasi totalidade, roxa e massapé, dispõe de profunda e espessa camada de humus; sendo muito rica em aguas. Era sem duvida alguma, a porção territorial de maior futuro do Estado.

Em 1937 dispunha Goyaz de 13.200.000 cafeeiros espalhados pelos municipios de Inhumas, Corumbá, Santa Rita do Paranahyba, Jatahy, Rio Verde, Morrinhos, Burity-Alegre, Ipamery, Santa Luzia, Itaberahy, Santa Cruz, Bomfim, Goyania, Trindade, cuja safra, na sua quasi totalidade, se canalizava para S. Paulo.

No Norte do Estado tambem havia producção para o consumo local. A exportação total de Goyaz fora, em 1936, de 65.281 saccas com uma media de producção de 50 arrobas por mil pés. O Serviço Technico de Café, installado, em Annapolis, dera e continuava a dar optimos resultados, louvando o articulista ao Dr. João de Barros Silveira seu director.

As variedades mais communs cultivadas eram: em primeiro lugar, o *Bourbon* e o *Commum* e depois o *Amarello,* o *Roxo, Maragogipe.*

O S.T.C., revolucionara a lavoura cafeeira goyana defendendo-lhe os interesses e encaminhando a mesma para futuro certo e seguro, sob os methodos da moderna technica agronomica. Os resultados deste serviço, feito com intelligencia, já estavam á vista de todos, bem palpaveis. Quem visitava os cafezaes goyanos notava seria preoccupação por parte dos lavradores, em introduzirem os processos mechanizados e outros methodos tendo por finalidade a melhoria do producto.

Não havia prova mais flagrante de tal do que a melhoria dos cafés exportados.

CAPITULO LXXXIII

Commentarios de Roberto Simonsen acerca das causas das grandes crises cafeeiras do Brasil — Rapido historico das valorisações — A persistencia da superprodução

Com a habitual lucidez, e a segurança dada pelo conhecimento de causa, analysou Roberto C. Simonsen, pelas columnas de *Economia* em janeiro de 1940, os primordios e as causas da catastrophica crise de super-producção cafeeira de 1929.

Recordou que a contribuição brasileira na safra mundial assim se avantajara:

Annos	Brasil	America	Asia e Africa
1825	20 %	30 %	50 %
1850	40 %	20 %	40 %
1880	50 %	20 %	30 %
1895	57 %	32 %	11 %

Passara o café a ser artigo quasi que exclusivamente americano e o consumo mundial ia absorvendo toda a producção a crescer continuamente.

O progresso e o enriquecimento, verificados na Europa e nos Estados Unidos, permittiam um augmento no consumo que a abundancia da producção brasileira facilitava substancialmente.

Haviam-se registado, em determinados annos, variações de safras de um producto que, tão fundamentalmente dependia das condições climatericas. Os excessos de um anno eram facilmente compensados e absorvidos em outro, de colheita defficiente.

Podia-se dizer que, até 1895, não houvera, praticamente, sobras no mercado mundial de café.

Haviam-se notado, observamos nós, periodos depressivos assaz fortes, de que tinham decorrido crises sobremodo penosas como a que em 1881 e 1882 affligiu duramente os nossos cafeicultores e motivou as desastrosas manobras de famoso "Syndicato". Operações estas que haviam redundado em tremendo fracasso para os brasileiros arrojados que tinham imaginado poder impor preços aos *roasters* dos Estados Unidos e aos cafesistas do Havre.

No quiquiennio commercial de 1880-1885 entregara o Brasil ao consumo 29.700.000 saccas, a producção universal attingira 53.025.000 dos quaes o consumo absorvera 50.225.000 donde um *superavit* de 2.800.000 saccas. Mas este *superavit* ainda não fôra de natureza a assumir as caracteristicas de inabsorpção, commenta Simonsen com exacção.

E realmente no triennio seguinte em face de uma producção de 27.060.000 e um consumo de 30.725.000 não só desapparecera a crise como começara aquella alta triumphante de preços que iria provocar, esta sim, grave crise superproductora, provocada pela majoração em ouro do valor da sacca, as facilidades de credito nascidas da grande inflação de 1890-1891, ou *Ensilhamento,* a facilidade do braço proveniente do enorme affluxo de immigrantes italianos, a uberdade espantosa das terras do oeste paulista, recem desflorestadas, e onde a rubiacea encontrara o mais magnifico dos *habitat,* a grande extensão da rede ferroviaria paulista a se prolongar, quasi sem tropeços, por territorios de suave derrama. O meio circulante brasileiro quasi duplicara em dez annos. Não houvera freio opposto ao immento *rush* cafeeiro. Assim em 1896 dobrara o Brasil a sua producção.

D'ahi a primeira crise de real e grave superproducção a que se encetara tão premente em 1897.

Passara S. Paulo a produzir 2/3 das safras nacionaes.

Em pleno inicio da crise, Campos Salles e Joaquim Murtinho, adoptaram a politica deflacionista, com o primeiro *funding,* medida, alliada a outras rigorosas providencias deflacionistas, como a incineração de papel moeda, o que provocara a reacção cambial. A taxa que em 1897 attingira 5,21/32 já se encontrava em 1902, em torno da 12d.

A politica deflacionista de Murtinho, occasionando a crise dos bancos, em 1900, levara á fallecia dezenas de organizações financeiras do paiz, maiores e menores. Cerceara a expansão do credito aggravando a situação critica em que se encontrava a Lavoura cafeeira.

D'ahi os appellos desesperados dos cafeicultores em pról de uma intervenção governamental em favor da melhoria das cotações, appello cada vez mais volumoso e intenso.

Dez annos antes, seria perante a Corôa que os lavradores fluminenses clamariam por medidas de governo que attenuassem sua precaria situação, observa Simonsen. Agora, transformado S. Paulo no maior centro cafeicultor do paiz, era junto ao seu governo que se exerceria a pressão dos fazendeiros paulistas.

Coubera pois ao planalto paulista o papel de provocador do *rush* cafeeiro, desequilibrador, até os dias de hoje, do commercio universal cafeeiro.

Resume Simonsen as condições que amparavaram este *rush*, além das que já recordámos: a superioridade enorme da porcentagem da producção, por milheiro dos pés, sobre a das demais zonas brasileiras, terremos bem feitos e bem drenados, muito menos erosaveis, chuvas abundantes mas não excessivas, coincidencia da estação secca com o tempo da colheita; clima, propicio aos colonos europeus e favoravel ás grandes correntes immigratorias proporcionando, em consequencia, abundante mão de obra; facilidades de credito aos agricultores nos ultimos tempos do Imperio e as grandes emissões lançadas nos primeiros tempos da Republica, occasionando a inflação e o estimulo para novas plantações; a grande alta de preços ouro do café verificada entre 1886 e 1896, traduzida ainda em maior alta nos preços em mil réis, pela baixa das cotações cambiaes; o systema de remuneração aos colonos que auferiam grandes proventos com a exploração de cereaes nas terras novas; as facilidades de transportes, proporcionadas pela rêde ferroviaria já existente em 1890; a concentração das actividades agricolas na monocultura do café, dados os seus extraordinários lucros, em contraposição a qualquer outra actividade agricola exercida no paiz ,ou no estrangeiro, em uma mesma area de terra.

Não se devera ao sub consumo o inicio da crise. Em 1896 era o consumo mundial de 11 milhões de saccas, e em 1914 de 22. Dobrara em menos de 20 annos, auxiliando a absorpção das primeiras grandes safras paulistas.

Declinando um pouco ao acabar a Grande Guerra e no periodo a ella immediato, readquirira, porém, o nivel de ..... 22.000.000 em 1925.

No decennio subsequente iria crescer lentamente, á razão annual media de 400.000 saccas. Fora em 1936 de 26.233.000 e em 1937 de 25.588.000 Para isto entrara em scena novo factor a empecel-o.

É que após 1914, além das crises diminuidoras do poder acquisitivo de varias nações, estas tambem continuamente haviam augmentado os direitos cobrados sobre a entrada do café e os impostos sobre o seu consumo. Em alguns paizes taes direitos chegaram a representar mais de 10 vezes o valor da mercadoria!

Faz R. Simonsen notar circumstancia muito interessante relativa as duas principaes zonas cafeeiras do paiz, a antiga, a fluminense e a moderna, a paulista.

A população fluminense, depois de ter crescido rapidamente, nos primeiros 30 annos do Imperio, com a contribuição migratoria de outras provincias, conservara-se praticamente estacionaria, num quasi parallelismo com sua producção cafeeira.

O grande incremento da população paulista tivera logar principalmente na segunda metade do seculo XIX, desde que começara a haver maior interesse pela cultura cafeeira.

As populações das duas provincias achavam-se praticamente equilibradas em 1830, mas em 1850 já a população do Rio de Janeiro seria o dobro da de S. Paulo. Entre este anno e 1872, S. Paulo não só desfizera esta differença como ultrapassara a provincia fluminense, sem se levar em conta a do Municipio Neutro. Em 1890 a população de S. Paulo, já igualava a do Estado do Rio, acrescida da do Districto Federal e em 1900 excedia as duas reunidas.

Recorda o erudito autor da *Historia Economica do Brasil* quanto já em fins do seculo XIX a apparelhagem mecanica das fazendas paulistas levava enorme vantagem sobre o das suas congeneres de outros Estados.

Não seria aliás possivel a manipulação de grandes safras sem os avançados processos que collocaram, sob esse aspecto, a lavoura paulista, na vanguarda das mais aperfeiçoadas industrias agricolas do mundo.

Assim principiara o seculo XX em regimen de super-producção de café no Brasil.

A media do quadriennio, terminado em 1900, accusava para a producção paulista 5.635.250 saccas. Já a safra de 1901/2, seria de 10.148.000. A producção brasileira triplicara em 11 annos!

Já Minas Geraes aliás ultrapassara, desde 1896, a producção fluminense.

Os stocks visiveis, em mãos do commercio mundial, duplicaram. O preço cahia em ouro e em mil reis. D'ahi surgirem varios alvitres para remediar a super-producção: Assim, em S. Paulo e em 1902, o imposto de 2.000$000 sobre o alqueire de

cultura de café novo. Era, de facto a prohibição de novas plantações, dispositivo a vigorar por um quinquiennio, sendo prorogada para um prazo decennal.

Mas o potencial dos cafesaes novos de fins do seculo XIX estava ainda latente. Em 1906-1907 surgiria a famosa *Safra Grande* paulista 15.408.000 saccas em S. Paulo, 20.284.000 no Brasil!

E no emtanto era consumo mundial então de 16 milhões sendo a exportação normal, brasileira, de 12.

D'ahi a baixa immensa das cotações cahidas a 3.000 reis por dez kilos, em Santos.

Rapidamente historiou Roberto Simonsen o que decorreu do Convenio de Taubaté, referindo-se aos tropeços oppostos á execução do plano de fevereiro de 1906, á investida de S. Paulo como comprador dos stocks e o momento angustioso da exhaustão de seus recursos, em 1908, quando o Governo Federal viera em seu soccorro ante as perspectivas da pequena safra de 1908-1909. D'ahi a realização do grande emprestimo de 15 milhões esterlinos a ser liquidado em dez annos.

Até 1914, porém, estava o emprestimo praticamente liquidado e os preços do producto mantidos a cotações convenientes.

Havia, nesta epoca, cerca de 3 milhões de saccas em stock na Belgica e na Allemanha, absorvidos durante a guerra.

O balanço financeiro da valorização, computada no seu credito á taxa de 5 francos, creada para os serviços de juros do emprestimo apresentava saldos positivos a favor de S. Paulo. Era incontestavel que a operação evitara grande baixa nas cotações, o que iria desorganizar não só as finanças do Estado como as do proprio paiz. Não se pode negar, tão pouco, que os mercados consumidores haviam pago pela melhoria dos preços de venda, parte do custo da operação.

A experiencia demonstrara, no emtanto, que o armazenamento de grandes stocks de café no Exterior, além de arriscado, constitue factor deprimente para os mercados, que sempre se sentem sob a ameaça de uma concorrencia inesperada da entrada em scena nas Bolsas, daquellas enormes massas represadas.

A baixa dos preços muito mais do que a prohibição do plantio fizera com que a exportação paulista do quatriennio de 1908-1912 declinasse um pouco da do anterior subindo um pouco no seguinte o mesmo se dando com a exportação nacional como se vê no quadro:

Quatriennios	S. Paulo	Brasil
1905-1908	9.507.569	13.281.272
1909-1912	9.485.569	12.485.634
1913-1916	10.196.425	13.659.429

É que as cotações haviam melhorado, e muito, sensivelmente. Assim a sacca, no primeiro quatriennio, vendera-se a £ 1,9 e já no segundo a 3,04, muito embora no terceiro baixasse a 2.40. Verdade é que neste periodo de 48 mezes 29 já pertenciam á Conflagação Mundial em que as exportações declinaram devido ao bloqueio da Europa Central e ás difficuldades de transportes.

Tão pujantes porém as lavouras que se annunciava para 1917 grande safra. Nova ameça de super-producção, nova grita de lavradores, nova intromissão do Governo de S. Paulo, nos mercados, premido pela opinião publica, estimulado pelos resultados das operações da primeira intervenção.

Como lhe fosse impossivel realizar qualquer operação no Exterior, conseguira do Governo Federal um emprestimo de 100 mil contos de reis, constituido por emissão especial do Thesouro. Assim adquirira cerca de tres milhões de saccas, subindo a cotação para o typo 4, em Nova York, de 9,47 centavos em Novembro de 1917, a 11 centavos em abril de 1918.

Em junho de 1918, vinha a formidavel geada de S. João prejudicar enorme area de cafezaes e valorizar, em extremo, os stocks em poder do governo paulista.

Logo após o armisticio, o preço na safra de 1919, subira acima de 22 cents. Na segunda metade desse anno, a media se mantivera acima de 27 centavos para o mesmo typo. Assim o governo de S. Paulo liquidava a operação com grandes lucros dividindo os resultados com o Governo Federal.

Assim tambem este exito se devera a factor absolutamente imprevisto, causador do maior enfraquecimento á productividade do cafesal paulista.

Uma circumstancia aponta Roberto Simonsen, contemporanea: se as nações vencidas haviam perdido grande parte de sua capacidade acquisitiva por outro aŝ desobediencias á lei do

plantio não haviam sido muito avultadas: a lei secca, vigorando nos Estados Unidos entre 1919 a 1923, concorrera para augmentar, em cerco de 20 %, o consumo por cabeça naquelle paiz, compensando parcialmente a exiguidade verificada nos mercados europeus.

As estatisticas dos cafezaes paulistas demonstravam o augmento relativamente pequeno, havido entre 1902 e 1918. De facto, havia em 1902, 685.000.000 de pés, em 1906, ... 688.845.410, em 1913, 722.420.748.

Quarenta e sete milhões de cafeeiros novos, ou 6,8 a mais. Mas já em 1918 havia 828.355.425 cafeeiros ou mais 243.355.000 o que correspondia a vinte por cento. Em 1920 ante a perspectiva de uma safra consideravel cahiram os preços de 23,5 em junho de 1920 a 8 1/2 cents em principios de 1921. E o peior era que o cambio acompanhara a queda dos preços ouro.

"O valor preponderante do producto, na pauta da exportação e a influencia directa de sua cotação sobre o cambio, crearam uma consciencia, nos dirigentes da politica nacional, sobre a relevancia dum relativo equilibrio em seus preços, para evitar as bruscas fluctuações em suas cotações, com reflexos prejudiciaes na economia e nas finanças publicas, observa Roberto Simonsen.

Explica o douto analysta as determinantes desta nova directriz por parte dos governantes de S. Paulo e do Brasil.

"D'ahi surgiu no Congresso Nacional um projecto de creação de um instituto permanente de defeza do café. As rapidas variações no vulto das safras e a inconveniencia de sua descida, em poucos mezes, aos portos de embarque, seriam contrabalançadas pela politica desenvolvida por tal instituição. Crear-se-iam armazens reguladores no interior de S. Paulo e as safras se escoariam, parcelladamente, durante todo o anno, para o porto de Santos. Seriam, desta forma, regulamentadas as chegadas a Santos, um dos meios reconhecidamente mais efficazes de se controlarem os preços no mercado, pela subtracção de offertas superiores ás necessidades do consumo.

A não ser o parcellamento dos embarques e a creação de armazens reguladores, não tornou, porém, o Governo effectiva a creação da organização prevista.

Reclamava-se, no emtanto, contra a queda dos preços nos mercados estrangeiros".

Proclamara o Presidente Epitacio Pessoa nacional o problema do café determinando novo plano de intervenção nos mercados plano a ser levado a cabo pelo Governo Federal.

Começara a operar a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil.

Ampliando-se a operação, realizara o governo em 1922, um emprestimo de 9 milhões de libras esterlinas pagando-se então todos os adcantamentos feitos pelo Banco do Brasil e effectuando-se novas acquisições até um total de 4 1/2 milhões de saccas. Deveria o prazo da liquidação da operação ser de 30 annos. As condições dos mercados permittiram, entretanto, a liquidação até 1924, do total dos stocks adquiridos.

As condições eram realmente muito satisfactorias como demonstram as cifras:

SAFRAS	Producção mundial	Consumo mundial
1920-1921	20.283	28.499
1921-1922	19.788	19.717
1922-1923	18.970	19.102
Totaes	58.970	57.378

Assim o *superavit* baixara a 1.592.000 saccas.

Em 1923-1924 a safra brasileira fora grande (16.415.000) mas como a de 1924-1925 se mostrara bem menor .... (14.667.000) restabelecera-se o equilibrio.

Constituiu-se, com o producto das vendas effectuadas, um fundo em dinheiro para o resgate do emprestimo, dentro dos primeiros 10 annos, como o autorizava o contracto.

Assim, entre 1921 e 1924, occorrera, portanto, nota Simonsen, uma interferencia entre uma operação valorizadora e o ensaio de uma politica de defeza permanente do café.

Entretanto, observamos nós, a corroborar as opiniões do illustre autor se á safra de 1925-1926 com as suas 15.126.000 saccas brasileiras se addicionasse a producção universal ter-se-ia uma producção mundial de 22.512.000 a que se contrapuzera um consumo tambem mundial de 21.705.000.

Pequeno ainda o superavit apenas de 807.000 saccas. A producção global de 1926-1927 com as suas 22.717.000 saccas viera contrapor-se o consumo, tambem global, de 21.298.000. Já o superavit passara a 2.426.000 do novo stock que se formava e ameaçava alteiar-se perigosamente.

Estava na consciencia de todos porém que o perigo se avizinhava. Sabia-se que centenas de milhões de arvores plantadas em terras uberrimas e frescas, as que o café exige, estavam "a chegar".

E assim surgira a enorme safra brasileira de 1927-1928 com as suas 27.122.000 saccas o que com a contribuição do resto do mundo daria 35.125.000.

A campanha de consumo com as suas 23.536.000 saccas apenas deixaria um saldo a stockar de 12.598.000! A 1.º de julho de 1928 reconstituira-se o terrivel spectro da primeira grande crise, a de principios do seculo. Havia mais de 15 milhões de saccas a stockar. Mas esperava-se sempre a compensação decorrente das safras minguadas subsequentes.

E realmente 1928-1929 daria para o Brasil 13.621.000 saccas e para o Mundo 22.281.000. Mas o consumo declinara a ponto de haver ainda o pequeno superavit de 30.000 saccas. Assim, a primeiro de julho de 1929, mantinha-se de pé o enorme stock e começava a desenhar-se uma situação economica financeiro mundial de má catadura.

Antes que as floradas annunciassem que a safra de 1929-1930 seria enorme, a maior jamais havida no Brasil dera-se *o* terrivel collapso dos mercados mundiaes da moeda.

Em 1924 o Governo Federal passara novamente ao de S. Paulo a direcção da defeza do producto creando-se então o Instituto de Café do Estado de S. Paulo. Instituira-se um fundo para a sua actuação a taxa de mil reis ouro, cobrada sobre todo o café que transitasse pelo territorio paulista. Os objectivos principaes do Instituto seriam a regularização dos embarques para os portos, o financiamento aos lavradores, a intervenção no mercado para evitar fluctuações bruscas.

Em 1926, contrahira o Instituto, apoiado pelo Governo do Estado, um emprestimo de 10 milhões de libras para constituir o fundo permamente de defeza, sendo a seguir creado o Banco do Estado de S. Paulo, com o intuito principal de financiar conhecimentos do café retido nos armazens reguladores e proporcionar creditos hypothecarios aos agricultores.

Desenvolvida a politica de construcção dos armazens reguladores, e creado o Banco, formara-se no Estado uma opinião optimista sobre a estabilidade da cultura cafeeira, recorda Roberto Simonsen .

De 1924 a 1929 haviam-se as cotações conservado elevadas, existindo facilidade e abundancia de financiamento aos lavradores. A crise mundial de 1929 occasionara, porem, a suppressão do affluxo de capitaes inglezas e americanos para o Brasil, accentuando-se mesmo chamadas de dinheiro daqui, dadas

as altas cotações a que tinha attingido o "call money", em Nova York.

O Governo Federal empenhado na politica de estabilização, impressionara-se com a falta de cambiaes e com o declinio dos embarques em Santos, atribuindo-o ás cotações altas, quando realmente, não eram elles senão o reflexo da crise mundial. observa Roberto Simonsen.

Exgotando-se os recursos para o financiamento e para a defeza do mercado, fora o Instituto obrigado á cessação de sua acção intervencionista provocando a queda violenta das cotações, em outubro de 1929.

A cotação official de Santo cahira de 33$500 por 10 kilos, no começo de outubro, para menos de 20$000 em Dezembro. Os grandes stocks accumulados nos reguladores, aos creditos a prazo curto conseguidos pelo Banco do Estado, estavam a demandar uma operação para aliviar a situação.

Neste entremente desenhava-se a aggravação da crise superproductora. A producção brasileira de 1929-1930 fora maior do que a de 1926-1927 attingindo 28.331.000 saccas. A mundial ascendera a 36.504.000 a que se contrapuzera a cifra exigua do consumo (23.554.000).

A 1.° de julho de 1930 o já immenso parallepipedo do stock assumia proporções absolutamente colossaes com a addicção de quasi 13 milhões de saccas. Mais de 25 milhões havia em deposito das quaes cerca de 21 milhões nos reguladores.

A unica esperança residia na transitoriedade da crise monetaria mundial e numa tentativa de accommodação obtida por meio da deflação lenta das cotações. Senão como poderia darse o reajustamento indispensavel? quando os cafesaes ameaçavam novas cargas enormes, filhas do seu viço juvenil e em periodos curtos. E quando se sabia que o plantio recente não se limitava apenas ao Brasil havendo grande incrementação de lavouras na America, sobretudo na Colombia, na Africa, etc.

Mas o grande perturbador do rythmo da offerta e da procura estava no Brasil, sobretudo em S. Paulo, a fornecer mais de dous tercos da safra brasileira.

Os optimistas em relação á sorte do café, os que entendiam não poder deixar-se o producto abandonado a sua sorte o que provocaria o crack não só paulista como nacional ainda procuravam lutar contra a maré arrazadora de desventura que ameaçava tomar proporções de verdadeiro maremoto.

Passada a primeira conturbação dos espiritos que fora immensa, attingindo todas as classes tentara o governo paulista coherente comsigo mesmo por a nau cafeeira em condições de escapar ao sossobro immediato.

Tão aguda a situação dos primeiros dias que um observador, capitalista, aliás de intelligencia alcançada, dizia contemporaneamente que se de cada vez em que, nos primeiros dias, ouvira pronunciar, nas rodas financeiras, e entre o publico, em geral, a palavra crise, houvesse recebido mil reis, d'ahi lhe proviria uma fortuna de multi-millionario.

Continuando a sua explicação das graves occurrencias da vida cafeeira nacional em sua maior crise escreve Roberto Simonsen.

"O Estado de S. Paulo realizara, em abril de 1930, o Coffee Realisation Loan, de 20 milhões de libras dinheiro a ser posto á disposição do Governo, contra 3 milhões de saccas a serem por este adquiridas e mais, com a garantia de conhecimentos de café caucionados ao Banco do Estado, á razão de 1 libra por sacca.

Os juros, para o custeio do emprestimo, proviriam de uma taxa de 3 shillings, cobrada sobre todo o café chegado a Santos e a amortização se effectuaria mediante os resultados da venda mensal de 137.500 saccas, das quaes 25.000 do stock do Governo.

O emprestimo deveria amortizar-se em dez annos, compromettendo-se o Governo a não fazer novas intervenções no mercado.

Os stocks em 1.º de julho de 1930, nos reguladores, montavam a cerca de 21 milhões de saccas. A cotação media, em Nova York, baixara de 13 centavos em junho, a 11, em agosto de 1930.

A revolução de outubro de 1930 aggravando a situação cambial do Brasil, reflectira-se nos preços do café.

Mas os cafesaes novos, dia a dia, adquiriam maior viço. D'ahi uma serie de safras copiosas, resultantes das grandes plantações dentre 1924-1929. Aggravando-se a situação do café, o Governo Federal chamara novamente a si a sua defeza, prestigiando a organização, em 1931, do Conselho Nacional do Café, no qual deveriam ser representados todos os Estados productores.

Deliberara, ainda, por iniciativa do Ministro da Fazenda, Dr. José Maria Whitaker, adquirir os stocks dos armazens reguladores, conservando no emtanto, em garantia do emprestimo de 20 milhões de libras o numero de saccas a tanto necessario.

A baixa da cotação em ouro do café aggravava continuamente a situação do cambio brasileiro. Fora quando o Sr. Charles Murray submettera á apreciação do Governo Federal engenhoso plano da creação de fundo especial para a acquisi-

ção e destruição do excesso de café durante tres safras, ao mesmo tempo que elevava substancialmente o preço do producto.

De accordo com suas previsões, o imposto ouro creado sobre a exportação deveria ser pago pelo consumidor. Adoptada parcialmente a sua idéa, creara-se uma sobre-taxa e o Conselho Nacional do Café, com o seu producto, passara a adquirir os excessos dos stocks para serem destruidos.

A superproducção era, porém, muito mais volumosa do que se imaginára. E o Conselho, além da sobre-taxa, achara-se na contingencia de lançar mão de vultoso emprestimo no Banco do Brasil e em outros estabelecimentos de credito, para fazer face aos stocks que se vira obrigado a adquirir, visando o equilibrio estatistico do producto.

Desde 1931 haviam sido creados impostos prohibitivos sobre novas culturas de café. Em 1932, decretara-se a prohibição de novos plantios, dispositivo posteriormente revalidado e destinado a vigorar até fins de 1939.

Em 1933, o Governo Federal, considerando que "deveria ser mais effectiva a sua ingerencia na defeza do café", creara o Departamento Nacional do Café, subordinado ao Ministerio da Fazenda, ficando a seu cargo, e augmentadas, as attribuições do antigo Conselho, então extincto.

Exgotados os recursos provenientes da sobre-taxa, vira-se o D.N.C. obrigado a valer-se de quotas de sacrificios, exigidas em especie dos productores e da retenção dos stocks no interior, para evitar o afogamento das praças exportadoras, ao peso de excessivo affluxo dos cafés accumulados.

A esta politica qualifica o abalizado analysta de artificiosa pois visava apenas conseguir o equilibrio estatistico de um producto em regimen de super-producção.

Concorrera para o aggravamento da situação de grande parte da lavoura, principalmente daquella que trabalhava com pequena rendabilidade.

D'ahi e procurando alliviar a situação, o Governo Federal, abolira, em outubro de 1937, a maior parte das taxas de exportação. Sem recursos para acquisição de novos excessos de safras, tiveram de ser decretadas em 1938, pelo Departamento Nacional do Café, novas quotas de sacrificio.

Analysando em 1939, o que significa a actuação da politica cafeeira nacional do octennio transacto expendeu Roberto Simonsen as seguintes e exactissimas ponderações:

"O enorme esforço dispendido pelo Brasil para fazer face á crise de super-producção, ainda não poude ser bem avaliada. A queima de cerca de 65 milhões de saccas, representando

4 annos de exportação do producto é, por certo, um dos maiores commettimentos já effectuados em economia dirigida."

Aponta o douto economista o reverso do arduo problema cafeeiro nacional.

Emquanto o Brasil assim, praticava uma politica de sacrificios e retenção, os outros paizes productores aproveitavam-se da situação, e tratavam de collocar toda a sua producção, augmentando-a, mesmo, de maneira substancial.

Concomitantemente, com a abolição da maior parte das taxas que gravavam a exportação, iniciara o governo brasileiro em fins de 1937 a politica dos preços baixos e da liberdade de exportação, visando combater a concorrencia da producção de outras procedencias e reconquistar a antiga posição dos nossos cafés nos mercados externos.

Continuando suas considerações recordou Roberto Simonsen o papel eminente representado nas crises cafeeiras pelos phenomenos meteorologicos que haviam actuado em 1939, prejudicando as safras da America Central e as do Brasil. Haviam as successivas crises, desanimado muitos lavradores, levados a abandonar os cafezaes de pouca productividade. Continuava a broca do café, quando não combatida, a fazer estragos substanciaes e a insufficiencia da mão de obra haviam concorrido tambem, para que o trato dos cafezaes fosse muito prejudicado. Todas estas circumstancias, alliando-se aos resultados da eliminação effectiva de vultosas sobras e á nova politica do D.N.C. haviam permittido relativo desafogo na situação cafeeira. D'ahi decorrera augmento da exportação, melhoria dos preços em mil réis e diminuição dos stocks.

Concluindo expendeu Roberto Simonsen conceitos a que confirmariam circumstancias dentro em breve vigentes pela depressão das colheitas, fructo aliás tambem de condições meteorologicas excepcionaes.

"Não tenhamos, porém, illusões, o phenomeno da superproducção ainda não foi encarado de frente e continuará, por muito tempo, a actuar com todos os seus maleficios" continuando expressa:

A feliz liquidação da primeira e segunda valorisações, a alta dos preços do café e a politica ferroviaria seguida por S. Paulo, eis os grandes factores do aggravamento da sua superproducção, nos ultimos 15 annos."

Contara o Brasil, a partir de 1889 quatro periodos de preços altos em ouro.

O primeiro, o maior, entre 1886 e 1895, actuara como um dos factores preponderantes da superproducção nacional, o segundo, occorrera entre 1910 e 1914, e fôra fructo do primeiro

plano valorizador. Tivera resultados attenuados, porém, pela grande guerra. O terceiro decorrera da grande geada de 1918, em combinação com a intervenção no mercado realizada pelo Governo Federal. Ao quarto, finalmente, occorrido pouco depois do plano valorizador de 1922, esteiara, como principal fundamento, a politica de defeza permanente mantida pelo Instituto de Café do Estado de S. Paulo em perfeita harmonia aliás com o Governo Federal.

Era esta quarta phase responsavel pela grande expansão das lavouras em zonas novas, causadora da excessiva producção dos ultimos annos.

Quaes os factores psychologicos principaes provocadores desta situação?

Explica Simonsen:

"A mentalidade gerada entre os agricultores de que pelas successivas intervenções officiaes acabariam sahindo das difficuldades, estimulava a ausencia de uma politica governamental que os esclarecesse sobre os perigos economicos decorrentes da manutenção do estado de super-producção cafeeira. Assim não obstante a dura experiencia do começo do seculo, o café se alastrara por todas as zonas do Oeste paulista, derramando-se pelo valle do Paranapanema, do Santo Anastacio ao Rio do Peixe, pelo Aguapehy e os ultimos rincões disponiveis na bacia do Tietê.

Segundo as mais recentes estatisticas, estavam as zonas novas da Noroeste, da alta Paulista e da Sorocabana, produzindo, praticamente, 60 % do café paulista.

No regimen do trabalho livre, com o valor do apparelhamento economico representado pelas estradas de ferro, e as de rodagem e todas as especies de construcções civis, fixadas nas primeiras zonas occupadas pelo Café no Oeste paulista, não se verificara propriamente, nas chamadas regiões cansadas, a grande decadencia registada no Estado do Rio, de condições topographicas bem diversas, com as areas eminentemente erosaveis, como aliás, as da Matta Mineira e do Norte Paulista.

Persistia, porém, o estado de crise, o regimen deficitario em grande numero de lavouras e o penoso trabalho de reajustamento a novas actividades.

As explorações agricolas de S. Paulo podiam classificar-se em tres grupos: a) as que trabalhavam no regimen dos saldos, nas zonas novas, graças á elevada productividade, proporcionando apreciavel rendimento ao lavrador; b) as que se encontravam, apenas, em estado de equilibrio; c) as francamente em regimen deficitario.

Observou Roberto Simones o reflexo da depressão economica cafeeira sobre a mentalidade dos governantes e governados paulistas:

O deslocamento do eixo economico do Estado não se poderia realizar sem consequencias sociaes e politicas. A lucta subterranea, travada entre as varias regiões economicas, as mais novas, as mais humosas, occasionando graças á sua producção e consequente baixa de preços de custo, a ruina de varias outras, trouxera o desentendimento entre os homens publicos paulistas. Gerara a intranquilidade de espirito nos que trabalhavam na agricultura, com immediatos reflexos na vida politica do Estado e do proprio paiz.

De taes desentendimentos haviam defluido a falta de união entre os lideres das varias regiões, as accusações reciprocas de erros administrativos, pela incomprehensão dos phenomenos economicos, e, em consequencia, a fraqueza da representação do Estado e o declinio de sua hegemonia politica na Federação.

Ás lucidas paginas dos *Aspectos da historia economica do café* acompanham magnificos graphicos.

a) Exportação de café do Brasil e producção de suas principaes regiões cafeeiras; b) Exportação comparativa entre os portos do Rio de Janeiro e Santos de 1880 a 1900; c) Exportação de café comparatiamente á população e a exportação total do Brasil; d) Inter-relação entre a circulação cambial e preço ouro do café; e) Superproducção e sobras.

No primeiro destes quadros tão suggestivos vê-se a linha da producção paulista apanhar a da fluminense em 1883, a esta sobrepujar em 1887 pela primeira vez, della se distanciando muito d'ahi em deante e, afinal, immenso até o maximo occorrido em 1933.

A producção mineira e a paulista entre 1850 a 1880 como que correm parelhas. Em 1887 a mineira equipara-se a fluminense. De 1896 sobrepuja-se definitivamente superando-a até o maximo de 1921. Quanto á producção espirito-santense inferior de muito á fluminense alteia-se paulatinamente passando a subrepujal-a de 1928 em deante.

No segundo graphico vemos as ordenadas da curva fluminense decrescer, ao passo que as da de Santos crescem.

Em 1890 ha um ponto de intersecção nas vizinhanças de dous e meio milhões de saccas. A partir de 1894 conquista Santos a posição de primeira praça exportadora, definitivamente. E de anno em anno distancia-se de seu antigo emulo e outr'ora seu dominador.

O terceiro diagramma apresenta o frisante parallelismo dos valores de exportação global brasileira a do café. São frisan-

tes as depressões das ordenadas da conversão do valor da exportação cafeeira em ouro nos periodos das crises de superproducção.

Verifica-se que os valores ouro do café exportado augmentaram sempre após as operações valorizadoras, correspondendo as maiores ordenadas ás abscissas dos annos da politica de retenção na phase de defesa permanente.

No quarto graphico evidencia-se que o valor do esterlino em mil reis tem, de 1851 a 1913, as suas ordenadas pouco diversas das que correspondem ás do meio circulante.

Distanciam-se frisantemente, de 1913 a 1930, em que o valor do esterlino sobe de modo notavel. Ha em 1935, a intersecção das duas curvas quando o soberano attinge cem mil réis e a circulação fiduciaria orça por 3.250.000 contos de réis.

Crescem as ordenadas até 1938 a do esterlino a 140$000 e a da circulação a 4.500.000.

Confirma-se para o Brasil a theoria quantitativa da moeda.

As phases da alta do café, em ouro, em 1911-1912; 1919-1920, 1925-1926, reflectiram-se sobre as taxas cambiaes, influencias secundarias, aliás, no conjuncto da actuação geral, decorrente do meio circulante.

E interessante o cotejo entre as ordenadas do meio circulante e as da população.

O quinto diagramma é muito suggestivo. A curva da producção colleia com a da exportação de 1891 a 1900. Da-se o deficit da exportação. Entre 1910 e 1920 ha sobras de producção e de 1926 em deante occorrem os excessos, cada vez maiores, da producção.

Observa Roberto Simonsen a intima relação entre o preço ouro do café e o cambio brasileiro.

E' verdade que no grande periodo da alta, no final do seculo XIX, verificara-se a concidencia do elevado preço ouro do café com a depressão do nosso cambio. Preponderavam, porém, neste periodo as consequencias do Encilhamento e as grandes emissões dos primeiros tempos da Republica.

Desta data em diante occorreriam melhoria do cambio, correspondente ás altas do preço ouro do café e baixa violenta cambial em conjuncção com as depressões das cotações em ouro do producto. Isto, como consequencias geraes.

A partir de 1926, com excepção apenas do anno agricola de 1934-35, nunca mais houvera no Brasil, safras inferiores a 18 milhões de saccas.

Os cafezaes paulistas passaram de 1.060.496.765 arvores a 1.325.811.900 pés sendo o numero dos cafeeiros ....

2.818.418.900 para todo o paiz. Tambem em 1933, a safra brasileira alcançara quasi 30 milhões!

No emtanto, a exportação media do Brasil, no ultimo decennio, vinha girando em torno de 14 milhões com um excesso de producção sobre o consumo, de mais de 80 milhões. Dessas sobras haviam sido destruidas cerca de 65 milhões, ainda restando nos reguladores e apenhadas aos banqueiros estrangeiros, acima de 20 milhões de saccas em 1940.

Entende o autorizado reparador que a providencia de eliminação dos excessos, perfeitamente comprehensivel dentro de curto periodo, nunca deveria ter-se transformado em politica permanente, pois no caso brasileiro redundara em verdadeiro attentado contra a economia social do paiz.

De facto, se no Brasil houvesse o desemprego, poder-se-ia comprehender que fosse essa uma formula para proporcionar trabalho aos que necessitassem, mas no Brasil, pelo contrario verificava-se a carencia da mão de obra para culturas remuneradoras, taes como a do algodão e a das fructas.

Ora, existiam no paiz cerca de 300.000 obreiros plantando, colhendo, transportando e queimando café. Tal a quota de trabalho a que correspondia o volume physico do café destruido.

Concluindo as suas considerações expende Simonsen que a supreproducção não fora ainda eliminada e tão pouco atacada de frente em suas causas profundas. Impunham-se medidas que eliminassem o phenomeno, que persistira tão longamente por quarenta annos, com crescentes damnos á estabilidade economica do paiz e á sua estructura politica e social.

E essencialmente provinha do Brasil e sobretudo dos cafezaes paulistas como se evidenciava do exame das cifras:

QUADRIENNIOS	Producção Brasileira extra paulista (em milheiros de saccas)	Producção Paulista (em milheiros de saccas)
1920-1921 a 1923-1924	4.144	8.951
1924-1925 " 1927-1928	6.469	11.734
1928-1929 " 1931-1932	7.410	14.274

Media do doudecennio:

S. Paulo	11.653.000
Resto do Brasil	6.007.000

Quando ao resto do Mundo notava-se que a politica de retenção e dos preços altos tambem estimulara muito a producção

QUADRIENNIOS	Brasil	Resto do Mundo
1920-1921 a 1923-1924	13.110	6.321
1924-1925 " 1927-1928	18.254	7.221
1928-1929 " 1931-1932	21.682	8.463

Assim a responsabilidade da superproducção exageradissima se devia ao Brasil, e no Brasil ao cafesal de S. Paulo das zonas novas, dando cargas enormes.

Atraz de S. Paulo enfileirava-se Minas Geraes onde a producção crescera muito, tambem com a alta dos preços. Muito abaixo vinham o Espirito Santo e Rio e Janeiro. Surgira como nova zona productora mas ainda de safras assaz restrictas: o Paraná cuja media duodecenal não attingia ainda 230.000 saccas.

Vejamos porém quaes as medias dos tres Estados centraes grandes productores.

QUADRIENNIOS	Minas Geraes	Espirito Santo	Rio de Janeiro
1920-1923 a 1923-1924	3.220	1.118	941
1925-1926 " 1927-1928	3.460	1.391	971
1928-1929 " 1931-1932	4.040	1.696	1.021

Assim a excessiva alta dos preços provocava o seguinte phenomeno de superproducção entre o primeiro e o ultimo quadriennio.

Em S. Paulo	5.323.000 saccas
" Minas Geraes	820.000 "
No Espirito Santo	578.000 "
" Rio de Janeiro	80.000 "

Recorrendo aos numeros indices veremos que os augmentos foram:

Em S. Paulo	de 100 a 160
" Minas Geraes	" 100 " 125
No Espirito Santo	" 100 " 151
" Rio de Janeiro	" 100 " 108

No quadriennio seguinte não se aggravaria a situação pois apesar de toda a pujança do viço dos cafesaes novos paulistas se verificaria a depressão da producção nos demais Estados:

S. Paulo	14.514
Minas Geraes	3.326
Espirito Santos	1.470
Rio de Janeiro	911

Assim o augmento paulista não contrabalançaria o afrouxamento dos tres outros Estados (240 versus 1.030) apesar do subsidio paranaense aliás ainda pequeno no computo total da producção brasileira.

A inflação cafeeira exagerada creara uma situação tal de constrangimento que não haveria plano elaboravel que não offerecesse numerosas falhas e pontos fracos. E depois o Brasil não poderia escapar á influencia universal que dominava todos os espiritos norteando-os para a economia dirigida. Era como um contagio mundial, por toda a parte a manifestar-se impondo preceitos e dictames nos dous hemispherios.

E por cima de tudo a entravar a liberdade do commercio e impondo restricções ao consumo a tensão politica mundial, a aggravação das relações internacionaes prenunciando a catastrophe que irromperia em setembro de 1939, e cuja approximação foi precedida por uma onda intensissima de mal estar com os mais fortes reflexos restrictores do intercambio universal.

Não fosse a excessiva preamar da famosa onda verde dos cafesaes provocada pelo delirante optimismo dos annos do decennio de 1920 a 1930 com todos os seus resultados nefastos e o Brasil teria a sua questão cafeeira assente num regimen estabilizado e benefico.

CAPITULO LXXXIV

O café e os grandes productos da exportação brasileira no periodo de 1927 a 1938 — Medias cambiaes — Exportação por anno civil e por anno agricola pelos principaes portos — Valor das safras exportadas em mil réis e em ouro — Preço medio da sacca em mil réis e em ouro — Cifras das existencias — Cotações medias do café no Brasil e nos Estados Unidos — Café liberado e eliminado — Café dos reguladores — Commercio cafeeiro de cabotagem — Tributação cafeeira

Vejamos o que representou o café no conjuncto dos oito principaes productos antigos da exportação do Brasil, no periodo de 1927-1938:

Annos	Café	Algodão	Borracha	Couros	Cacau	Assucar	Fumo	Matte	Somma
1927	70,68	1,2	3,2	4,9	5,2	0,7	1,9	3,0	90,75
1928	71,54	0,9	1,5	6,9	3,5	0,5	1,8	2,9	89,84
1929	70,97	4,0	1,6	4,4	2,7	0,2	1,7	2,7	88,27
1930	62,86	2,9	1,2	4,9	3,1	0,9	2,5	3,3	81,66
1931	69,07	1,7	0,8	4,7	2,8	0,1	1,9	2,7	83,77
1932	71.90	0,1	0,4	3,8	4,5	0,8	1,6	3,5	86,60
1933	73,79	1,0	0,7	3,9	3,7	0,5	1,1	2,3	86,99
1934	61,12	13,2	1,0	3,9	3,8	0,4	1,5	2,1	77,22
1935	52,56	15,8	0,9	3,8	3,9	1,1	1,6	1,6	71,26
1936	45,58	19,1	1,4	4,2	5,3	0,9	1,4	1,3	79,18
1937	42,06	18,6	1,4	5,9	4,5	0,4	1,7	0,6	73,18
1938	45,05	18,2	0,9	4,1	4,5	0,4	1,7	0,1	75,40

Convem observar que os dados do *Commercio Exterior do Brasil* inscriptos em diversas das columnas não coincidem exa-

ctamente com os que se encontram no *Annuario Estatistico do Café para* 1940, havendo entre elles divergencias, aliás pequenas.
Verifica-se que ao declinio do café contrapõe-se a vehemente ascenção doalgodão de 1933 em deante, devido ao grande surto da lavoura paulista da malvacea. A borracha continuou a arrastar-se pelas casa dos coefficientes baixos em que cahira depois do grande collapso do principio do seculo XX. A exportação do cacau e dos couros manteve-se dentro dos limites da sua pequena variabilidade.

Observemos agora as medias cambiaes do periodo:

1927	5 27/32	ou £ a	41.000 reis
1928	5 57/64	" " "	40.700 "
1929	5 229/256	" " "	40.700 "
1929	5 229/256	" " "	40.700 "
1930	5 117/256	" " "	44.000 "
1931	3 3/4	" " "	64.000 "
1932	3 29/64	" " "	78.000 "
1933	3 5/64	" " "	69.500 "
1934	3 19/64	" " "	72.800 "
1935	2 107/129	" " "	84.600 "
1936	3 203/256	" " "	85.900 "
1937	3 1/32	" " "	79.200 "

São estas as cifras da exportação do café pelas principaes portos do Brasil no periodo de 1937-1938 por anno civil e em saccas:

	Santos	Rio de Janeiro	Victoria	Bahia	Paranaguá	Recife	Angra	Diversos	Total
1927	10.254.538	3.267.502	950.506	256.212	212.899	106.451	—	36.933	15.115.061
1928	8.956.041	2.809.678	1.023.359	417.563	442.512	79.314	—	152.978	13.881.445
1929	9.311.508	9.741.071	1.216.132	317.940	301.070	102.388	—	290.706	14.250.815
1930	9.318.260	3.014.439	1.517.976	297.597	644.594	132.017	—	363.526	15.288.409
1931	10.865.120	4.651.721	1.573.224	298.616	258.292	93.524	88.513	21.682	17.850.272
1932	6.152.986	3.766.867	1.321.823	223.460	115.966	64.059	287.380	2.703	11.935.244
1933	10.383.667	3.267.991	1.283.561	152.178	171.758	38.058	157.147	4.949	15.459.309
1934	10.184.660	2.092.072	1.174.956	246.682	194.949	85.808	162.568	5.184	14.146.879
1935	10.433.748	2.952.775	1.316.025	131.970	267.083	48.672	122.052	6.466	15.328.791
1936	9.677.009	2.124.868	1.212.483	951.908	434.913	109.855	367.163	7.307	14.185.506
1937	7.722.531	1.843.031	1.111.117	261.788	261.788	38.429	743.362	2.295	12.122.809
1938	11.357.955	3.033.414	1.168.070	186.552	683.241	11.408	670.033	1.851	17.112.524
Foram estas as medias dos tres quatriennios:									
I	9.467.587	2.958.173	1.176.998	322.328	400.269	105.043	—	211.036	14.641.434
II	9.396.608	3.444.663	1.338.391	230.234	185.241	70.362	173.902	8.675	14.848.076
III	9.772.811	2.488.522	1.201.924	220.555	471.373	52.091	475.653	4.480	14.687.408
E estes os totaes dos quatriennios e o total geral:									
I	37.870.347	11.832.690	4.707.993	1.289.312	1.601.075	420.120	—	844.143	58.565.730
II	37.586.433	13.778.651	5.353.564	920.936	740.965	281.449	695.608	34.698	59.392.304
III	39.091.243	9.954.088	4.807.615	882.218	1.885.493	208.364	1.902.610	17.919	58.749.630
Totaes	114.548.023	25.565.429	14.869.252	3.092.466	4.227.533	909.983	2.598.218	996.760	176.707.764

Quanto as percentagens relativas aos diversos portos, temos:

	Santos	Rio de Janeiro	Victoria	Bahia	Paranaguá	Recife	Angra
1927	66.04	21.62	6.29	1.79	1.41	0.70	0.24
1928	64.52	20.24	7.37	3.01	3.19	0.57	1.10
1929	65.20	19.19	8.52	2.23	2.11	0.72	2.03
1930	60.94	19.72	9.93	1.95	4.22	0.86	2.38
1931	60.87	26.06	8.81	1.67	1.45	0.52	0.12
1932	51.56	31.56	11.07	1.87	0.97	0.54	0.02
1933	67.18	21.14	8.30	0.98	1.11	0.25	0.03
1934	71.98	14.79	8.31	1.74	1.38	0.61	0.04
1935	68.06	19.26	8.59	1.19	1.74	0.32	0.04
1936	68.21	14.98	8.55	1.78	3.07	0.77	0.05
1937	62.87	15.20	9.17	2.16	4.13	0.32	0.02
1938	66.37	17.73	6.83	1.09	3.99	0.07	0.01

Foram estas as medias quadriennaes:

	Santos	Rio	Victoria	Bahia	Paranaguá	Angra	Recofe	Diversas
I	64.67	20.20	8.04	2.20	2.73	—	0.72	1.44
II	63.29	23.20	9.01	1.55	1.25	1.17	0.47	0.06
III	66.55	16.94	8.18	1.50	3.21	3.24	0.35	0.03

Quanto ao valor das safras em mil reis papel e por anno civil são estes os dados da Directoria de Estatistica do Thesouro Nacional quanto as quotas dos diversos portos:

Annos	Santos	Rio de Janeiro	Victoria	Bahia	Paranaguá	Angra	Diversos	Recife
1927	1.865.670.226	477.553.385	136.190.783	39.019.238	34.804.762	—	6.170.458	15.916.085
1928	1.994.308.461	481.617.138	175.126.248	69.749.874	76.873.735	—	29.554.648	13.184.532
1929	1.965.936.868	424.461.937	182.275.973	48.822.815	52.334.398	—	52.201.359	14.039.904
1930	1.279.526.220	268.771.242	134.523.320	24.529.782	69.066.240	—	40.951.232	10.209.328
1931	1.604.869.481	485.425.402	167.859.162	30.173.743	35.871.745	10.523.911	2.132.703	10.223.207
1932	1.028.816.397	517.832.770	178.818.112	31.774.420	19.984.048	35.435.949	399.878	7.886.823
1933	1.452.653.091	388.568.025	148.739.934	17.319.043	22.163.017	18.279.383	654.949	4.280.182
1934	1.555.096.600	298.761.962	164.335.006	32.446.194	28.852.869	23.161.351	718.960	11.138.842
1935	1.551.777.249	365.121.749	159.715.868	22.380.737	36.529.430	14.326.879	815.321	5.932.116
1936	1.613.423.428	299.720.570	148.250.372	33.208.561	60.726.888	59.540.723	1.127.493	15.474.480
1937	1.425.427.103	309.116.772	162.185.220	40.427.005	82.417.169	133.134.918	416.111	6.306.757
1938	1.642.757.636	346.482.187	112.654.442	21.798.012	75.011.190	95.794.205	236.407	1.346.151

E estas as medias quadriennaes:

	Santos	Rio de Janeiro	Victoria	Bahia	Paranaguá	Angra	Diversos	Recife
I	1.776.360.444	413.100.926	157.029.081	45.530.432	58.269.784	—	32.294.424	13.337.462
II	1.410.408.892	422.647.040	164.938.054	27.928.350	26.717.920	22.600.149	976.069	8.382.414
III	1.558.346.354	330.110.320	145.701.501	29.453.856	63.678.669	75.699.181	648.833	7.264.876

Os totaes da safra brasileira vieram a ser:

1927	—	2.575.624.937$000	ou	££ 62.688.651
1928	—	2.840.414.596$000	"	££ 69.701.259
1929	—	2.740.073.314$000	"	££ 67.306.847
1930	—	1.827.577.364$000	"	££ 41.178.790
1931	—	2.347.079.354$000	"	££ 34.103.507
1932	—	1.823.948.397$000	"	££ 26.237.827
1933	—	2.052.858.224$000	"	££ 26.168.483
1934	—	2.114.511.730$000	"	££ 21.540.599
1935	—	2.156.599.349$000	"	££ 17.373.215
1936	—	2.231.472.515$000	"	££ 17.785.391
1937	—	2.159.431.155$000	"	££ 17.886.647
1938	—	2.296.110.260$000	"	££ 16.191.561

As medias quadriennaes foram por conseguinte:

1927-1930	—	2.495.922.553$000	ou	££ 60.218.862
1931-1934	—	2.084.599.426$000	"	££ 27.012.604
1935-1938	—	2.210.903.320$000	"	££ 17.309.204

Total do valor das safras brasileiras:

1927-1930	—	9.983.690.211$000	ou	££ 240.875.447
1931-1934	—	8.338.397.705$000	"	££ 108.050.416
1935-1938	—	8.843.613.279$000	"	££ 69.236.815
Total		27.165.701.195$000	"	££ 418.162.678

Quanto aos preços medios da sacca a bordo temos em reis.

Annos	Santos	Rio	Victoria	Bahia	Recife	Angra	Paranaguá	Diversos	Brasil
1927	181.405	146.152	143.279	152.297	149.516	—	163.480	175.904	170.401
1928	222.677	171.414	171.129	167.040	166.232	—	173.721	193.195	204.620
1929	211.130	154.553	149.882	153.560	137.125	—	173.823	179.568	191.871
1930	137.314	89.161	88.620	82.420	77.333	—	107.147	112.650	119.540
1931	147.708	104.354	106.798	101.045	109.311	118.897	138.881	97.553	131.483
1932	167.206	137.470	135.281	142.193	112.480	116.320	129.036	132.340	132.791
1933	139.907	118.901	115.881	113.808	123.118	133.746	172.327	147.939	152.820
1934	152.775	142.807	139.805	131.530	129.811	142.472	148.002	138.678	149.468
1935	148.727	123.654	121.562	122.991	121.879	117.393	136.772	126.094	140.689
1936	166.724	141.054	122.270	131.828	140.862	162.164	139.630	154.303	157.307
1937	187.002	167.722	145.960	154.427	164.115	179.098	104.750	181.312	178.130
1938	144.635	114.222	96.445	116.547	118.001	142.969	109.831	127.719	134.177

Medias dos quatriennios:

Annos	Santos	Rio	Victoria	Bahia	Recife	Angra	Paranaguá	Diversos	Brasil
I	187.625	139.647	133.415	141.255	126.972	—	145.577	153.028	170.470
II	150.098	122.696	123.236	121.304	119.132	129.959	144.233	112.580	140.395
III	159.457	132.653	121.224	133.542	139.465	159.418	135.092	144.837	150.531

Examinemos agora as cifras das existencias de café nos dous portos brasileiros principaes:

Annos	Rio	Santos	Total	Safras	Rio	Santos	Total
1927	340.390	952.208	1.292.598	1927-1928	285.758	1.108.209	1.393.967
1928	353.038	963.914	1.316.952	1928-1929	284.015	1.216.051	1.500.096
1929	351.226	1.098.908	1.450.134	1929-1930	379.956	1.008.504	1.388.460
1930	326.326	1.105.745	1.432.071	1930-1931	625.043	1.262.320	1.887.363
1931	383.225	1.176.368	1.559.593	1931-1932	343.859	958.562	1.302.421
1932	481.568	1.794.927	2.276.495	1932-1933	403.320	1.496.003	1.899.423
1933	628.632	2.067.254	2.689.886	1933-1934	484.509	2.299.317	2.783.826
1934	493.616	1.418.370	1.911.416	1934-1935	469.756	2.075.325	2.725.081
1035	695.216	2.088.727	2.783.943	1935-1936	686.103	2.167.377	2.853.845
1936	687.484	2.126.106	2.913.700	1936-1937	687.775	2.211.386	2.899.161
1937	691.791	2.053.725	2.745.519	1937-1938	675.516	2.053.725	2.729.241
1938	675.285	2.359.716	3.035.061	1938-1939	265.944	2.168.162	2.438.106

Vejamos agora o que era a existencia deste café disponivel nos sete principaes portos do Brasil: Santos, Rio de Janeiro, Victoria, Bahia, Angra dos Reis, Paranaguá e Recife nos annos

civis de 1930 a 1938 e nos agricolas de 1930-1931 a 1938-1939. computando-se naturalmente estes dados com os referentes a 31 de dezembro e 1.º de julho de cada anno civil e de cada anno agricola.

1930	1.541.151	1930-1931	1.520.297
1931	1.586.594	1931-1932	1.924.337
1932	2.473.898	1932-1933	1.398.066
1933	3.122.175	1933-1934	2.197.204
1934	2.290.303	1934-1935	3.120.749
1935	3.280.201	1935-1936	3.141.320
1936	3.291.348	1936-1937	3.272.583
1937	3.208.703	1937-1938	3.358.664
1938	3.494.862	1938-1939	2.741.836

Nas differenças entre as columnas dos quadros o que avulta vem a ser os contingentes, a principio de Victoria e depois de Angra dos Reis achando-se em situação inferior os de Paranagua e Bahia, no primeiro anno para depois Bahia e Paranaguá superarem de muito a exportação mineira e fluminense exportada pelo porto da cidade dos Santos Reis:

Annos	Victoria	Angra	Bahia	Paranaguá	Recife
1930	90.816	—	18.000	43.000	13.000
1931	76.246	—	24.223	88.317	5.294
1932	76.558	—	37.850	71.949	11.046
1933	137.379	158.794	37.940	88.159	13.156
1934	142.751	35.955	46.319	71.794	17.809
1935	261.765	31.305	52.970	110.031	30.767
1936	260.949	53.200	38.036	76.807	48.156
1937	297.972	47.619	36.125	70.554	10.611
1938	239.830	59.617	42.466	81.915	35.833

E por anno agricola:

1930-1931	82.500	—	11.694	8.050	3.381
1931-1932	67.607	—	14.384	8.221	5.453
1932-1933	52.582	204.180	28.509	48.124	4.576
1933-1934	219.208	27.180	9.682	72.040	8.709
1934-1935	297.412	30.606	39.379	24.970	23.872
1935-1936	211.765	35.639	29.195	110.057	32.432
1936-1937	294.831	56.861	13.750	76.370	17.691
1937-1938	151.380	59.402	29.051	82.660	9.670

São estas as cifras totaes da exportação, por sacca, nos principaes portos do Brasil: por safra:

Safras	Santos	Rio de Janeiro	Victoria	Bahia	Recife	Angra	Paranaguá	Diversos
1924-1925	8.942.453	2.982.191	861.191	329.862	—	—	—	81.930
1925-1926	9.449.012	3.452.232	814.673	274.300	—	—	—	199.599
1926-1927	984.397	2.975.782	763.214	244.361	—	—	—	219.775
1927-1928	9.990.723	3.503.489	1.157.432	408.728	—	—	—	653.827
1928-1929	9.555.895	2.695.217	946.652	338.037	—	—	—	515.306
1929-1930	10.091.683	2.688.051	1.462.710	246.251	—	—	—	1.088.547
1930-1931	8.794.010	4.567.515	1.747.470	386.630	115.228	20.623	353.646	215.764
1931-1932	8.904.955	3.485.541	1.471.387	230.315	46.634	177.456	276.196	1.171
1932-1933	6.543.316	3.706.951	1.291.157	203.760	76.978	271.759	53.158	5.534
1933-1934	11.282.675	2.699.361	1.154.130	222.558	68.038	188.756	234.082	4.940
1934-1935	9.246.614	2.415.421	1.269.310	190.755	43.611	61.743	177.341	4.618
1935-1936	10.566.567	2.772.904	1.281.854	200.080	92.712	196.894	458.648	4.887
1936-1937	8.772.518	1.845.918	1.155.137	320.109	83.533	692.454	380.445	7.767

São estes os dados da safra global do Brasil:

	Saccas	Mil Réis	££
1924-1925	13.197.627	3.213.035.653$	75.335.419
1925-1926	14.189.776	2.609.653.000$	74.953.165
1926-1927	14.304.503	2.405.627.000$	64.555.983
1927-1928	15.714.199	2.990.110.048$	70.689.337
1928-1929	13.289.222	2.785.441.128$	68.393.948
1929-1930	15.080.960	2.320.769.000$	56.212.928
1930-1931	17.523.559	1.997.049.683$	36.263.844
1931-1932	15.277.052	2.338.189.939$	31.313.247
1932-1933	12.148.917	1.731.201.290$	25.558.097
1933-1934	15.855.140	2.183.173.606$	23.171.176
1934-1935	13.409.413	1.955.699.008$	18.445.464
1935-1936	15.571.542	2.186.237.548$	16.968.025
1936-1937	13.257.881	2.290.349.050$	18.968.891
1937-1938	14.609.139	2.183.338.992$	16.418.923

Vejamos agora quaes os coefficientes da percentagem attribuida ás exportações destas principaes procedencias do café brasileiro:

Safras	Santos	Rio de Janeiro	Victoria	Paranaguá	Bahia	Recife	Angra	Diversos
1924-1925	67.75	22.60	6.53	—	2.50	—	—	0.62
1925-1926	66.59	24.33	5.74	—	1.93	—	—	1.41
1926-1927	68.77	22.59	5.38	—	1.72	—	—	1.55
1927-1928	63.57	22.30	7.37	—	2.60	—	—	4.16
1928-1829	66.18	20.28	7.12	—	2.54	—	—	3.88
1929-1930	63.35	17.61	10.15	—	1.67	—	—	7.22
1930-1931	57.59	26.06	9.97	2.02	2.18	0.83	0.12	1.23
1931-1932	63.35	23.37	8.49	1.81	1.51	0.31	1.16	—
1932-1933	53.85	30.51	10.63	0.44	1.65	0.63	2.24	0.05
1933-1934	71.16	17.03	7.28	1.48	1.40	0.43	1.19	0.03
1934-1935	68.96	18.01	9.47	1.32	1.42	0.33	0.46	0.03
1935-1936	67.86	17.81	8.23	2.93	1,28	0.60	1.26	0.03
1936-1937	66.18	13.92	8.71	2.87	2.41	0.63	5.22	0.06

São estas as medias do periodo dos tres quadriennios 1924-1925 a 1935-1936. Em saccas:

Safras	Santos	Rio de Janeiro	Victoria	Paranaguá	Bahia	Recife	Angra	Diversos
1924-1928	9.555.926	3.292.462	900.722	—	314.543	—	—	288.773
1928-1932	9.529.555	3.372.020	1.380.481	—	300.500	—	—	455.197
1932-1936	9.409.792	2.898.659	1.249.113	230.807	203.364	70.335	179.788	19.979

Em percentagem dos embarques:

Safras	Santos	Rio de Janeiro	Victoria	Paranaguá	Bahia	Recife	Angra	Diversos
1924-1928	66.58	22.94	6.28	—	2.19	—	—	2.07
1928-1932	62.32	22.05	9.03	1.03	1.96	0.31	1.16	0.00
1932-1936	66.04	20.35	8.77	1.62	1.43	0.49	1.26	0.04

As medias da safra global brasileira foram em saccas por quatriennio:

1924-1928	14.351.526
1928-1932	15.292.698
1932-1936	14.246.253

E o total dos embarques por quatriennio:

1924-1928	57.406.105
1928-1932	61.170.793
1932-1936	56.985.012

O que corresponde a um total geral das doze safras de 1924-1925 a 1936-1937 de 175.561.910 saccas.

O total das onze safras corresponde a 152.766.924 ou a uma media annual de 13.887.902 saccas.

As medias por periodo quatriennaes foram nesta epoca:

Periodo	saccas	mil réis	£ £
1924-1928	14.351.526	2.804.608.920	71.398.047
1928-1932	15.292.698	2.355.612.347	48.045.941
1932-1936	14.246.253	2.014.077.863	21.536.115

O valor das safras exportadas pelos diversos portos foram pelos annos civis:

Annos	Santos			Rio de Janeiro		
	Saccas	Mil réis	£	Saccas	Mil réis	£
1927	10.284.538	1.865.670.226	45.401.969	3.267.502	477.553.385	11.623.786
1928	8.956.041	1.994.308.461	48.936.896	2.809.678	481.617.138	11.819.120
1929	9.311.508	1.965.936.568	48.291.332	2.741.071	424.461.937	10.424.743
1930	9.318.260	1.279.526.220	28.875.072	3.014.439	268.771.242	6.013.250
1931	10.865.120	1.604.869.481	23.291.592	4.651.721	485.425.402	7.110.193
1932	6.152.986	1.028.816.397	14.584.167	3.766.807	517.832.970	7.625.651
1933	10.383.667	1.452.853.091	18.485.938	3.267.991	388.568.025	4.959.482
1934	10.184.600	1.555.096.600	15.842.071	2.092.072	298.761.762	3.058.799
1935	10.433.748	1.551.777.249	12.498.805	2.952.775	365.121.749	2.940.362
1936	9.677.009	1.613.423.428	12.858.491	2.124.868	299.720.570	2.385.272
1937	7.722.531	1.425.427.103	11.819.509	1.843.031	309.116.772	2.553.264
1938	11.357.995	1.642.757.636	11.584.642	3.033.414	346.482.187	2.443.100

Annos	Victoria			Bahia		
	Saccas	Mil réis	£ £	Mil réis	Saccas	£ £
1927	950.526	136.190.783	3.316.210	256.212	30.019.238	950.980
1928	1.023.359	175.126.248	4.297.581	417.563	69.749.834	1.711.775
1929	1.216.132	182.295.873	4.478.353	317.490	48.822.875	1.108.949
1930	1.517.976	134.523.320	3.029.674	297.597	24.529.782	540.057
1931	1.573.224	167.859.162	2.419.548	198.616	30.173.743	440.451
1932	1.321.823	178.818.112	2.605.872	223.460	31.774.420	464.430
1933	1.283.561	148.739.934	1.916.072	152.178	17.319.043	224.494
1934	1.174.956	164.335.006	1.665.504	246.632	32.446.194	332.338
1935	1.316.025	159.715.868	1.292.114	181.970	22.380.737	179.859
1936	1.212.483	148.250.372	1.184.417	251.908	33.208.561	265.305
1937	1.111.117	162.185.320	1.341.473	261.788	40.427.005	334.813
1938	1.168.070	112.654.442	794.508	186.552	21.798.042	153.745

Annos	Pequenos portos exportadores			Paranaguá		
	Saccas	Mil réis	£ £	Saccas	Mil réis	£ £
1927	36.933	6.170.458	1.396.106	212.899	34.804.762	—
1928	152.978	29.554.648	2.935.887	442.512	76.873.735	—
1929	290.706	52.201.359	2.913.470	301.070	52.334.398	—
1930	363.526	40.951.232	2.720.737	644.594	69.066.240	—
1931	21.862	2.132.703	841.723	258.292	35.871.745	—
1932	2.703	399.878	957.707	115.966	19.984.048	—
1933	4.949	654.949	8.675	171.758	22.163.017	268.647
1934	5.184	718.906	7.258	194.499	28.852.809	296.949
1935	6.466	815.321	6.625	267.083	36.529.430	296.525
1936	7.307	1.127.493	9.016	434.913	60.726.888	482.239
1937	2.295	416.111	3.463	500.256	82.417.169	667.764
1938	1.851	236.407	1.665	683.241	75.041.190	528.901
	Angra dos Reis			**Recife**		
1927	—	—	—	106.451	15.916.085	—
1928	—	—	—	79.314	13.184.532	—
1929	—	—	—	102.388	14.039.904	—
1930	—	—	—	132.017	10.209.328	—
1931	88.513	10.523.911	—	93.524	10.223.207	—
1932	287.380	38.435.949	—	64.059	7.886.823	—
1933	157.147	18.279.383	244.297	38.058	4.280.782	60.878
1934	162.568	23.161.351	224.556	85.808	11.138.842	113.124
1935	122.052	14.326.879	110.993	48.672	5.932.116	47.932
1936	367.163	59.540.723	477.760	109.855	15.474.480	122.891
1937	743.362	133.134.918	1.113.552	38.429	6.306.757	52.809
1938	670.033	95.794.205	675.510	11.408	1.346.151	9.418

A safra global do Brasil assim se representou neste periodo de doze annos pelos valores por quatriennios:

Quatrienios	Saccas	Mil réis	£ £
1927-1930	58.565.730	19.983.690.211	240.875.447
1931-1934	59.392.304	8.338.397.705	108.050.416
1935-1938	58.749.630	8.843.613.279	69.236.815
Totaes	176.707.664	27.165.700.190	418.162.678

Pelos diversos portos foram estes as cifras quatriennaes totaes e medias:

Quatriennios	Santos			Rio de Janeiro		
	Saccas	Mil réis	££ (ouro)	Saccas	Mil réis	££ (ouro)
1927-1930	37.870.347	7.105.441.775	171.504.769	11.832.690	1.652.403.702	39.880.899
1931-1934	37.586.433	5.641.635.569	72.203.768	13.778.651	1.690.588.159	22.754.125
1935-1938	39.091.243	6.233.385.446	48.761.447	9.954.088	1.320.441.278	10.321.998
Totaes	114.548.023	18.980.452.790	292.469.984	35.565.429	4.663.433.139	72.957.022
			Medias			
1927-1930	9.467.587	1.776.360.444	42.576.102	2.958.173	413.100.926	9.970.225
1931-1934	9.396.608	1.410.408.892	18.050.942	3.444.663	422.647.040	5.668.537
1935-1938	9.772.811	1.558.346.354	12.190.362	2.488.522	330.110.200	2.580.500
	Victoria			Bahia		
1927-1930	4.707.993	628.116.324	15.121.818	1.289.312	182.121.729	4.401.761
1931-1934	5.353.564	659.752.214	8.606.996	920.936	111.913.400	1.461.713
1935-1938	4.807.695	582.806.002	4.612.505	882.218	117.814.345	933.722
Totaes	14.869.252	1.870.674.540	18.341.319	3.092.466	411.649.474	6.797.186
			Medias			
1927-1930	1.176.998	157.029.081	3.780.455	322.328	45.530.432	1.100.440
1931-1934	1.338.391	164.938.054	2.151.749	230.234	27.928.350	365.468
1935-1938	1.201.924	145.701.501	1.153.126	220.555	29.453.586	233.431

Quatriennios	Paranaguá			Angra dos Reis		
	Saccas	Mil réis	££ (ouro)	Saccas	Mil réis	££ (ouro)
1927-1930	1.601.075	233.079.135	—	—	—	—
1931-1934	740.965	106.871.679	565.596	695.608	90.400.594	468.853
1935-1938	1.885.493	254.714.677	1.975.429	1.902.610	302.796.725	2.377.815
Totaes	4.227.533	594.665.491	2.541.025	2.598.218	707.197.319	2.876.668
			Medias			
1927-1930	400.269	58.269.784	—	—	—	—
1931-1934	185.241	26.717.920	141.399	173.902	22.600.149	117.213
1935-1938	471.323	63.678.669	493.857	475.653	75.699.181	544.065
	Recife			Diversos		
1927-1930	420.170	53.349.849	—	844.143	129.177.697	9.966.290
1931-1934	281.449	33.529.654	174.002	34.698	3.906.436	1.815.363
1935-1938	208.364	29.659.504	233.130	17.919	2.595.332	20.769
Totaes	909.953	116.539.007	407.132	896.760	135.679.465	11.502.332
			Medias			
1927-1930	105.043	13.337.462	—	211.036	32.294.424	2.491.550
1931-1934	70.362	8.382.414	43.501	8.675	976.609	453.841
1935-1938	52.091	7.264.876	58.282	4.480	648.833	5.192

Vejamos agora as cifras referentes aos diversos annos agricolas:

Safras	Santos			Rio de Janeiro		
	Saccas	Mil réis	£ £	Saccas	Mil réis	£ £
1927 1928	9.990.723	2.022.597.238	49.974.194	3.503.439	524.758.514	12.827.934
1928-1929	8.794.010	1.977.415.632	48.535.979	2.695.217	482.593.098	11.845.292
1929-1930	9.554.134	1.650.832.444	39.962.294	2.688.051	311.872.000	7.789.402
1930-1931	10.091.683	1.307.037.141	24.086.967	4.567.515	406.452.167	7.248.340
1931-1932	8.904.955	1.604.441.803	21.411.780	4.485.541	462.328.994	6.278.029
1932-1933	6.543.316	1.001.707.124	14.657.912	3.706.951	484.363.550	7.215.347
1933-1934	11.282.675	1.601.972.872	16.989.890	2.599.361	342.907.235	3.681.626
1934-1935	9.246.614	1.408.157.619	13.237.011	2.415.421	317.125.879	2.952.924
1935-1936	10.566.567	1.579.595.112	12.258.382	2.772.904	326.032.305	2.598.314
1936-1937	8.772.518	1.589.252.638	13.165.777	1.845.918	297.525.157	2.470.925
1937-1938	9.441.939	1.500.303.355	11.260.230	2.500.220	326.659.076	2.446.335
	Victoria			Bahia		
1927-1928	1.157.442	171.149.798	4.185.421	408.728	63.184.297	1.547.152
1928-1929	946.652	168.947.501	4.146.102	338.037	59.774.663	1.467.066
1929-1930	1.462.710	183.080.000	4.443.102	246.251	29.802.799	725.989
1930-1931	1.747.470	155.409.729	2.808.791	386.630	31.534.936	596.116
1931-1932	1.471.387	168.017.966	2.256.586	230.315	30.074.940	401.325
1932-1933	1.291.157	165.641.434	2.484.972	203.760	28.434.072	426.545
1933-1934	1.154.130	145.140.097	1.533.541	222.533	27.400.513	286.039
1934-1935	1.269.310	165.601.320	1.586.854	190.755	24.328.848	229.313
1935-1936	1.281.854	151.721.089	1.176.896	200.080	23.709.115	184.530
1936-1937	1.155.137	160.696.336	1.300.033	320.109	46.814.605	389.067
1937-1938	1.175.987	141.668.063	1.088.412	151.244	21.171.912	159.795

Safras	Paranaguá			Recife		
	Saccas	Mil réis	£ £	Saccas	Mil réis	£ £
1927-1928	433.769	71.532.710		117.637	18.211.978	
1928-1929	305.982	58.075.655		72.865	12.399.840	
1929-1930	570.660	70.188.176		107.595	10.656.995	
1930-1931	353.646	39.239.027		145.228	12.559.398	
1931-1932	276.196	44.301.239		46.634	5.834.605	
1932-1933	53.158	7.938.129		76.978	9.005.448	
1933-1934	234.682	31.205.065		68.038	8.700.507	
1934-1935	177.341	26.320.419		43.611	5.628.168	
1935-1936	455.648	61.384.666		92.712	12.175.418	
1936-1937	380.445	61.318.591		33.533	12.785.365	
1937-1938	690.388	89.193.206		3.769	556.511	
	Angra dos Reis			Pequenos portos exportadores		
1927-1928	—	—		653.827	108.420.201	2.656.136
1928-1929	—	—		515.300	97.710.234	2.398.669
1929-1930	—	—		1.088.547	144.180.447	3.492.041
1930-1931	20.623	2.312.993		215.764	76.015.710	1.523.630
1931-1932	177.456	23.020.829		1.171	73.327.236	965.528
1932-1933	271.759	34.954.125		5.534	52.669.786	796.132
1933-1934	188.756	25.184.857		4.940	65.752.889	680.078
1934-1935	61.743	7.941.806		4.618	40.485.342	389.362
1935-1936	196.894	26.724.282		4.887	100.912.416	787.055
1936-1937	692.454	120.660.038		7.767	1.926.260	10.544
1937-1938	644.087	103.643.365		1.555	203.804	1.488

São estas as cifras medias quatriennaes:

Safras	Santos			Rio de Janeiro		
	Saccas	Mil réis	£ £	Saccas	Mil réis	£ £
1928-1932	9.529.555	1.635.031.753	33.499.255	3.372.020	716.061.651	8.240.266
1932-1936	9.409.792	1.409.129.858	14.386.656	2.898.659	374.523.034	4.150.958
		Victoria			Bahia	
1928-1932	1.380.481	168.863.695	3.413.530	300.500	37.796.831	797.624
1932-1936	1.249.113	156.419.052	1.690.805	203.364	25.872.683	278.327
		Paranaguá			Recife	
1928-1932	157.460			47.965		
1932-1936	230.207			70.335		
		Angra dos Reis			Diversos	
1928-1932	49.520			155.197	97.808.407	2.094.967
1932-1936	179.788			19.979	84.995.510	663.157

Se os embarques não variaram muito o valor do café exportado em ouro decresceu immenso em media em mais de cincoenta por cento. Na rubrica diversos se conglobam os va-

lores em mil reis em libras ouro dos portos de Paranaguá, Recife e Angra dos Reis.

Por quatriennios temos os seguintes valores globaes e medios da conversão das safras em ouro:

Safras em ouro	Totaes	Medias
1924-1928	285.533.904	71.383.476
1928-1932 . . .	192.183.760	48.045.942
1932-1936 . . .	84.679.607	21.169.902

São estas cifras os eloquentes testemunhos de quanto a medida que os annos decorreram a entrada de ouro, no Brasil, proveniente do café baixou do modo mais consideravel.

As exportações das doze safras de 1924 a 1936 corresponden portanto a ££ 562.397.271.

Vejamos agora haja sido o valor medio annual de sacca, preço da sacca posta a bordo, em mil reis papel nos principaes portos exportadores do Brasil:

Safras	Santos	Rio	Victoria	Bahia	Diversos	Brasil
1924-1925	254.856	219.563	219.242	219.824	218.481	243.450
1925-1926	192.608	167.753	166.033	161.220	155.791	183.911
1926-1927	176.110	164.011	150.014	151.454	149.693	168.173
1927-1928	202.448	149.782	147.870	154.588	165.824	183.917
1928-1929	224.859	179.055	178.468	176.829	189.616	209.677
1929-1930	172.788	117.816	119.009	118.256	132.452	153.887
1930-1931	129.576	88.988	88.934	82.632	103.336	112.822
1931-1932	165.776	129.513	129.529	130.582	146.228	153.052
1932-1933	153.089	130.664	128.289	134.054	129.274	142.498
1933-1934	141.985	128.060	125.757	123.110	132.455	137.870
1934-1935	152.289	131.292	130.446	127.540	161.793	145.845
1935-1936	153.757	126.554	116.467	124.660	134.525	144.543
1936-1937	181.163	161.180	139.115	146.246	166.893	172.754
1937-1938	158.831	130.616	120.496	140.002	131.064	149.412

As medias quatriennaes de 1924-1936 foram portanto:

Safras	Santos	Rio	Victoria	Bahia	Diversos	Brasil
1924-1928	205.495	173.980	169.530	172.512	134.448	193.680
1928-1932	171.580	123.386	119.063	125.780	137.731	154.035
1932-1936	149.751	129.206	125.224	127.223	133.838	142.715

Mostram os dados relativos aos quatrienios quanto os preços em Santos se avantajaram aos obtidos nos demais portos do paiz. Esta differença em principios do seculo fora pequena cresceu paulatinamente com os annos tornando-se consideravel como exemplifica o quadro abaixo:

Quatriennios	Santos		Rio de Janeiro	
	Réis	£ £	Réis	£ £
1900-1904	35.198	1-13-2	32.913	1-11-1
1904-1908	31.104	1-18-10	30.311	1-17-9
1908-1912	40.552	2-13-3	37.475	2-8-11
1912-1916	44.487	2-13-5	39.113	2-6-6
1916-1920	67.673	3-18-5	56.009	3-5-8
1920-1924	123.966	3-11-2	104.622	2-18-0
1924-1928	205.495	5-5-3	173.980	4-8-3
1928-1932	171.580	3-10-3	173.386	2-8-10
1932-1936	149.751	1-10-6	129.206	0-19-7
	Victoria		Bahia	
1900-1904	33.846	1-11-1	32.703	1-9-9
1904-1908	30.063	1-17-2	29.339	1-16-5
1908-1912	37.574	2-9-1	38.761	2-11-1
1912-1916	37.206	2-4-0	40.196	2-7-0
1916-1920	53.585	3-2-9	62.784	3-15-1
1920-1924	97.375	2-16-5	112.088	3-1-9
1924-1928	169.530	4-7-1	172.542	4-8-9
1928-1932	119.063	2-9-5	125.780	2-13-1
1932-1936	125.224	1-7-0	127.223	1-7-4

Quanto á exportação global do café brasileiro para o periodo de 1927-1938 são estes os dados da Directoria de Estatistica do Thesouro Nacional:

Annos	America	Europa	Asia	Africa	Oceania	Diversos	Total
1927	6.477.622	6.078.306	15.781	542.977	375		15.115.061
1928	7.864.804	5.565.052	9.423	442.011	125		13.881.445
1929	7.862.253	5.859.753	22.802	536.007	—		14.280.215
1930	8.628.365	6.112.076	29.644	518.324	—		15.288.049
1931	10.092.223	7.172.799	16.906	537.701	—	31.243	17.850.872
1932	6.813.082	4.532.797	14.303	473.532	—	101.530	11.935.244
1933	8.858.999	5.966.935	17.683	504.862	—	111.230	15.459.309
1934	7.966.852	5.646.809	20.331	401.596	—	111.291	14.146.879
1935	9.147.354	5.522.866	21.500	507.809	—	129.202	15.328.791
1936	8.396.231	5.188.387	24.000	442.809	—	134.079	14.185.506
1937	7.021.072	4.589.398	108.518	403.821	—	—	12.122.809
1938	9.634.430	6.843.209	96.239	538.646	—	—	17.112.524

As medias dos quatriennios foram:

Annos	America	Europa	Asia	Africa	Oceania	Diversos	Total
1927-1930	8.208.261	5.903.797	19.413	509.837	125		14.641.433
1931-1934	8.432.689	5.829.835	17.306	479.423	—	88.823	14.848.076
1935-1938	8.549.772	5.535.965	62.564	473.286	—	65.820	14.687.407

As cotações medias de café no Brasil e nos Estados Unidos se traduzem pelas cifras do quadro (dados do D.N.C.):

Annos	Santos	Rio	Nova York (lb. de 453,6 grs. em cents)		Victoria
	Typo 4 (10 k)	Typo 7 (10 k)	Rio	Santos	Typo 7/8 - 10 k.
1927	27.078	23.582	14 5/8	18 1/2	
1928	35.953	27.282	16 3/8	23	
1929	33.431	24.985	15 3/4	22	
1930	20.287	13.989	8 5/8	12 7/8	
1931	15.944	12.308	6 1/8	8 5/8	
1932	15.208	12.388	8	10 1/2	
1933	13.006	10.388	7 3/4	9	
1934	17.052	15.021	9 3/4	11 1/8	
1935	16.300	11.866	7 1/8	8 7/8	10.607
1936	17.800	13.942	7 3/8	9 3/8	12.420
1937	23.100	17.759	8 7/8	11	16.011
1938	19.800	12.346	5 1/4	7 5/8	10.444

As taxas de cambio official sobre Londres e Nova York assim regularam:

Annos	Londres	Nova York
1927	5 27/32	8.459
1928	5 57/64	8.363
1929	5 109/128	8.477
1930	5 13/32	9.236
1931	3 207/256	14.258
1932	4 231/256	14.145
1933	4 17/32	12.690
1934	4 5/128	12.079
1935	4 37/256	11.802
1936	4 11/64	11.622
1937.	4 31/128	11.379
1938	2 3/4	17.890
	(Cambio livre)	Cambio livre

O café liberado pelos Estados segundo a quantidade em saccas veio a ser o seguinte:

	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
São Paulo ..	7.959.363	11.462.154	8.911.730	10.248.099	9.023.062	7.614.918	11.861.073
Minas Geraes.	5.013.270	3.544.950	2.355.131	3.185.533	2.587.292	2.549.959	3.123.435
Espirito Santo	1.725.184	1.425.638	1.100.332	1.509.538	1.400.769	1.194.897	1.699.525
Rio de Janeiro	1.111.671	1.051.151	595.365	912.726	665.063	569.754	831.870
Paraná . . .	198.794	331.483	280.704	419.581	486.911	479.767	725.046
Bahia	116.209	166.764	318.124	258.809	355.878	412.401	262.516
Pernambuco .	89.363	107.964	153.303	142.331	183.202	35.175	61.061
Goyaz . . .	66.767	31.634	49.384	34.343	40.794	47.085	80.512

O total do café liberado attingiu as cifras abaixo:

1932	16.360.261	saccas
1933	18.121.738	"
1934	13.764.074	"
1935	16.710.960	"
1936	14.742.971	"
1937	12.904.156	"
1938	18.904.156	"

E por safras:

1932-1933	16.392.632
1933-1934	16.238.921
1934-1935	14.552.314
1935-1936	16.176.098
1936-1937	14.122.938
1937-1938	15.349.115
1938-1939	17.281.159

São estes os dados referentes do café eliminado no Brasil:

Em 1931	2.825.784	saccas
" 1932	9.329.633	"
" 1933	13.687.012	"
" 1934	8.265.791	"
" 1935	1.693.112	"
" 1936	3.731.154	"
" 1937	17.196.428	"
" 1938	8.004.000	"
" 1939	3.519.874	"
Total geral	68.252.788	

Notou-se pois sensivel reducção das cifras do ultimo anno o movimento das entradas em Santos nas ultimas safras obedeceu as seguintes cifras:

Safras	Paulista	Mineira	Goyana	Paranáense	Entradas	Sahida	Existencia (30 junho)
1934-1935	8.657.055	555.028	35.591	63.282	9.311.356	9.226.095	2.075.781
1935-1936	9.718.933	697.573	45.130	64.813	10.526.449	10.599.350	670.668
1936-1937	7.924.186	568.618	44.762	34.209	8.571.775	8.762.185	606.635
1937-1938	9.386.944	676.202	65.746	3.790	10.132.682	9.462.702	1.262.811

E no Rio de Janeiro:

Safras	Paulista	Mineira	Flumin.	Esp. Santense	Entrada	Sahida	Existencia
1934-1935	201.210	1.799.722	869.638	222.909	3.093.479	2.488.448	649.756
1935-1936	309.627	1.712.057	777.053	273.501	3.072.238	2.891.912	686.108
1936-1937	303.506	1.283.137	584.369	210 567	1.381.579	1.887.439	687.775
1937-1938	408.109	1.068.588	635.509	249.535	2.361.741	2.604.696	282.914

A existencia do café paulista nos armazens reguladores, estações e vagões, café a liberar foi:

Annos	30 de junho	31 de dezembro
1936	6.289.451	11.286.719
1937	9.387.436	12.304.693
1938	6.148.259	9.669.887

No biennio de 1937-1938 foram as abaixo especificadas as cifras da exportação interestadual de café por via maritima e por sacca:

Unidades Federadas	1937	1938
Acre	1.471	68
Alagoas	—	1
Amazonas	732	419
Bahia	235.211	54.812
Ceará	457	7
D. Federal	30.035	131.063
Espirito Santo	166.544	270.511
Maranhão	175	.
Pará	5.211	2.663
Parahyba	—	4
Paraná	8.674	10.618
Pernambuco	2.598	3.048
Piauhy	—	6
Rio de Janeiro	700	6.118
Santa Catharina . . .	—	500
São Paulo	15.559	7.449
Sergipe	356	—
Totaes	477.378	487.288

Assim como vemos os dous principaes portos de embarque de café por cabotagem foram Salvador e Victoria. A Bahia foi aliás a grande abastecedora de café do Norte do paiz, assim como, o Espirito Santo, como se vê do quadro abaixo:

	1937				1938			
	Bahia	E. Santo	D. Federal	S. Paulo	Bahia	E. Santo	D. Federal	S. Paulo
Acre	1.067	160	250	—	20	370	710	—
Alagôas	6.829	300	1.350	—	2.748	4.125	1.080	17
Amazonas	13.438	14.735	515	—	2.535	25.211	4.380	—
Ceará	27.665	23.315	2.745	—	3.652	36.145	7.775	50
Piauhy	7.782	1.660	687	—	3.229	5.388	3.853	—
Maranhão	17.869	11.534	215	—	746	24.188	180	—
Pará	38.231	12.587	7.112	113	14.414	24.609	31.462	—
Parahyba	16.373	7.800	460	—	5.466	16.825	580	—
Pernambuco	9.610	29.055	905	2	800	38.765	385	15
Rio Grande do Norte.	28.306	8.015	310	3	3.164	24.778	1.685	—
	167.670	109.161	14.549	119	41.774	200.404	52.090	82

Os embarques da cabotagem pelos principaes portos e por safra corresponderam de 1932 a 1939 vieram a ser os seguintes:

Safras	Santos	Rio	Victoria	Paranaguá	Bahia	Recife	Angra
1932-1933	7.442	94.766	145.410	—	16.208	34.620	—
1933-1934	46.048	78.519	94.988	4.266	31.422	33.930	11.401
1934-1935	2.992	54.803	149.886	3.585	88.216	13.225	—
1935-1936	3.806	108.907	189.975	4.408	70.636	12.234	—
1936-1937	11.701	49.327	107.351	18.800	144.487	7.934	—
1937-1938	5.275	95.210	253.634	14.394	85.027	5.106	—
1938-1939	9.672	89.859	203.492	14.555	51.077	4.081	—

Total dos sete portos:

1932-1933	298.446
1933-1934	300.574
1934-1935	342.707
1935-1936	389.366
1936-1937	339.603
1937-1938	458.646
1938-1939	373.336

Quanto ás porcentagens temos:

Safras	Santos	Rio	Victoria	Paranaguá	Bahia	Recife	Angra
1932-1933	2.49	31.75	48.73	—	5.43	11.60	—
1933-1934	15.32	26.12	31.60	1.42	10.46	11.29	3.79
1934-1935	0.87	24.75	43.73	1.05	25.74	3.80	—
1935-1936	0.98	27.97	48.79	1.13	17.99	3.14	—
1936-1937	3.45	14.52	31.61	5.54	42.54	2.34	—
1937-1938	1.15	20.76	55.30	3.14	18.54	1.11	—
1938-1939	2.59	24.07	54.51	3.90	13.84	1.09	—

Como vemos do quadro destas porcentagens foi Victoria sempre nos ultimos annos agricolas o grande porto caboteiro do Brasil para o café superando o Rio de Janeiro que por sua vez teve como emulo a Bahia.

Mesmo no sul do Brasil os cafés espiritosantense e bahiano de cabotagem salientaram-se notavelmente como se vê no quadro:

Estados	1937				1938			
	D. Federal	E. Santo	S. Paulo	Bahia	D. Federal	E. Santo	S. Paulo	Bahia
S. Catharina . .	3.061	1.625	—	3.930	5.967	1.950	3	—
Rio G. do Sul .	12.425	52.059	3.979	56.316	72.845	62.281	—	7.609
Totaes . . .	15.486	53.684	3.979	60.246	78.812	64.231	3	7.609

E' interessante cotejar o movimento de cabotagem nos tres portos principaes no decennio de 1928-1937:

Portos	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937
Santos . .	5.589	30.288	14.686	9.154	2.416	11.528	42.510	2.757	2.871	15.559
Rio . . .	121.628	129.298	100.646	157.160	115.153	102.461	54.220	102.798	75.575	30.035
Victoria. .	124.653	95.942	104.976	173.213	169.115	139.422	122.361	214.874	151.201	166.544
Totaes . .	252.770	255.528	220.308	334.927	286.764	253.411	219.091	320.429	229.648	212.138

Examinando estes dados verificamos que o movimento de exportação de Victoria e do Rio de Janeiro, por cabotagem é incomparavelmente superior ao de Santos e bem maior do que o do Rio de Janeiro. Isto se explica pela circumstancia de que os cafés espiritosantenses são geralmente de typo mais baixo do que os exportados pela barra de Guanabara. E estes a seu turno como media inferiores aos de exportação santista.

Em 1938 a cifra de cabotagem espiritosantense ainda se avolumaria, attingindo mais de 300.000 saccas e deixando longe a do Rio de Janeiro. Da Bahia só encontramos dados para os annos de 1937-1938. Mostramos quanto os cafés bahianos se negociavam pelo Brasil septentrional.

Naturamente se trata de cafés mais baixos, em geral, do que os exportação transatlantica.

Os tributos incidentes sobre a exportação de café no Brasil ao findar o periodo que historiamos eram os seguintes:

São Paulo: Taxa ouro fixo por sacca de sessenta kilos dous mil reis a mais 1.25 % do imposto de vendas a consignações.

A União cobrava taxa de exportação: 12$000 reis. Goyaz 3$900; Pernambuco 4$620. O Paraná 4$800 ouro taxa fixa por sacca.

Os impostos advalorem eram 2,5 em Minas Geraes, 5 no Espirito Santo; 5,5 no Estado do Rio de Janeiro; 7 no Paraná; 8 na Bahia. Sob o titulo de taxa de defesa cobravam Minas Geraes $600; Espirito Santo 5$000; Rio de Janeiro 1$000. Cobrava Minas 4$000 de taxa de armazenamento e 1,25 de imposto de vendas a consignações, como aliás tambem o Espirito Santo e o Rio de Janeiro quanto a este ultimo.

A Bahia ainda tinha dous por cento *ad valorem* de uma taxa estatistica e mais 345 reis fixas de expediente a addicional.

O Espirito Santo ainda cobrava sobre o total do imposto de exportação a taxa de defesa dez por cento sob a rubrica: "taxa de Segurança e Assistencia Social" e mais um por cento sobre os mesmos impostos como "taxa escolar".

CAPITULO LXXXIV

Exportação directa do café do Brasil — Os principaes destinos desta exportação — Porcentagens do café brasileiro na importação total nos principaes paizes — Classificação dos cafés segundo o typo, a bebida e a fava nos principaes portos

Examinamos agora os dados relativos á producção e consumo mundiaes e as contribuições brasileiras no computo total (em milheiros de saccas):

Annos Agricolas	Producção	Universal	Entregas ao consumo
	(1)	(2)	
1926-1927	22.917	22.916	21.298
1927-1928	35.125	—	23.536
1928-1929	22.281	—	22.251
1929-1930	36.504	36.501	23.554
1930-1931	25.185	—	25.091
1931-1932	36.620	36.220	23.723
1932-1933	25.739	—	22.848
1933-1934	38.530	38.541	24.451
1934-1935	25.065	—	22.681
1935-1936	31.037	30.885	25.845
1936-1937	36.867	36.992	25.006
1937-1938	32.271	33.282	25.609

As cifras da primeira columna de producção são de Steinwender, Stoffregen & Cia., as da direita as de Laneuville que em alguns annos divergem das outras. As das entregas são de Laneuville. Nos computos de producção Laneuville admitte mais de milhão e meio de saccas do que Stroffregen.

Nestes numeros só se computa a producção exportavel pois a producção total attingiu volume muito maior. Segundo os

dados do Annuario Estatistico de Café para 1939-1940 do D. N.C. a producção mundial obedeceu aos numeros abaixo exarados em milheiros de saccas:

1926-1927	26.376
1927-1928	39.363
1928-1929	26.119
1929-1930	40.843
1930-1931	29.423
1931-1932	41.338
1932-1933	33.959
1933-1934	42.946
1934-1935	31.522
1935-1936	36.454
1936-1937	42.634
1937-1938	35.588

Quanto ás cifras do supprimento visivel foram elles em relação a 1.º de julho de cada anno em milheiros de saccas:

ANNOS	Café do Brasil	Total
1926	3.262	4.418
1927	3.916	5.305
1928	3.647	5.335
1929	3.934	5.573
1930	4.657	6.384
1931	4.882	6.702
1932	4.874	6.501
1933	6.356	8.526
1934	5.491	7.541
1935	5.769	8.130
1936	5.528	7.911
1937	5.648	7.230

O grande obice provinha porém das existencias sobretudo do café paulista nos armazens reguladores, estações e vagões que assim se cifraram a 30 de junho de cada anno:

Em 1936	5.717.279
" 1937	9.143.670
" 1938	6.610.882

A exportação directa do café brasileiro de 1927 a 1938 assim se cifrou em saccas:

Annos	America	Europa	Asia	Africa	Oceania	Total
1927	8.477.622	6.078.994	15.093	542.977	375	15.115.061
1928	7.864.804	5.566.205	8.270	442.041	125	13.861.145
1929	7.862.253	5.861.254	21.301	536.007	—	14.280.815
1930	8.628.365	6.113.500	28.220	518.324	—	15.288.406
1931	10.093.478	7.173.933	37.325	546.130	—	17.850.872
1932	6.813.953	4.584.329	57.253	479.709	—	11.935.244
1933	8.859.385	6.038.511	48.525	512.888	—	15.459.309
1934	7.967.443	5.711.506	58.987	408.944	—	14.146.379
1935	9.149.468	5.558.054	86.451	534.878	—	15.328.791
1936	8.351.123	5.217.413	32.410	452.881	—	14.053.827
1937	6.996.336	4.537.494	47.948	403.547	—	11.985.325
1938	9.634.430	6.843.209	96.239	538.646	—	17.112.524

Convem lembrar que ha divergencia de numeros entre o *Annuario do D.N.C.* para 1937 e o *Annuario Estatistico do Instituto de Café de S. Paulo*. Os numeros relativos aos diversos annos salvo quanto ao ultimo são da primeira fonte.

No periodo de 1927 a 1938 as cifras do quadro abaixo exprimem a exportação do café brasileiro pelos seus principaes destinos:

	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Est. Unidos . . .	7.946.202	7.274.201	7.114.185	8.005.837	9.537.627	6.486.601	8.352.592	7.600.595
Argentina. . . .	400.731	459.765	573.930	481.665	392.451	234.613	397.804	298.683
Chile	49.139	57.238	63.422	43.260	49.848	34.063	13.545	10.706
Uruguay	47.643	39.644	67.804	47.081	39.747	33.145	61.302	24.996
Canadá.	29.700	32.030	36.702	47.407	72.550	20.230	33.356	31.872
França	1.828.589	1.546.430	1.978.809	1.995.292	2.199.095	1.392.314	1.766.500	1.275.399
Italia.	970.352	893.645	868.014	781.379	894.219	569.258	589.682	493.117
Allemanha. . . .	955.446	1.028.147	807.401	912.113	1.170.626	935.312	1.165.419	1.710.000
Hollanda	953.207	'866.229	811.323	861.705	1.070.915	496.712	782.653	538.412
Suecia	447.514	428.559	428.297	448.681	542.542	301.483	508.621	495.117
Belgica.	396.320	321.415	348.337	409.595	481.989	276.575	424.676	346.489
Hespanha	'109.556	97.948	148.540	170.263	185.286	105.016	48.191	60.979
Finlandia	77.804	78.118	83.742	91.373	67.324	121.420	184.100	214.957
Dinamarca. . . .	168.812	155.814	184.884	239.601	288.047	112.587	194.961	166.978
Noruega	51.202	31.866	35.247	43.462	52.867	31.929	37.353	32.494
Turquia	23.411	25.747	29.680	34.935	56.360	30.826	49.775	47.256
Iugoslavia. . . .	23.240	23.998	41.602	22.692	35.249	5.363	23.378	34.326
Portugal	23.246	21.675	24.073	27.267	35.816	23.177	35.052	26.390
Grecia	19.883	14.776	25.127	32.486	49.615	4.091	61.843	81.567
Grã Bretanha . .	8.916	9.558	6.631	15.811	10.235	89.024	9.630	21.231
Rumania	6.134	4.377	7.360	2.154	4.347	9.737	16.337	52.117
Gibraltar	4.733	4.452	3.600	4.763	4.462	6.969	7.967	6.131
Malta.	4.157	3.406	8.785	6.923	6.009	2.010	11.917	4.086
Turquia Asiatica .	9.178	3.622	10.246	13.221	16.906	14.303	17.683	20.331
Syria.	2.631	1.312	3.870	5.211	—	—	—	—
Japão	1.906	2.419	2.321	4.303	7.675	16.825	18.491	23.971
União S. Africana.	202.976	165.769	174.278	197.432	192.281	139.040	153.690	134.835
Argelia	155.389	150.564	196.227	201.401	208.498	210.096	208.460	149.811
Egypto	119.538	68.210	85.948	46.552	57.635	55.456	63.677	48.635
Moçambique . . .	18.225	17.280	17.331	17.422	17.120	11.390	10.317	8.141
Tunisia	13.390	9.048	16.838	15.441	19.683	17.928	19.742	18.736
Canarias.	12.100	13.355	12.940	10.505	20.275	19.665	21.524	18.549
Marrocos.	10.298	6.462	14.895	8.953	15.929	15.642	23.835	19.789

	1935	1936	1937	1938
Estados Unidos . .	8.684.327	8.021.738	6.590.088	9.078.176
Argentina	378.511	287.507	329.599	436.420
Canadá	32.175	37.829	37.146	58.795
Uruguay	28.147	29.139	35.895	40.819
Chile	24.194	20.018	27.546	17.727
França	1.763.192	1.597.778	1.254.362	1.608.327
Allemanha	871.007	1.128.219	1.261.812	1.774.401
Hollanda	582.022	498.197	291.407	763.389
Suecia	489.868	412.219	474.410	606.563
Belgica	448.303	351.062	237.522	379.802
Italia	439.252	401.306	252.640	391.253
Finlandia.	203.580	205.635	224.966	300.789
Dinamarca.	168.761	190.981	143.705	358.526
Noruega	87.373	28.362	40.834	54.106
Iugoslavia	72.533	63.843	44.082	106.315
Hespanha.	70.407	55.370	—	6.160
Turquia	69.367	42.550	81.079	62.980
Grecia	107.906	106.363	85.845	94.607
Rumania	57.669	11.647	18.691	23.956
Polonia.	26.563	44.198	27.723	38.661
Portugal	35.996	37.335	26.152	39.221
Tchecoslovaquia . .	375	17.664	53.899	96.412
Suissa	1.297	10.286	19.054	61.555
Malta	18.588	562	3.385	7.421
Dantzig	25.844	43.622	22.671	26.423
Grã Bretanha . . .	813	1.076	1.156	1.052
Gibraltar	7.988	10.486	8.724	13.951
Argelia	219.172	236.958	198.646	224.143
União S. Africana .	138.793	107.833	91.905	153.248
Egypto	91.432	39.270	70.821	72.014
Tunisia	18.369	17.935	18.997	14.850
Marrocos	23.335	16.284	3.986	14.450
Moçambique. . . .	9.435	6.400	6.195	5.858

Quanto ás medias por quatriennio as cifras vem a ser:

	1927-1928	1931-1934	1935-1938
Argentina	479.023	330.888	358.009
Allemanha	925.777	1.245.339	1.258.860
Belgica	368.917	382.282	354.172
Canadá	36.460	39.502	41.482
Canarias	13.725	20.003	4.815
Chile.	53.265	27.040	22.371
Dantzig	9.110	25.438	29.605
Dinamarca	187.278	190.643	215.493
Egypto	80.062	56.401	80.576
Hespanha	131.577	99.868	32.986
Estados Unidos. . .	7.585.106	7.994.211	8.093.582
Finlandia	82.759	146.950	233.742
França	1.837.280	1.658.327	1.555.916
Gibraltar	4.487	6.382	10.287
Gra Bretanha . . .	10.229	32.530	1.021
Hollanda	823.116	722.173	533.736
Italia	878.346	636.569	371.113
Iuguslavia	27.853	25.329	71.693
Japão	2.737	16.740	23.655
Malta	5.816	6.006	7.489
Marrocos	10.152	18.799	14.514
Moçambique	17.565	11.742	6.972
Noruega	40.444	38.661	52.669
Polonia	—	45.907	16.538
Portugal	24.065	30.109	34.664
Rumania	5.008	20.635	27.991
Syria	3.256	5.162	4.965
Suecia	438.340	461.941	495.790
Suissa	37	—	19.253
Tchocoslovaquia . . .	—	—	36.880
Tunisia	13.831	19.023	17.538
Turquia Europea . .	28.451	46.054	63.949
Turquia Asiatica . .	9.067	17.306	22.875
União Sul Africana .	185.226	154.956	123.032
Uruguay	50.543	41.048	33.501

E' este o confronto entre as percentagens do café brasileiro despachados para os Estados Unidos, Europa e outros destinos:

Annos	Estados Unidos		Europa		Outros destinos	
	Saccas	Porcent.	Saccas	Porcent.	Saccas	Porcent.
1927	7.946.202	52.57	6.078.994	40.22	1.089.805	7.21
1928	7.274.201	52.40	5.566.205	40.10	1.041.039	7.50
1929	7.114.185	49.82	5.861.254	31.04	1.305.376	9.14
1930	8.005.837	52.37	6.113.500	39.99	1.169.072	7.64
1931	9.537.627	53.43	7.173.933	40.19	1.139.312	6.38
1932	6.486.031	54.34	4.584.329	38.41	804.884	7.25
1933	8.352.592	54.03	4.038.511	39.06	1.068.206	6.91
1934	7.600.595	53.72	5.711.506	40.37	834.778	5.91
1935	8.684.327	56.65	5.558.504	36.25	1.086.410	7.09
1936	7.983.957	56.81	5.217.599	37.12	852.457	6.07
1937	7.010.583	57.87	4.590.010	37.89	512.495	4.24
1938	9.178.320	53.63	6.843.209	39.98	1.090.995	6.39

As entregas de café ao consumo do Universo segundo os annos calendarios a partir de 1927, tomando-se a exportação de 1922 como 100 vieram a obedecer aos seguintes indices:

Annos	Diversos			Brasil		
	Estados Unidos	Europa	Diversos	Estados Unidos	Europa	Diversos
1927	126.6	110.0	99.7	93.6	122.9	108.5
1928	120.9	101.3	108.3	102.1	147.4	125.2
1929	115.7	109.6	106.2	113.1	139.6	126.6
1930	124.0	112.2	89.3	113.1	149.2	131.5
1931	139.5	125.5	105.3	105.2	145.6	125.8
1932	117.7	101.4	83.3	126.3	154.1	140.5
1933	131.5	105.8	106.3	116.0	133.2	124.8
1934	137.7	103.4	99.8	107.9	148.9	128.8
1935	132.5	110.5	118.8	128.2	136.9	132.6
1936	127.3	101.2	126.1	146.2	163.4	155.0
1937	110.4	91.0	97.8	169.9	175.7	172.9
1938	143.3	119.8	137.1	147.7	160.3	154.1

O cotejo destas porcentagens explicam o terreno ganho pelos concorrentes do Brasil quer quanto aos mercados norte-americanos quer sobretudo quanto aos europeus, havendo-se tambem avantajado quanto aos demais do Globo.

Torna-se um dado valioso o exame da questão cafeeira nacional o cotejo entre os recebimentos pelos diversos paizes do café brasileiro em relação ao total do seu consumo:

	ESTADOS UNIDOS		FRANÇA		HOLLANDA		ALLEMANHA	
	Brasil	Total	Brasil	Total	Brasil	Total	Brasil	Total
1927	7.946.202	10.940.333	1.828.589	2.801.550	953.207	2.244.631	955.446	2.065.732
1928	7.274.201	11.011.200	1.546.430	2.752.453	866.229	2.467.571	1.028.147	2.252.375
1929	7.114.185	11.205.796	1.978.809	2.833.696	811.323	2.212.580	807.401	2.462.850
1930	8.005.837	12.090.754	1.995.292	2.981.119	861.705	2.083.191	912.113	2.568.785
1931	9.537.627	13.165.922	2.199.095	3.232.928	1.070.915	2.437.824	1.170.626	2.607.455
1932	6.485.031	11.348.441	1.392.314	3.115.480	496.712	2.033.615	935.312	2.171.593
1933	8.352.593	11.992.002	1.766.500	3.273.488	782.053	1.963.314	1.165.419	2.164.957
1934	7.600.595	11.523.618	1.265.399	2.938.562	538.412	1.945.771	1.710.000	2.512.085
1935	8.684.327	13.272.489	1.763.192	3.141.582	582.022	1.526.723	871.007	2.459.777
1936	7.983.957	13.176.489	1.581.611	3.108.162	486.663	1.617.615	1.122.840	2.588.667
1937	6.577.640	12.856.763	1.240.562	3.092.311	291.531	1.108.583	1.256.892	2.962.945
1938	9.322.910	15.052.789	1.422.822	3.107.193	371.317	1.279.901	1.529.828	3.290.328

	ITALIA		SUECIA		BELGICA		ARGENTINA	
	Brasil	Total	Brasil	Total	Brasil	Total	Brasil	Total
1927	811.488	762.348	447.514	713.797	396.320	690.582	400.731	408.735
1928	607.138	795.205	428.859	711.301	321.415	659.802	403.949	408.239
1929	600.535	781.107	428.299	679.097	348.337	655.045	407.149	413.250
1930	610.725	754.867	448.688	744.814	409.595	791.767	418.910	413.986
1931	588.682	730.678	542.542	876.553	481.389	1.017.362	376.875	382.195
1932	569.258	680.596	301.483	640.344	276.375	791.767	418.910	423.986
1933	489.682	654.631	508.621	750.895	424.676	662.102	382.026	388.209
1934	493.117	656.497	495.117	756.924	346.489	767.620	304.415	307.503
1935	439.252	673.550	489.868	806.791	448.303	815.693	371.167	377.153
1936	365.166	528.255	419.789	771.541	348.117	872.733	361.478	368.319
1937	221.057	564.802	473.297	804.263	233.778	852.033	334.732	378.724
1938	346.495	593.886	588.350	877.671	336.290	859.927	431.720	472.002

	DINAMARCA		ARGELIA		FINLANDIA		NORUEGA	
	Brasil	Total	Brasil	Total	Brasil	Total	Brasil	Total
1927	168.812	411.582	155.389	160.726	77.804	254.608	51.202	285.805
1928	155.814	427.068	150.564	178.373	78.118	307.337	31.266	277.618
1929	184.884	461.180	196.227	199.437	77.804	297.877	35.247	256.937
1930	239.601	496.166	201.401	210.705	91.373	150.433	43.462	283.626
1931	255.047	537.205	208.498	230.009	67.324	125.366	57.867	304.657
1932	116.587	436.129	210.096	235.155	121.240	121.889	81.929	261.284
1933	194.961	444.472	208.460	228.705	184.100	122.674	37.353	272.367
1934	166.978	434.735	149.811	220.803	214.957	110.292	32.494	271.154
1935	168.761	452.169	219.172	242.327	203.580	138.418	87.373	336.818
1936	186.753	486.015	235.269	235.378	206.102	119.173	27.739	270.614
1937	143.204	486.101	198.646	231.525	222.603	105.090	40.770	377.256
1938	243.183	576.833	—	—	280.032	437.043	56.517	323.052

	UNIÃO SUL AFRICANA		HESPANHA		GRECIA		EGYPTO	
	Brasil	Total	Brasil	Total	Brasil	Total	Brasil	Total
1927	202.976	223.268	109.520	399.913	19.193	87.400	119.538	399.913
1928	165.769	201.302	97.948	359.150	14.526	87.116	68.210	359.150
1929	174.728	215.768	148.540	398.152	23.940	92.100	85.948	398.152
1930	197.432	218.837	170.263	440.934	31.636	97.350	46.553	440.934
1931	192.381	239.560	185.286	369.495	49.615	109.300	57.835	369.495
1932	139.040	186.224	105.016	366.868	4.091	71.116	55.456	366.868
1933	153.690	216.137	48.191	406.779	61.843	76.984	63.677	406.779
1934	134.835	203.516	60.979	416.077	81.567	91.963	48.635	416.077
1935	138.793	230.476	70.407	397.508	107.906	87.815	91.432	397.508
1936	110.138	236.149	46.198	231.069	94.375	118.104	39.110	231.069
1937	91.905	242.143	—	—	86.424	85.206	71.346	129.011
1938	153.941	281.842	—	—	127.477	128.394	105.619	149.975

	CANADÁ		PORTUGAL		GRÃ BRETANHA		URUGUAY	
	Brasil	Total	Brasil	Total	Brasil	Total	Brasil	Total
1927	29.700	186.964	23.246	72.018	8.916	577.169	37.347	38.908
1928	32.035	203.967	21.675	68.078	9.558	555.361	39.088	38.908
1929	36.702	189.950	24.073	63.535	6.631	472.701	67.804	39.086
1930	47.404	216.672	27.267	84.705	15.811	689.764	47.081	41.298
1931	72.550	238.149	35.816	89.607	10.255	635.759	39.747	38.767
1932	20.230	245.218	23.177	78.809	89.024	628.203	38.145	38.145
1933	33.356	246.287	35.052	83.228	9.630	557.876	61.302	61.302
1934	31.872	262.405	26.390	104.726	21.231	503.456	24.996	29.537
1935	32.175	265.710	35.996	108.261	813	405.067	32.768	32.903
1936	48.058	305.968	31.267	109.007	5.402	373.220	37.846	38.019
1937	39.381	306.892	24.102	93.318	1.152	316.576	34.157	38.682
1938	46.634	321.017	34.708	110.195	6.712	339.871	41.519	46.185

	TURQUIA EUROPEA		TURQUIA ASIATICA		CHILE		JAPÃO	
	Brasil	Total	Brasil	Total	Brasil	Total	Brasil	Total
1927	23.441	83.336	3.622	—	49.139	73.167	1.906	17.230
1928	25.747	84.953	10.246	—	57.238	92.706	2.419	23.917
1929	29.680	93.968	13.221	—	63.422	83.746	2.321	23.783
1930	34.935	92.001	16.906	—	43.260	87.786	4.303	30.360
1931	56.360	89.435	14.303	—	49.848	80.177	7.675	36.741
1932	30.828	72.601	—	—	34.063	55.528	16.825	47.147
1933	49.775	75.606	20.331	—	13.545	19.960	18.491	41.542
1934	47.256	79.494	21.500	—	10.706	41.765	23.971	48.694
1935	59.367	72.672	24.063	—	24.194	53.634	36.068	57.235
1936	41.000	90.776	21.500	—	15.758	51.168	20.056	95.317
1937	80.500	85.330	—	—	18.666	30.078	61.030	142.679
1938	88.666	88.666	—	—	19.092	57.340	31.313	74.479

Foram estes os principaes recebedores do café brasileiro exportado directamente. O Annuario do Departamento Nacional do Café assignala alguns mais como as Ilhas Canarias, Gibraltar, Rumania, a Tunisia, mas estes diversos compradores adquiriram volumes relativamente fracos.

A inspecção dos quadros mostra-nos quanto em muitos paizes haveria campo para o alargamento do consumo do café brasileiro. E largo campo até.

Assim por exemplo nos paizes escandinavos, na Belgica, sem falarmos nas vantagens a serem conquistadas num mercado enorme como o dos Estados Unidos e em outros de maxima inportancia comoos da França e o da Alemanha. Areas enormes super-populadas ou antes de população sobremodo consideraveis como a Russia, a China e a India, mantinham-se impermeaveis à propaganda cafeeira. No quinquiennio de 1934 a 1938 a China importou pouco mais de quatro mil saccas annuaes em media! Das Indias Inglezas não temos dados estatisticos. A União das Republicas Sovieticas no quatriennio de 1935 a 1938 importou pouco mais de nove mil saccas annualmente! A Malasia Ingleza no quinquiennio de 1935-1939 adquiriu uma media inferior a 150.000 saccas. Os quadros de consumo *per capita* é que fornecem uma visão exacta das quotas do café absorvido nos diversos paizes do Universo mostrandos as enormes possibilidades do futuro para o producto brasileiro que ainda não conseguira transpor as barreiras ou antes as muralhas circundadores de centenas de milhões de humanos clientes do chá uns, do matte outros, ou alheios ás bebidas alcaloidicas ainda outros.

Torna-se frisante o cotejo dos cofficiente da porcentagem de café brasileiro importado pelos principaes paizes no periodo de 1926 a 1938, segundo um quadro organizado pelo Instituto de Café de S. Paulo e publicado pelo *Annuario Estatisco* dessa organização para o anno de 1940:

Paizes	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Argentina	98.71	98.45	98.95	98.52	98.80	98.61	18.45	98.41	98.99	98.41	97.37	88.39	94.29
Canadá	38.52	37.22	39.21	31.77	30.74	35.07	23.22	15.99	22.30	20.95	16.71	12.07	13.30
Chile	—	—	—	66.47	62.20	63.98	63.09	46.01	26.02	37.12	42.56	36.26	33.30
Estados Unidos	67.86	71.37	65.98	64.50	65.48	70.98	61.48	65.75	65.61	64.45	59.52	51.62	60.40
China	—	—	—	—	—	—	0.06	1.04	4.11	3.65	3.51	6.42	14.61
Allemanha	40.99	43.07	42.73	36.85	33.11	43.81	44.31	37.64	44.27	46.06	34.47	35.47	46.49
Belgica	42.03	44.62	36.03	38.57	45.07	44.61	31.00	43.76	49.19	48.69	42.22	38.58	39.03
Bulgaria	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13.31	19.72	17.34	32.79
Dinamarca	—	—	—	—	41.14	41.93	32.40	—	34.25	30.54	36.79	28.36	42.10
Filandia	—	37.67	31.23	35.31	42.62	51.44	58.26	70.42	70.44	85.81	81.76	75.45	76.14
França	60.60	61.33	55.38	61.12	64.95	63.12	51.98	51.30	41.29	48.22	42.18	43.97	45.79
Grecia	43.93	53.17	58.77	57.63	61.04	60.65	15.73	35.02	87.89	97.28	98.67	96.50	99.29
Hespanha	8.40	16.90	16.94	21.59	39.09	40.21	34.21	14.52	13.90	15.87	—	—	—
Hollanda	42.19	42.46	35.10	35.99	40.36	45.52	28.60	39.81	33.47	40.22	33.98	58.95	42.75
Hungria	7.60	5.49	1.92	2.78	5.32	3.71	0.98	3.24	5.78	17.51	5.81	3.63	9.60
Inglaterra	2.61	2.93	1.46	1.28	0.91	1.10	2.22	2.32	0.06	0.51	0.72	0.98	1.86
Italia	80.94	80.21	76.35	96.89	80.90	77.82	74.17	65.07	67.02	48.65	61.75	39.64	58.34
Japão	2.91	3.76	6.95	6.71	11.29	14.59	23.32	26.53	33.39	30.39	44.39	50.61	42.04
Noruega	13.48	15.81	10.77	12.73	14.58	16.73	13.97	12.62	14.03	18.06	22.16	14.03	12.50
Palestina	—	—	—	—	—	—	—	—	—	67.42	41.08	46.59	66.79
Polonia	34.37	32.07	37.95	45.65	47.27	63.03	67.34	67.43	68.93	68.01	73.36	58.09	52.41
Suecia	65.80	65.79	63.06	62.85	60.83	65.39	60.22	63.08	65.89	62.86	68.42	64.72	67.07
Suissa	67.90	67.22	65.91	63.48	58.00	61.28	48.04	53.16	56.35	53.78	52.66	43.55	52.57
Turquia	—	—	56.84	81.60	60.07	47.97	52.62	80.85	98.38	99.68	100.00	100.00	100.00
Portugal	—	—	—	—	34.78	33.07	33.81	30.19	24.13	29.19	22.01	24.64	31.50
Tchecoslovaquia	3.51	11.70	24.14	20.73	17.66	18.44	26.94	50.87	57.61	46.24	45.14	43.60	—
Egypto	55.27	56.83	52.30	49.14	59.21	58.79	46.48	49.08	51.21	54.70	54.51	49.08	70.43
Australia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0.11	0.26	0.61	0.51
Austria	—	—	—	—	—	71.37	85.72	68.82	67.62	62.12	58.14	53.27	52.02
Iugoslavia	—	—	—	93.42	95.27	95.29	88.84	—	87.93	75.05	89.52	68.46	91.22
União S. Africana	93.51	91.44	92.74	90.49	89.86	92.57	80.49	76.20	67.85	60.78	48.69	44.12	54.62
Uruguay	—	—	—	—	—	—	—	—	99.09	99.59	99.54	93.12	89.90

Ás lacunas do quadro do *Annuario* do Instituto procurámos supprir com muitos dados obtidos do *Annuario* para 1940 do Departamento Nacional do Café que tambem em relação a diversos paizes apresenta numerosas omissões e até quanto a diversas regiões de largo consumo do café brasileiro como por exemplo a Argelia.

A inspecção do quadro mostra alguns factos curiosos como por exemplo o que se passou com paizes que preferiam comprar café brasileiro ao de outras procedencias muito mais proximas como se deu com a Grecia e a Turquia nos ultimos annos, notando-se por isso um decrescimo nos coefficientes de paizes que se acham geographicamente sob a esphera de influencia do Brasil, como é o caso da Republica Argentina e o Uruguay.

E' bem natural a descensão dos coefficientes de paizes que procuraram incrementar a politica cafeeira de suas colonias como se deu com a França e a Belgica. E' tambem interessante notar-se que num paiz de antipodismo em relação ao Brasil haja crescido notavelmente o coefficiente brasileiro, provavelmente com reflexo da existencia da avultado colonia nipponica entre nós. Por outro lado com clientes outr'ora quasi exclusivistas do producto brasileiro como a União Sul Africana as percentagens brasileiras baixaram muito notavelmente. E' que os seus mercados acharam mais commodo recorrer ás fontes mais proximas do que se abastecerem de outras que impunham uma travessia oceanica intercontinental.

Em relação ao mercado maximo dos Estados Unidos é que se torna importante acompanhar a lucta entre os cafés brasileiros e os demais competidores:

	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Brasil. . .	67.92	67.85	71.37	65.98	64.50	65.48	70.98	61.50	65.75	65.61	64.58	59.53	51.62	60.40
Colombia. .	16.53	18.25	17.59	18.15	21.02	22.14	18.65	23.81	22.65	21.10	21.14	19.85	25.26	22.79
Venezuela .	4.33	3.55	3.33	3.62	4.41	3.50	3.25	3.09	1.91	1.92	2.68	3.49	2.06	1.21
Guatemala .	2.65	3.17	1.94	1.82	1.45	1.87	0.95	1.81	1.23	1.66	2.00	3.17	3.30	3.02
Mexico . .	2.15	1.80	1.57	2.67	2.10	2.09	1.69	1.41	3.34	2.44	1.90	3.38	2.42	2.51
Indias Holl.	2.10	1.17	1.41	3.60	1.89	0.69	0.61	3.88	0.73	1.82	0.02	1.69	3.01	0.69
Nicaragua .	0.55	0.74	0.19	0.58	0.60	0.24	0.29	0.05	0.24	0.28	0.70	0.43	0.80	0.78
Salvador. .	0.77	1.10	0.36	0.85	1.10	1.04	0.18	0.76	1.64	1.71	3.05	3.32	5.56	3.59
Haiti . . .	0.29	0.15	0.10	0.11	0.08	0.00	6.00	0.01	0.03	0.00	0.01	0.25	0.70	0.91
Panamá . .	0.32	0.33	0.33	0.47	0.05	0.01	0.12	0.04	0.01	0.05	0.03	0.04	0.03	0.03
Arabia. . .	0.48	0.43	0.53	0.57	0.35	0.25	0.30	0.20	0.14	0.15	0.13	0.21	0.15	0.06
Honduras. .	0.14	0.16	0.12	0.15	0.07	0.08	0.01	0.09	0.05	0.03	0.03	0.03	0.12	0.06
S. Domingos.	0.26	0.20	0.10	0.19	0.18	0.18	0.07	0.18	0.17	0.10	0.10	0.38	0.38	0.31

O descrecimo da importação brasileiro torna-se sensivel de 1934 a 1937 não sendo muito aliás o que a Colombia ganhou salvo em 1937. Mas em 1938 já o coefficiente brasileiro ganha novamente terreno com tendencias positivas a melhorar. Attingindo a decada dos sessenta embora ainda longe das vantagens notaveis de 1927 e de 1931. Decahe o da Venezuela notavelmente de 1932 em deante subindo o da Guatemala. O das Indias Hollandezas á que oscilla curiosamente com maximas e minimas afastadas. Em França de 1924 em deante notou-se um afrouxamento continuo do coefficiente brasileiro ante o alçamento dado aos cafés coloniaes. De 70.18 contra 2.13 em 1924 baixou em 1927 a 60.76 contra 2.81. São este os numeros do periodo de 1927 a 1938.

ANNOS	Brasil	Café colonias	Indias Hollandezas
1927	60.76	2.81	12.36
1928	55.39	4.15	15.77
1929	61.13	2.91	11.77
1930	64.96	2.65	6.45
1931	63.13	5.48	6.41
1932	51.98	8.76	10.71
1933	51.32	9.37	8.22
1934	41.28	10.40	12.21
1935	48.23	10.27	11.68
1936	46.17	17.43	8.94
1937	43.98	21.72	7.70
1938	45.79	31.90	3.80

São sobretudo Madagascar e a Somalia Ingleza os incrementadores da exportação colonial. Cresce o coefficiente do café colombiano mas não notavelmente. Na Allemanha é que elle cresce muito: de 2,12 em 1926 e 7,47 em 1933 a 14,83 em 1935 e a 23.25 em 1937 ao passo que a porcentagem brasileira baixa de 40.96 em 1926 a 33.11 em 1930 para depois recuperar o terreno perdido alteando-se a 46,06 em 1935, cahindo novamente a 34,47 e 35,46 nos dous annos immediatos, para novamente subir a 46,5 em 1938. Na Hollanda o coefficiente brasileiro no quinquiennio de 1930 a 1934 tem a media de 39,38 e no seguinte de 36,25. Mas o das Indias Hollandezas não oscilla muito: de 33,50 a 34,63 o da Colombia mantem-se quasi equilibrado. Na Belgica nos dous quinquiennios a media brasileira

quasi não oscilla vai de 42,70 a 42,82 apezar da enorme subida dos numeros do Congo, Belga de 12,17 a 32,93, os coefficientes colombianos mostram-se insignificantes.

Na Italia perde o café brasileiro muito terreno baixando nos dous quinquiennios de 1929-1938 de 75,34 a 55,52. Crescem os coefficientes da Colombia muito sensivelmente e os da Erythréa. Na Suecia cresceu a importação colombiana mas os coefficientes do Brasil pouco se alteram e até alteia o do segundo quinquiennio. E' o que acontece na Noruega onde a importação colombiana tambem se avoluma. Baixa porem bastante a percentagem brasileira na Dinamarca em favor sobretudo da das Indias Hollandezas.

Curioso é porém que na Republica Argentina onde a importação brasileira correspondia a quasi cem por cento baixe o seu coefficiente em favor do das Indias Hollandezas, sobretudo a partir de 1936. Era positivamente nullo e sobe de 1.93 a 5,05 em 1938. O mesmo se dá com o Uruguay onde em 1935 a percentangem brasileira attingira em 1935 a 99,59. A das Indias Hollandezas inexistente eleva-se a 2,76 em 1937 e a 6,81 em 1938. No Chile tambem cahe bastante comovente a importação do café do Brasil de mais de 67 por cento entre 1930-1940 a menos de 30 entre 1935. Seu concurrente foi sobretudo o Equador e em parte o Perú o que é racional dado a situação geographica reciproca. O coefficiente colombiano veio a ser insignificante.

No Canadá notou-se a depressão dos coefficicentes brasileiros assaz forte, os da Colombia muito pouco oscillaram. O terreno perdido pelo Brasil foi sobretudo ganho pela Africa Oriental Ingleza o que é explicavel em virtude do protecionismo concedido a este como dominio do Imperio Britannico.

Na Finlandia é que se notou extraordinaria vantagem alcançada pelo producto do Brasil cuja porcentagem relativamente baixa de 1927 (37.67) passou a 70.42 em 1933 para ascender a 85,81 em 1935 conservando-se optima no triennio seguinte (media 77,19). Augmentou consideravelmente, aliás, o consumo da deliciosa rubiacea no pequeno e infeliz estado do Norte da Europa. Curioso porém é o que se observa com a Turquia. No ultimo quinquiennio se mostra tão delicada cliente do Brasil que chega a só delle comprar o café de seu consumo! quando a sua situação geographica a levava commodamente a abastecer-se do café arabico ou da Malasia Hollandeza.

Em Portugal a necessidade de proteger a producção propria faz com que o coefficiente brasileiro decline embora pouco no octennio de 1931 a 1938 (de 30,30 a 26.82). Aliás mostra-se paiz de muito pequeno consumo cafeeiro.

Entre 1927 e 1938 foram estes os coefficientes de fornecimentos dos principaes paizes productores aos mercados dos Estados Unidos e da França:

Annos	Estados Unidos					França				
	Brasil	Colombia	Venezuela	America Central	Diversos	Brasil	Colombia	Venezuela	America Central	Diversos
1927	71.37	17.59	3.33	3.30	4.50	60.76	1.40	4.09	13.20	
1928	65.98	18.15	3.62	4.20	8.10	55.39	0.76	2.09	13.68	
1929	64.50	21.02	4.41	3.60	6.50	61.13	0.66	4.39	12.62	
1930	65.48	22.14	3.50	3.60	5.30	64.96	1.16	4.27	15.32	
1931	70.98	18.65	3.25	3.20	4.50	63.13	0.82	5.05	11.19	
1932	61.50	23.81	3.09	4.10	8.40	51.98	2.03	6.36	11.10	
1933	65.75	22.65	1.91	2.70	5.70	51.32	1.95	2.87	20.02	
1934	65.61	21.10	1.92	3.90	7.50	41.28	3.35	3.54	19.67	
1935	64.58	21.14	2.68	6.50	5.20	48.23	2.17	4.61	16.71	
1936	59.53	19.85	3.49	11.60	5.60	46.17	1.68	5.22	14.23	
1937	51.62	25.26	2.06	14.50	6.50	43.95	1.73	4.94	12.28	
1938	60.40	22.79	1.21	12.72	2.88	45.79	0.96	2.34	9.93	

Como vemos além do que assignalámos nos Estados Unidos deu-se a ascensão assaz rapida dos coefficientes da porcentagem colombiana e da America Central. Em França pouco avultaram as remessas colombianas e as da America Central depois de subirem bastante, e mesmo muito, voltaram a declinar. Vejamos aqui os coefficientes de mais dous mercados nacionaes:

	Allemanha					Hollanda			
	Brasil	Colombia	Venezuela	America Central	Diversos	Brasil	Colombia	Venezuela	America Central
1927	43.07	3.21	4.50	42.67					
1928	42.73	3.18	3.81	42.72		—	—	—	
1929	36.85	4.85	5.94	46.16		—	—	—	
1930	33.11	4.41	5.94	51.40		41.07	4.16	0.64	13.08
1931	44.03	3.75	4.72	42.16		42.81	6.09	—	—
1932	44.31	4.50	4.72	37.77		27.73	6.13	1.10	14.86
1933	37.64	7.47	5.19	43.49		42.00	7.53	0.88	13.47
1934	44.28	9.12	3.92	38.54		43.32	4.91	1.40	10.95
1935	46.06	14.83	5.17	29.84		39.09	5.43	1.26	11.68
1936	34.47	23.83	8.03	27.69		35.29	4.21	0.22	12.10
1937	35.46	23.25	9.14	27.29		26.21	9.16	0.28	13.56
1938	46.50	17.31	9.60	20.76		42.54	4.59	0.14	12.33

Como vemos pelo quadro acima a vantagem da Colombia foi sobre a dos paizes da America Central que na Hollanda mantiveram estabilizadas as suas entregas approximadamente.

Conjugando dados do Annuario do D.N.C. e do Instituto de Café de S. Paulo para 1940 aqui deixamos uma tabella do consumo *per capita* nos principaes paizes consumidores de café do Universo em 1938-1939:

Paizes	Ann. do D.N.C.	Ann. do Inst. do café	Café do Brasil (Dados do Instit.)	Cifras de Ukers (1937)
Dinamarca	9.232	7.921	2.767	7.882
Suecia	8.382	7.756	5.101	7.452
Noruega	7.291	6.286	1.315	7.805
Estados Unidos . .	7.082	6.490	3.789	6.117
Belgica	6.950	6.254	2.591	6.198
Finlandia.	6.838	5.613	4.453	
Suissa	5.309	4.043	2.126	
Hollanda	5.254	7.552	3.244	6.117
França.	4.449	4.447	2.048	4.451
Allemanha	2.910	2.126	0.866	2.685
Argelia	2.169	—	—	
Argentina.	1.905	1.927	1.775	
Canadá	1.900	1.691	0.257	1.705
União Sul Africana.	1.780	—	—	
Uruguay	1.099	—	—	
Grecia	1.098	0.866	—	
Chile	1.036	0.854	0.390	
Italia	0.828	0.834	0.429	0.803
Portugal	0.781	—	—	
Tchecoslovaquia. .	0.770	—	—	
Iugoslavia	0.465	—	—	
Egypto	0.399	—	0.452	
Turquia	0.368	—	—	
Grã Bretanha. . .	0.300	0.471	0.004	0.406
Polonia.	0.175	0.169	0.101	
Rumania.	0.171	—	—	
Hungria	—	0.180	0.012	
Japão	—	0.076	0.033	

Como vemos divergem estes dados, por vezes bastante até mesmo muito estando os D.N.C. quasi sempre avantajados aos do Instituto de Café de S. Paulo. Este ultimo para os principaes paizes valeu-se das medias de importação de 1935-1938. Os do D.N.C. baseam-se nas importações deduzidas as exportações quando occorreram.

As estatisticas da classificação do café segundo o typo, a bebida e a fava nos grandes portos de exportação começaram a ter muito maior vigor com a campanha em prol dos cafés finos.

Examinemos alguns quadros:

Santos										
	1935					1936				
Typos	S. Paulo	Minas	Paraná	Goyaz	Total da safra	S. Paulo	Minas	Paraná	Goyaz	Total
2	7.98	20.31	3.61	7.64	8.78	5.49	9.87	2.16	6.56	5.77
2/3	6.82	20.57	3.38	9.08	7.72	14.29	26.91	3.30	8.89	15.02
3	19.96	23.19	18.90	32.68	20.21	24.18	30.14	14.35	32.40	24.54
3/4	11.91	9.89	12.66	11.17	11.78	11.68	9.73	8.10	11.84	11.53
4	14.88	9.34	17.94	14.92	14.53	12.76	6.51	14.45	13.26	12.37
4/5	12.26	6.19	14.32	7.59	11.86	10.51	5.48	12.08	10.76	10.20
5	7.32	6.49	9.14	5.98	7.08	7.50	3.33	14.46	7.06	7.27
5/6	5.48	2.43	8.30	3.96	5.29	4.88	2.81	11.52	4.18	4.79
6	2.78	1.25	3.23	2.41	2.68	3.24	1.88	8.32	1.79	3.17
6/7	2.70	1.09	1.42	1.41	2.58	1.53	1.11	4.61	1.17	1.53
7	2.53	0.97	2.25	2.30	2.42	1.47	0.70	3.32	1.03	1.42
7/8	2.91	0.78	2.65	0.30	2.75	1.26	0.70	1.54	0.72	1.22
8	1.98	0.38	1.88	0.50	1.85	0.86	0.40	0.72	0.09	0.82
Baixo	0.49	0.12	0.32	0.06	0.47	0.35	0.43	1.07	0.25	0.35
Bebida										
Estrictamente molle	14.45	51.84	3.37	4.08	16.85	23.13	66.69	0.61	3.50	25.72
Mole	27.53	36.64	23.38	20.05	28.08	16.64	20.31	9.03	15.81	16.83
Dura	51.60	9.99	56.47	61.48	48.88	40.14	3.78	51.87	15.81	19.21
Rio	6.42	1.53	16.73	14.39	6.19	20.09	9.22	38.49	64.88	38.24
Fava										
Graúda	28.47	42.09	37.49	33.64	29.45	32.81	48.43	34.18	33.38	33.83
Media	48.54	42.87	45.24	39.63	48.13	44.51	31.81	43.29	39.90	43.67
Miuda	15.11	8.35	11.03	12.71	14.62	12.43	8.12	9.18	9.74	12.11
Moca	7.88	6.69	6.24	14.02	7.82	10.25	11.64	13.35	16.98	10.39

A classificação no mercado carioca fez-se sobre a quota preferencial, cafés despolpados e de terreiro sobre outras quotas. Os despolpados vieram bastante de Minas Geraes e Rio de Janeiro com percentagens altas até o typo 4, havendo pequenos coefficientes relativos a typos mais baixos. Os cafés paulistas aliás poucos abundantes despolparam os typos 2, 2/3 e 3. Do Espirito Santo não affluiram os cafés despolpados. Isto em 1936 os cafés de terreiro para as quatro procedencias e até o typo 4 conservam em geral um paridade ou antes pequenas distancias. Os despolpados de S. Paulo e Espirito Santo deixam de figurar nos quadros de 1937 e 1937. Estudemos a distribuição das quotas totalizadas em 1936 e 1937:

Typos	Minas	S. Paulo	Rio	E. Santo	Total	Minas	S. Pualo	Rio	E. Santo	Total
2	5.56	10.61	1.09	2.04	4.55	4.32	5.99	0.85	1.40	3.12
2/3	6.21	9.31	1.90	4.51	5.23	5.18	5.37	0.93	3.14	3.72
3	13.73	24.07	5.78	8.50	12.18	19.33	16.57	9.25	10.28	15.51
3/4	4.75	8.90	1.95	2.39	4.21	7.79	5.94	3.60	3.30	6.03
4	9.28	13.58	4.5	4.22	7.85	10.63	10.70	8.66	6.88	9.81
4/5	5.59	5.15	2.93	1.86	4.45	5.80	7.56	5.09	3.58	5.70
5	9.59	8.15	6.73	4.94	8.19	8.11	12.18	8.87	7.52	8.90
5/6	5.23	1.80	3.47	2.27	4.09	5.12	6.78	5.21	3.16	5.24
6	12.29	6.66	13.85	7.36	11.58	10.34	10.72	12.36	9.98	10.90
6/7	9.51	3.82	15.48	8.34	10.34	7.78	7.11	11.65	9.50	8.83
7	10.46	4.01	24.48	19.71	14.43	8.64	5.30	15.99	16.27	10.68
7/8	5.05	2.21	13.02	20.95	8.46	4.29	4.86	12.62	15.04	7.46
8	2.75	1.73	5.17	13.61	4.44	2.67	2.92	4.92	9.95	3.90
Bebida			**1936**					**1937**		
Extra mole	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mole	9.34	92.75	6.71	—	14.84	12.19	79.97	0.00	—	18.55
Dura	12.15	5.72	6.24	—	7.06	10.76	13.07	0.30	—	7.48
Rio	78.51	1.53	99.05	100.	78.10	77.05	6.96	99.70	100.00	73.97
Fava										
Graúda	25.12	13.23	11.85	18.54	19.71	24.12	7.43	16.79	21.02	19.33
Media	66.30	70.76	82.11	75.56	71.88	68.29	74.84	76.19	74.40	71.90
Miúda	1.07	6.31	1.10	0.54	1.57	1.22	9.13	0.63	0.51	2.24
Móca	7.51	9.70	4.94	5.36	6.84	6.37	8.60	6.39	4.07	6.53

Typos	1937 S. Paulo	1937 Minas	1937 Paraná	1937 Goyaz	1937 Total	1938 S. Paulo	1938 Minas	1938 Paraná	1938 Goyaz	1938 Total
2	1.85	5.53	—	1.80	2.10	10.81	20.66	5.72	1.83	11.62
2/3	11.22	21.77	4.56	3.75	11.87	8.13	18.97	2.97	5.31	8.97
3	28.08	40.11	8.94	24.71	28.84	25.40	27.02	23.23	33.17	25.59
3/4	11.46	11.52	5.49	13.26	11.47	14.41	14.15	12.80	13.00	14.38
4	18.19	10.27	20.65	31.10	17.74	17.34	8.52	17.01	21.31	16.66
4/5	3.73	2.29	10.85	5.35	3.65	7.37	3.44	14.00	7.43	7.06
5	13.80	5.17	24.07	12.68	13.22	8.16	3.25	16.09	9.77	7.79
5/6	1.97	0.85	5.02	1.69	1.90	2.55	1.01	3.69	2.76	2.43
6	4.90	1.50	0.70	3.80	4.67	2.74	1.22	4.22	2.93	2.62
6/7	1.04	0.25	1.82	0.28	0.98	1.05	0.66	0.03	0.61	1.01
7	2.19	0.45	2.26	1.32	2.07	1.15	0.63	0.24	1.35	1.11
7/8	1.07	0.14	1.94	0.05	1.00	0.60	0.36	—	0.30	0.58
8	0.39	0.07	4.21	0.14	0.38	0.26	0.07	—	0.09	0.24
Baixo	0.11	6.08	1.49	0.01	0.11	0.03	0.03	—	0.08	0.04
Bebida										
Estricta-mente molle	14.45	51.84	3.37	4.08	16.85	25.59	69.21	10.12	1.78	28.88
Molle	27.53	36.64	23.38	20.05	28.08	22.19	19.91	18.53	31.53	22.07
Dura	51.60	9.99	56.47	61.48	48.88	44.92	9.68	57.49	51.48	42.18
Rio	6.42	1.53	16.78	14.39	6.19	7.30	1.20	13.86	15.21	6.87
Fava										
Graúda	28.47	42.09	37.49	33.64	29.45	33.28	40.95	33.28	28.41	33.84
Media	48.54	42.87	45.24	39.63	48.11	43.24	44.22	43.24	37.82	43.31
Miúda	15.11	8.35	11.03	12.71	14.62	16.36	8.45	16.36	18.03	15.73
Moca	7.88	6.69	6.24	14.02	7.82	7.12	6.38	7.12	15.74	7.12

O exame destas porcentagens nos indica de modo positivo o esforço pela melhoria dos typos finos. Assim temos até o typo quatro:

1935	61.59	83.30	66.49	75.49
1936	68.40	83.16	42.36	72.95
1937	70.80	89.20	39.64	74.62
1938	76.09	89.24	62.22	74.62

Os cafés mineiros sahidos por Santos são os melhores do Estado e dos melhores do Brasil, geralmente. As safras paulistas melhoraram sempre, apezar do seu enorme volume, no typo e bebida.

1938					
Typos	Minas	S. Paulo	Rio	E. Santo	Total
2	7.65	6.81	1.19	2.59	5.20
2/3	11.00	13.33	2.30	4.05	8.24
3	17.07	11.29	5.82	9.26	13.52
3/4	7.23	9.98	3.07	4.56	6.26
4	12.95	13.62	7.92	8.37	11.18
4/5	5.84	5.70	5.14	5.36	5.57
5	10.62	9.44	11.90	9.48	10.62
5/6	4.81	5.47	7.26	8.06	5.96
6	8.62	7.31	13.34	10.59	9.89
6/7	5.19	2.82	11.27	9.35	6.91
7	5.26	3.80	13.08	13.79	8.12
7/8	2.65	1.84	12.32	10.75	6.05
8	1.11	0.59	5.39	3.79	2.48
Bebida					
Estricta-molle	0.97	6.81	—	—	1.55
Molle	20.08	65.50	0.10	—	19.77
Dura	6.09	18.79	0.16	—	5.85
Rio	72.86	8.90	99.74	100.00	72.83
Fava					
Graúda	34.48	20.40	27.08	33.03	30.06
Media	56.99	65.50	65.71	60.50	61.10
Miúda	1.10	5.32	0.88	0.30	1.63
Moca	7.43	8.78	6.33	6.17	7.21

A campanha em prol dos cafés finos embora muito menos fructuosa do que na zona santista revela a melhoria da producção dos typos no Rio de Janeiro como se pode ver do confronto entre as diversas procedencias nos annos de 1936 a 1938 em relação aos typos de 2 a 4:

1936	39.53	66.47	14.87	21.70
1937	47.25	42.87	23.29	25.00
1938	55.90	45.03	20.30	28.33

Assim se verifica melhoria muito sensivel na producção mineira, fluminense e espiritosantense e retrogradação na paulista do Norte de S. Paulo cliente da Guanabara.

No porto de Victoria a classificação da safra de 1937-1938 deu os seguintes resultados:

2	0.17
2/3	0.31
3	0.77
3/4	1.97
4	5.82
4/5	4.69
5	7.86
5/6	4.79
6	5.36
6/7	10.71
7	13.07
7/8	41.08
8	3.33
Baixo	0.07

Assim vemos que os melhores cafés do Espirito Santo, aliás quasi que só produzidos no municipios de Alegre, Cachoeira do Itaperirim e Affonso Claudio, tomam a direcção do Rio de Janeiro.

Em Angra dos Reis a percentagem dos cafés até o typo 4 foi a seguinte:

Em 1936	69.33
" 1937	64.52
" 1938	81.91

CAPITULO LXXXVI

A producção cafeeira do Brasil e do Universo — O cafesal dos principaes estados productores

Fazendo a estatistica da lavoura cafeeira do Estado de S. Paulo, dados relativos ao anno agricola de 1936-1936 dividiu a Secretaria da Agricultura Estadual o Estado em dez districtos, assim discriminando os cafesaes segundo os municipios:

PRIMEIRO DISTRICTO	Arvores produzindo	Producção (em arr.)
Bragança	14.594.200	530.750
Itú	10.070.350	345.642
Jundiahy	9.411.617	353.832
Atibaia	4.532.392	159.287
Piracaia	3.073.100	168.247
Joanopolis	2.901.000	99.303
Cabreuva.	2.608.700	69.495
Indaiatuba	2.238.790	68.522
Parahybuna	1.985.800	69.750
Jacarehy	860.600	28.078
São Roque	438.000	11.037
Santa Isabel	286.250	3.695
Nazareth	232.000	10.994
Santa Branca . . .	183.700	5.065
Salto	167.710	5.519
Guararema.	41.610	1.146
Parnahyba	25.900	1.138
Mogy das Cruzes .	22.600	362
Parnahyba	25.900	1.138
Juquery	13.000	390

Neste districto as lavouras novas comprehendiam 176.350 cafeeiros entre elles avultando os de Joanopolis (88.300) Parnahyba (24.000) Itú (20.350) Jacarehy (14.600). Em compensação haviam grandes cafesaes abandonados ou cortados no anno transacto nada menos de 3.189.697, entre os quaes 994.767 em Jundiahy, 983.500 em Itú, 205.800 em Atibaia, 417.700 em Nazareth, 174.700 em Indaiatuba. O total dos cafeeiros produzindo no districto attingia 53.853.664, produzindo 932.252 arrobas, indice muito baixo pouco mais de 18 arrobas por mil pés. Havia varios municipios ainda relativamente productivos como Bragança (37) e outros de rendimento por assim dizer inferior como Mogy das Cruzes (15). Em media este primeiro districto apresentava como producção resultados em nada compensadores.

O segundo districto comprehendia 23 municipios da mais velha zona cafeeira do Estado, de onde ia o café anno por anno desaparecendo aquella a que servia a Central do Brasil.

Taubaté	3.975.718	120.755
São José dos Campos . .	3.813.120	103.686
Caçapava	2.665.100	80.112
Guaratinguetá	2.022.000	60.990
Pindamonhagaba	1.709.410	68.332
Jambeiro	1.024.750	25.291
Areias	858.300	24.597
Queluz	774.000	23.870
Bananal	753.600	19.423
Lorena	737.500	25.812
Redempção	716.000	11.394
Silveiras	716.200	21.976
Tremembé	620.500	14.043
Cruzeiro	560.500	18.350
São José do Barreiro .	466.300	13.891
Natividade	274.500	25.812
São Bento do Sapucahy	256.540	5.520
Apparecida	236.000	7.080
Piquete	228.750	5.718
São Luiz do Parahytinga	80.919	1.432
Cunha	6.200	260
Campos do Jordão. . . .	2.200	110

Possuia o districto 22.719.107 cafeeiros e 284.410 pés de lavouras novas. Nelle havia um enorme corte e abandono de

lavouras, durante o anno nada menos de 7.459.591 arvores. A media de producção era baixa 666.702 arrobas não attingindo 29 arrobas por milheiro de arvores, havendo municipios de muito pouca producção e outros em bom destaque como Caçapava (30).

O terceiro districto comprehendia onze municipios litoraneos e do valle da Ribeira de Iguape, terras que em alguns haviam sido outr'ora largamente cafeeiras como as de São Sebastião e Ubatuba e outras em que por assim dizer não se praticara a cafeicultura.

Iguape	1.091.449	48.357
Xiririca	412.842	21.807
Villa Bella	205.250	6.536
Jacupiranga	212.044	9.603
Apiahy	99.980	2.640
Cananca	56.675	3.445
Ubatuba	54.820	1.956
Ribeira	41.380	4.159
São Sebastião	36.975	653
Itanhaen	10.830	237
Caraguatatuba	4.940	204

Nesta região de pouca altitude sobre o mar o cafeeiro produzivel e é muito sujeito as pragas phytopathologicas como é geralmente sabido.

Para um total de 3.227.185 arvores havia 287.807 cafeeiros novos (Iguape, 199.861; Xiririca, 32.975; Vila Bella, 26.785; Jacupiranga, 24.885). A producção total não attingira cem mil arrobas (99.599) o que dava a media muito baixa de 31 arrobas por mil pés por causa das lavouras recentes de Jacupiranga e Iguapé. As do littoral norte apresentavam resultados muito fracos. Haviam sido abandonadas ou cortadas durante o anno transacto 360.340 arvores.

O quarto districto comprehendendo vinte e um municipios não correspondia a uma zona fecunda entre as grandes productoras do Estado. Nella ficavam situados municipios servidos pela Sorocabana, tronco e ramal de Itararé cortando zonas frias fazendo excepção ás demais circumscripções Tieté, Laranjal de producção aliás mediana.

Tieté	5.057.250	98.329
Laranjal	2.612.344	81.737
Porto Feliz	1.735.350	46.401
Bofete	1.466.800	56.859
Tatuhy	883.726	26.754
Angatuba	495.400	16.132
Itaporanga	477.900	13.523
Itararé	321.470	11.971
Itapetininga	267.150	8.132
Porangaba	162.500	4.332
Conchas	161.700	6.230
Itaberá	116.600	5.341
Pereiras	113.050	4.528
Piramboia	45.600	1.560
Sorocaba	45.600	1.733
Bury	24.450	414
Faxina	20.700	1.137
Pilar	6.150	206
Piedade	3.250	88
Capão Bonito	1.600	140
S. Miguel Archanjo .	1.250	—

Havia neste quarto districto 14.019.060 arvores produzindo e 164.000 cafeeiros novos (Laranjal, 37.000; Tieté, 31.000; Angatuba 26.700; Tatuhy, 21.500; Porto Feliz, 13.200). Haviam sido no anno anterior cortados ou abandonados 1.041.500 cafeeiros. A producção total attingira 385.547 arrobas o que dera a media de 27 arrobas e pouco por milheiro de pés (31 em Laranjal).

O quinto districto paulista comprehendia em 1935-1936 vinte e nove districtos a zona chamada da Alta Sorocabana, zona nova, de lavouras em crescimento a que se annexava outra mais antiga a da região de Pirajú e Santa Cruz do Rio Pardo. Comprehendia 122.925.193 arvores em plena producção, e mais 4.803.441 cafeeiros novos compensando de sobra os 4.241.272 cortados ou abandonados no anno transacto; verdade é que em municipios desbravados no ultimo anno como Santo Anastacio (511.500) Regente Feijó (338.700) Presidente Bernardes ... (234.500).

Pirajú	14.930.250	1.105.060
Presidente Prudente	11.793.100	455.299
Campos Novos	9.003.000	413.940
Santa Cruz do Rio Pardo .	8.097.300	370.675
Quatá	7.916.236	264.305
Presidente Bernardes	7.144.300	410.414
Santo Anastácio	6.820.900	210.383
Regente Feijó	6.417.200	240.937
Ipaussú	4.720.448	523.566
Avaré	4.066.014	288.912
Chavantes	4.037.130	539.977
Rancharia	3.348.868	144.328
Bernardino de Campos	3.284.957	249.347
Palmital	3.184.800	126.166
Assis	3.153.037	104.415
Fartura	3.030.750	176.303
Candido Motta	2.758.500	117.205
Oleo	2.739.470	163.447
Paraguassú	2.735.700	159.522
Sapesal	2.100.100	23.425
Cerqueira Cesar	1.650.900	58.555
Salto Grande	1.436.900	84.007
Santa Barbara do Rio Pardo	1.250.500	49.060
São Pedro do Turvo	1.029.150	37.036
Ourinhos	881.056	83.435
Maracahy	437.257	17.320
Itahy	295.800	11.850
Taquary	103.300	3.670

Produzia este grande cafesal 6.597.685 arrobas ou seja uma media de 54 arrobas por mil pés. destacando-se apenas alguns municipios por suas excellentes medias como fossem Bernardino de Campos (83) Ipaussú (130!) Chavantes (132!) Ourinhos (94). Esta media era a melhor da zona aliás onde havia municipios fracos como Avaré (46) outr'ora muito mais productivo. Pirajú mantinha boa media (74) superior a de municipios novos como Assis (33) e outros muito mais novos ainda como Santo Anastacio (30) Presidente Bernardes (57).

No sexto districto foram incluidos trinta municipios servidos pela "Baixa" Paulista e a "Baixa" Mogyana. Representavam uma zona antiga de plantio pois comprehendia velhos municipios cafeeiros, a começar por Campinas.

Campinas	14.631.668	376.846
Amparo	14.430.628	399.008
Pinhal	11.413.300	438.264
São José do Rio Pardo	9.781.120	293.448
São João da Boa Vista	8.811.300	379.399
Itapira	8.950.478	313.410
Mococa	8.507.662	334.810
Serra Negra	8.185.615	227.792
Itatiba	7.437.300	289.196
Mogy Mirim	7.346.512	252.608
Limeira	7.117.000	203.447
Descalvado	7.060.950	201.420
Caconde	6.852.000	325.180
Casa Branca	6.250.310	150.540
Soccorro	5.840.000	212.500
Pirassununga	5.652.417	256.443
Araras	5.564.124	270.036
Gramma	4.473.400	140.960
Palmeiras	4.021.700	113.896
Santa Rita	3.901.500	109.181
Tambahú	3.221.000	89.147
Tapiratiba	2.992.282	79.542
Annapolis	2.593.700	66.928
Leme	2.220.800	66.803
Vargem Grande	1.842.150	62.918
Mogy Guassú	1.576.100	76.727
Porto Ferreira	917.500	20.157
Villa Americana	344.390	15.223
Santa Barbara	263.550	7.208

Neste sexto districto a colheita total foi de 596.850 arrobas o que dá uma media de 34 arrobas pir mil pés. As divergencias de municipio a municipio são relativamente pequenas. Se uns ha de muito fraca producção como Porto Ferreira (quasi 22) outros como Araras ainda apresentam resultados elevados (48). O setimo districto comprehende municipios da Paulista, da Sorocabana e de Araraquarense, vinte e nove ao todo com ...... 232.302.362 arvores, cuja colheita rendeu 7.828.757 arrobas em municipios velhos e novos (alguns).

Jahú	25.786.553	1.124.378
Mattão	20.758.600	891.068
Taquaritinga	20.557.500	706.309
Araraquara	17.120.304	438.890
Itapolis	15.848.568	321.867
São Carlos	14.657.647	440.962
Bariry	13.709.302	559.193
Pederneiras	9.648.552	387.092
Ibitinga	8.575.900	176.220
Dous Corregos	7.355.200	292.804
Piracicaba	7.247.840	263.312
Bica de Pedra	6.904.260	306.474
Tabatinga	6.572.324	202.000
Ribeirão Bonito	5.381.500	151.578
Brotas	5.105.000	161.562
S. João da Bocaina . .	5.742.200	148.542
Boa Esperança . . .	4.974.032	180.707
Rio Claro	4.697.470	163.455
Borborema	4.034.300	119.046
Barra Bonita	3.918.100	117.294
Guariba	3.518.000	181.724
Dourado	3.194.260	104.839
São Pedro	3.087.300	82.395
Mineiros	3.033.200	120.534
Capivary	2.976.750	59.124
Torrinha	2.625.300	102.350
Rio das Pedras	2.623.900	62.329
Itirapina	1.923.000	45.855
Monte Mor	725.466	16.952

A media de producção do districto foi pois de pouco mais de 33 e meia arrobas por milheiro de pés sendo mais ou menos uniforme salvo quanto a municipios que sempre tiveram cafesaes fracos como Torrinha, S. Pedro e Brotas por exemplo. Alguns municipios famosos pelas suas antigas cargas afrouxaram muito desde longe data. Exceto o caso de Jahú que assim mesmo ainda em 1935-1936 dava 43 arrobas por mil pés. No setimo districto as lavouras novas eram poucas apenas 1.034.780, das quaes 218.100 pés em Bariry; 132.680 em Pederneiras; 131.300 em S. Carlos 107.400 em Capivary.

O oitavo districto comprehendia trinta e três municipios da Alta Paulista e da Alta Mogyana abrangendo 240.147.800 cafeeiros dos quaes 1.111.200 novos.

Ribeirão Preto	23.539.500	1.045.400
Franca	16.824.100	689.670
Jaboticabal	15.793.600	432.590
Bebedouro	14.058.300	472.340
Monte Alto	12.635.300	351.380
Collina	12.133.200	471.180
São Simão	9.433.300	366.420
Sertãozinho	9.424.300	240.090
Pirangy	9.400.000	357.170
Batataes	9.143.000	302.750
Cravinhos	9.127.800	481.590
Ituverava	8.287.200	257.320
São Joaquim	8.132.000	343.700
Viradouro	7.916.000	188.790
Orlandia	7.651.700	323.380
Pedregulho	6.321.200	237.080
Pitangueiras	6.274.300	148.100
Jardinopolis	6.232.100	187.830
Barretos	6.007.650	238.130
Fernando Prestes . . .	5.615.400	137.460
Morro Agudo	4.972.300	221.610
Cajurú	4.636.300	125.340
Altinopolis	4.534.800	172.880
Brodowski	4.042.000	125.970
Nuporanga	3.447.300	134.780
Guará	2.869.200	116.730
Igarapava	2.343.300	110.910
S. Antonio da Alegria	1.217.400	36.550
Guaira	926.900	38.710
Santa Rosa	769.500	18.030
Pontal	691.800	21.860

A producção do oitavo districto attingiu em 1935-1936 ... 8.635.870 arrobas ou seja uma media de quase 36 por milheiro de pés. Longe já iam os annos em que aquella maravilhosa e grande mancha de terra roxa apurada de Ribeirão Preto fornecia as medias altas de oitenta a cem arrobas por mil pés. Concorria agora com apenas 44. Havia na zona 1.111.200 cafeeiros novos destacando-se entre as lavouras recentes as de Franca (344.500) Orlandia (80.000). Em compensação haviam sido abandonadas ou cortados 10.170.269 cafeeiros.

O nono districto comprehendia as lavouras de maior pu-

jança do Estado de S. Paulo por mais novas, as das regiões do Noroeste e da Paulista do ramal de Piratininga assim tambem alguns municipios da Sorocabana alguns dos quaes outr'ora de grande rendimento como São Manoel.

Vinte e sete municipios abrangia o nono districto com ... 358.393.880 cafeeiros.

Pirajuhy	45.525.865	3.454.499
Lins	37.869.300	2.817.630
Araçatuba	25.406.628	1.394.393
São Manuel	23.603.700	1.012.540
Cafelandia	21.808.800	1.627.720
Marilia	20.674.482	1.874.158
Biriguy	18.315.500	1.004.692
Promissão	15.411.700	690.510
Pennapolis	15.267.600	665.740
Botucatú	11.949.700	362.000
Baurú	11.566.700	444.520
Agudos	10.967.500	310.210
Coroados	9.189.600	454.690
Garça	9.415.800	538.780
Avanhandava	9.169.500	377.250
Getulina	9.136.300	839.070
Piratininga	9.090.200	385.540
Duartina	8.930.000	435.000
Gallia	6.950.000	609.840
Avahy	6.477.100	222.570
Presidente Alves	6.396.100	252.150
Icanga	6.066.200	229.830
Glycerio	4.928.850	180.080
Lençoes	4.459.000	227.560
Vera Cruz	3.513.455	324.098
Itatinga	2.886.300	138.330
Bocayuva	2.818.000	85.940

Rendeu este nono districto 20.959.350 arrobas ou sejam 59 arrobas por mil pés. Municipios havia com producção excellente, de oitenta arrobas como fossem Marilia, Vera Cruz (92) Gallia (9) Cafelandia (77) mas em compensação outra com grandes cafesaes outr'ora opulentos como São Manuel, Lençoes, Agudos, haviam affrouxado notavelmente. Lavouras novas havia abundantes, 8.732.132 cafeeiros sobretudo em Marilia (3.072.893)

Araçatuba (2.503.400) Piratininga (580.000 Garça ...... (300.300). Entretanto apezar de se tratar de região tão recentemente desbravada, notavam-se na zona grandes cafesaes já abandonados ou cortados como fossem em Marilia (1.831.006); Araçatuba (2.791.300); Biriguy (736.600); Garça (769.900), etc. Ao cafesal novo contrapunha-se outro maior destruido constante de 12.192.906 arvores.

O decimo districto comprehendia outra zona nova a da Araraquarense a da S. Paulo-Goyaz, vinte e um municipios varios dos quaes afamados pela producção, com um total de 271.365.559 arvores.

Monte Aprazivel . . .	43.267.200	1.290.137
Rio Preto	28.900.340	869.975
Mirasol	25.669.245	1.369.886
Olympia	19.826.850	661.472
Catanduva	17.880.095	982.675
Novo Horizonte	12.313.450	477.458
Itajoby	12.344.000	537.809
Nova Granada	11.383.800	308.400
Tanaby	11.356.600	572.097
Tabapuan	9.915.796	395.055
Santa Adelia	9.331.500	286.982
I. Uchoa	9.144.950	269.471
José Bonifacio	8.675.100	239.678
Mundo Novo	8.354.330	437.607
Potirendaba	7.650.572	274.455
Cajoby	7.553.101	215.340
Ibirá	7.548.480	667.957
Ariranha	5.858.800	194.496
Cedral	5.668.250	291.898
Monte Azul	4.727.700	179.870
Pindorama	3.995.400	160.450

Produziu em 1935-1936 o decimo e ultimo districto um total de 10.863.168 arrobas ou em media por milheiro de pés 40 arrobas apenas. As lavouras novas eram restrictas 486.700 arvores apenas, das quaes 235.300 em Novo Horizonte, 66.400 em Mirasol; 65.000 em Itajoby. Em compensação haviam sido destruidos 2.086.400 cafeeiros dos quasi um milhão em Monte Aprazivel (919.900) 286.500 em Itajoby 252.700 em Mundo Novo.

Em summa eram estes os resultados globaes: .

Districtos	Cafeeiros em plena producção	Lavouras novas	Lavouras supprimida	Area cultivada (alqueires)	Producção	Medias
Primeiro . . .	53.677.319	176.350	3.189.617	27.349,12	1.932.252	35,9 arr.
Segundo . . .	22.719.107	284.410	7.459.591	11.202,75	666.702	29,3 "
Terceiro . . .	2.227.185	287.807	350.340	1.186,62	99.599	44,7 "
Quarto	14.019.060	164.000	1.041.550	7.255,00	385.547	27,5 "
Quinto	122.925.193	4.808.441	4.241.272	68.211,91	6.597.085	53,6 "
Sexto	173.122.086	783.970	8.002.547	87.912,98	5.596.050	32,3 "
Setimo. . . .	232.302.362	1.034.780	14.826.052	117.745,75	7.828.757	33,7 "
Oitavo. . . .	240.147.850	1.111.200	10.170.269	133.709,00	8.635.870	35,9 "
Nono.	358.393.880	8.732.193	12.192.906	197.224.62	20.959.350	58,4 "
Decimo . . .	271.365.559	486.700	2.086.400	136.492,50	10.683.168	38,9 "
Totaes. . . .	1.490.899.601	17.864.851	63.560.624	788.297,25	63.385.180	42,5 "

Assim o cafesal paulista em primeiro de julho de 1936 excedia um bilhão e meio de arvores. Exactamente 1.506.764.452

desfalcado que fora naquelle anno de 53.560.624. A area occupada por esta enorme lavoura correspondia a 19076,7934 Km.^{2} ou cerca de um treze avos da superficie do Estado.

Publicou a Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo suggestivo quadro comprehendendo dados sobre a producção media em arrobas por mil pés nos diversos municipios do Estado durante as diversas safras de 1915-1916 a 1935-1936. Delles nos valendo vamos apresentar aos leitores os elementos referentes ás safras de 1915-1916, 1925-1926 e 1935-1936.

Municipios	1915-1916	1925-1926	1935-1936
Apiahy	—	—	26,4
Agudos	103,5	59,7	28,2
Altinopolis	—	56,2	38,1
Amparo	61,0	32,4	97,6
Angatuba	55,1	41,0	32,5
Anhemby	56,5	—	—
Annapolis	40,6	35,3	25,8
Apparecida	—	—	30,0
Araçatuba	—	—	54,8
Araraquara	63,4	46,2	25,6
Araras	—	40,2	48,5
Areias	18,3	29,5	28,6
Ariranha	—	54,4	33,1
Assis	—	—	34,7
Atibaia	34,4	30,0	35,1
Avahy	—	55,7	34,3
Avanhadava	—	—	41,1
Avaré	76,8	60,8	46,4
Bananal	14,2	16,9	25,7
Bariry	88,5	34,8	40,7
Barra Bonita	93,9	52,0	29,9
Barretos	60,4	35,3	39,6
Batataes	47,0	35,8	33,1
Baurú	64,2	64,6	38,4
Bebedouro	61,2	57,2	33,5
Bernadinho de Campos	—	—	75,9
Bica de Pedra	90,0	50,0	44,3
Biriguy	—	61,4	54,8
Boa Esperança	71,3	43,3	36,3
Bocayuva	—	—	30,4
Bocaina	19,2	—	—
Bofete	4,5	33,8	38,7
Borborema	—	—	29,5
Botucatú	63,3	59,3	30,2
Bragança	54,2	27,2	36,3
Brodowsky	58,9	26,0	31,1
Brotas	67,8	35,1	31,6
Buquira	28,1	24,9	—

Municipios	1915-1916	1925-1926	1935-1936
Bury	—	—	16,9
Cabreúva	35,3	40,9	26,6
Caçapava	—	20,1	30,0
Cacboeira	—	—	30,0
Caconde	63,3	38,7	47,4
Cafelandia	—	—	74,6
Cajoby	—	—	28,5
Cajurú	63,2	36,2	27,0
Campinas	49,6	45,2	25,7
Campos Novos	69,0	37,7	45,9
Candido Motta.	—	—	42,4
Capivary	48,8	47,1	19,8
Casa Branca	57,8	45,4	24,0
Catanduva	—	56,7	54,9
Caldas	—	—	51,4
Cerqueira Cesar	—	47,7	35,4
Chavantes	—	58,1	133,7
Collina	—	—	38,8
Conceição de Monte Alegre.	—	—	—
Conchas	—	54,9	38,6
Coroados	—	—	46,4
Cravinhos	90,0	40,5	52,7
Cruzeiro	15,2	18,7	32,7
Capão Bonito do Paranápanema	—	—	87,5
Descalvado	35,5	32,3	28,5
Dois Corregos	80,3	44,2	39,8
Dourado	80,2	63,8	32,8
Duartina	—	—	48,7
Espirito Santo do Pinhal .	90,0	77,7	38,3
Espirito Santo do Turvo .	70,7	60,8	—
Feruando Prestes	—	—	24,4
Fartura	70,7	64,8	58,1
Franca	82,0	46,1	40,9
Getulina	—	—	91,8
Gallia	—	—	87,7
Garça	—	—	57,2
Glicerio	—	—	36,6
Gramma	—	—	31,5
Guará	—	—	40,6
Guaratinguetá	36,5	29,4	30,1
Guariba	—	41,0	51,0
Guayra	—	—	41,7
Itirapina	—	—	23,8
Iacanga	—	—	37,8
Ibirá	—	36,9	88,4
Ibitinga	86,9	38,8	20,5
Igarapava	30,7	30,9	47,3
Igaratá	—	—	—
I. Uchoa	—	—	29,4

Municipios	1915-1916	1925-1926	1935-1936
Indaiatuba	74,7	64,9	30,6
Ipaussú	—	62,7	110,9
Itaberá	50,3	—	45,8
Itahy	78,1	59,3	40,0
Itajoby	—	39,6	43,5
Itapetininga	58,8	36,3	30,4
Itapira	63,5	44,9	30,0
Itapolis	76,5	35,0	20,3
Itaporanga	61,5	39,2	28,2
Itararé	32,5	27,0	37,2
Itatiba	41,3	26,8	25,4
Itatinga	65,4	66,2	47,9
Itú	57,1	27,3	34,3
Ituverava.	78,0	21,1	31,0
Jaboticabal	60,8	36,9	27,3
Jacarehy	20,0	43,4	32,6
Jahú	92,0	61,5	43,6
Jardinopolis.	75,5	54,5	24,6
Jambeiro.	20,9	24,4	30,1
Jatahy.	19,0	—	—
Joanopolis	—	18,8	34,2
José Bonifacio	37,7	—	27,6
Jundiahy	42,6	59,2	37,5
Lagoinha	—	—	—
Laranjal	—	55,4	31,2
Leme	80,4	68,0	30,0
Lençois	52,1	36,5	51,0
Limeira	55,9	35,7	28,5
Lins	—	44,0	74,4
Lorena	20,9	24,3	34,9
Morro Agudo	—	—	44,5
Maracahy	—	—	39,6
Marilia	—	—	90,6
Matão	58,2	38,3	42,9
Mineiros	68,5	48,6	39,7
Mirasol	—	—	53,3
Mococa	55,5	43,4	39,3
Mogy Guassú.	60,9	46,5	48,6
Mogy Mirim	63,7	35,8	34,3
Monte Alto.	50,0	38,9	27,8
Monte Aprazivel	—	—	29,8
Monte Azul	—	61,3	38,0
Monte Mor.	42,4	47,3	23,3
Mundo Novo	—	—	52,3
Natividade	—	—	27,0
Nazareth	28,3	24,2	47,3
Nova Granada.	—	—	27,0
Novo Horizonte	—	40,3	38,7
Nuporanga	—	—	39,0
Oleo.	—	43,5	59,6

Municipios	1915-1916	1925-1926	1935-1936
Olympia	—	48,6	33,3
Orlandia	60,1	37,0	42,2
Ourinhos	—	60,0	94,6
Piramboia	—	—	33,4
Palmeiras	79,4	54,7	28,3
Palmital	—	—	39,6
Paraguassú	—	—	58,3
Parahybuna	18,0	21,0	35,1
Patrocinio do Sapucahy . .	54,1	39,4	41,8
Pederneiras	54,7	40,8	40,1
Pedregulho	—	50,6	37,2
Pedreira	59,6	51,5	25,7
Pennapolis	—	38,2	43,6
Pereiras	78,7	60,9	40,0
Pindamonhagaba	15,7	28,6	39,9
Pindorama	—	—	40,1
Pinheiros	26,7	30,6	—
Piquete	24,5	38,6	24,9
Piracaia	46,6	30,0	54,7
Piracicaba	57,7	40,9	22,5
Piraju.	62,5	43,8	74,0
Pirajuhy	46,3	63,5	75,0
Pirassununga	57,5	32,8	27,0
Piratininga	—	41,1	42,4
Pitangueiras	60,9	33,7	23,6
Platina	—	—	—
Porangaba	—	—	26,6
Porto Feliz	62,3	35,8	26,7
Porto Ferreira	65,7	38,7	21,9
Potirendaba	—	—	35,8
Presidente Alves	—	—	39,4
Presidente Prudente . . .	—	—	38,6
Presidente Wenceslau . . .	—	—	41,5
Promissão	—	—	44,8
Pirangy	—	—	37,9
Presidente Bernardes . . .	—	—	51,4
Quatá	—	—	33,3
Queluz	20,4	16,4	30,8
Regente Feijó	—	—	37,5
Redempção	53,1	15,2	15,9
Ribeirão Bonito	76,0	60,8	28,1
Ribeirão Preto	86,5	44,8	44,4
Rancharia	—	—	43,0
Rio Claro	40,9	32,3	34,7
Rio das Pedras	78,6	46,0	23,7
Rio Preto	45,0	29,0	30,1
Sapezal	—	—	44,4
Salto	64,9	50,0	34,9
Salto Grande	—	42,0	58,8
Santa Adelia	—	53,0	30,7

Municipios	1915-1916	1925-1926	1935-1936
Santa Branca	14,5	44,3	27,5
Santa Barbara	—	—	27,3
Santa Barbara do Rio Pardo	—	—	39,2
Santa Cruz da conceição .	42,1	33,9	—
Santa Cruz do Rio Pardo .	60,4	43,8	45,7
Santa Rita de Passa Quatro	52,2	26,3	27,9
Santa Rosa	64,1	30,6	23,4
Santo Anastacio	—	—	30,8
Santo Antonio da Alegria.	50,0	41,7	30,0
São Bento do Sapucahy . .	—	—	21,5
São Carlos	46,6	36,9	30,0
São João da Boa Vista . .	95,3	43,1	43,0
São João da Bocaina . . .	86,8	55,7	25,8
São Joaquim	—	51,0	42,2
São José do Barreiro . . .	16,0	18,3	29,7
São José dos Campos . . .	27,9	34,6	27,1
São José do Rio Pardo . .	82,2	35,1	30,0
São Luiz do Parahytinga .	15,9	41,1	17,6
São Manuel	103,2	67,8	42,8
São Pedro	40,5	28,6	26,6
São Pedro de Turvo. . .	—	—	35,9
São Roque	—	—	25,1
São Simão	74,4	34,8	38,8
Serra Azul	—	—	42,3
Serra Negra	40,8	30,8	27,8
Sertãozinho	65,6	35,7	25,4
Silveiras	15,2	18,2	30,6
Socorro	55,3	40,4	36,3
Tabapuan	—	53,1	39,8
Tabatinga	—	—	30,7
Tambahú	51,5	38,0	27,6
Tanaby	—	—	50,3
Tapiratiba	—	—	26,5
Taquaritinga	91,8	—	34,3
Tatuhy.	79,4	52,1	30,2
Taubaté	20,5	21,6	30,2
Tietê	78,5	43,0	19,4
Torrinha	—	35,8	38,9
Tremembé	23,3	24,5	22,6
Vera Cruz	—	—	92,2
Vargem Grande	—	41,7	34,1
Villa Americana	—	40,7	44,2
Viradouro	—	25,8	23,8

O cafesal mineiro, referem-nos os dados da publicação oficial *Minas e o bi-centenario do cafeeiro no Brasil* era a 31 de dezembro de 1927, constante de quasi 600.000.000 de pés:

Assim se distribuia:

	Cafeeiros produzindo	Cafeeiros novos	Producção média (saccas)
Zona Leste	318.678.000	24.455.000	2.541.000
Zona Sul	177.399.000	15.613.500	1.470.705
Zona Oeste	32.879.500	4.477.500	271.705
Zona do Triangulo .	11.536.000	2.539.000	114.924
Zona Norte	630.500	76.500	4.760
Totaes	541.123.000	47.161.500	4.403.184

Assim o cafesal mineiro comprehendia 588.284.500 arvores que produziram na safra de 1926-1927 um total de ..... 4.403.184 saccas ou sejam setenta saccas por milheiro de pés o que dá mais ou menos uma media de trinta e tres arrobas beneficiadas.

Segundo o Annuario Estatistico do D.N.C. para 1938 assim se computava o cafesal mineiro e sua producção para a safra de 1938-1939.

ZONAS	Cafeeiros	Producção (saccas)
Rêde Mineira de Viação	94.677.000	726.100
Rêde da antiga Oeste do Minas .	47.570.000	356.000
Leopoldina Railway	241.335.838	1.535.500
Estrada de Ferro Mogyana . . .	70.790.000	614.350
E. de Ferro Central do Brasil .	44.100.000	320.000
E. de Ferro Victoria a Minas. .	32.600.000	239.000
E. de Ferro Bahia a Minas . .	22.000.000	253.000
Totaes	553.572.838	3.943.950

Assim decrescera o cafesal minerio cuja media de producção por milheiro de pés, baixara bastante passando a ser um pouco mais de vinte e quatro arrobas. Vejamos porém como se distribuia este cafesal, calculado em milheiros de pés sendo a sua producção tambem assim computada cabendo as cifras da terceira columna ás medias de producção por milheiros de pés e em arrobas, na safra de 1938-1939.

ZONA DA ESTRADA DE FERRO REDE MINEIRA DE VIAÇÃO

	Cafeeiros (milheiros)	Producção (saccas, milheiros)	Media por mil pés (arrobas)
Alfenas	1.940	18	45
Areado	970	5	40
Baependy	540	1	40
Borda do Matto	600	3	30
Brazopolis	2.400	24	40
Cachoeira	800	5	30
Camanducaia	423	2	40
Cambuhy	720	2	30
Campanha	1.700	7	30
Cambuquira	590	2	30
Campestre	2.300	16	40
Campos Geraes	1.800	20	40
Conceição do Rio Verde .	1.470	12	50
Carmo do Rio Claro . .	2.800	12	40
Caxambú	250	1	40
Christina	750	10	50
Dores da Boa Esperança .	2.000	20	40
Eloy Mendes	4.075	15	30
Extrema	1.000	4	40
Gimirim	1.000	9	40
Itajubá	600	10	60
Itanhandú	34	0,4	30
Jacutinga	9.025	70	40
Lambary	400	3	40
Machado	9.500	55	40
Nepomuceno	9.000	55	40
Ouro Fino	10.540	65	45
Paraguassú	2.325	15	40
Paraisopolis	1.500	18	60
Pedra Branca	900	4	40
Pouso Alegre	522	4	40
Pouso Alto	280	2,5	30
Santa Catharina	500	2	60
Santa Rita do Sapucahy .	2.910	48	40
São Gonçalo	2.000	20	30
São Lourenço	71	0,8	50
Silvestre Ferraz	1.500	25	30
Silvianopolis	890	4	30
Tres Corações	2.000	14	50
Tres Pontas	3.600	50	40
Varginha	7.372	70	40
Virginia	480	1	40

ZONA DA REDE MINEIRA DE VIAÇÃO, ANTIGA E. DE F. OESTE DE MINAS

Andrelandia	500	7	50
Araxá	1.000	8	30
Bambuhy	700	4	40
Bom Despacho	100	0,5	30
Bom Sucesso	210	24	40
Campo Bello	4.500	40	50
Carmo do Paranahyba . .	500	3	25
Claudio	2.000	10	25
Conquista	1.000	10	40
Divinopolis	800	6	30
Dores do Indayá	1.000	6	25
Entre Rios	150	1	40
Estrella do Sul	300	2	20
Formiga	1.800	7	20
Guapé	3.000	12	30
Ibiá	3.000	20	40
Itapecirica	3.200	20	20
Itaúna	1.000	5	40
Lavras	2.400	23	30
Luz	3.500	20	50
Monte Carmello	40	0,1,	30
Oliveira	3.820	46	50
Patos	200	2,5	30
Patrocinio	500	3,6	30
Pará	300	3,5	40
Passa Tempo	400	3,3	40
Perdões	1.800	13	40
Piumhy	1.500	10	40
Rio Parahyba	800	6	30
Sacramento	1.800	15	40
Santo Antonio do Monte .	700	3	25
São Gothardo	2.000	10	35
São João d'El Rey . . .	300	1	20
Tiros	100	0,5	20
Uberaba	1.000	10	40
Uberlandia	200	1	40

ZONA DA LEOPOLDINA RAILWAY OU ZONA DA MATTA

Abre Campo	6.300	50	40
Além Parahyba	7.300	30	25
Alvinopolis	910	3,5	40
Bicas	4.300	25	25
Carangola	23.750	154	30
Caratinga	25.000	160	35
Cataguazes	6.900	25	20
Guarany	2.600	10	20
Guarará	3.325	15	20
Jiquiry	2.530	20	30
Leopoldina	6.260	20	30

Manhuassú	15.680	95	40
Manhumirim	11.000	150	50
Mar de Hespanha	8.500	45	30
Mirahy	18.000	100	25
Muriahé	21.300	150	25
Padua	8.700	25	25
Piranga	2.100	18	40
Pomba	2.980	15	20
Raul Soares	5.000	20	40
Rio Branco	5.000	25	40
Rio Casca	9.700	55	30
Rio Novo	3.800	20	30
São Domingos do Prata .	2.000	28	30
São João Nepomuceno . .	5.800	20	20
São Manuel	6.500	25	25
Tombos de Carangola . .	6.600	40	30
Ubá	6.500	42	25
Viçosa	13.000	150	40

ZONA DA ESTRADA DE FERRO MOGYANA

Andradas	4.700	35	30
Avary	2.330	20	50
Arceburgo	3.400	35	30
Botelhos	1.960	18	30
Cabo Verde	4.600	40	40
Caldas	700	6	40
Guaranesia.	6.120	35	40
Guaxupé	4.800	30	45
Ibiracy	1.000	9	40
Jacuhy	1.800	8	30
Muzambinho	7.200	90	50
Monte Santo	12.180	85	30
Nova Rezende	4.000	39	40
Passos	1.000	8	30
Poços de Caldas	1.000	12	40
Santa Rita de Cassia . .	1.000	7	30
São Sebastião do Paraiso.	11.000	120	40
São Thomaz de Aquino .	2.000	16	30

ZONA DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL (ZONA DA MATTA E CENTRO)

Alto Rio Doce	1.800	12	30
Barbacena	1.000	8	30
Conceição	1.400	8	30
Ferros	900	8	30
Itabira	1.400	12	40
Juiz de Fóra	10.000	55	30
Marianna	2.700	20	40
Mathias Barbosa	3.600	18	20
Mercês	1.000	6	40
Porto Novo	15.500	150	30
Sabinopolis	200	2	30

Santa Barbara	900	4	30
Santos Dumont	2.000	10	30
São João Evangelista . .	1.500	5	30
Rio Piracicaba	700	2	30

ZONA DA ESTRADA DE FERRO VICTORIA A MINAS

Antonio Dias	1.800	5	30
Aymorés	5.500	40	25
Figueira do Rio Doce . .	500	5	30
Guanhães	2.000	15	30
Ipanema	8.000	60	30
Itaiumy	4.800	30	30
Mutum	4.000	25	25
Peçanha	1.500	15	30
Santa Maria do Suassahy .	1.000	4	30
Villa Mesquita	1.000	5	30
Virginopolis	2.000	15	30

ZONA DA ESTRADA DE FERRO BAHIA E MINAS OU ZONA DO NORDESTE

Arassuahy	800	16	30
Capelinha	1.000	8	30
Itambacury	2.400	18	30
Jequitinhonha.	600	1	20
Malacacheta	5.000	20	30
Minas Novas	1.000	3	30
Theophilo Ottoni	12.000	95	30

Examinemos as cifras relativas ao cafesal fluminense em meiados do anno de 1938:

ZONA DO NORTE FLUMINENSE OU DO VALLE NORTE DO PARAHYBA

	Propried.	Arvores
Campos	686	14.518.000
S. Fidelis	1.155	14.320.000
Cambucy	1.986	18.200.000
Itaocára	220	5.510.000
Padua	1.321	5.905.000
Miracema	416	18.136.000
Itaperuna	4.221	69.620.000

ZONASERRANA DO CENTRO

Macahé	213	9.830.000
S. Francisco de Paula	76	9.530.000
Magdalena	59	7.545.000
S. Sebastião do Alto .	39	715.000
Cantagalo	143	6.095.000
Barra Mansa	209	6.805.000
Bom Jardim	830	15.965.000
Friburgo	87	1.680.000
Sumidouro	37	1.775.000
Carmo	25	1.300.000

ZONA SERRANA DO VALLE DO PARAHYBA

Sapucaia	60	1.310.000
Parahyba do Sul	124	2.900.000
Petropolis	34	2.100.000
Vassouras	41	1.175.000
Santa Thereza .	52	4.215.000
Valença	82	8.705.000
Barra do Pirahy	56	2.095.000
Pirahy	27	515.000
Barra Mansa . .	48	2.245.000
Rezende	51	1.470.000

ZONA LITTORANEA OU DA BAIXADA

Casemiro de Abreu .	213	5.095.000
Capivary	285	2.790.000
Rio Bonito	27	345.000
Aranuama	64	830.000
Maricá	17	100.000
Sant'Anna	34	1.230.000
Rio Claro	5	120.000
São João Marcos . .	7	110.000
Angra dos Reis . . .	11	160.000
Total Geral	12.961	224.958.000

Eram estes os numeros do cafesal espiritosantense em fins de 1937:

João Pessôa	21.348.432
Santa Thereza	16.798.770
Colatina	16.709.482
Itaguassú	8.936.435
Castello	8.376.500
Affonso Claudio	8.017.222
Alegre	7.186.283
Santa Cruz	7.051.107
Santa Leopoldina	6.806.041
Cachoeiro do Itapemirim	6.323.365
Muniz Freire	5.979.116
Siqueira Campos	5.360.000
Páu Gigante	5.182.430
Domingos Martins	4.852.176
Fundão	4.705.020
Serra	4.684.407
Guarapary	4.486.230
Iconha	4.482.110
Muqui	4.321.096
Calçado	3.854.514
São Matheus	3.593.750
Vianna	3.063.726
Alfredo Chaves	2.381.165
Rio Novo	2.152.176
Cariacica	1.324.442
Rio Pardo	1.304.876
Anchieta	1.260.873
Victoria	1.241.045
Conceição da Barra	252.564
Barra do Itapemirim . .	39.100
Totál	172.069.453

LAVOURA CAFEEIRA DO ESTADO DO PARANÁ
SAFRA DE 1935-1936

MUNICIPIOS	População	Lavradores	Cafeeiros de 1 a 3 anos	Cafeeiros de 4 a 8 anos	Cafeeiros com mais de 8 anos	Total de cafeeiros
Bandeirantes	12.000	90	2.248.700	751.000	—	2.999.700
Cambará	20.000	260	2.888.800	—	6.944.786	9.833.586
Carlopolis	10.000	110	155.866	—	489.540	645.406
Jacarezinho	25.000	333	575.000	941.900	5.970.160	7.491.060
Jatahy	4.100	23	365.000	109.300	9.500	484.300
Joaquim Tavora	4.000	100	—	494.690	606.621	1.101.311
Londrina	12.000	36	652.530	40.000	—	692.530
Ribeirão Claro	20.000	322	1.100.000	—	4.830.621	5.930.621
S. Antonio da Platina	25.000	314	1.096.799	—	3.855.714	4.952.513
S. João da Bôa Vista	20.000	423	—	63.703	1.137.593	1.201.296
Sertanopolis	8.000	114	799.270	84.377	304.900	1.188.547
Siqueira Campos	14.000	216	112.800	38.806	546.700	698.306
Tomazina	38.000	252	93.000	389.500	1.716.300	2.198.800
Total	213.000	2.593	10.088.265	2.913.276	26.417.435	39.417.976

LAVOURA CAFEEIRA DO ESTADO DA BAHIA

SAFRA DE 1936-19337

MUNICIPIOS	Cafeeiros produzindo
Affonso Penna	1.786.500
Amargosa	14.567.400
Anchieta	3.364.200
Areia	5.338.800
Barra Estiva	2.944.800
Bôa Nova	3.312.900
Bomfim	1.577.700
Brejões	5.768.100
Campo Formoso	1.946.700
Castro Alves	1.638.000
Cruz das Almas	801.900
Djalma Dutra	1.110.600
Itaberaba	733.500
Itaquara	4.087.800
Jacaracy	375.300
Jacobina	1.916.100
Jaguaquara	5.949.900
Jaguary	523.900
Jequié	15.884.100
Jequeriçá	2.278.800
Lage	1.354.300
Maracás	6.004.800
Mucugê	1.898.100
Mundo Novo	7.313.400
Muritiba	400.200
Mutuipe	2.412.000
Palmeiras	2.457.000
Poções	4.748.400
Rio das Contas	276.300
Ruy Barbosa	627.300
Santa Ignez	7.768.800
Santa Therezinha	4.221.000
Santo Antonio de Jesus	8.713.800
São Felippe	1.233.900
São Felix	358.200
São Miguel	2.034.900

Saúde	886.200
Seabra	2.903.400
Zona Sul Litoranea . . .	2.901.000
Total	134.431.900

LAVOURA CAFEEIRA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MUNICIPIOS	Cafeeiros produzindo
Littoral da Matta	
Agua Preta	50.000
Amaragy	462.000
Angelim	2.784.000
Bonito	527.000
Bom Jardim	6.989.000
Canhotinho	1.950.000
Catende	2.973.000
Correntes	2.200.000
Goyana	31.000
Itambé	146.000
Maraial	42.000
Nazareth	268.000
Palmares	908.000
Páu d'Alho	12.000
Queimadas	2.046.000
Quipapá	1.082.000
São Lourenço da Matta	58.000
São Vicente	6.970.000
Timbauba	642.000
Vicencia	2.246.000
Victoria	238.000
Total	23.535.000

AGRESTE E CATINGA

Altinho	2.104.000
Bebedouro	1.619.000

MUNICIPIOS	Cafeeiros produzindo
Bello Jardim	2.250.000
Bezerros	10.981.000
Bom Conselho	4.923.000
Brejo da Madre de Deus .	1.673.000
Caruarú	8.523.000
Frei Caneca	2.254.000
Garanhuns	25.854.000
Gloria de Goitá	108.000
Gravatá	3.235.000
Jurema	1.431.000
Limoeiro	42.000
Panellas	1.938.000
Pesqueira	1.477.000
São Caetano	1.173.000
São Joaquim	4.638.000
São Joaquim	4.638.000
Taquaritinga	2.315.000
Vertentes	2.354.000
Total	78.892.000

SERTÃO

Aguas Bellas.	38.000
Buique	31.000
Granito	92.000
Novo Exú	19.000
Ouricury	31.000
Pedra	38.000
Serrinha	8.000
Triumpho	3.282.000
Total	3.539.000
Total Geral . .	114.966.000

A producção do café em Santa Catharina já muito antiga floresceu e decahiu muito. Mas reanimou-se notavelmente a partir de 1920 como nos indicam as cifras de exportação pelo porto da capital do Estado:

1920	1.247
1921	1.196
1922	2.425
1923	5.141
1924	1.776
1925	923
1926	—
1927	3.036
1928	—
1929	2.854
1930	6.856
1931	15.378
1932	978
1933	4.125
1934	4.325
1935	4.250
1936	1.750
1937	1.500

Em 1938 foi a exportação de 1.375 saccas. O preço da sacca a bordo veio a ser:

1920	Rs.	80.261
1921	"	63.459
1922	"	81.608
1923	"	101.949
1924	"	230.000
1925	"	259.951
1926	"	160.000
1927	"	154.444
1928	"	171.273
1929	"	170.377
1930	"	92.766
1931	"	100.689
1932	"	250.356
1933	"	133.502
1934	"	138.035
1935	"	120.676
1936	"	133.916
1937	"	167.778

Em 1938 o preço medio f. o. b. foi de 134.898 reis.

Em relação aos preços obtidos em Santos e no Rio de Janeiro as cotações do café catharinense foram geralmente bastante mais baixas e por vezes muito, havendo porem annos felizes em que como em 1924, 1926, 1972 superou o café fluminense pouco se distanciando do santista.

O quadro que abaixo se transcreve representa a producção cafeeira do Brasil em saccas e em diversos annos agricolas e distribuida pelas varias circumscripções da Republica.

UNIDADES	1934-1935	1935-1936	1936-1937	1937-1938
Acre . . .	2.400	2.300	2.500	2.000
Alagoas .	20.000	16.000	20.000	32.890
Bahia . .	293.000	265.000	452.000	281.000
Ceará . .	50.000	45.500	50.000	45.000
Espirito Sa	1.350.000	1.623.000	1.813.000	1.415.000
Goyaz . .	75.000	45.000	73.000	53.000
Matto Gross	3.300	3.000	4.000	7.300
Minas Gera	3.780.000	3.686.000	4.640.000	4.913.630
Parahyba .	20.000	19.700	19.000	16.000
Paraná . .	260.000	613.000	547.000	1.066.000
Pernambuco	123.000	178.000	122.000	23.000
Rio de Jan	893.000	995.000	931.000	711.000
Santa Catha	180.000	170.000	100.000	105.000
São Paulo	11.735.000	13.522.000	17.750.000	15.888.800
Sergipe .	3.000	4.500	4.600	4.500

UNIDADES	1927-1928	1928-1929	1929-1930	1930-1931	1931-1932	1932-1933	1933-1934	1934-1935	1935-1936	1936-1937	1937-1938
Acre	—	215	5.583	6.000	5.416	3.670	3.000	2.400	2.300	2.500	2.000
Alagoas	20.000	21.600	21.600	21.600	22.830	25.000	22.000	20.000	16.000	20.000	32.890
Bahia	553.641	472.000	407.305	413.991	267.093	250.000	184.000	293.000	265.000	452.000	281.000
Ceará	50.000	75.000	75.000	55.230	75.000	66.670	50.000	50.000	45.500	50.000	45.000
Espirito Santo . . .	1.545.800	1.655.500	1.579.300	1.666.000	1.802.500	1.050.000	1.859.000	1.350.000	1.623.000	1.813.000	1.415.000
Goyaz	127.827	166.000	138.000	171.150	100.000	58.000	24.000	75.000	45.000	73.000	53.000
Matto Grosso	2.983	1.560	2.030	2.160	2.930	1.520	2.000	3.300	3.000	4.000	7.300
Minas Geraes	4.927.530	3.130.660	5.135.000	3.200.000	5.226.000	2.131.000	4.062.000	3.780.000	3.686.000	4.610.000	4.913.630
Parahyba	30.580	80.300	38.000	22.000	15.038	13.890	15.000	20.000	19.700	19.000	16.000
Paraná	455.150	264.000	596.000	347.000	604.000	380.000	600.000	260.000	613.000	547.000	1.066.000
Pernambuco	421.234	406.303	482.265	514.233	250.000	150.000	150.000	123.000	178.000	122.000	23.000
Rio de Janeiro . . .	1.610.840	1.151.600	1.114.660	1.009.632	1.513.050	850.000	905.000	893.000	995.000	931.000	711.000
Santa Catharina . . .	85.100	83.900	87.160	119.165	139.685	200.000	150.000	180.000	170.000	100.000	105.000
São Paulo	17.982.375	8.814.580	19.489.712	10.096.800	18.693.000	14.297.200	21.850.000	11.735.000	13.522.000	17.750.000	15.888.800
Sergipe	5.130	2.100	4.500	6.783	2.230	4.000	3.500	3.000	4.500	4.600	4.500

Quadro interessante é o que compendia a distribuição das propriedades agricolas nos dous maiores Estados cafeeiros, S. Paulo e Minas Geraes, pelo numero de cafeeiros.

	São Paulo	Minas Geraes
Até 5.000 cafeeiros	38.769 ou 53,66	37.674 ou 42,70
De 5 a 20.000 cafeeiros .	36.261 " 41,11	26.547 " 36,74
" 20 " 50.000 " .	9.146 " 10,37	4.701 " 6,51
" 50 " 100.000 " .	3.060 " 3,46	1.409 " 1,95
" 100 " 500.000 " .	2.015 " 2,28	798 " 1,10

Havia em Minas 28 propriedades com mais de 500.000 arrobas, ou 0,04 do cafesal mineiro. Em S. Paulo 61 entre ... 500.000 a um milhão ou 0,07 do cafesal paulista e 13 com mais de um milhão de pés ou 0,01.

O numero de propriedades agricolas cafeeiros em S. Paulo era de 88.230 e em Minas Geraes de 72.252.

Para o estudo da superproducção cafeeira do Brasil provocada pela inconsiderada dos preços da arroba nada mais convincente do que as estatisticas da multiplicação dos cafesaes nas safra dos annos que vão de 1920 a 1934 segundo os dados do *Annuario Estatistico do Café* para 1939-1940 publicação do Departamento Nacional do Café. Transcrevamos estes informes expressos em milheiros de pés de café:

Unidades	1930	1931	1932	1933	1934
Acre	700	750	850	800	721
Ceará	18.670	18.851	20.000	24.300	17.100
Parahyba	15.000	14.800	14.500	6.073	6.672
Pernambuco	82.673	88.155	68.549	66.100	59.898
Alagoas	3.236	3.307	3.000	2.400	2.330
Sergipe	1.163	1.209	1.250	1.300	1.164
Bahia	94.440	95.799	75.000	71.200	71.300
Espirito Santo . . .	265.932	271.400	240.000	237.500	236.854
Rio de Janeiro . . .	210.505	213.818	220.000	279.300	278.979
São Paulo	1.185.058	1.265.151	1.438.916	1.475.000	1.389.519
Paraná	25.492	30.229	32.000	41.427	41.311
Santa Catharina . .	12.226	12.617	13.000	13.500	15.031
Matto Grosso . . .	335	350	368	400	392
Goyaz	15.450	16.012	14.000	13.200	11.839
Minas Geraes . . .	650.961	665.118	670.653	745.300	718.200

Unidades	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Acre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	40	700	750	850	800	721
Ceará	9.555	7.349	12.358	13.344	14.124	15.735	16.991	17.347	17.552	18.085	18.570	18.851	20.000	24.300	17.100
Parahyba	7.355	13.715	14.557	15.251	15.753	15.991	18.009	15.315	15.500	15.300	15.000	14.800	14.500	5.073	6.572
Pernambuco	29.315	27.885	29.195	30.578	31.457	33.802	35.630	36.449	50.205	69.650	82.673	88.155	58.549	66.100	59.898
Alagoas	1.859	677	715	1.807	1.879	2.062	2.208	2.263	2.912	3.055	3.236	3.307	3.000	2.400	2.330
Sergipe	832	644	710	755	891	936	982	1.027	1.073	1.118	1.163	1.209	1.250	1.300	1.164
Bahia	49.799	60.386	59.609	55.553	68.895	76.003	82.015	86.492	87.909	91.259	94.440	95.799	75.000	71.200	71.300
Espirito Santo	114.583	122.500	124.700	125.000	128.220	161.500	194.800	237.934	241.892	258.158	255.932	271.400	240.000	237.500	236.564
Rio de Janeiro	155.597	160.239	150.700	151.000	152.500	153.200	155.000	172.000	193.531	201.804	210.505	213.818	220.000	279.300	278.979
São Paulo	823.942	843.592	871.897	899.239	949.149	951.288	956.142	1.047.495	1.123.232	1.152.520	1.185.058	1.265.151	1.438.916	1.475.000	1.389.519
Paraná	14.287	15.138	16.023	16.874	17.550	18.295	20.520	21.180	22.345	24.223	25.492	30.229	32.000	41.427	41.311
Santa Catharina	3.100	8.672	9.038	9.224	9.372	9.853	10.303	10.733	10.951	11.546	12.225	12.617	13.000	13.500	15.031
Matto Grosso	136	88	91	95	99	107	270	286	300	319	335	350	358	400	392
Goyaz	7.359	8.693	9.450	9.800	10.111	10.854	12.269	12.868	13.195	14.373	15.450	15.012	14.000	13.200	11.839
Minas Geraes	488.036	511.212	519.300	533.200	546.900	550.700	574.500	588.274	600.901	623.118	650.951	565.118	670.553	745.300	718.200

Revelam-se estas columnas ascendentes, todas de 1920 a 1928 salvo quanto a ligeira diminuição no cafesal parahybano. Acentua-se esta, depois, em virtude do flagelo do *vermelho* nas lavouras parahybanas. Continuam a crescer os cafesaes sobretudo nos grandes Estados de S. Paulo, Minas, Espirito Santo, de modo que os descrescimos nas dos pequenos Estados cafeeiros como Pernambuco, Ceará, e mesmo Bahia ficam compensados pela majoração dessas grandes lavouras.

Em summa o cafesal brasileiro cresce ininterruptamente de 1920 a 1933 diminuindo em 1934.

São estas as cifras officiaes de accordo com o *Annuario Estatistico do Departamento Nacional do Café* para 1939-1940 e cifras referentes a todo o cafesal do Brasil, desprezadas as fracções minimas, para o computo geral, das minusculas lavouras existentes em Estados como Amazonas, Pará, Maranhão, Piauhy, Rio Grande do Sul, etc.:

1920	1.708.418.893
1921	1.780.855.850
1922	1.832.359.160
1923	1.883.724.300
1924	1.956.916.600
1925	2.021.342.850
1926	2.099.643.490
1927	2.253.180.190
1928	2.381.604.200
1929	2.482.584.200
1930	2.587.845.700
1931	2.697.570.500
1932	2.811.947.500
1933	2.978.400.000
1934	2.846.311.300

Se tormarmos o cafesal de 1920 como numero indice 100 teremos as seguintes cifras:

1920	100
1922	107
1925	112
1928	139
1931	159
1933	174
1934	166

A estimativa do D.N.C. para 1939 foi de 2.500.460.000 cafeeiros o que corresponde a um numero indice 144.

Assim o enorme cafesal brasileiro cresceu ininterruptamente de 1920 a 1933. Augmentou em oito annos de quarenta por cento o que é enorme dado a sua colossal massa. Em onze annos se avantajou de quase sessenta por cento, em treze annos de quase oitenta e cinco por cento, convindo lembrar que o grosso dessas lavouras novas provinha exactamente dessas terras novas do far-west paulista e paranaense de producção absolutamente abortiva perto de meio bilhão de cafeeiros pujantes.

Convem recordar que ha contradicções entre os dados dos *Annuarios* do D.N.C. o de 1939 e 1937 quanto ao volume dos cafesaes brasileiros.

Assim o primeiro consigna para o cafesal paulista em plena producção em 1934 1.384.519.500 arvores, e o segundo, para 1936, 1.508.764.452 em acrescimo pois, sendo o calculo estimativo para 1939: 1.280.734.000 o que é razoavel dado o arrancamento dos cafesaes. Releva notar que o quadro do *Annuario* de 1939 acusa uma deflação do cafesal paulista de cem milhões de arvores entre 1933 e 1934 o que é singular em contradicção com os dados de 1937 avaliando tal cafesal em duzentos milhões a mais do total 1933.

Parecem-nos contradictorios os dados do *Annuario* de 1933 quanto a certas unidades:

Unidades	1934	1939
Espirito Santo . . .	236.854.000	153.617.000
Bahia	71.300.000	134.432.000

Assim sendo abandonou o Espirito Santo no quinquiennio em questão um terço de sua lavoura o que nos parece exagerado mas ainda é admissivel. O que porém nos parece inverosimel é que numa epoca de crise aguda haja a Bahia quasi dobrado o seu cafesal já vultoso. Convem lembrar ainda que o *Annuario Estatisitco* de Pernambuco consignou um total de 114.966.000 cafeeiros para 1937 quando o do D.N.C. para 1939 aponta para 1934 apenas 59.868.000 e para 1939: 50.272.000 havendo portanto a lavoura pernambucana abandonado mais de cincoenta e seis por cento de seus cafesaes.

Em fins da decada de 1930 a 1940 espalhava-se a lavoura do café por grandes areas onde jamais surgira e paizes onde jamais fôra ensaiada.

Assim além dos paizes e regiões classicos como os americanos, oceanicos, asiaticos, africanos, onde a cultura já era secular via-se na America do Sul incentivada no Perú e no Paraguay, na Asia, na Indo China Francesa e nos Estados Malaios Federados dos Straits Settlements. Na Oceania, na nova Caledonia, em diversos archipelagos como as Novas Hebridas e na Australia, na Nova Guiné, etc.; na Africa, na Erithréa, Uganda, Kenia, na Africa Equatorial e na Africa Occidental Francezas, no Congo Belga, na Nigeria, na Rhodesia, etc. Os preços magnificos da segunda metade da decada de 1920-1930 haviam acoroçoado extraordinariamente esta plethora de plantio.

Segundo o *Annuario Estatistico* do Departamento Nacional do Café, para 1940, a 1.º de janeiro de 1939, o cafesal do Universo attingiria quasi cinco bilhões de arvores assim discriminadas:

Brasil	2.500.460.00 ou	50,13 %
Nações diversas . .	1.882.420.000 "	37,14 %
Colonias européas .	604.650.000 "	12,13 %

O cafesal brasileiro assim se discriminava:

S. Paulo . . .	1.280.734.000 ou	25,68 do cafesal do Universo
Minas Geraes .	553.573.000 "	11,10
Rio de Janeiro.	244.958.000 "	4,91
Espirito Santo .	153.617.000 "	3,08
Bahia	134.432.000 "	2,69
Paraná	61.434.000 "	1,23
Pernambuco . .	50.272.000 "	1,01
Goyaz	13.200.000 "	0,26
Santa Catharina	4.240.000 "	0,09
Diversos . .	4.000.000 "	0,08

Seguiam-se ao Brasil em ordem de vulto de lavouras:

Colombia	587.441.000 ou	11,78
Venezuela	555.807.000 "	11,15
Indias Hollandezas	284.000.000 "	7,70
Salvador	139.941.000 "	2,81
Mexico	133.000.000 "	2,68
Colonias Inglezas	125.000.000 "	2,51

Augmentara immenso a producção mundial, naturalmente.

O confronto entre as safras de principios da decada de 1920 e as tres ultimas até 1939 mostra-se eloquente.

1920-1921	22.391.000 de saccas
1921-1922	20.708.000 " "
1922-1923	18.334.000 " "
1935-1936	36.454.000 " "
1936-1937	42.634.000 " "
1937-1938	38.588.000 " "

Entre 1934 e 1938 contribuira o Brasil com as seguintes quotas:

1934-1935	57,50
1935-1936	57,40
1936-1937	61,82
1937-1938	61,00

Tal a influencia dos preços altos que em varias regiões brasileiras se começara a plantar café. Em 1920 não havia cafesal no Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauhy, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Em diversos outros Estados era a producção insignificante. Surgiram cafesaes no Acre, crescera muito a producção em diversos Estados em que fôra insignificante.

Vejamos agora os dados relativos á producção mundial cafeeira extra brasileira em saccas de 60 Kgms.

AMERICA

Annos	Bolivia	Colombia	Costa Rica	Cuba	Equador	Guadalupe	Guatemala	Guiana Ingleza
1928 .	1580	2.659.578	314.033	—	152.856	7.723	741.192	6.938
1929 .	478	2.835.776	327.935	—	121.863	10.533	736.295	6.857
1930 .	30	3.117.595	392.277	—	157.507	2.720	950.197	2.777
1931 .	930	3.017.399	350.171	—	138.953	8.248	604.932	6.007
1932 .	9328	3.184.328	308.651	101.501	133.789	4.250	775.000	6.867
1933 .	—	3.280.938	218.250	54.046	118.454	5.810	678.723	8.643
1934 .	4726	3.142.517	403.975	20.231	239.260	4.613	666.128	5.360
1935 .	1335	3.785.674	355.436	30.707	208.503	4.500	620.806	5.631
1936 .	284	3.980.650	316.364	37.371	230.072	6.083	823.311	4.756
1937 .	—	4.069.585	441.998	77.893	234.436	6.265	823.864	5.535
1938 .	—	4.262.366	401.464	113.705	—	5.450	794.081	—

Annos	Haiti	Honduras	Jamaica	Mexico	Perú	Porto Rico	São Domingos	Salvador
1928 .	685.775	38.862	66.709	400.469	16.417	59.155	75.705	855.141
1929 .	475.944	25.562	49.682	497.932	13.298	9.669	91.985	779.710
1930 .	572.018	30.143	52.310	511.666	11.808	3.287	80.955	977.065
1931 .	438.270	19.038	69.380	455.181	34.437	14.988	84.570	910.514
1932 .	661.133	19.290	67.109	334.128	40.350	4.462	106.870	660.915
1933 .	684.357	28.820	65.935	537.278	24.361	13.688	187.124	936.488
1934 .	567.166	31.667	54.035	687.597	67.736	22.500	196.638	846.142
1935 .	601.508	23.334	57.167	528.453	37.258	9.247	213.546	834.453
1936 .	406.038	20.117	78.719	773.839	52.083	29.137	242.427	823.479
1937 .	427.364	20.729	56.350	511.866	48.767	45.365	182.997	1.126.941
1938 .	430.227	24.498	72.528	585.287	41.036	4.481	139.899	880.337

Annos	Surinam	Venezuela	Nicaragua
1928 .	57.719	639.402	296.743
1929 .	39.690	1.072.810	220.802
1930 .	49.855	785.780	255.095
1931 .	47.682	933.868	264.098
1932 .	54.195	821.992	227.273
1933 .	44.313	645.371	206.685
1934 .	56.250	779.199	245.131
1935 .	75.120	1.013.035	309.438
1936 .	50.288	1.191.168	225.804
1937 .	53.081	852.314	263.145
1938 .	—	654.961	250.518

OCEANIA

	Hawai	Indias Hollandezas	Nova Caledonia
1928 .	38.943	1.942.499	15.873
1929 .	40.063	1.345.033	10.332
1930 .	44.503	1.010.100	12.013
1931 .	50.172	1.137.167	19.273
1932 .	74.503	1.879.673	22.179
1933 .	47.273	1.201.716	16.615
1934 .	57.046	1.386.100	17.700
1935 .	69.843	1.383.334	21.687
1936 .	29.684	1.584.008	28.103
1937 .	30.875	1.111.684	28.916
1938 .	25.895	1.149.175	29.467

AFRICA

	Africa S. Franceza	Africa O. Ingleza	Angola	Cabo Verde	Congo Belga	C. de Marfim
1928 .	498	391.144	163.768	237	9.614	3.981
1929 .	911	298.940	146.885	278	13.937	6.748
1930 .	606	499.453	197.288	2.113	25.621	7.398
1931 .	788	424.196	197.237	572	48.630	12.116
1932 .	2.359	495.245	157.958	237	89.776	22.133
1933 .	2.037	514.589	199.970	492	138.334	24.967
1934 .	11.050	534.871	195.360	472	202.030	41.734
1935 .	15.537	703.620	226.340	—	219.350	106.558
1936 .	22.500	620.943	325.894	—	292.534	108.083
1937 .	35.175	692.119	273.718	—	299.450	143.556
1938 .	36.733	686.733	—	—	340.272	—

Annos	Madas-gascar	Moçam-bique	S. Thomé e Principe	Somalia Franceza	Somalia Ingleza
1928 . .	67.211	82	5.607	220.256	2.125
1929 . .	58.915	—	5.791	232.509	1.033
1930 . .	111.138	50	8.373	242.233	2.218
1931 . .	188.861	10	9.747	301.636	4.085
1932 . .	226.373	10	10.530	351.772	14.933
1933 . .	238.775	14	12.525	208.570	2.450
1934 . .	238.933	8	—	—	—
1935 . .	258.817	12	—	—	9.935
1936 . .	466.417	6	—	115.901	4.494
1937 . .	524.482	9	—	116.008	3.842
1938 . .	686.733	—	—	—	—

ASIA

Annos	Arabia	India Ingleza	Indo China Franceza
1928 . . .	78.165	215.881	10.685
1929 . . .	85.520	216.132	4.523
1930 . . .	67.973	263.792	333
1931 . . .	68.114	158.903	5.880
1932 . . .	66.336	247.977	5.589
1933 . . .	84.119	146.623	4.160
1934 . . .	74.755	143.087	9.233
1935 . . .	84.805	133.467	16.540
1936 . . .	70.896	137.826	12.863
1937 . . .	69.411	128.345	7.418
1938 . . .	—	118.764	16.050

Medias dos quatriennios:

Quatriennios	Brasil	Demais productores
1915-1918	64.75	35.25
1919-1922	61.77	38.23
1923-1926	61.24	38.76
1927-1930	57.82	42.18
1931-1934	58.57	41.43
1935-1938	54.34	45.66

Assim se notara sensivel decrescimo na exportação brasileira progressiva nos ultimos quatro periodos quatriennaes.

CAPITULO LXXXVII

As Docas de Santos e o seu papel no desenvolvimento da lavoura cafeeira de S. Paulo — Dados estatisticos eloquentes

Fazer-se a Historia do Café no Brasil sem pelo menos algumas paginas de referencia ás Docas de Santos seria imperdoavel lacuna, tal a magnitude dos serviços prestados por essa grande organização portuaria ao commercio do grão da rubiacea.

Assim em largos traços esbocemos os fastos da empreza que constitue um dos maiores titulos de honra abonadores da capacidade de organização brasileira. Para tanto recorramos á monographia de Helio Lobo: *Docas de Santos, suas origens, lutas e realizações;* obra digna do mais justo apreço como intelligencia, criterio e probidade historica, qualidades aliás inherentes a tudo quanto sahe da penna do illustre escriptor e diplomata.

Á portada de seu livro, dedicado ao Dr. Guilherme Guinle, lembra o nosso colendo autor que sob a direcção do eminente patrono da obra "a Companhia Docas de Santos, ampliara-se e consolidara-se, fiel ao espirito que presidira á sua creação e tanto honrava a iniciativa e o poder de realização no Brasil" sobrias palavras refertas de justiça e verdade.

Quando S. Paulo mal era o que viria a ser, tres homens lhe haviam antevisto os destinos, fazendo sua ligação com o Mundo.

Irineu Evangelista de Souza construira a S. Paulo Railway, vencendo a serra. Candido Gaffrée e Eduardo P. Guinle, completaram-lhe a obra, fazendo o porto de Santos.

Historia Helio Lobo os antecedentes da grande obra portuaria encetada em 1888 e que immensa influencia teria sobre o progresso e riqueza de S. Paulo pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira, sobretudo, apparelhada de meios para o facil e rapido escoamento de suas safras. Assim nos conta que desde

os primeiros annos da Independencia cuidara o Brasil de promover a navegação dos portos, costas e rios e a construcção de cáes e armazens para as necessidades do seu commercio.

Lembrou a Lei de 29 de agosto de 1828, relativa á navegação e a Lei de 13 de outubro de 1869 sobre a construcção de docas e armazens para carga, descarga e conservação de mercadorias de importação e exportação. Os estudos e relatorios de Milnor Roberts, Sir John Hawkshaw, Honorio Bicalho e Caland sobre os nossos portos; a concessão Stephen Buck-André Rebouças para o construcção de docas no Rio de Janeiro a do Conde de Estrella-Andrade Pertence para a construcção de cáes e outros melhoramentos no porto de Santos, a nomeação da commissão chefiada por Milnor Roberts para projetar as obras desse porto e a abertura da concurrencia publica para a construcção de taes obras. Referiu o pedido da Assemblea Provincial de S. Paulo ao Governo Imperial para que fossem confiadas ao Governo da Provincia. O Decreto n.º 8.800 de 16 de dezembro de 1882 autorizara as obras. Lembrou Helio Lobo ainda que o Visconde de Mauá tambem obtivera em 1861, permissão para construir um cáes em Santos.

Mas o Governo Imperial declarara sem effeito a concessão ao Governo da Provincia de S. Paulo e chamara de novo a si tal construcção, incumbindo o engenheiro Domingos Sergio de Saboia e Silva de realizar novos estudos e apresentar parecer sobre o projecto. Tomando por base seu relatorio mandara o Governo abrir concorrencia para a adjudicação dos trabalhos. Apresentaram-se seis concorrentes sendo escolhida a proposta José Pinto de Oliveira, Candido Gaffrée, Eduardo P. Guinle e outros. O Decreto n.º 8.979, de 12 de julho de 1888 autorizara o contracto motivador de criticas e polemicas. O Conselheiro Antonio Prado defendera o acto do Governo e a assignatura do contracto se realizara a 20 de julho de 1888.

Formara-se a empresa constructora do cáes de Santos, tendo como base o relatorio Saboia e Silva e como engenheiro o Dr. Guilherme Benjamin Weinschenk. Constituira-se a firma Gaffrée, Guinle & C., com o capital de 4.000 contos. Elevando-se seu capital a 15.000 contos, passara a denominar-se Empresa das Obras dos Melhoramentos do Porto de Santos. Transformara-se na sociedade anonyma, Companhia Docas de Santos, com o capital de 20.000 contos.

Surgiram pouco depois difficuldades technicas e administrativas algumas dellas muito serias a proposito das pontes e trapiches por onde se fizera, até então, a carga e a descarga dos navios. Houvera tambem duvidas a proposito de terrenos de

marinha e com a S. Paulo Railway. E a febre amarella prejudicara por vezes e muito o andamento das obras.

Projectado para 866 metros verificara-se logo que tal extensão seria a mais exigua em face das exigencias do progresso paulista baixando o Governo Imperial e Federal diversos decretos para o seu prolongamento, em 1889, 1890 e 1892.

Mas já em 1894 achava-se o caes abarrotado graças ao immenso surto da importação reflexo da grande aura cafeeira que trouxera ao Estado de S. Paulo magnifico superavit na balança commercial. A mensagem presidencial de Floriano Peixoto em 1894 reconhecera os grandes esforços da empreza para servir do melhor modo os seus clientes.

Teve a Cia. Docas de Santos fortissimos oppositores desde os seus primeiros annos.

Pleiteara o alargamento do prazo de concessão dos 39 annos da concessão de 1888 para os 90 annos, concedidos pelo decreto de 7 de novembro de 1890 e esta prorogação lhe valeu violenta campanha de hostilidade. Em 1894, outra se levantou contra a concessão de isenção de direitos para o material importado pela companhia.

O prolongamento do caes além do trecho da primitiva concessão levantaria numerosas questões judiciaes e politicas.

Entre ellas no periodo de 1896-1906 culminaram as que giravam em torno da creação de uma alfandega em S. Paulo.

Tres questões punham a Companhia na dependencia do Governo Federal: a dragagem do canal, a prorogação do prazo para conclusão do caes e uma proposta orçamentaria sobre capatazias. Esta ultima não procedia de iniciativa sua. Era o serviço de capatazias deficitario, para obviar a este prejuizo, fôra elevada a taxa em todos os postos. Considerada como uma dadiva feita á Companhia, Serzedello Corrêa explicou, na Camara, que fora geral o augmento. A prorogação do prazo para a conclusão do cáes e a autorização para o serviço de dragagem e desobstrucção do canal tambem encontraram opposição, sendo ainda discutidas no segundo semestre de 1896. Á Companhia acoimavam de constituir um Estado no Estado.

Nova e seria questão a proposito do projecto de lei autorizando a creação de armazens geraes e emissão de "warrants".

A Camara Municipal de Santos protestara contra a isenção de impostos e o desapparecimento de outras fontes de renda, causada pela construcção dos armazens da Empresa. A imprensa local acompanhara a Camara, aduzindo novos argumentos .Carvalho de Mendonça, no *Diario de Santos,* refutara taes objecções e o ministro da Viação respondera negativamente á representação da Camara Municipal de Santos.

As obras e serviços que a Companhia contratara executara e custeara, não obstante a sua reconhecida utilidade geral, continuavam provocando a grita dos prejudicados em seus interesses particulares como no caso da mina do Jabaquara. A difficuldade do escoamento do lixo da cidade e a construcção de seu cáes faziam baixar o preço dos fretes e eram uma das principaes causas do saneamento da cidade. Neste interim celebrara a Empresa seus dez primeiro annos de existencia.

Aliás já então era corrente no consenso geral que o verdadeiro baluarte de Santos e do Estado de S. Paulo contra a febre amarella era a muralha do caes.

Em 1899 viu-se a Empreza ameaçada de grave desfalque em suas receitas.

Por iniciativa do então director da Estrada de Ferro Central do Brasil, Dr. Alfredo Maia, o Governo Federal pensou em reduzir a tarifa nas suas linhas, de modo que o café de S. Paulo demandasse directamente para o embarque, o Rio de Janeiro. Nem por inexequivel, ainda que a titulo de experiencia, deixou o ensaio de levantar impugnação. Representou a Associação Commercial de Santos ao Secretario da Agricultura do Estado e ao Presidente da Republica contra tal medida, julgada attentatoria de suas prerogativas e contraria mesmo não só aos interesses da via ferrea, como ás disposições legaes existentes.

Ironicamente escrevia um articulista do *Diario de Santos*, a quem cita Helio Lobo, a 22 de outubro de 1899:

"Quem conhece um pouco a marcha que tem seguido o desenvolvimento de S. Paulo, criando gradativamente suas fontes de riqueza; vencendo com excepcional coragem e resignação as grandes crises, como em 1883 — na memoravel baixa de café; em 1888 — na violenta comoção pela lei de 13 de maio; attrahindo abundante colonização a custo de enormes sacrificios; ramificando em todos os sentidos suas estradas de rodagem e vias-ferreas; desenvolvendo sua instrucção publica; saneando suas cidades; estimulando a realização da mais bella obra hydraulica do Brasil no porto de Santos... Quem conhece um pouco o espirito deste povo não poderá pensar que S. Paulo se teria apparelhado com tantos elementos de prosperidade, esperando que um dia baixasse o Governo Central a clemencia de uma generosidade, offerecendo-lhe meio barato para ir pedir hospitalidade aos armazens da rua Municipal e dos Benedictinos para os productos da sua industria agricola.

Verdade é que a questão morreu logo.

Em 1897, o Ministro da Industria, Joaquim Murtinho, lamentava não ter maior applicação a lei de 1869. Referia-se á concorrencia para a exploração particular dos portos de Pernambuco e do Pará e dizia que o apparelhamento portuario de Santos era um auxilio poderosissimo para o commercio e a administração publica além de constituir uma gloria para o Brasil.

De 1906 em deante teve a Empreza uma phase de grandes conflictos com a politica paulista sobretudo a proposito das taxas de capatazia sobre o café. No Senado Federal destacou-se pela sua extraordinaria vehemencia o Dr. Alfredo Ellis que, durante annos a fio, moveu-lhe violenta campanha. Numerosos os pleitos judiciaes de grande monta, questões politicas e sociaes que encheram as paginas dos fastos da grande empreza.

Synthetizando a actuação da Companhia Docas de Santos de 1888 a 1936 escreve Helio Lobo, a recordar a obra de Candido Gafrée e Eduardo Guinle e seus eminentes collaboradores Guilherme B. Weinschenck, Gabriel Osorio de Almeida, J. X. Carvalho de Mendonça, Francisco de Paula Ribeiro:

No sector da vida brasileira, que escolheu para edificar, a Companhia Docas de Santos foi precursora, fazendo obra notavel e perene. Alli de facto, surgiu o primeiro porto construido, entre nós, por iniciativa privada, com capitaes, direcção technica e administrativa nacionaes quando todos os demais se fizeram com dinheiro de fóra, alguns dos quaes, ainda assim, como o do Rio de Janeiro, pelo proprio Estado, senão quando, como Manaus, por conpanhias estrangeiras. Criação unica entre nós a esse respeito, ella tambem se antecipou as demais, pelas preocupações e consequencias sanitarias, que a caracterizaram.

Santos muito lhe deve a este respeito: na febre amarella, pela contribuição de saneamento que foi o caes; e, sem dizer de outras melhoras geraes, na malaria, pela campanha emprehendida em Itatinga. Essa campanha, segundo seu orgnizador e chefe, foi a primeira e a de maiores resultados no Brasil; e nella assentou Carlos Chagas doutrina sobre a malaria, acceita depois universalmente.

Falando das luctas em que precisou envolver-se acrescenta o illustre escriptor:

Nessa luta, ficou tambem provado, foram adversarios a imprensa de S. Paulo, muitos de seus homens publicos, varios de seus dirigentes, quando não o proprio Governo. Explicaram-se tambem as circumstancias que actuaram em cada qual dessas campanhas e foram sete, como dellas se sahiu a Companhia, — administrativas, politicas, apenas de imprensa ou judiciaes.

Tendo crescido em perenne defensiva, é seu orgulho que, um a um, viu vencedores os principios pelos quaes luctou. Accusada de oppressiva e perdularia, não só construiu o caes mais barato do Brasil, como foi a que menores taxas exigiu.

Compararam Santos, a tal respeito, ao Rio de Janeiro, e entretanto, essa comparação, assim na construcção, como na administração, foi sempre, pelo contraste, seu melhor argumento.

Tida por um Estado no Estado, não procurou defesa que não fosse a legal de seus contractos. Eis porque no fôro não perdeu questão em que foi chamada."

Escrevendo em 1927 sobre "A Lavoura do Café e o Porto de Santos", dizia o Dr. Guilherme Guinle que quem examinasse por meio de indices numericos, o que vinha sendo a vertiginosa expansão da economia paulista que tal expansão fosse encarada atravéz do volume de riqueza exportavel, quer em exclusiva funcção da circulação interna das utilidades produzidas, e em seguida considerasse a progressão, não menos vertiginosa, da tonelagem das mercadorias movimentadas pelo porto de Santos, ver-se-ia necessariamente conduzido a uma conclusão inevitavel. Defrontavam-se duas causas, de um phenomeno só, o da grandeza e da pujança economica paulistas.

De facto, sem as explendidas realizações do trabalho diuturno da vultosa massa indigena e alienigena da população de S. Paulo, não teria sido possivel occorrer o enorme desenvolvimento do ancoradouro santista, o maior entreposto mundial de café, o maior centro de exportação do Brasil e um dos maiores do mundo. Paralellamente, sem o poderoso concurso que os serviços portuarios prestaram á expansão internacional e interestadual da producção paulista, tambem não teria sido possivel pensar-se nos maravilhosos indices estatisticos que representavam o mais vivo e eloquente testemunho da grandeza dessa unidade.

Os factos, aliás, incumbiam-se de assignalar quanto a producção exportavel e os transportes maritimos, rapidos e seguros, interdependem, tornando-se preciso para que estes e, em particular, a apparelhagem portuaria se aperfeiçoem em volume de mercadorias capaz de assegurar o rendimento dos capitaes invertidos, sendo igualmente verdadeira a proporção reciproca.

"Todo phenomeno, por mais que disfarce a sua origem em causas fragmentarias apresenta forçosamente uma casualidade basica commentava o Dr. Guilherme Guinle. No caso do desenvolvimento do porto de Santos e da colateral expansão da economia paulista, qual essa causa tão poderosa? De certo que o café. E continuava o café a ser mercadoria privilegiada, imposta ao mundo pelo seu sabor incomparavel. Sua media de crescimento do consumo, contava com um sustentaculo

inabalavel, a saber, a propria fatalidade do desdobramento da população do Universo.

Arroubadas palavras consagrou o Dr. Guinle ao preciosissimo grão.

Mercadoria tutelar, factor que elevava a capacidade acquisitiva nacional, principalmente em S. Paulo, afim de que o Brasil poudesse importar materiaes e materias primas indispensaveis ás suas industrias e empresas de communicação, á propria obra moral da civilização que vinha construindo. Producto basico de resistencia do apparelhamento de Santos, considerado como séde de uma empresa que lhe explorava os serviços portuarios garantia a tranquilidade dos capitaes empregados nesse ancoradouro e permittia a vigencia de taxas modicas para a tonelagem da importação.

Adduziu o Dr Guinle os seguintes dados estatisticos relativos á exportação do café por Santos de 1900 a 1926.

Saccas 241.239.906 no valor de 17.328.140 contos de reis ou £ 724.806.000.

Para mostrar a proeminencia do movimento cafeeiro sobre o das exportações geral do grande porto, e no mesmo periodo, lembrou o Dr. Guinle que elle attingira 18.482.560 contos de reis ou £ 774.879.000 ou fossem 93,7 do total.

Concluindo lembrava o Dr. Guilherme Guinle uma circumstancia que traduzia a immensa importancia da exportação cafeeira:

"Assim, os demais productos figuravam apenas com .... 1.154.420 contos de reis, ou 50.073.000 libras esterlinas, menos portanto para todo o periodo de mais de um quarto de seculo do que o valor do café exportado apenas em qualquer dos ultimos annos."

CAPITULO LXXXVIII

A propagação do cafesal para o sudoeste do Brasil — O desenvolvimento da grande lavoura de café de São Paulo

Em diversos pontos desta obra tivemos o ensejo de expor o progresso da cultura cafeeira na parte oriental da grande região invadida pela rubiacea. Assim expuzemos o modo pelo qual se constituiu o enorme cafesal fluminense do oeste da provincia a principio a alastrar-se pelos valles do Pirahy, do proprio Parahyba do Rio Preto, transbordando em Minas Geraes pelos valles do Parahybuna, do Pomba até occupar toda a vasta Matta Mineira, dentro em breve attingida, tambem, por segunda e enorme irrupção cafeeira a da zona do leste fluminense rumo norte de Magé e Cantagallo, a Itaocara e S. Fidelis. Invadira assim o cafesal o extremo norte da Provincia do Rio de Janeiro, ligando-se pelos valles do Pomba, e do Muriahé ás lavouras mineiras da extrema oriental da Provincia e ás do sul espirito-santense, prolongamento de outro cafesal aliás ainda pequeno, que descera do Norte, dessa Provincia ao valle rico do Itapemirim.

Em Minas a medida que as terras se cansam penetra o café em demanda do Norte, das terras ferazes do grande vale do Rio Doce. E a Leopoldina Railway a principio detida pelas agruras da Serra de S. Geraldo galga de Ubá a Rio Branco Viçosa e Ponte Nova afundando em direcção a Caratinga e Manhumirim, Manhuassú e Caratinga quasi a se reunir á linha da Central do Brasil que procurava vincular-se a Victoria e Minas.

Uma ilha de café assaz consideravel forma-se no extremo septentrional bahiano e mineiro a de Theophilo Ottoni, Itambacury e Minas Novas que se une a zona sul littoranea da Bahia e escoa-se por Caravellas.

Partindo do Rio Preto caminha o cafesal do centro mineiro mediocremente servido pelas condições do solo da zona da Oeste de Minas. Marcha esta de S. João d'El Rey para o occidente attrahida pelas lavouras de Oliveira e de Lavras, Campo Bello, Formiga, Itapecirica e Indaiá.

O sul mineiro de desbravamento muito mais tardio escoa-se a principio pelas antigas Rio e Minas e Sapucahy tributarias da Central e da Mogyana servindo a lavouras grandes como as de Ouro Fino e Varginha, Jacutinga, Machado, Nepomuceno. E a Mogyana arrasta para a sua gravitação e para Santos uma zona fronteiriça abundante nos mais finos cafés do Brasil em que se destacam Monte Santo, São Sebastião do Paraizo, Muzambinho, Guaranesia, Guaxupé, Andradas, etc. A propagação do café, antiga comtudo, no Triangulo pouco progride. São relativamente escassos os cafesaes de Uberaba e do Araxá, etc.

Tivemos tambem o ensejo de mostrar como se deu a penetração da rubiacea no territorio paulista, pelo alastramento do cafesal fluminense de Rezende a Bananal e Areias ao longo do Parahyba a contra corrente até Jacarehy com o muito mediocre esgalho para Mogy das Cruzes.

O socalco da serra de Itapety, *divortium aquarum* do Parahyba e do Tietê, alteiando o solo de mais de cem metros como que fez fenecer a derrama da rubiacea a que a frialdade das terras do planalto piratiningano não favorecia.

Ao longo do litoral progredira o cafesal mediocremente tendo, ao que parece plausivel, partido do sul para o norte do centro vibratorio inicial do lagamar santista. E' em torno de Santos que os mais velhos documentos até agora descobertos localizam os mais antigos cafesaes paulistas.

E realmente sabe-se que já em 1787 havia plantações de milhares de pés em torno da villa dos Gusmões e dos Andradas. Lendo desatentamente o que deixamos positivo, no segundo tomo desta obra, a pags. 284 et pass. diz Sergio Milliet em seu *Roteiro do Café,* haver notado hesitação de nossa parte em localizar o primeiro cafesal paulista se em Areias, se em Jundiahy. Ao illustre ensaista não subsistirá tal duvida se reler o que allegamos.

Plantaram-se em Santos pelo menos dous mil cafeeiros em 1787 (cf) *Historia do Café no Brasil* t II (p. 285) affirmamos bem documentados referindo ainda que em 1790 deveria existir pequeno cafesal na Casa Verde, chacara ou fazendola do Marechal Arouche, nos suburbios de S. Paulo (pag. 287).

Quanto ao primeiro cafeeiro de Jundiahy datamo-lo pos-

sivelmente de um dos millesimos do ultimo triennio setecentista, de accordo com a hypothese do botanico Correia de Mello

Quanto á entrada do cafeeiro no norte paulista, possivelmente em 1790, nada mais fizemos do que citar a opinião de Barbosa Rodrigues que por sua vez acompanhava Freire Allemão (Ibid p. 332).

Em diversos capitulos desta *Historia do Café no Brasil*, expuzemos, a medida que historiavamos as varias epocas analyzadas, o alargamento da região occupada pelos cafesaes em relação ás tres grandes circunscripções cafeeiras.

Largamente cuidamos de tão importante assumpto no terceiro tomo de nossa obra, onde os seis primeiros capitulos da primeira parte consagráram-se á provincia fluminense, abrangendo o periodo de 1822 a 1872. Os seguintes referem-se a S. Paulo e ao mesmo periodo. Valemo-nos dos dados invocados por S. Milliet, os de Daniel P. Muller em 1936, os do Brigadeiro Machado de Oliveira em 1854 de que se utilisa este autor e dos apontamentos de 1859 devidos ainda ao Brigadeiro Machado. Expuzemos as condições determinadoras do traçado das primeiras linhas ferreas paulistas, atrahidas pelas regiões cafeeiras. Consagramos alguns capitulos aos progressos da lavoura da rubiacea em Minas Geraes e Espirito Santo, assim como na Bahia .Procuramos valer-nos, quanto possivel, dos elementos escassos demographicos que se offerecem ao exame dos estudiosos. Consagramos especial capitulo ao exame do café determinante do surto ferroviario nacional, expondo o que era a extensão da rede de estradas de ferro na area cafeeira quando se deu a queda do Imperio.

No nosso tomo sexto longas paginas redigimos sobre o progresso da lavoura paulista nos ultimos annos imperiaes aproveitando, do modo mais largo os resultados da notavel campanha estatistica de 1886-1887 dados sobre o valor da producção, demographicos, economicos, etc.

Assim foi por etapas que realizamos o estudo da marcha do café nas grandes zonas que avassalou no centro do Brasil.

Falta-nos agora expor o que foi este avanço no ultimo periodo que historiamos. Falando do progresso do cafesal cada vez maior em torno do centro de Campinas escreve Paulo de Moraes Barros em sua prestigiosa *A evolução da cultura cafeeira atravez das terras de S. Paulo.*

Pelos valles acidentados na origem embrandecidos além do Jaguary, Atabaia, Camanducaia e Corumbatahy, formadores principaes do Piracicaba de um lado, pelos do Jundiahy, Capivary, Sorocaba e ribeiros afluentes, de outro, confluindo todos para o Tietê, o maior dreno do interior paulista, foram os ca-

fesaes se desenrolando pelos dorsos e escarpas e socavões, nascentes de murmurosos mananciaes, até se defrontarem á beira das torrentes.

Nas orlas deste sector central, penhascoso e de calháus, aspero e agreste, arrogante na passada feracidade de seus terrenos duros de diorito granuloso, que, mesmo lavados pelas grandes chuvas, ainda se reservam valiosos remanescentes de seiva para a medra do intemerato invasor, pasma-se a vista por vezes a inquirir duvidosa se, naquelles tópes lavrados, não são os blocos granitoides cultivados de preferencia aos pés de café, tal a sua profusão no quadro paradoxal".

E realmente assim é em largas areas dos municipios de Jundiahy e Itú, sobretudo, nos chamados terrenos de *burgalhau*, vocabulo que nos parece corruptado de *burgalhão,* embora este vocabulo não designe pedrouço e sim monte de cascalho, em Portugal.

"Afim, as fortes ondulações amaciam-se no sopé da serrania: continua Moraes Barros, aclara-se o sólo, forrado em pedregulho de differentes tcores, baptizado em salmourão; e mais ao longe, em taboleiros extensos, de granulação mais fina entreverada na argila, que se cimenta no humus acamado pelo enxurro, deriva a terra para a massapé clara ou escura, conforme a dose maior ou menor de silica que entra no compacto.

Em serrotes verrucoides de permeio, escurece o sólo no matiz pardo-roxo que dá cunho á, entre todas mais famosa, terra de café com fundamento na desagregação da cascuda diabase oxidada.

E assim a zona, esta de facto central, vai lindar-se, naturalmente, nas cristas das serras do Cuscuseiro, de Itaqueri, Brotas, Botucatú e do Ipanema.

Campinas foi o pião indiscutido do movimento irradiador das plantações de café, em seu recesso, constituindo-se a heraldica da agricultura paulista. E' tão duravel a essencia vitalizadora dos componentes telluricos das suas adjacencias que nela se encontram, ainda vigorosos, primitivos talhões, orçando pelo centenario. Alhures, tal facto não se verifica de cafezaes tão longevos, bastando para rejuvenesce-los, como vai acontecendo, judiciosa adubação com humus artificioso."

Vimos em Limeira, seja dito entre parentheses, antigos cafesaes octogenarios do Barão de Souza Queiroz, produzindo bastante ainda embora menos do que em Campinas.

"Foi nesta celebrada fração territorial que o intelligente empirismo dos lavradores estatuiu as regras praticas para a escolha de terrenos propicios á cultura cafeeira, com base na vestimenta vegetal nativa, chamada de padrões.

Terras de figueira brava, de ceboleiro e palmito branco; de ortiga e sapurussú, de cambará de meia legua e jaborandi pintado, são sempre de superior qualidade, não vingando estes fidalgos da flora em sólos de somenos.

A terra é tanto melhor quanto mais farta em padrões variando a categoria de accordo com a preeminencia de alguns.

Seja de salmourão, massapé, roxo ou arenoso, o seu pavimento fundo é, para as plantações de café de todos o mais estimado.

Em geral, terrenos bem vestidos, enxutos, permeaveis, humosos, situados entre 450 a 750 metros acima do nivel do mar, e não exposto ao vento sul, são os proprios para café.

A figueira, o páu d'alho, a jangada eis os padrões e, quando consorciados, sua autoridade é suprema. Na periferia alarga-se o quadro com a cangerana, do lado de Minas, o ceboleiro na Noroeste e o cebolão, na Sorocabana.

No coração de S. Paulo, os padrões congregam-se em promiscua profusão, em regiões intercaladas a campos nativos ruins, carrascaes de baixa estirpe e matas que, por secundarias se alçam mais tapadas e abundantes em madeira de lei.

Á medida que a terra vai decahindo, a flora virgem, mantendo, senão sobrepujando, altaneira no porte, em transição compensadora, perde na qualidade da seiva, mas, ganha na densidade dos lenhos. Como testemunho do asserto valem perobas imponentes e jequitibás majestosos, os cedros caibreiros e toda a gama de essencias classificadas de construção e que só medram em solos menos ferazes."

Em Campinas cellula mater da grande cafeicultura de S. Paulo, fora no primeiro impeto, como era natural, o café alinhando-se pelas lombadas dos espigões circunvizinhos, desalojando as culturas de cana, então basicas no municipio.

Como fossem animadores os ensaios a difusão operara-se procurando, a principio as cabeceiras dos rios e ribeirões, formadores do Piracicaba e, no alargamento abrangendo, as quebradas dos municipios serranos de Amparo, Serra Negra, Soccorro e Belem de Jundiahy, depois Itatiba. Em marcha retroativa creara as lavouras de Atibaia e Bragança, apoiadas nos contrafortes das serras do Cambuhy, de Itaberaba e do Botujurú e, saltando para o valle do Jundiahy pelos reconcavos da do Japy...

Com notavel segurança continua Moraes Barros a descrever a marcha progressiva do cafesal paulista pelo centro oeste paulista.

Como as nascentes do rio do Peixe e dos ribeirões da Penha, do Conchal Ferraz e Araras, tributarios do Mogy, esca-

lam-se em proximidades e em seguimento ao valle do Jaguary, com alturas intermedias e mansas de terra bôa. Por ellas propagou-se a invasão da Penha do Rio do Peixe, ora Itapira, do Mogy-Mirim e de Araras para ganhar de novo o valle do Piracicaba pelos rios Tatú e Corumbatahy, assignalando a conquista em plantações outrora pujantes, em Limeira, com os nucleos de Ibicaba e Serra Azul, e de Santa Gertrudes em Rio Claro.

Acompanhando a vasta mancha de terra roxa que de Mogy, sem interrupção se estende por Limeira, Piracicaba, Capivary, Tietê, antiga Curuçá e Porto Feliz, estes ultimos municipios já em pleno dominio do rio Tietê, das suas chapadas e encostas bem formadas, cobertas de canna e algodão desde os tempos do Brasil colonia, baniu parte de effectivo em beneficio da nova cultura que se affirmava como usurpadora pugnaz.

Desbordando esta zona mãe central foram os cafezaes marchando aos saltos substituindo com seu manto esmeraldino a cobertura florestal nos espigões de mais nota, em cada grupo criando um povoado, ponto de apoio commum, ou revigorando os preexistentes.

O clima mais frio do sul paulista, á esquerda da linha ferrea do Itararé, com sua agressividade, oppoz barreira intransponivel á onda do ouro verde que se alteava em todas as eminencias.

As estradas de ferro foram os factores precipuos da avançada cafeeira pelo interior, aos municipios que a precederam, levando o estimulo do transporte rapido e com elle o da expansão, aos novos, desvendando novos filões a explorar.

Nessa porfia acentuaram-se as directrizes dos tres grandes troncos ferroviarios, que como as varetas de um leque aberto têm os extremos nas aguas fluviaes fronteiriças com Minas, Matto Grosso e Paraná, emittindo em caminho entrançadas ramificações drenadoras. E ao se acentuarem delimitando as raias de acção de cada um fraccionaram o territorio de S. Paulo por suas linhas servidas em tres grandes zonas, cada uma tomando a denominação da empresa que industrialmente a explora."

Assim a Mogyana, depois de cortadas as ferazes terras de Campinas e as mediocremente ferteis de Mogy-Mirim seguira a directriz do velho caminho de Goyaz tendo a sua zona a principio limitada pelas serras das lindes mineiras. Cortando o cerrado encaminhara-se para o Norte e Casa Branca, procurando os valles do Mogy Guassú e do Pardo, galgando as altitudes a medida que seguia para o Norte em demanda do buxo riquissimo da terra roxa de Ribeirão Preto, enorme mancha pro-

digiosamente fertil, verdadeiro *placer* cafeeiro do mais alto quilate, onde o planalto ondula em chapadas de terra roxa em desagregação nos morros, que por vezes se succedem em bastos estirões, entremeiados de campos de cerrados, a melhorarem em qualidade ao se avisinharem do Rio Grande.

Nas contravertentes da cordilheira mineira participa a zona, de terras apuradissimas, da mesma feição alpestre que lhe emprestam os contrafortes serranos que, nas cumiadas accessiveis, escarpas e abas, offerecem rincões onde o café se dá muito bem.

Pelos desvãos e socalcos penetraram as plantações nos municipios de Pinhal, S. João do Rio Pardo, Caconde, Macáca, Cajurú, e Espirito Santo de Batataes, mais tarde Altinopolis, tendo partido a investida dos terrenos mais assentados de Casa Branca e Palmeiras, como origem nos morros de S. Pedro.

Expressivamente descreve Moraes Barros, o que foi a exploração da mancha de Ribeirão Preto, "o maior bloco de terra roxa caroavel que forra a superficie de S. Paulo".

Ao despontarem os trilhos no Eldorado de nova especie, foram as lavouras se formando lado a lado pelos chapadões que, uns após outros, se extinguem junto ás bordas do Rio Pardo.

"São Simão, Cravinhos, Sertãosinho e Ribeirão confundiram-se num mesmo mar rubiaceo, nesse torrão privilegiado fundando-se as grandes fazendas de Francisco Schmidt, o rei do café, Dumont, Guatapará, São Martinho, Companhia Agricola, hoje Britania, Junqueiras, Cunha Bueno, etc. etc.

Desde então Ribeirão Preto constituiu-se em empório da zona e capital agricola do Estado, para a sua urbs convergindo todo o movimento commercial da media e alta Mogyana. Foi este florão que firmou os créditos da terra roxa, até havia pouco tida como inegualavel para a producção de café.

Immenso rende a exploração dessa crosta telurica que, mais ou menos espessa, aflora em massa por toda zona Mogyana, emittindo para a central veias de consistencia varia por baixadas e culminancias até além do Tietê.

A diabase rocha massiça granulosa, de apparencia grisalha, tirante a esverdeada escura, tocando ao negro, nos cortes frescos, surge em blocos grandes e pequenos, isolados ou aglomerados, que emergem nas saliencias dos morros e espigões, tambem abundantes nos encaixes dos cursos dagua correntosos. Exposta ao ar pelo desgaste das chuvas, convulsões sismicas ou acção do homem, oxida-se-lhe o abundante teor ferruginoso, encrostando-se em camada mole, com o vermelho caracteristico da ferrugem, que se esbruga facilmente ao influxo da crescente decomposição e dos agentes exteriores."

Seus detritos, misturando-se á argila em proporções variaveis, compõe a multipla constestura da terra roxa que vai do pardo escuro ao vermelho vivo, conhecido por "sangue de tatú", denotando este notória pobresa do solo em humus e principios fertilizantes. Quando os calháus da pedra de ferro se encontram aglomerados em proeminencia no composto terroso, o solo de tal sorte forrado, se entumece e fica "encaroçando", na linguagem dos lavradores, assim exprimindo o *supra summum* da qualidade. Dizer terra encaroçada vale por affirmar a quintessencia em terreno cafeeiro, e com seus matizes, em poeira sombria adorna-se a folhagem das plantas á beira dos carreadouros.

Novo centro de propagação cafeeira, o mais notavel, constituiu Ribeirão Preto de onde os cafesaes se espalham virentes nas chapadas sobranceiras de Batataes, da antiga Franca do Imperador, de Patrocinio do Sapucahy e do mais novo Pedregulho. Transposto o Pardo, envereda para o Triangulo Mineiro, pintalgando em verde gaio os taboleiros e aclives em que, com as lavouras, se formaram as gemas urbanas de Jardinopolis, Orlandia, São Joaquim, Nuporanga, Ituverava e Igarapava, nos valles do Sapucahy e do Carmo.

Singularidade curiosa a registrar nestes trechos da alta Mogyana são cafezaes que não pedem meças aos de mais fama, circundados de campos de cerrado, com simples cerca de arame como lineamento divisorio.

A grande zona cafeeira da Companhia Paulista de Estrada de Ferro desdobra-se pelo planalto entre o Mogy, o Pardo, o Grande e o Tietê, que abandona na barra com o Piracicaba para seguir a Serra de Brotas."

Demanda outra mancha grande e riquissima a de Jahú e Banharão. Em principios do seculo XX lança-se ás terras da margem esquerda do Tietê em direcção de Pederneiras, Agudos e Baurú.

Escreve Moraes Barros:

"Em materia de terras tem de tudo a extensa região. Roxas, superiores e bôas nas faixas, declinando para os grandes rios e dos seus tributarios correntosos, ainda roxas nos morros e chapadas intercalares, misturadas e arenosas no centro e, tanto mais, quanto mais afastadas dos grandes drenos fluviaes. De accordo distribue-se a flora nativa, majestosa e de padrões nos afloramentos das pedras de ferro; esganiçada em matas de "leiteiraes", onde o apuro da terra sem ser grande, ainda admitte o café em campos de areia solta, que mais criam carrapatos e bernes do que gado; em vestimenta frondosa,

das misturadas com fundo no sub-solo barrento, de argila bôa, que descahe para caatingas e "quiçaças" que, só no longinquo sertão, se vão transformando em "invernadas de trús".

A Paulista esgalhou-se por tres veredas distintas á cata do ouro verde, que constitue para ella, como para as demais empresas ferro-carris, a base da economia funccional.

De inicio investiu para Palmeira, Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro, semeando nessas etapas, bem como na passagem por Araras, Pirassununga e Porto Ferreira, as pepitas que germinaram viçosas em todas as culminancias livres de geada. Pelo centro, partindo de Rio Claro, tangenciou S. Carlos, um dos grandes municipios cafeeiros, no vale do Jacaré, Araraquara, Jaboticabal, Bebedouro e Barretos, apoiando-se em uma serie de ramaes communicantes e usurpadores da Mogyana, á direita, e á esquerda recebendo a valiosa contribuição da Douradense, Araraquarense e S. Paulo-Goyaz.

Sob este influxo criador nasceram, com as lavouras cafeeiras, as cidades e povoados que dia a dia vão recuando o sertão para as margens do Rio Grande.

Qualquer das tres estradas tributarias provocam o alargamento notavel da cafeicultura e da apparição de cidades sobre cidades, algumas das quaes de grande importancia sobresahindo entre ellas Taquaritinga e Rio Preto, entre as sedes de muitos municipios que tem hoje notavel producção.

Das grandes ferrovias de S. Paulo a Sorocabana foi a que mais tardonhamente pesou na balança cafeeira. E' que cortava geralmente a zona mais fria do Estado a que provou menos apta à cultura da rubiacea.

Servira a principio a velhos municipios de fraca producção como Jundiahy, Indaiatuba, Itú, Capivary, Rio das Pedras, Piracicaba, S. Pedro, da antiga Ituana, Tietê, na primitiva Sorocabana.

Mas a medida que se afastava conseguira attingir manchas ricas e productivas como Botucatú e S. Manuel. E afinal, a grande mancha meridional de sua linha tronco de grande producção. Mancha de terra roxa apuradissima propaga-se de Pirajú a Santa Cruz, e, inteiriça, cobrindo o vasto "plateau" ondulado e livre comprehendido entre os dois rios, abrangendo mais os recentes municipios de Bernardino de Campos, Ipaussú, antiga Ilha Grande, Chavantes, Ourinhos e Santo Grande, cujas lavouras pujantes formam, em conjuncto, um dos mais belos florões das avançadas cafeeiras.

Salto Grande marca o inicio do prolongamento da Sorocabana a Porto Epitacio, com cerca de 400 kls. de extensão. Iniciada a construcção em 1912, com operarios armados de

rifles ao lado das picaretas, por causa dos selvicolas bravios, estava em quatro annos concluida, ostentando dez annos mais tarde esse casario de povoações florestaes, que ao seu estimulo nasceram.

Páu d'Alho, Palmital e Jacú, na orla justa-fluvial, de terra roxa, em que o ceboleiro avulta entre os padrões, assignalam vultoso nucleo de plantações novas que rivalizam com as melhores de que se ufana a zona.

Em Assis, já fóra da orla, começa a deflexão da linha á direita, em procura do divisor das aguas com o Peixe e com elle as terras descambam para arenosas, denunciadas pelos campos ruins de cerrado que se succedem por Paraguassú, outr'ora Conceição do Monte Alegre, tangendo apenas em Guatá apreciavel mancha cafeeira, encerrando a extensa e feia perspectiva em Indiana, que se annuncia como boca da matta. E pela matta vistosa de madeira de lei, corre a linha mais 160 kls. até alcançar o rio Paraná pelo mesmo divisor.

Neste longo trecho terminal renasce a ousadia paulista que, no curto espaço de um lustro, criou tres importantes colmeias citadinas, que se escalam apadrinhadas por outros tantos nomes de presidentes da Republica.

De Baurú como se fora lança enristada contra os meridianos do oeste partiu a Noroeste destinada a provocar immenso surto cafeeiro, em grande parte causador do desequilibrio commercial cafeeiro mundial: a Noroeste do Brasil.

Á ilharga dos povoados nas gares estagiarias da via-ferrea vão surgindo as cohortes do café, de todos o melhor elemento colonizador, pois que, cada milhão de cafeeiros fixa população nunca inferior a 1.500 habitantes."

Já em 1912 da região dizia Paulo de Moraes Barros, então Secretario da Agricultura do Estado de S. Paulo.

"Entre a directriz da Noroeste e o prolongamento da Sorocabana (de Salto Grande a Porto Tibiriçá, e a Epitacio), situada entre os rios do Peixe, de um lado e Feio-Aguapehy do outro, com uma faixa intermedia de 140 kls., mais ou menos, e 400 de extensão, encontra-se a região, entre todas a que maior superficie offerece á futura lavoura cafeeira, nos limites dos citados paralelos.

Tudo evidenciava a excelencia dessas terras que, em sua incipiente productividade, não temiam confronto com as mais afamadas de Ribeirão Preto, Jahú, S. Manuel e Paranapanema, augurando ao Estado de S. Paulo, em futuro não remoto, o deslocamento do eixo da sua principal producção das zonas das estradas Paulista e Mogyana para a da Noroeste, desde que

uma linha intermediaria entre os rios Feio e do Peixe fosse construida."

Apenas então se esboçavam as perspectivas indecisas do futuro cafeeiro da Noroeste, vaticinando-se então plantações de 8 milhões de pés em um decenio.

Ao cabo dos dez annos previstos em vez de 8 orçavam por 40 e em 1927 attingiram cerca de 80 milhões!

Em perpicaz investida a E. F. Paulista, depois de saltas em Agudos os trilhos da Sorocabana, com o avançamento dos seus, devassava a região do Peixe, fazendo surgir, em cada estação, um povoado novo, e com elles novos cafezaes multiplicados mais longe só com a noticia dos trilhos.

Piratininga, Cabralia, Duartina, Santa Luzia, Gralha e Carça Alto Cafezal, contas especificas de novo rosario, estirandose pelo sertão a dentro.

Do avanço dos trilhos paulistas decorreria o progresso da rede paranaense pelas terras cafeeiras do norte do Paraná, do valle do Parapanema a dentro.

Diversos quadros suggestivos traçou Sergio Milliet em seu *Roteiro do Café* relativos a interdependencia dos dados demographicos e da producção cafeeira.

Para tanto distribuiu à area paulista em zonas que consoante os dados officiaes de cinco recenseamentos tinham as seguintes populações:

ZONAS	1836 (D. P. Müller)	1854 (M. de Oliveira)	1886 (A. Pinto)	1920 (Censo Nacional)	1935 (Censo Estadual)
Norte	105.679	146.055	338.533	490.660	483.834
Central	102.733	126.429	299.216	769.802	877.077
Mogyana	20.341	51.265	163.831	811.974	845.442
Paulista	2.764	21.889	133.697	537.237	661.920
Araraquarense . . .	—	—	43.358	579.653	890.095
Alta Sorocabana . . .	—	—	—	326.994	576.812
Noroeste	—	—	58.004	136.454	608.027
Totaes	231.517	321.918	1.036.639	3.652.774	4.943.207

Em relação ás porcentagens sobre a população total accusam os dados:

	1836	1854	1886	1920	1935
Norte	45,65	38,00	32,66	13,43	9,79
Central	44,30	39,27	21,07	21,07	17,74
Mogyana	8,79	15,92	22,23	22,23	17,10
Paulista	1,26	6,81	14,71	14,71	13,39
Araraquarense	—	—	15,87	15,87	18,01
Alta Sorocabana	—	—		8,95	11,67
Noroeste	—	—		3,74	12,30

Confrontemos agora as porcentagens da producção cafeeira, sobre o total da Provincia e do Estado.

Norte	86,50	77,46	19,66	3,47	1,71
Central	11,93	13,91	29,00	12,58	7,09
Mogyana	0,14	2,31	21,81	35,53	16,20
Paulista	1,43	6,32	23,69	18,77	11,64
Araraquarense	—	—	4,05	18,79	26,93
Alta Sorocabana	—	—	1,46	7,59	12,51
Noroeste	—	—	—	3,27	23,92

A queda de certos coefficientes não implicam porém uma diminuição dos valores absolutos das safras, com se pode ver do quadro relativo á producção em arrobas.

Norte	510.406	2.737.639	2.074.267	767.069	898.332
Central	70.378	491.397	3.008.350	2.780.525	3.716.021
Mogyana . . .	821	81.750	2.262.599	7.852.020	8.521.076
Paulista	8.461	223.470	2.458.134	4.148.462	6.110.213
Araraquarense .	—	—	420.000	4.152.438	14.126.113
Noroeste . . .	—	—	—	722.119	12.544.045
Alta Sorocabana	—	—	151.000	1.676.228	6.524.410
Totaes . .	590.056	3.534.226	10.374.350	22.098.861	52.440.210

Destas tabelas está ausente como de esperar o municipio de S. Paulo e a zona circumvizinha.

A primeira zona é a do Norte paulista ahi se incluindo o littoral septentrional. A segunda é a do perimetro dos municipios de S. Paulo, Jundiahy, Bragança, Campinas, Piracicaba, Itapetininga, Piedade, Una, S. Paulo. A terceira comprehende trinta e sete municipios servidos pela Mogyana. A quarta 24 da Paulista, não se incluindo ahi o ramal intermedio ás linhas da Noroeste a Alta Sorocabana.

A quinta apanha 37 municipios da Paulista, Araraquarense, S. Paulo-Goyaz e Douradense. A sexta dezenove da Noroeste do Brasil e da chamada Alta Paulista e a setima 32 da chamada Alta Sorocabana.

As cifras da producção do Norte haviam soffrido enorme decrescimo de 1886 e 1920. Se se tinham alteiado é que os ultimos recessos dos terrenos cafeeiros, haviam sido aproveitados mercê dos enormes preços deste anno em deante.

Baixou consideravelmente o indice de população da zona que passou a ser muito mais de emigração do que de immigração.

O crescimento da zona central se acentuou sempre apezar de não ter tido forte rythmo progressivo. Tal acentuação se deu nas zonas da Paulista e da Mogyana sobretudo no segundo quanto á população e producção. Mas o avantajamento enorme se deu nas tres ultimas zonas duas das quaes, a do Noroeste e da Alta Sorocabana constituiam o far west do Estado, deshabitado de civilizados, ainda em 1904. Immenso o surto destas zonas como que instantaneamente povoado e lavrado, milagre que se deveu exclusivamente ao café. Na Araraquarense muito menos violento foi o rush cafeeiro e povoador.

Na região da Noroeste vem-se municipios como o de Lins, passando de 13.000 habitantes em 1920 a 67.000 em 1935; de 44.000 a 216.000 como Penapolis, etc., na Sorocabana, Presidente Prudente com 2 a 3.000 em 1920 attingiu 112.000 em 1935.

Teria sido interessante que o illustre ensaista houvesse aproveitado os dados do recenseamento nacional de 1872 de que não cogitou e cujos dados demographicos tanto são citados.

CAPITULO LXXXIX

Luiz Pereira Barreto, uma das mais notaveis personalidades da historia cafeeira do Brasil — Sua actuação no Estado de S. Paulo — Suas campanhas de vulgarisação — Sua propaganda em pról do café Bourbon

Uma das maiores figuras do passado cafeeiro do Brasil e sobretudo de S. Paulo foi o Dr. Luiz Pereira Barreto. Nascido em Rezende a 11 de janeiro de 1840, formado em medicina na Faculdade de Bruxellas em 1865 passou depois de medico a residir sempre no Estado de S. Paulo, clinicando em Jacarehy a principio e depois na capital paulista.

Homem de robustissima intelligencia e enorme cultura geral não tardou que assumisse notavel posição no meio intellectual paulista.

Nascido de uma familia de fazendeiros de café e alliado a outra, abriu Pereira Barreto lavouras em Cravinhos. Republicano historico foi com a proclamação do regimen de 1889 eleito senador estadual. Mas não se deu bem com a politica della se afastando definitivamente em fins de 1891.

Depois desta renuncia, viveu a phase mais fecunda da sua actividade intellectual, medico de grande reputação e, ao mesmo tempo, agricultor esclarecido, não só de café, na região ribeirão-pretana, como de frutas estrangeiras, em Pirituba.

Foi incansavel e extraordinario agitador de ideas e vulgarizador scientifico de primeira ordem sempre alerta em apontas aos compatriotas nas conquistas do Progresso e da Sciencia.

Assim emprehendeu diversas campanhas como em prol da introducção do vinhedo de uva branca em S. Paulo, coadjuvado por uma senhora de altissima intelligencia qual D. Veridiana Prado, pelo Dr. Carlos Botelho, João M. Rudge e outros.

Muito escreveu e publicou sobre as excellencias da terra roxa como solo cafeeiro, assumptos de viticultura e pecuaria, a crise cafeeira, a necessidade do ensino agricola e da creação de uma Escola Superior de Agricultura, a transmissão da febre amarela pelo stegomia, etc.

Com verdadeira abnegação e risco de vida acompanhou então as verificações de Havana feitas em S. Paulo pelo Dr. Emilio Ribas.

Escreveu um seu biographo "dividindo o tempo entre o sacerdocio da medicina e as pesquizas para a solução dos mais angustiosos problemas economicos, sociaes e agricolas, desencadeou pela imprensa vehemente campanha em favor da utilização da "terra-roxa" existente no oeste do Estado de S. Paulo. E tão vehementemente o fez, que ao cabo de algum tempo a sua propaganda determinava verdadeiro exodo de fazendeiros do Rio de Janeiro e de Minas Geraes para aquellas ferteis regiões do Estado de S. Paulo.

"Á proporção, porém, que os cafesaes se multiplicavam nas "terras roxas", crescia, urgente e imperiosa a necessidade de braços para as lavouras. E entre a nossa população escassa, sem densidade demographica que permittisse um aproveitamento sensivel de elementos uteis para o trabalho do plantio da "coffea" e a quasi intransponivel difficuldade de se os trazerem para o paiz, onde por fama grassava ininterruptamente a febre amarella, — Pereira Barreto escolheu modificar o conceito em que o Brasil era tido pela Europa super-povoada.

A esta tarefa ingente e nobilissima, a mais intelligente e nobre a que metteu hombros, começou por executar tentando convencer os homens, de sciencia europeus, de não ser torrido o clima, não servirem os dados cosmosgraphicos para caracterizar o meio brasileiro e serem as epidemias de febre amarella simples accidentes lamentaveis em nossa vida agricola.

Oppoz factos contra factos. Ao café e á borracha, plantas tropicaes caracteristicas do nosso clina, entendeu contrapor productos de uma cultura especifica do clima europeu temperado — a uva. A apresentação pensava elle, de um cacho de uva cultivado ao lado do café, era a mais esmagadora contradicta ás perfidias assaccadas contra o clima brasileiro.

E o problema de climatologia a que pensava cingir-se o caso da uva nacional, reduziu-se, com o auxilio do microscopio, a um caso de infecção parasitaria. Não era o clima que não prestava para a vinha mas a vinha que precisava de applicação antiseptica. Firme ao proposito de provar a sua descoberta, e solidamente baseado nas doutrinas pasteurianas, expoz com minucias os seus methodos a Victor Pulliat celebre ampelographo e director da escola de viticultura de Lyon, pedindo-lhe parecer. Oito annos de trabalhos custou-lhe a experiencia defiitiva, mas ao fim desse tempo, o exito lhe sorriu e pode enviar a Pulliat um relatorio completo das suas tenta-

tivas acompanhado de esplendorosos cachos das mais soberbas uvas de mesa.

Foram duas as victorias de Pereira Barreto: a rehabilitação do clima das terras cafeeiras e a affluencia do alienigena para as lavouras que gloriosamente brotavam nas "terras roxas" do oeste do Estado de S. Paulo.

Trabalhando continua e indefessamente falleceu o illustre scientista em S. Paulo a 11 de janeiro de 1929, dia em que completava oitenta e tres annos de idade. Provocou o seu desapparecimento uma serie de mais elevadas homenagens.

Dos seus estudos agronomicos os mais destacados, talvez hajam sido os que se referiram ao café, as campanhas em prol da adubação, do beneficiamento dos cafés, contra os typos baixos, a super expansão das lavouras e o excessivo encarecimento dos preços da arroba. Delle proviria fatal e nefasta superproducção paulista, brasileira, mundial affirmou uma e muitas vezes.

Mas de todos os seus ensaios sobre o café os que mais repercussão tiveram, e maiores consequencias, vieram a ser os que se referiam á adopção do café bourban. Delles resultou a enorme expansão das lavouras da variedade.

Em bello e longo artigo de outubro de 1937 estudou o Dr. Carlos Arnaldo Krug, do Instituto Agronomico de Campinas, onde chefia a secção de genetica o papel de Barreto nesta questão de café bourbon.

"Diversas versões circulam sobre a origem do café bourbon e sobre os trabalhos executados com essa variedade por Luiz Pereira Barreto escreveu o dr. Krug. Predomina a idéa de que o obteve pelo cruzamento do "murta" com o nacional."

Affirma-se que Barreto aconselhava plantar na mesma cova mudas das duas variedades (murta e nacional ou creoulo e colher para a plantação, sementes produzidas nos pés de "Murta"; outros, ao contrario julgam ter elle aconselhado o aproveitamento das sementes das plantas do "nacional" e existentes nessas covas. Uma conferencia realizada pelo proprio Luiz Pereira Barreto em Santos em 1921, esclarece, até certo ponto, o assumpto. Verifica-se que não foi propriamente o creador, mas sim o "introductor" e grande propagandista da variedade "Bourbon" em S. Paulo.

E' certo, porém, que suppunha poder obte-la pelo cruzamento entre as variedades "nacional" e murta". Preconizou o aproveitamento das sementes colhidas nos pés desta ultima variedade, quando plantada com o "nacional", na mesma cova.

A maioria das sementes de "murta" assim obtidas, suppunha fossem hibridas do "nacional". Originada desta maneira,

pela hibridação, "degenerava" nas gerações seguintes. Preconizava por isto a utilização de sementes de "murta", obtidas pela maneira descripta, para produzir o legitimo "bourbon".

Tratando-se de assumpto de interesse geral para a lavoura cafeeira e em particular com os seus estudos de genética, resolveu o Dr. Krug estuda-lo com a maior permenorização. Tanto a coleta dos dados como a realização das analyses genéticas foram feitas em colaboração com o Snr. José T. Mendes, chefe da Secção de Café do Instituto de Campinas.

"Parece não existir duvidas de que a variedade apareceu primeiro na Ilha de Reunião, antiga de Bourbon; se foi introduzida ou se ali se originou do *coffea arabica* tipica, não puderam verifical-o os dois experimentadores consultando a literatura ao seu dispor.

Para exclarecer definitivamente a introducção dessa forma economica da *Carabica* no Brasil colheu o Dr. Krug informações em Rezende, terra natal de Barreto, e em Cravinhos e Pirituba, onde possuiu propriedades agrícolas. Manteve tambem extensa correspondencia com o Dr. Francisco Barreto; irmão de Luiz P. Barreto.

Das cartas deste ultimo, tirou as conclusões que passamos a enunciar: Em 1864, ou 1865, elle Francisco Barreto adquiriu do commandante de um vapor inglez, vindo da Africa, 12 embalagens contendo mudas de café liberico; mudas plantadas tal qual haviam chegado na Fazenda Monte Alegre em Rezende, então propriedade de seu pai Fabiano P. Barreto. Nesta fazenda, como nas demais da Provincia do Rio, existia naquela epoca quasi exclusivamente o café creoulo.

Em tres das embalagens surgiram, ao lado das mudas do Liberica diversas mudinhas de outra variedade de café que nunca chegou a ser identificada sob o ponto de vista botanico. Affirmou o Dr. Francisco P. Barreto que "não" se tratava de plantas da variedade murta. Tinham folhas grandes e corrugadas e seu irmão sempre as achou muito parecidas e quasi iguais a uns exemplares que conhecera e vira muitas vezes num Instituto Agromico da Belgica, alli tidos e mantidos com o nome de bourbon.

Effectuou o Dr. Luiz P. Barreto o cruzamente entre estas plantas (que o Dr. Francisco P. Barreto chamou "clandestinamente importadas") e o café creoulo supondo ter obtido desta hibridação o café bourbon. Os cinco unicos exemplares da nova variedade (hibryda) teriam tido brotos brancos (verde claros) e se originado da polinização das flores da variedade desconhecida com o polen do creoulo. Do cruzamento

reciproco supoz Barreto ter obtido mudas de brotos bronzeados, "do mesmo valor" das demais cinco;

Levou Luiz P. Barreto sementes da variedade "bourbon" para Cravinhos mais ou menos em 1875.

Durante tais observações e informações colhidas em Rezende, teve o Dr. Krug a opportunidade de conhecer o Coronel Alfredo Sodré, que lhe prestou interessante depoimento.

Lembrava-se que o café "Bourbon" tambem fora introduzido na Provincia do Rio, pelo conde de Nova Friburgo, tendo vindo as sementes, possivelmente da França. Cultivaram-no em Cantagalo, Rezende e Valença.

Disse mais que estava seguramente informado de que Luiz P. Barreto levara as sementes de variedade, de Rezende para a zona de Ribeirão Preto, plantando-as em sua propriedade em Cravinhos. Na fazenda "Monte Alegre" outrora de propriedade do pai de Dr. L. Barreto, verificou o nosso autor terem dalli desapparecido todos os cafesaes, como aliás acontecia á maioria das propriedades da zona.

No velho pomar da fazenda ainda se lhe depararam porem os vestigios do trabalho de L. P. Barreto. Esparsos, entre as arvores, frutiferas, encontrou os seguintes cafeeiros: diversos tipicos creoulo de brotos bronze escuros; cerca de 8 pés de legitimos "bourbon", de folhas novas verde claras, e além disso 3 cafeeiros de cerca de 10 annos de idade da variedade Laurina; dos cafeeiros "Liberica" não avistou mais vestigio algum.

Com o intuito de fazer algumas investigações sobre as variedades de café ainda em cultivo na zona, atravessou o Dr. Krug diversas outras fazendas onde poude verificar a existencia de cafeeiros typicos creoulos. No pomar da fazenda "Campo Bello", do Sr. Roberto Cotrim, encontrou no entanto, alguns exemplares antiquissimos de "bourbon" e na fazenda "Valparaizo" da Cia. Nordskog, teve a opportunidade de examinar diversos talhões de café cultivados com uma mistura das variedades creoula e bourbon, apresentando-se os cafeeiros, na maioria, como possiveis hybridos entre ambas. Os talhões mais antigos contavam approximadamente oitenta annos de idade.

De observações realizadas em Cravinhos viu o Dr. Krug mais patentes do que em Rezende, na Fazenda "Cravinhos" os vestigios da atividade de Luiz P. Barreto. Trazendo de Rezende as sementes de bourbon plantara-as nesta propriedade onde ainda existiam alguns talhões contendo exemplares tipicos. Num lote, atraz da séde, depararam-se-lhe exemplares de

diversas outras variedades, tais como: *C. arabica,* var. *murta, maragogipe, laurina* e *erecta*.

No pomar da fazenda mostrou-lhe o proprietario, Sr. Manoel dos Santos Nogueira, velho cafeeiro, de "liberica", provavelmente descendente directo dos pés comprados pelo Dr. Luiz P. Barreto, no Rio de Janeiro, em 1865.

Passou o agronomo do Instituto de Campinas a fazer observações na antiga chacara do Dr. Barreto em Pirituba, nos suburbios da capital paulista que passara a ser propriedade de seu filho Sr. José P. Barreto. Haviam os talhões de café desapparecido, uns victimas de geada, outros abandonados por não serem de rendimento economico. Nas proximidades da séde depararam-se-lhe entretanto, alguns cafeeiros das variedades bourbon, nacional, murta e angustifolia.

Encerrando o capitulo de seus estudos sobre o apparecimento do "bourbon" no Brasil, emittiu o agronomo genetista as seguintes conclusões:

1) — Realizaram-se provavelmente diversas introducções do "bourbon" na então Provincia do Rio de Janeiro, em meados do seculo XIX, devendo-se admittir que as taes "mudas clandestinas" importadas em 1864 pelo Sr. Francisco P. Barreto, com as mudas de *liberica* já eram da propria variedade "bourbon".

2) — Luiz P. Barreto effectuou o cruzamento entre o creoulo e as mudas importadas, usando de technica inidentificavel. Teria effectuado a emasculação dos botões floraes, indispensavel para evitar a autopolinização? Julga o nosso autor que os cinco exemplares da nova variedade não representavam productos de cruzamento com o creoulo mas eram descedentes directos dos pés importados, e isto porque possuiam brotos verdes claros (a côr bronzeada das folhas novas do *creoulo* teria dominado no hydrido); porque o bourbon é variedade geneticamente estavel em relação aos seus principaes caracteres, se fosse hybrida, haveria dissociação de caracteres nas progenies desta variedade. Demonstravam os antigos talhões de café da fazenda Cravinhos que o "bourbon" não é variedade hybrida;

3) — Os exemplares da variedade "Laurina" da fazenda "Monte Alegre" em Rezende são provavelmente tambem descendentes de algum cafeeiro importado, excluindo o estado actual das investigações geneticas esta variedade como possivel ascendente do bourbon;

4) — Foi Luiz P. Barreto quem introduziu o bourbon em S. Paulo, realizando as primeiras plantações em Cravinhos. Examinando as relações geneticas entre as variedades bourbon murta e nacional depois de discutidas assim as principais pha-

ses do apparecimento do bourbon no Brasil esclareceu Krug a razão pela qual a variedade "murta" foi por L. P. Barreto considerada como um dos ascendentes do bourbon.

Iniciou as pesquisas com o intuito de identificar o verdadeiro murta pelo facto de reinar certa confusão a tal respeito entre os fazendeiros, dando-se este nome a diversas variações do *Coffea arabica* de folhas pequenas.

Não se refere a bibliographia á introducção de tal variedade no Brasil. Peckolt em 1884 citou analyses de murtas, procedentes de Cantagalo, Rio, não sabendo dizer porém, se se tratava da variedade legitima de tal nome. Sementes de murta foram enviadas do Brasil a Java (1884) e Porto Rico (1909) como se verifica das publicações de Crames e Mac Clelland, ao descreverem os principais caracteres dessa forma do *C. Arabica*, Lalière em seu *Le café dans l'Etat de Saint Paut* considera-a forma "degenerada" do bourbon.

Na fazenda de Cravinhos encontrou Dr. Krug alguns velhos especimens legitimos de murta, com caracteres identicos aos descritos pelos dois primeiros autores citados. Observou-os ainda em muitas fazendas que cultivam o bourbon em Ribeirão Preto, na Alta Paulista, Sorocabana e outras zonas.

Expendeu o Dr. Krug as razões de ordem genetica a que levou o seu estudo acurado, razões extensas que pelo seu technicismo não cabem em obra como esta.

Chegou o agronomo do Instituto de Campinas ás seguintes conclusões:

Espirito observador, deve L. P. Barreto ter descoberto (em Cravinhos?) entre as suas mudas de bourbon, um ou mais exemplares de murta apparecidos por mutação. Plantando taes mudas, possivelmente nas vizinhanças de cafeeiros creoulos, verificou-se mais tarde que das sementes desses murta, appareciam tambem mudas de bourbon, identicas ás por elle introduzidas e vindas de Rezende. O facto deve ter suggerido a ideia de que as mudas de bourbon eram a consequencia da polinização das flores do murta pelo polen dos pés visinhos do creoulo.

Ao que consta executou L. P. Barreto, então, diversos cruzamentos artificiais entre o creoulo e o murta. Naquella época estavam os ensinamentos da genetica pouco diffundidos. Não podia elle imaginar que o murta eram de natureza hybrida, apparecendo mudas de folhas grandes em suas progenies, mesmo quando as plantas eram "autofecundadas". Fora assim provavelmente, que imaginara ser o bourbon um hybrido de nacional e murta.

Baseando-se nas affirmações de L. P. Barreto, muitos fazendeiros seguiram-lhe os conselhos semeando, para obter legitimos bourbon, unicamente sementes de murta. Em semeadura de viveiro, nenhum prejuizo tiveram.

Depois procederam, para a transplantação á escolha de mudas de folhas grandes, typicas bourbon originadas pela segregação do murta e hybridos murta e nacional, estes ultimos consequencia da hybridação natural.

Suppoz-se que o Bourbon assim obtido degenerava porque estes hybridos naturalmente segregavam nas gerações seguintes, originando-se d'ahi cafeeiros que apresentavam grande variabilidade no tamanho e forma das folhas.

Quando, porem, a semeadura se effectuava directamente na cova, acontecia que, em muitos casos, a porcentagem de murta era bem elevada diminuindo a producção dos talhões assim semeados. Tal facto ainda podia ser comprovado em muitas fazendas de café bourbon.

Portanto, para se obterem boas mudas de bourbon, não era preciso lançar mão das sementes de murta; devia-se para isto escolher cafeeiros typicos bourbon, bem productivos e resistentes, em cuja proximidade não existissem cafeeiros de outras variedades. As descendencias de taes cafeeiros selecionados reproduziriam fielmente os caracteristicos da variedade.

"Apesar de L. P. Barreto não ter descoberto as verdadeiras relações geneticas entre o bourbon e o murta, declara o Dr. Carlos Arnaldo Krug, concluindo, render homenagem sincera ao introductor e grande propagandista de uma das principais variedades economicas de café no nosso Estado. Prestou dessa forma, estimavel serviço a S. Paulo".

CAPITULO XC

Importancia da corrente immigratoria sobre o cafesal no Brasil, sobretudo em S. Paulo — Immigrantes estrangeiros e brasileiros fixados em territorio paulista

Já no ultima anno do Imperio avolumara-se muito a corrente immigratoria para os portos brasileiros como nos indicam os dados officiaes:

1885	35.440
1886	33.486
1887	55.965
1888	133.253
1889	65.246

Houvera notavel redução de 1888 para 1889 mas os primeiros annos da Republica veriam o mais notavel surto immigratorio.

1890	107.474
1891	216.760
1892	86.203
1893	134.805
1894	80.984
1895	167.618
1896	158.132
1897	146.362

Devera-se este surto ao café acima de tudo, fora elle o grande attractor dos advenas, arrastando-os para as lavouras paulistas como podemos ver do quadro seguinte:

ANNOS	BRASIL	S. PAULO
1885	35.440	6.500
1886	33.486	9.356
1887	55.965	32.112
1888	133.253	92.086
1889	65.246	27.893
1890	107.474	38.291
1891	216.760	108.736
1892	86.203	42.061
1893	134.805	81.745
1894	80.984	48.947
1895	167.618	139.998
1896	158.132	99.010
1897	146.362	98.134

Neste periodo avultou muito a immigração italiana o que era natural pois que aos italianos haviam sobretudo, como sabemos, recorrido aos fazendeiros de S. Paulo primeiros colonizadores de suas fazendas.
nacionalidades mais representadas:

Foram estes os numeros para o Brasil todo em relação ás

Annos	Italianos	Portuguezes	Hespanhoes	Allemães	Austria-cos
1889 . .	36.124	25.240	9.012	1.903	550
1890 . .	31.279	21.174	12.008	4.812	2.246
1891 . .	132.326	32.349	22.146	5.285	4.244
1892 . .	55.049	17.797	20.471	800	574
1893 . .	58.552	28.986	28.998	1.368	2.737
1894 . .	34.872	5.986	17.042	790	798
1895 . .	98.344	36.055	17.641	973	10.108
1896 . .	96.505	22.299	24.154	1.070	11.365
1897 . .	104.510	13.588	19.460	930	3.655
1898 . .	49.086	15.105	8.024	535	1.924
1899 . .	30.846	10.989	5.299	521	1.826
1900 . .	19.671	8.250	4.834	217	2.089
1901 . .	59.869	11.261	8.584	166	696
1902 . .	32.111	11.606	3.588	265	50
1903 . .	12.970	11.378	4.466	1.231	477
1904 . .	12.857	17.318	10.046	797	387
1905 . .	17.360	20.181	25.329	850	427
1906 . .	20.777	21.716	24.441	1.333	1.012
Totaes	902.108	331.278	265.549	24.856	44.165

Como vemos o affluxo de immigrantes latinos superou de modo esmagador o de todas as outras procedencias.

Seria impossivel que o grande rush cafeeiro paulista se houvesse realizado com os recursos do crescimento vegetativo, da população do Estado de S. Paulo.

A devassa das terras novas, o plantio de milhões e milhões de cafeeiros fez-se graças a um movimento immigratorio sobremodo intenso, como informam os dados que aqui inserimos,

dados officiaes do Boletim do Serviço da Immigração e Colonização.

Como já frisamos em outros pontos de nossa obra desde a decada de 1880-1890 que o Estado de S. Paulo vira affluir ás suas terras grandes levas alienigenas, sobretudo de italianos. A corrente de trabalhadores só se accentuou a partir de 1901.

Entre 1881 a 1889 haviam entrado em S. Paulo 173.505 immigrantes estrangeiros. De 1890 a 1900 757.687! Em vinte e um milesimos 931.192, quasi um milhão de individuos attrahidos sobretudo pela lavoura de café, dos quaes 574.897 italianos, 92.532 hesponhoes e 81.624 portuguezes. Assim europeus do sul nada menos de 749.053. Os brasileiros apenas attingiam algumas centenas.

A partir de 1901 começam estes a avultar.

ANNOS	Total de immigrantes estrangeiros	Brasileiros
1901	70.348	1.434
1902	37.831	2.555
1903	16.553	1.608
1904	23.761	3.990
1905	45.839	1.978
1906	46.214	2.215
1907	28.960	2.781
1908	37.278	2.947
1909	38.308	1.366
1910	39.486	992
1911	61.508	3.482
1912	98.640	2.307
1913	116.640	3.118
1914	46.624	1.789
1915	15.614	5.323
1916	17.011	3.346
1917	23.408	3.369
1918	11.447	3.594
1919	16.205	5.607
1920	32.028	12.525

Nestes quatro quatriennios vemos os italianos concorrer com 280.468 individuos, os portuguezes com 289.779 e os hespanhoes com 223.850. Surgem os japonezes a partir de 1905 com 27.939 e os brasileiros com 54.801 num total de 869.217 pessoas. Enorme ainda a predominancia dos latinos embora se verifique grande decrescimo dos contingentes italianos, que

a partir de 1920 decahem immenso em virtude de leis restrictivas do seu exodo.

A alta dos preços de café é que determina novo e enorme affluxo immigratorio, sobretudo de brasileiros com demonstra o quadro.

ANNOS	Total de immigrantes estrangeiros	Brasileiros
1920	32.028	12.525
1921	32.678	6.923
1922	31.281	7.354
1923	45.290	14.578
1924	56.085	12.076
1925	57.429	15.906
1926	76.796	19.366
1927	61.607	30.806
1928	40.847	55.431
1929	53.362	50.218
1930	30.924	8.720
Totaes	518.327	233.903

São significativas estas cifras. Os cafesaes abrem-se em terra de matta virgem. E os estrangeiros não se coadunam ao terrivel serviço do desmatamento.

São os bahianos e mineiros do valle do S. Francisco, os *são paulciros* os grandes agentes do desflorestamento e do plantio. Arrebenta a crise de 1929 e retrahem-se as levas dos brasileiros, reduzindo-se de 84 por cento em 1930.

De 1931 a 1938 diminuiu consideravelmente a corrente immigratoria estrangeira que attingiu cifra bem menos vultosa 154.995. Em compensação avultou a dos immigrantes brasileiros 327.005, cifra jamais verificada. Acompanhemos porém as relações entre as duas grandes parcellas durante os quatro ultimos quatriennios.

Quinquennios	Extrangeiros	Brasileiros	Totaes
1920-1924	197.312	53.456	250.768
1925-1929	289.941	171.727	461.668
1930-1934	128.997	105.393	239.390
1935-1939	69.125	330.471	399.596
Totaes	685.375	661.047	1.346.422

No hexenio de 1934-1939, o numero de immigrantes brasileiros em S. Paulo 322.464 accusou a presença de 151.236 bahianos, 88.789 mineiros, 26.307 alagoanos e 21.976 pernambucanos, 10.789 fluminenses, 5.255 sergipanos, 5.195 cearenses, 3.445 espirito santenses. 2.250 piauhyenses, 1791 catharinenses. 1.325 riograndenses do sul, 1.254 paranaenses. 1.264 rio grandenses do norte, etc.

Entre 1908 e 1939 entraram no Estado de S. Paulo, por Santos 1.316.715 immigrantes dos quaes 786.705 agricultores sendo:

Nacionalidade	Totaes	Agricultores
Portuguezes	287.614	138.028
Hespanhóes	209.736	164.923
Italianos	205.761	101.059
Brasileiros	188.217	82.430
Japonezes	185.911	184.036
Allemães	46.202	14.361
Turcos e Sirios	43.940	7.832
Rumenos	24.016	20.367
Yugoslavos	21.347	19.879
Polacos	16.734	6.736
Austriacos	15.237	9.156

CAPITULO XCI

Opiniões e debates sobre as operações da Valorisação do Café, nos grandes paizes de consumo cafeeiro, sobretudo nos Estados Unidos — Reparos e comentarios de maior e menor autoridade norte americanos e europeus — Periodo de dubiesa e espectativa — Valorisadores e anti-valorisadores

Operações do vulto como as da valorização de 1906 não poderiam deixar de suscitar, pelo Universo afora, sobretudo nos paizes de grande commercio cafeeiro, a apparição de numerosos debates e a expansão de commentarios os mais diversos.

Já nos tomos anteriores a este tivemos o ensejo de referir os conceitos de algumas autoridades do maior prestigio no mundo dos economistas.

Não nos fora possivel, porem,adduzir outros de peso além de noticias valiosas citados por Ukers em sua edição de *All about coffee*. Em nossas bibliothecas não haviamos encontrado os numeros das revsitas citadas. Assim recorremos ao D.N.C. que, pelo intermedio de seu representante geral, nos Estados Unidos, o Sr. Eurico Penteado nos angariou o material desejado, muito valioso cabendo-nos aqui endereçar-lhe os nossos muitos agradecimentos extensivos ao Dr. Theophilo de Andrade, cuja extrema solicitude neste particular nos foi sobremodo proveitosa.

A ambos os nossos mais vivos agradecimentos.

Ouçamos porém o que a proposito das operações de 1906 e annos subsequentes disseram alguns dos mais conceituados reparadores dos Estados Unidos e Europa. E intercurrentemente algumas noticias de sensação nos meios cafeeiros provenientes de manifestações publicas provocadas por amigos e adversarios das operações brasileiras de defesa.

Nas paginas prestigiosas do *The Saturday Evening Post* de 31 de outubro de 1908 procurou o Sr. William H. Ukers explicar o que vinham sendo as operações de Valorização, num artigo epigraphado *"O grande corner do café,* a que acompa-

nhava o sub titulo "tentativa para impedir o transbordamento da chicara do café matinal".

Começava por advertir que as manobras da valorização eram as mais dignas de attenção tanto aos negociantes quanto aos economistas.

Representava legitimo corner mas a historia universal, na opinião de abalizado cafesista de Nova Yirk, apenas apontava o exito de uma das operações de tal genero a de José do Egypto, o filho de Jacob. O do café destinava-se a fragorosa e infallivel fracasso em virtude das falsas bases economicas e defeitos de ordem agricultural, social e financeira".

Duvidava o Sr. Ukers da justeza de taes conceitos. O caso da Valorização implicava um conjuncto dos mais diversos factores. Haviam os Estados Unidos assistido á ruina completa de muitos corners os do trigo, cobre, milho, algudão e até do proprio café. Os negociantes de cabeça dura poderiam apregoar que ninguem poderia fazer um corner baseado em safra a colher mas no caso do café do Brasil factores ponderosos havia a considerar.

Via-se nelle envolvido um governo de recursos poderosos bem informado e documentado, jogando com as medias do consumo, da producção e pretendendo apenas retirar da circulação os excessos da colheita para os utilizar nos annos de falha que sabia serem fataes. No plano não só se achavam interessados grandes cafesistas, torradores, especuladores, varegistas como as donas de casa dos Estados Unidos.

Explicou o Sr. Ukers longamente o que era a importação do café brasileiro na Confederação da *star spangled banner,* o consumo nesta, immenso. As 8 milhões de saccas da Valorização, correspondiam a 32 bilhões e oitocentos milhões de chicaras. Tinham os Estados Unidos, em 1907, consumido uns oitenta e tanto por cento desta massa liquida negra.

Haviam alguns banqueiros protestado contra a applicação da palavra corner. Teriam razão? Realmente pretendiam os valorizadores retirar do mercado mais de cincoenta por cento da media de uma safra annua universal. Mas sujeitos se achavam a uma serie de graves obstaculos como fossem a continuidade de largas safras, a impossibilidade de obtenção do financiamento, a descontinuidade na politica cafeeira.

Mostrava-se a situação do café muito má. O Consul Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro chegara a dizer que o melhor remedio para os "padeiros" da valorização, não fazendeiros e consumidores, seria a queima daquellas milhões de saccas ou seu arremesso ao mar. Era o momento da maior incerteza, as transacções nas Bolsas praticamente nullas, os tor-

radores compravam *au jour le jour* e no emtanto continuavam os preços a declinar!

Fez o Sr. Ukers um historico da introducção do café no Brasil e do desenvolvimento da cultura em que commetteu os enganos decorrentes de sua consulta á obra de Thurber. Falando da superproducção posterior a 1890 contou que a grande casa hamburgueza de Theodore Wille e Cia. espalhara largas sommas entre fazendeiros. Seus correspondentes em Nova York eram Crossman e Sieleken. Em 1908 o mais notavel cafesista dos Estados Unidos vinha a ser incontestavelmente Hermann Sielcken.

Em vesperas de enorme safra de 1906-1907 passara a situação a ser de panico, e o governo paulista puzera-se em contacto intimo com Theodore Wille e seus agentes americanos e europeus. Dahi o plano valorizador, explicava o Sr. Ukers aos seus leitores, abstrahindo totalmente porém dos trabalhos dos Irmãos Ferreira Ramos, de Alexandre Siciliano, Augusto C. da Silva Telles e tantos e tantos mais paladinos da operação.

Se a safra de 1906-1907 fosse atiradas aos mercados, já sobre carregados por enorme stock a collocar, seria infallivel a ruina da lavoura e do governo paulista com immensos e nefastos reflexos sobre todo o Brasil, e seus prestamistas estrangeiros (que o Sr. Ukers imaginava serem sobretudo allemães, com grande erro de causa como sabemos).

Explicou o autor americano as primeiras operações de compra decorrentes do Convenio de Taubaté. A actuação de Crossman e Sielcken e dos Arbuckle, a recusa e depois a annuencia dos Rothschild, a recusa formal dos grandes bancos hollandezes, de comparticiparem do negocio.

Mas, passados dous annos, verificara-se que o Brasil estava a sustentar um minotauro. Nem a producção diminuira como se annunciara que succederia e nem o consumo se alargara no rythmo previsto pelo optimismo.

Agora se negociava grande emprestimo de 75 milhões de dollars consolidador dos emprestimos anteriores. Seria rigorosamente controlada, pelos banqueiros, a applicação deste dinheiro. Queriam elles opção para venderem quanto entendessem e não quando tal approuvesse ao governo de S. Paulo. E o caso era melindroso .Se obtivessem tal vantagem quem os impediria de jogar na baixa comprando café para vende-lo com lucro?

A greve de Santos dos estivadores provocara uma interrupção na navegação cafeeira daquele porto a Nova York, cousa inedita nos ultimos vinte annos. Se continuasse por um trimestre traria a paralysação das negociações da valorização.

Rediculizou o Sr. Ukers as esperanças fagueiras dos brasileiors quanto á conquista rapida dos mercados inglezes para o seu café.

Ninguem poderia dizer qual seria o resultado do plano valorizador. O governo brasileiro, ao contrario do commum dos açambarcadores não visava o menor lucro. E ninguem maliciava a tal respeito. Entrara em scena para evitar o descalabro dos preços e defender os seus lavradores.

Quanto á base mais solida da esperança de exito: a superveniencia de colheitas fracas ainda não havia muitos motivos para se acreditar em tal. Informadores muito leaes previam para a safra de 1909-1910 volume igual ao "bumper crop" á "safra grande" de 1906-1907.

Por outro lado o officialismo esperava para 1912 um consumo universal de mais de 19 milhões de saccas e, em 1915, vinte milhões com o total desapparecimento do supprimento visivel que a 1.º de junho de 1908 era de 14.126.027 saccas.

Mas só os annos vindouros poderiam responder a estas previsões aleatorias. A imprensa financeira e economica, da Europa e dos Estados Unidos, unanimemente condemnava a especulação governamental cafeeira.

Haviam-se alguns orgãos excedido, até a annunciar a dissolvencia do Comité da Valorização, anunciando que o novo presidente paulista Albuquerque Lins renunciara á politica do seu antecessor. Leroy Beaulieu com toda a insistencia aconselhava do alto de seu degmatismo e do seu prestigio, ao Governo de S. Paulo que recuasse emquanto era tempo. Outras autoridades em Economia Politica previam que o Brasil teria de salvar o Estado de S. Paulo de fatal bancarrota, o que occasionaria um pedido do Brasil á Europa de novos emprestimos no valor de centenas de milhões!

Uma das maiores casas cafeeiras do Mundo, operando no Havre, e em Hamburgo, declarara que nada impediria a tremenda catastrophe que S. Paulo, em sua obstinação cega preparava com as proprias mãos. Ninguem subscrevesse o tal emprestimo dos 15 milhões esterlinos. O publico que se acautelasse!

Annunciavam outros que a capacidade da lavoura de S. Paulo, com as suas terras incomparaveis era para safras de 20 milhões de saccas. Não havia em S. Paulo terras cansadas! nem ellas precisavam de adubação. A fazenda Boa Vista (?) com lavouras de 75 annos de idade obtivera a sua maior colheita, de todos os tempos, exactamente em 1906!

Fosse como fosse, fracasso ou exito, observava o Sr. Ukers, os bancos e os agentes do governo paulista pareciam

ter-se acobertado brilhantemente de possiveis perdas. Bons seguros, boas armazenagens, gordas commissões estavam sendo pagas e tinham sido recebidas. Dizia-se que uma unica firma andava recebendo cem mil dollars annualmente para armazenar café da valorização. Assim se dizia que o fazendeiro era "quem pagaria o pato".

Augurava o Sr. Ukers que se a valorização fracassasse cahiria o preço de café de um ou dous cents. Se triumphasse pouco seria provavel que os torradores viessem a ser sobrecarregados com grande cousa acima das cotações predominantes nos mercados. Não haveria motivos, em qualquer caso, para grande alarme por parte dos consumidores. A tal proposito trazia o Sr. Ukers importante depoimento, dos mais significativos.

Os melhores cafés Santos, aliás iguaes aos melhores cafés do Universo, custavam nove cents quando verdes, onze e meio quando torrados. Ora os varegistas os vendiam entre 15 e 35! Enorme margem havia pois para comparticiparem dos custos da experiencia com o café do Brasil. Mesmo que o Congresso, para ajudar a cafeicultura das Philipinas, das Sandwich e do Porto Rico tributasse o café, o producto brasileiro poderia aguentar tal imposição sem que della percebesse a existencia o consumidor. Tal a margem de lucros dos varegistas!

Em um numero das *Questions diplomatiques et Coloniales* (TXXIV, 1908, pgs. 728-740) analysou o Sr. Eduardo Payen a questão da Valorização do café "nome barbaro designando uma experiencia brasileira recente, tentada para evitar a baixa do genero". Della muito e muito se falara nos meios commerciaes e financeiros. Interessava a todas as pessoas de criterio por comportar ensinamentos de que todos os paizes podiam aproveitar.

Começou por explicar aos leitores o mecanismo da operação e os seus antecedentes onde disse algumas cousas certas e outras erradas como inicialmente a declarar que desde o Ceará até S. Paulo havia terras cafeeiras de primeira ordem. Affirmou que a politica financeira de Campos Salles actuara vivamente sobre a baixa das cotações, como demonstrara Leroy Beaulieu, o que era contestavel. Longamente explicou o autor francez os tramites da operação decorrente do Convenio de Taubaté. Depois de argumentar com bons e maus dados, provando que conhecia imperfeitamente o caso, como conclusão lançou conceitos dogmaticos e pessimistas: a liquidação final da aventura palavra unica que caberia á operação a que S. Paulo se abalançara só não seria desastrosa se não tivesse a collaboração da Divina Providencia sob a forma das safras reduzidas

pela hostilidade das estações. Ninguem conculcava impunemente as leis economicas. E era desconhece-las pretender sustentar preços comprando largas partidas de um genero para as atirar aos mercados em momento opportuno. Já num momento dado o deficit da operação se avaliava em quatro milhões esterlinos. Os fluminenses oppunham-se fortemente á sobretaxa e a politicade S. Paulo se scindira por causa da applicação do Convenio de Taubaté.

A producção do Brasil, mau grado a prohibição do plantio, não era exclusiva. Outras regiões tambem produziam café. O desequilibrio entre a producção e consumo não se concertaria por meios de tal ordem e sim pela lenta acção dos interesses em presença.

Já houvera tentativas de pessimo exito como esta de S. Paulo agora. Se eram nefastas quanto tentadas por particulares peior ainda quando partidas de um Estado. E severamente concluiu o reparador por ferina e injusta allusão. "Há uma categoria restricta de particulares aproveitadores de sacrificios consentidos pelas communidades e as finanças publicas podem ser profunda e largamente perturbadas por operações desta ordem de que todos os governos prudentes devem abster-se."

Quasi no momento commentava *The Nation* as noticias vindas do Brasil de que se cogitava em queimar cafés das safras em excesso ou de se os atirar ao mar. Não era o caso novo. Já o "Pae da Economia Politica", Adão Smith commentando identico processo, empregado pelos hollandezes, com as suas especiarias, do Extremo Oriente, qualificara-o de politica selvagem." Os banqueiros da valorização talvez o approvassem como meio de se obter o equilibrio entre a produção e o consumo. Os conhecedores do caso brasileiro diriam que a solução era melhor do que a imposição de uma taxa de mais dez por cento aos exportadores para se refrear a exportação, possivelmente. Mas a immensa maioria da gente de criterio, com o *Economist* de Londres á testa, verberaria a insensatez da medida.

Entretanto não era ella illogica. Decorria do que já se fizera, tal qual agira o Ministro Windom com o seu famoso plano da prata em 1890. Poderia o governo federal brasileiro lastrar uma emissão por meio de saccas de café como nos Estados Unidos se fizera com o metal.

Procederia diversamente atirando-se a verdadeira aventura no pensar de quantos commerciavam com criterio. E agora pensava no imposto *in natura*.

O que se fizera, o que se pretendia fazer, era um signal dos tempos, mas não o primeiro documento de perversão mental relativa á producção, consumo e cotações. Em 1904 houvera muito quem quizera nos Estados Unidos, queimar o grande excesso da safra algodoeira. Em 1907 pedira-se ao Conselho Nacional que o Governo Federal comprasse e retirasse dos mercados outro excedente.

O que convinha era que os brasileiros voltassem aos principios inexoraveis e sadios da economia.

A primeiro de maio de 1909 trazia *The Economist* um editorial: "O plano valorizador e a proxima colheita." Commentava a noticia corrente nos Estados Unidos de que o governo paulista cogitava em destruir dez por centro da safra do seu Estado. Este boato ainda não confirmado provocara o apressamento de compras do supprimento. Seria esta decisão absolutamente fora de qualquer criterio sensato, verberava o prestigioso jornal "economicamente detestavel" qualquer cousa como faria alguem querendo quebrar vidros de vidraças para favorecer vidraceiros, cousa infantil até! Deplorava o jornal semelhante decisão a seu ver decorrente de lastimavel intrusão dos poderes publicos em negocios commerciaes.

O interesse dos tomadores do emprestimo de 15 milhões era que o governo lhe pagasse juros e para isto vendesse café.

Um correspondente abalizado de S. Paulo prevenira *The Economist* que os negocios da Valorização iam muito mal. A carga imposta aos fazendeiros era pesadissima. Espalhavam-se noticias falsas e tendenciosas para encobrir taes desastres. Era inexacto que as lavouras estivessem mal tratadas. Isto só acontecia em algumas fazendas hypothecadas. Notava-se até pelo contrario progresso nos processos de cultivo! incentivados pela optima actuação da Secretaria da Agricultura. Graças a esta melhoria de producção poudera a Lavoura arrostar as agruras do ultimo triennio e mostrar enorme vitalidade, até, apezar das exorbitancias do fisco. Replantava-se activamente, e por toda a parte, e as lavouras andavam lindas. As da Mogyana viviam esplendidas. Maravilhoso o que se via em Ribeirão Preto, o que se espalhara sobre os damnos da saraiva fora muito exagerado e a safra paulista de 1909-1910 andava avaliada entre 11 e 15 (sic) milhões de saccas. Quinze dias mais tarde o mesmo *The Economist* annunciava que ella attingiria 11.300.000 saccas e a do Brasil todo 15.408.000 exportaveis. Enganar-se-ia por muito pouco, S. Paulo forneceria 12.124.000 e o resto do Brasil 3.200.000 de modo que o total chegaria a 15.324.000. Mas com a restricção valorizadora o total exportado seria de 13.712.457.

No *Quarterly Journal of Economy* o Prof. Lincoln Hutchinson da Universidade da California explicou aos seus leitores, em 1909, o que se passava com a chamada Valorização no Braisl.

Affirmou que a prohibição do plantio dera mediocres resultados. Fraudara-se-a até certo ponto embora não fosse o cafesal existente de natureza a fazer com que as colheitas crescessem sempre.

Relatou o Dr. Hutchinson as difficuldades e aperturas da applicação do plano. Em fins de 1908 era a situação do erario paulista, assoberbada pelos compromissos já assumidos, de verdadeira angustia, premido pelos credores, assustados. Viera o emprestimo com o endosso federal de £ 15 milhões salval-o assim como a restricção das exportações. Houvera momentos duros, muito duros. Se se liquidasse a operação em dezembro de 1908 declarara o Consul Geral dos Estados Unidos, os prejuizos seriam de trinta milhões de dollars.

Ainda estava a situação muito obscura, porém, e cheia de aleatorios. E a experiencia demonstrava o perigo da interferencia governamental nas operações de uma industria. O Estado de S. Paulo acudira a uma classe que era o pilar mestre da sua economia mas que com a imprudencia do alargamento de operações, mostrara-se de vistas sobremodo curtas, observava severamente o professor californiano.

Em agosto de 1910 explicava, ao publico americano, um editorial do *The tea and coffee trade journal,* que os preços do café não andavam exagerados nos mercados dos Estados Unidos. Nos ultimos quarenta annos fora o genero por vezes vendido muito mais alto embora por volta de 1900 andassem as cotações mais baixas.

Partindo de 10,4 cents, por libra peso, attingira 14,5 e 15,1 chegando ao cabo de vinte annos a 9,6. Havia subido novamente, de 1891 a 1896 a 16,8 para cahir a 9,3 entre 1896 e 1900, ficando abaixo de 9 d'ahi em deante. Apenas subira oito decimos de centavo no ultimo quinquiennio. Ora estas fluctuações não provinham sempre de causas legitimas com o acrescimo da producção e do consumo. Verdade é que o consumo tambem subira e muito, mas que dobrara de 1890 a 1910. Se a producção superara o consumo, no principio do seculo, convinha lembrar que, a partir de 1907, o inverso se dera, embora em menor escala.

Convinha lembrar que as medias do augmento da producção e consumo não correspondiam ás dos preços. Estes haviam cahido a 9,3 quando a producção subira a 7.700.000 saccas c o consumo a 6.100.000 havendo um stock de 5.840.000 a 1.°

de julho de 1905, stock que subira a 13.719.000 cinco annos exactos mais tarde.

Tudo se devera ás duas colossaes safras de 1901-1902 ... (19.700.000 saccas) e 1906-1907 (23.700.000). Haviam os mercados ficado "desmoralizados".

Desenhava-se a perspectiva de ruina para todos os productores de café do Universo sobretudo para os do Brasil e mais especialmente para os de S. Paulo. A ruina da cafeicultura arrastaria a das emprezas ferroviarias e dos governos dos estados cafeeiros que ficariam insolvaveis e o Brasil todo soffreria tal crise que não poderia satisfazer os seus compromissos externos.

Com a solidariedade commercial e financeira existente no Globo não se circumscreveria a crise ao Brasil. Teria fundissima repercussão na Europa onde grandes centros bancarios eram notaveis credores da grande republica sul-americana.

Ora, affirmava o articulista, quando a maioria immensa dos americanos era proteccionista, seria justo increpar-se aos Estados cafeeiros do Brasil as medidas de que haviam lançado mão para conjurar as consequencias da super-producção?

Examinando o plano da Valorização expendeu o autor umas considerações iniciaes.

Á primeira vista parecia que elle não poderia justificar-se em face da lei da offerta e da procura. A intervenção official estabelecia um intermediario entre o capitalismo e os fazendeiros tendente a agir no sentido de assegurar um preço remunerador para o café.

O methodo adoptado fôra impor uma taxa de exportação de meio cent por libra peso ou fossem 58 por sacca. D'ahi auferiam os Estados do Convenio fundos para fazer face aos juros do emprestimo necessario á valorização e retirar assim da circulação certa quantidade de café capaz de promover a estabilização das cotações pelas vizinhanças do preço da producção ou mesmo pouco acima.

Louvava o publicista americano o plano, calorosamente; com o seu café warrantado nos principaes mercados mundiaes podia o Brasil arrostar a terrivel crise: os fazendeiros escapos á ruina iriam ter uma remuneração razoavel do seu capital e trabalho. E ao mesmo tempo com a estabilização e a alteração das cotações lentas e não sujeitas ás demasias da especulação consumidores e vendedores lucrariam e não pouco. Os unicos em condições de se queixar seriam os especuladores.

Ás operações da defesa completariam as da propaganda tendentes a augmentar o consumo e ensinar ao Mundo a conhecer os bons typos do café brasileiro. A exportação em Santos fora

limitada e os cafés comprados tinham sido distribuidos pelas principaes praças cafeeiras do Mundo, em leilões publicos. Já se notava que o consumo sobrepujara a producção.

A operação como era natural tinha amigos e inimigos e só poderia ser avaliada criteriosamente quando decorresse certo lapso de annos. Não se saberia ainda dizer se os seus promtores ganhariam a partida e se não se deixariam seduzir pelas vantagens da situação para majorar os preços quando com a depressão da producção e o augmento do consumo a offerta e a procura se equilibrassem .

Havia muito quem lembrasse os fracassos dos corners americano do trigo, algodão, milho e outros. Mas o café não era planta annua. As plantações novas estas andavam prohibidas no Brasil e só influiriam dentro de annos.

Convinha lembrar que já se previa uma deficiencia de tres milhões de saccas pois o consumo alteara, em face das cifras em que se calculava a safra de 1910-1911.

Andava o café barato mas com tendencias á melhoria em virtude da restricção da producção e do trancamento de mais da metade do suprimento visivel universal. E quem iria plantar novas lavouras quando os preços remuneravam tão mal?

Quaes seriam os perigos da Valorização? indagava o articulista.

Ao negociante e ao consumidor pretendia ella coloca-los a mercê do syndicato fiscalizador da warrantagem do café.

Vinha este mantendo firmes os preços, o que era vantagem positiva para o consumo, permittindo a vendagem dos cafés do stock. Assim estava em condições de levar avante o schema, o que parecia fora de duvida.

Mas uma pergunta se impunha: não se deixaria o comité arrastar-se á tentação de grandes lucros, seguro do poder que tinha, e subitamente fazer subir os preços quando o consumo, cada vez maior, houvesse feito baixar os stocks? Outro perigo: uma serie de annos de safras minguadas se não mesmo pobres, poderia deprimir a capacidade productora de S. Paulo. Assim estaria o comité em condições de não poder sustar a grande alta dos preços. Seria a valorização increpada de haver obrigado a restricção de lavouras novas em regiões tambem novas que estariam em condições de lançar supprimentos ao mercado.

Não havia demonstração alguma de que tal se desse, em qualquer dos dous sentidos. Dependia um da cupidez dos financistas que haviam já inspirado o negocio e o outro das condições meteorologicas. Quem poderia garantir qualquer certeza a respeito de qualquer destes plausiveis acontecimentos?

Esquecia-se o articulista de que havia forte poder moderador: o governo do Estado de S. Paulo exercendo acção positiva e poderosa para impedir a primeira hypothese a da liberdade excessiva dos banqueiros financiadores que visassem grandes lucros.

Em 1910 um editorial de um dos grandes jornaes norte americanos, annunciava o fracasso completo do plano brasileiro de controlar os preços do café. Haviam os brasileiros querido tirar vantagens da sua posição de semi monopolisadores da producção cafeeira. Mas a sua tentativa já se enquadrava nas paginas da Historia. Narrou então o articulista os diversos motivos basicos da Valorização e os esforços dos tres Estados, entre os quaes sobresahia o de S. Paulo. Mas tudo se ia esbarrondando. O schema total estava sendo abandonado.

Á prohibição do plantio de novas lavouras respondiam os lavradores com a replanta intensiva das velhas lavouras e o aperfeiçoamento dos methodos da producção. Resultado, um acrescimo phenomenal de producção (sic). Se a safra de 1906-1907 fora enorme a seguinte ainda se lhe avantajara (sic!) e a situação da lavoura assim como a do seu protector, o governo, andava pelas bordas do panico.

O Daily Consular and Trade Report (n. 3.321) annunciava uma situação de collapso. Apregoava-se o lançamento do grande emprestimo de 75 milhões de dollars para salvar a situação, dous terços caberiam a banqueiros inglezes e norte americanos e os restos a francezes. Mas exigiam os prestamistas que o Governo se alheiasse completamente (sic) dos negocios cafeeiros limitando-se a fiscalizar a exportação reduzida.

Ainda por mal de peccados uma parede em Santos viera perturbar o escoamento da safra (sic).

Estas informações do periodista americano bem mostram como se achava perfeitamente a par das cousas do café brasileiro!

Contemporaneamente aos artigos anti valorizadores a que nos vimos referindo appareceu no *World's Work* um trabalho de Robert Sloss: Porque custa o café o dobro do que devia ser e de como Herman Sielcken salvou os fazendeiros do Brasil ganhando duzentos milhões de dollars (sic) e mandando a nota á mesa do almoço dos Estados Unidos."

Apezar do titulo aggressivo do artigo e do subtitulo pittoresco e archi fantasioso o autor de *Why coffee cost twice as much,* escreveu interessante historia. Começa pela biographia pormenorisada de Sielcken, base da noticia de H. Ukers no *All about coffee* de que já demos resumo. Gaba-lhe a intelligencia vivissima e a sciencia profunda dos negocios cafeeiros e affirma que o schema da Valorização paulista nada

tinha de novo. Era a resuscitação do velho plano do Ministro Windom dos Estados Unidos, em 1890 a proposito da crise da prata.

Proseguindo na narrativa explicou o Sr. Sloss como adherira Sielcken aos paulistas. Seu triumpho maximo, capital, fora conseguir convencer os Rothschild de não perseverarem em opposição ao plano valorisador. Obtivera até estrondosa victoria conseguindo que de adversarios passassem a alliados! Logo depois puzera fora do negocio os grandes cafesistas seus antigos cooperadores, ficando elle unico a operar no comité de seis grandes banqueiros. E em dezembro de 1908 estava o plano completo da campanha prompto a entrar em acção com a restricção da exportação paulista, a sobre-taxa, as vendas graduaes, etc. Elle proprio Sielcken vendera os cafés financiados, metade do total. E a alta viera firme e continua. De Baden Baden, de sua magnifica quinta, governava Sielcken os negocios cafeeiros universaes. Em 1911 arrogantemente affirmava em publico que com um sexto apenas do stock obtivera o valor de um terço do emprestimo dos quinze milhões esterlinos. Um dos grandes trunfos do comité era fazer negocios com o seu stock fora das bolsas. Recorria elle aos leilões publicos e boycottava *in totum* a bolsa newyorkina. Só queria negocios directos com os consumidores. Alliado a gente fortissima como os Irmãos Arbuckle não havia mais baixistas. Permanecia Sielcken tranquillo em seu delicioso e lindo retiro de Baden Baden: a Villa Maria Halden.

Descobrira-se porém que os Arbuckle andavam comprando com intensidade exagerada como se quizessem fazer um corner. Vendiam "por baixo do panno" os cafés da Valorização, directamente, ao consumo, exigindo que os seus compradores não os revendessem na Bolsa de Nova York. Provocara isto grande escandalo York Coffee Exchange. Abrira-se inquerito e chegara-se á conclusão de que varias firmas procediam como os Arbuckle. Soubera-se que especuladores do Sul haviam comprado cafés dos Arbuckle um pouco abaixo dos preços, revendendo secretamente em New York onde os Arbuckle os haviam recomprado. Mas havia seus perigos nestas manobras, que podiam provocar inqueritos judiciaes no genero daquelle que num caso de algodão trouxera a denuncia de nove cidadãos dos Estados Unidos como adversarios da liberdade commercial. E isto poderia leva-los á cadeia.

Em 1911 o comité reencetara as boas relações com a Bolsa de Nova York. Os Arbuckle haviam deixado o systema das vendas em particular sob contractos por escripto. Começavam os preços a subir e os Arbuckle continuavam a comprar lar-

gamente. Em novembro estava a libra peso a 16 cents! Reapparecera Sielcken nos Estados Unidos a se gabar de que não possuia mais uma unica sacca. E os Arbuckle eram os unicos detentores do consideravel stock além do do Governo do Brasil.

Eram elles pois os grandes dominadores do negocio! Em tres annos haviam vendido tres milhões de saccas do stock paulista. E o publico norte americano pagava agora por 25 cents o que um anno antes lhe custava 15 cents! Cem milhões de dollars mais caro custara, naquelle anno, o café da manhã dos cidadãos americanos!

Á gente da Valorização se devia isto! os varejistas viamse forçados a comprar agora "da mão á bocca" diariamente pelo preço que lhes fosse dictado. Precisavam desforrar-se, d'ahi a alta de 10 cents da libra no varejo. Resultado! Duzentos milhões de dollars annuaes arrancados ao consumidor. Cem milhões de lucro simplesmente para pagar do modo mais largo os impostos de café cobrados no Brasil, pautas e sobretaxas, juros do emprestimo, despezas do custeio dos stocks, propaganda, nos paizes consumidores de chá. Dera até para o governo brasileiro comprar grandes encouraçados! affirmava o furibundo Sr. Sloss. Assim em 1912 o*Minas Geraes* e o *S. Paulo* eram pagos, pelo café paulista quando já em 1909, antes da alta do café estavam nos seus ancoradouros da Guanabara!

Rejubilavam os fazendeiros do Brasil ganhando com o negocio, 200 por cento! A grande nau da "Valorização" depois de haver cursado tempestuosos mares tivera a mais bonançosa e proficua jornada com as despezas costeadas pelo café matutino das mesas norte americanas!

Era o caso de se saber se o commandante de tal galera, o capitão Sielcken, descansava bem nas alturas dos terraços de seus jardins de Baden Baden da travessia dos mares procellosos da especulação, ironisava o Sr. Sloss, sincera ou insinceramente, inspirado não saberiamos dize-lo.

No volume XX do *The tea and coffee trade journal,* de junho de 1911 transcreveu-se um artigo do Snr. J. P. Wileman, director do *The Brazilian Revitw,* escripto cuja epigraphe era *"valorização sem exemplo"*. Commentando as opiniões do articulista dizia o Snr. Ukers que ellas tinham tanto maior valor quanto partiam de conhecedor positivo das cousas brasileiras. Depois de haver criticado, e muito, a valorização de 1908 admitia que ella apresentara resultados beneficos, sob o ponto de vista brasileiro. Admittia que o fim visado pelo schema Siciliano fora realmente levantar os preços e que em materia das colheitas brasileiras a regra das medias era applicavel.

Depois de forte carga a Ruy Barbosa como responsavel da grande inflação de 1890-1891, graças "aos arroubos de sua imaginação exuberante" declarava o Sr. Wileman que verdadeira enxurrada de vintens vadios havia se encaminhado para as lavouras de café. D'ahi a superproducção de seis a onze milhões de saccas !

Fazendo o historico da grande crise que devorara os ultimos recursos dos fazendeiros e arrasara bancos frisava o Sr. Wileman que agiram os poderes publicos de modo notavelmente tardonho depois de terem vindo a publico innumeros projectos de defesa do café, os mais diversos, os mais extremados como os da destruição do café e o corte dos cafesaes.

Mas a immensa colheita de 1906-1907 levara as cousas ao extremo da desesperação e d'ahi nascera o plano valorizador. Augusto Ramos baseava-se sobretudo na alternancia das safras grandes e pequenas, o que provocara o riso de mofa dos economistas da epoca.

Não havia em todas as emprezas humanas meio de se deprezar o coefficiente sorte. E assim não era reparavel que na grande aventura valorizadora fosse elle afastado.

A situação era de agonia e *ad extremos morbos*... E o remedio paulista era da classe dos heroicos. Reconhecia Wileman que se enganara: o plano de 1908 trouxera a S. Paulo e ao Brasil verdadeiro resfolego vital e concluindo dizia que se verificara a verdade sobre a media das safras.

Elle Wileman, como tantos outros, ardorosamente combatera a operação porque as suas bases lhe pareciam por demais aleatorias. A experiencia demonstrara que errara e que como em tantos outros casos, no calculo das colheitas a regra das medias era applicavel.

CAPITULO XCI

A famosa explicação publica de Hermann Sielcken em 1911 e em Chicago acerca da Valorisação — Ataques e defesas — O processo contra o comité da Valorisação

A 17 de novembro de 1911, e em Chicago, no banquete da *National Coffee Roasters Traffic and Pure Tea Association* explicou Hermann Sielcken, perante enorme assemblea, o que fora, e vinha sendo, o plano de valorisação do café. Já o fizera na Universidade de Harvard mas agora sentia-se muito mais o gosto num audotorio de especialistas como aquelle era. Não trazia apontamentos e notas comsigo declarou e promptificava-se a responder aos apartes que acaso lhe quizessem fazer.

Explicou, em claras palavras, o que fora a situação cafeeira do Brasil a prosperidade immensa de 1890 a 1896, o reverso da medalha a terrivel crise superproductora, a ruina da lavoura paulista, com as execuções hypothecarias em massa, o estado de desespero dos fazendeiros, as possibilidades de revolução, etc.

Descreveu depois o que fora a sua comparticipação no negocio desde que, em agosto de 1906, havia sido procurado, em Baden Baden, por um representante do governo paulista. Com elle longamente conversara, declarando-lhe, de inicio que nada resolveria antes de se informar o que seria a safra paulista de 1907-1908. Queria saber se seria apenas um terço da anterior, com se apregoava. Perguntara-lhe o emissario se seria possivel arranjar financiamento para entre 5 e 8 milhões de saccas. Respondera-lhe que não haveria a menor ensancha para isto afiançou. Pensava que por preço bastante baixo seria capaz de encontrar por 80 cents mas a 7 cents por libra peso, o que desapontara fortemente o representante paulista pois o seu Governo falara aos fazendeiros num minimo de 4$000 reis por dez kilos. Declarou-lhe então que se o café cahisse a 6 cents o financiamento seria sobre esta base.

Afiançou Sielcken que a opinião generalizada, universalmente, de que a operação se fizera com o fito de obter grandes lu-

cros era falsa. Decorria de um plano positivo de defesa de um producto de productores postos no limite extremo da defesa acuados entre a "faca e a parede".

Desapontado retirara-se o emissario mas depois não encontrando melhor apoio voltara a elle Sielcken que então impuzera duas condições: a safra seria dividida de modo a que um terço fosse para os Estados Unidos e o resto para a Europa. O Governo paulista entre 1.° de outubro e 1.° de fevereiro não compraria mais de que quinhentas mil saccas.

Declarou Silecken que taes condições seriam aceitaveis por muito acanhadas, mas receiava muito a sofreguidão dos brasileiros capazes de logo quererem comprar seis ou oito milhões de saccas. Assim agira com a maior prudencia e sigilo com os banqueiros e negociantes que o ouviram pois "senão os brasileiros o teriam lapidado".

E emquanto isto viera o café cahindo de 6 a 5 a 4 cents por libra. Havia immenso receio por parte dos financiadores. Em todo o caso tinham os dous primeiros milhões de saccas sido comprados, mas perdurava a impressão de que a safra seria enorme e infinanciavel. Verdade é que o governo paulista compromettera-se a pagar as differenças da baixa.

Todo o negocio se fizera exclusivamente entre negociantes de café da Europa e da America do Norte. As primeiras vendas haviam sido duras. Se os grandes compradores haviam comparecido aos leilões, os pequenos estes fugiam por completo. E no emtanto vendiam-se as melhores partidas! O Estado de S. Paulo realizara o seu convenio com os demais Estados cafeeiros. Obtivera o endosso federal e carregava com o peso total da carga. Quantas difficuldades para se arranjar dinheiro! Por vezes estivera a situação escurissima.

Accusou Sielcken, aos Rothschilds de inimigos inconciliaveis da operação porque della não participavam, nem jamais haviam conseguido comprehender seu mecanismo. Afinal havia-lhes entrado no cerebro que o plano não era tão destituido de base e que os financiadores adiantavam dinheiro sobre mercadoria existente. Ahi haviam mudado de mentalidade o que permittira, graças a sua preponderancia nos mercados de dinheiro a realização do emprestimo, em dezembro de 1908, de £ 15 milhões. Sem isto teria a tarefa sido a mais ardua.

Os americanos haviam subscripto um setimo desse emprestimo. Bella demonstração de pan-americanismo! ironisava Sielcken, irrupta numa occasião em que só se falava em conquistar os mercados sul americanos! De que valiam os discursos de cordealidade dos congressos? os da viagem do Sr. Elihu Root? Quando havia necessidade de arranjar dinheiro os paizes la-

tino americanos sabiam que elle lhes viria da Europa. Os encargos da operação continuou Sielcken, recahiam pesados sobre os productores do Brasil, com a sobretaxa de cinco francos. Era o emprestimo o mais seguro e ninguem, absolutamente ninguem, poderia sonhar com uma alta do café. Estatuira-se o maximo de vendas do café financiado annualmente.

A principio os francezes que haviam chamado a si um terço do emprestimo tinha exigido, como condição essencial, que durante a vigência do emprestimo nunca seriam exportados mais de dez milhões de saccas. Acreditavam piamente que a exportação paulista poderia ser sempre maior do que isto.

As primeiras vendas haviam encontrado sempre mercados hostis, com muita gente atrapalhando negocios e querendo comprar mais barato. Banqueiros jamais haviam adeantado dinheiro para se comprar café. Só os negociantes o haviam feito. Seriam a principio só uns quatro ou cinco, numero que gradualmente se elevara a quarenta, alargando-se o circulo dos atlas da defesa na França, Allemanha e Belgica.

Até a assignatura do emprestimo não houvera um só banco norte americano capaz de adeantar um unico dollar sobre o café. E no entanto a imprensa, o publico viviam a proclamar a existencia do *coffee corner* do *coffee trust* e a annunciar que os homens do trust haviam conseguido largos emprestimos.

Trust do café? Mas onde e como? Quem eram estes autores do trust? Onde estavam estes bancos protectores do trust? O peso das compras recahira sobre as casas Crossman and Sielcken e Arbuckle and Co. Mais alguns outros negociantes de Nova York delle haviam em pequena escala comparticipado. Quanta falsidade se espalhara e espalhava-se!

Mas queria dar o seu depoimento formal. Conseguira a sua casa vender todo o stock que possuia nos ultimos annos. Ainda em agosto não sabia que a safra seria tão pequena. Viera a alta encontra-la com tres quartos do stock vendido.

Mas haviam raiado dias melhores declarava Sielcken orgulhosamente. Em 1911 a casa Sielcken vendera 1.300.000 saccas a mais do que o habitual. Nos dous ultimos annos .... 2.500.000 saccas! com mercado alto e baixo. Não tinha mais stock. Servira sempre as exigencias do publico. E obtivera razoavel lucro "pois era daquellas que queriam que seus compradores tambem ganhassem.

E, falando com rude franqueza dizia H. Sielcken que de seu café vendido o dos Arbuckles, e outros, era falso houvessem decorrido enormes proveitos. Haviam vendido dez milhões de saccas e realizado um lucro de dez milhões de dollars! Grande lucro quando a libra peso de café subira de 6 a 7 cents!

Mas "a imprensa malvada" de Nova York não entendia assim. Aggredia ferozmente a gente do supposto trust, e aproveitava a occasião para envolver no caso grandes nomes bancarios como o de Morgan e o National City Bank que no emtanto jamais haviam empregado um centil em café. Sua responsabilidade era a de meros tomadores de emprestimo e assim mesmo para dez milhões de dollars apenas!

Em todo esta alta de preços de café não houvera o minimo mysterio, a minima manipulação. Nenhuma das firmas recomprara depois de desfeito o seu stock. Sempre vendera, pelo contrario! Que especie de manipulação de mercados seria aquella? Tinham supprimentos para cinco annos elle Sielcken e os Arbuckle e suas vendas se regulavam pelo que vinham dando as colheitas brasileiras.

O que elle Sielcken fazia agora com o café, realizara-se tambem para o trigo, o algodão, assucar e nunca em 35 annos de pratica em Nova York auferira vantagens quando operara contra as condições naturaes das safras.

Acreditava firmemente que ninguem seria feliz tentando um corner, por mais dinheiro que tivesse. Quantos exemplos de fracasso se conheciam nos Estados Unidos! só o caso do trigo de Chicago! As probabilidades de ruina eram de oitenta por cento. E se não totaes é que haviam occorrido factores coincidentes dos phenomenos naturaes. Ninguem confundisse açambarcamento e especulação commercial razoavel, fonte de progresso de uma nação.

A safra brasileira de 1912, avaliada, a principio em 16 milhões, não parecia poder passar de 12 e a seguinte seria a menor desde muitos e muitos annos. Havia muita má fé por parte da imprensa dos "trade-papers" pouco dignos de que nelles se acreditasse. Eram em geral inimigos antigos da valorização e não tinham a lealdade dos Rothschild. A casa Sielcken e os Arbuckle eram os grandes detentores de stocks e viviam a fazer transacções entre si conforme precisavam servir aos seus clientes, a cada passo. Seria isto consentaneo das manobras dos trusts? Mas então que trust seria este leaderado por estas duas firmas? onde estava a frente unica indispensavel á imposição dos preços altos ao publico?

Os grandes aproveitadores achavam-se entre os varejistas. Houvera a grande baixa do producto e jamais o publico della percebera. O varegista que não ganhava na farinha de trigo, no assucar desforrava-se no chá e no café. De 1896 a 1910 dera-se a distensão dos preços do café muito lentamente quando em grosso baixaram immenso.

Na primeira decada do seculo os norte americanos haviam tido o record dos preços para o trigo, milho e algodão. No Brasil a decada fora de penuria. Os brasileiros como haveriam de sustentar sua producção se ella não os remunerava?

E quem seria capaz de affirmar que a valorização provocara o encarecimento excessivo do café nos Estados Unidos se de 1906 a 1910 os preços haviam oscilado entre 6 e 8 cents? Quem trouxera a alta? A Providencia, sob a forma do decurso das Estações agindo hostilmente sobre as safras!

Mas ainda assim não se salvavam os governos do Brasil, que ainda não se haviam liberto das responsabilidades assumidas. O escoamento do stock apenhado tinha que ser lento por força de contracto. Mas neste interim o café brasileiro poudera ser collocado por preços não arruinadores da fonte de sua producção.

As cousas iam tão bem que elle Sielcken acreditava poudesse ser o emprestimo de Valorização liquidado em 1912 quando a situação dos mercados se apresentaria excellente.

O trust Sielcken! ironisava o grande negociante! Vivia a imprensa a apoda-lo. E no emtanto que fizera o trust Sielcken? Em seu velho e legitimo negocio de tantos annos empregara capitaes proprios, não recorrera a quem quer que fosse! não pedira favores a pessoa alguma nem admittira socios. Tão interessado na alta artificial que se desfizera dos seus stocks, supportados durante cinco annos, em grande proporção, antes da alta real, natural, decorrente das condições climaticas do Brasil imprevisiveis a elle e a todos. Fosse propheta e não teria recusado um meio de ganhar boas sommas.

Dava alli o mais solemne attestado de que durante todo aquelle lapso houvera-se o governo de S. Paulo com impecavel, admiravel correcção. Jamais interviera nos mercados desde que firmara o emprestimo. Nem consentira que seus representantes comprassem uma unica sacca.

Era falso o que dizia certa imprensa propalando que o comité andava comprando. Elle comprara, elle Sielcken, mas por conta pessoal.

Defendendo a intervenção governamental de 1908 affirmou Sielcken que, sem ella, verdadeiro cataclysma economico teria arrazado a lavoura paulista. E estaria anniquilado o consumidor americano. Dentro em breve teria visto o seu café subir vertiginosamente de 6 a 25 cents. A producção extra paulista vivia estagnada.

E haveria cousa mais prejudicial de que a excessiva variabilidade de preços. Não tinham os americanos, nos ultimos annos, soffrido com as oscillações violentas do trigo, do algo-

dão, do milho? E depois se as cotações destes productos tanto tinham subido seria digno dos americanos, tão beneficiados por estas cotações, querer impor aos brasileiros preços miseraveis, comprando-lhes café a preços de bancarrota?

Provocou esta apostrophe grande movimento denegatorio na assistencia. Terminando disse H. Sielcken que se propunha a responder ás objecções que lhe fizesse qualquer dos presentes e como *mot de la fin* relatou uma anecdota motivadora de enorme hilaridade e calorosos applausos.

Certa vez achando-se doente, sobretudo prodigiosamente insomne, encontrara-o o seu medico ingerindo larga palangana de café forte e lhe dissera apontando a chicara: que alli se achava a origem de seus males. A isto lhe retrucara: Meu caro Dr. a causa da minha molestia, da minha grande neurasthenia, não é o café em chicara e sim o café em armazem!

Findo o seu discurso foi Sielken interpellado por diversos dos seus convivas.

Assim o Sr. Julius J. Schotten, de S. Luiz do Missouri, presidente da reunião pediu-lhe explicações a respeito do conflicto que tivera com as autoridades federaes.

Respondendo-lhe referiu-se Sielcken á attitude dos assistentes do Attorney General quando lhe haviam perguntado se realmente constituira um trust. Avisara-o pessoa muito prestigiosa e conhecida, o Sr. Adolpho Busch, de S. Luiz, que delle queriam fazer um bode expiatorio, fosse como fosse. Respondera porém sempre do modo mais leal e formal. Nada diria sem previo consulta ao Governo de S. Paulo a respeito de negocios paulistas mas quanto aos seus proprios elle os pormenorisaria e pormenorisara perante a junta de inquerito com todos os detalhes. Punha toda a sua documentação a disposição dos interrogantes mas sem que d'ahi sahisse a menor informação á imprensa.

Recusou-se a dizer quem haviam sido os compradores dos cafés da valorização. Só podia e devia faze-lo com ordens do governo paulista. Como esclarecimento podia comtudo declarar que vendera 600.000 saccas a sessenta mercadores diversos.

Perguntou o Sr. Schotten se realmente a valorisação pretendia manter uma estabilização razoavel de preços e se era exacto que os brasileiros estavam tratando de altear e muito as cotações. Haveria intervenção em contrario do comité? Não occorreria alguma alta enorme damnosa ao consumidor americano?

Respondendo declarou Sielcken que o governo paulista continuava correctissimo. Mas os bancos francezes detentores da terça parte do emprestimo de 15 milhões estavam fazendo

forte pressão em favor do augmento das vendas do stock. Esperava-se uma decisão para primeiro de outubro proximo. O comité venderia só no primeiro semestre de 1912, no segundo venderiam os fazendeiros de safra livre.

As noticias do Brasil annunciando uma colheita minima certamente influiriam immenso sobre a situação dos mercados mas apezar de tudo não lhe parecia possivel que com o papel de compensador exercido pelo stock da valorização viessem preços a subir demasiado.

Dando-se por satisfeito fez o Sr. Schotten inesperadamente uma interpellação de natureza muito delicada ao seu homenageado. Dava-lhe comtudo pleno direito de responder ou de deixar de o fazer. Seria realmente verdade que elle Sielcken fora durante dez annos baixista? e porque?

Respondeu-lhe Sielcken simples e firmemente, sim!

Proseguindo declarou o Sr. Schotten á assemblea que do seu interpellado recebera outr'ora, annos a fio, telegrammas e mais telegrammas, aconselhando-o a que não acreditasse, até a entrada de dezembro, do que lhe diziam das floradas no Brasil. Isto quando todos lhe falassem que elles seriam fraquissimas. Agora vinha dizendo exactamente o que era o consenso geral. Como se explicava isto?

Notava-se a impertinente questão grandes gargalhadas da assistencia. Respondeu Sielcken que o seu modo de ver actual era diverso do de antanho por uma questão facilmente explicavel. Outr'ora quando elle figurava entre os baixistas as lavouras novas ainda não produziam e só se podia contar com com as informações dos cafesaes em plena producção. Mas agora o caso apresentava-se diverso. A prohibição do plantio estancara a fonte dos cafesaes novos mas as lavouras recentes vinham chegando. Haviam sido ellas a causa do avolumamento das safras de 1896 a 1903. Notavam-se as desigualdades da floração e agora era necessario entrar com novos factores para um calculo definitivo.

A um dos presentes o Sr. Jameson explicou Sielcken que o stock de valorização attingia 5.100.000 saccas naquelle momento das quaes 1.050.000 nos Estados Unidos. O preço fixado para a venda era a dos mercados e não feito pelo comité.

O outro interpelante Sr. Meyer explicou Sielcken o que vinha a ser a *pauta* do imposto de exportação paulista.

O Sr. W. W. Green da casa Arbuckle pediu informações sobre a media das cotações nos ultimos annos. Sielcken declarou que entre 1886 e 1896 fora o preço da opção de 15 a 16 cents. Havia então muita escassez do genero e o preço

subira muito. Existia um *premium* de 4 a 5 cents do typo 3 sobre o typo 7.

Dava o café 40 chicaras por libra. Seria o genero mais barato nos Estados Unidos? Mais barato que a cerveja?

Certamente! respondeu-lhe Sielcken. Mais barato do que a cerveja! concluiu entre calorosos applausos.

A 15 de novembro de 1912, falou Hermann Sielcken novamente sobre o caso da Valorização no grande banquete da *National Coffee Roasters Association* realizado no Hotel Astor em Nova York.

Apresentou-o o Sr. Ach, presidente da Associação, á enorme assistencia, e fez nos termos mais arroubadamente encomiasticos. Era um homem que muitos dos presentes intensamente admiravam mas que tambem naquelle ambiente contava adversarios. Mas alli estava uma figura universal do mundo cafeeiro. Jamais houvera quem como ella arrancara elogios pela inquebrantabilidade da conducta a correr parelhas com a lealdade para com os amigos.

Tomou a palavra o grande negociante para explicar como iam as cousas attinentes á Valorização. Declarou que pretendia demonstrar quanto a perseguição judicial do governo dos Estados Unidos á politica brasileira de defesa do café tinha caracteristicas anti americanas.

Falava a especialistas, aos torradores do café, num ambiente de especialistas. Ia ser o mais positivo. Dirigia-se a amigos e tambem a oppoentes. Mas todos eram interessados em saber o que se passava num paiz onde tanto compravam. Cabia-lhe o direito de exprimir sua opinião e criticar, approvar ou desapprovar. O Brasil não pedira para a sua operação o endosso de governo estrangeiro algum nem ninguem estava na necessidade de dar tal garantia.

Referiu-se Sielcken as falsidades que a imprensa vehiculara deturpando os factos. A começar: nunca no Brasil se prohibira o plantio de cafesaes apenas se lançara um imposto por pé de café novo. A sobretaxa não recahia sobre o consumidor estrangeiro como se trombeteava. Era a lavoura brasileira que a pagava. A limitação exportadora a 10 milhões de saccas fora cousa provisoria, exigida pelos Bancos receiosos de alguma nova safra monstro como a de 1906-1907. Mera medida de prevenção. As safras pequenas, successivas, haviam anulado a medida de que mais não se cogitaria.

A verdadeira questão estava em que os torradores durante dez annos de 1900 a 1910 haviam se acostumado aos preços baixissimos de café nos Estados Unidos. Em 1910, elle,

Sielcken, chamado a depor perante uma commissão ao Congresso Nacional dos Estados Unidos vira-se interpelado a proposito de um caso de embarques. Um representante do Ohio presente perguntara-lhe se poderia responder a proposito de certos casos do café. Respondeu-lhe que a proposito de tudo quanto acaso soubesse do assumpto. Perguntara-lhe o parlamentar qual fora a media do preço do decennio passado e quanto custava agora. Respondera-lhe que o genero oscillara entre 15 e cincoenta cents, ou numa media de 23 cents nas casas de varejo.

Divulgado o caso recebera muito, numerosas cartas atrevidas e ameaçadoras, até, de varejistas furiosos com esta declaração que implicitamente revelava o grande lucro de sua parte quando affirmavam só haviam no maximo ganho sete ou oito cents por libra.

Appellava para a assemplea dos *roasters*. Bem sabiam elles que de 1895 a 1900 cahira o café de 16 a 6 cents e este facto dera enormes lucros aos varejistas que pouco haviam pensado em beneficiar o publico mantendo preços por assim dizer estaveis. Agora se haviam tornado adversos á Valorização. Et pour cause...

Declarou Sielcken haver visto com real surpresa o exito da defesa brasileira. Ainda em julho de 1910 a sua casa vendera café muito barato antes da alta gradual e firme de quatro a seis cents por libra, fructo de phenomenos naturaes do commercio. Nada tinha que ver o publico americano com as leis brasileiras, como os brasileiros com as americanas. As medidas do Brasil haviam sido dictadas na iminencia da bancarrota do paiz e certamente para se defenderem não iriam os brasileiros pedir licença a estrangeiros para o fazerem.

O processo movido pelo governo americano a proposito do café brasileiro apresentava-se simplesmente inaudito. Correspondia a verdadeira tentativa de intimidação commercial de uma potencia estrangeira, pelo confisco de sua mercadoria, facto incrivel! Que se diria nos Estados Unidos e em Liverpool se as autoridades mandassem arrestar cem mil fardos de algodão pertencentes ao Estado da Georgia porque os preços desagradavam ao commercio inglez? A resposta a este acto se daria pelo voz dos canhões dos encouraçados, certamente!

Elle, Sielcken, estava prompto a doar cem e mesmo trezentos mil dollars a uma instituição de caridade se o Presidente Taft, ouvidas as duas partes, achasse motivos razoaveis para o processo encetado. Tal a sua confiança no criterio do Presidente!

Os fiscaes do Money Trust Invertigation queriam por força provar que houvera dinheiro de bancos americanos utilizado nas compras de café. Não o conseguiriam! Nem um unico cent delles sahira! o dinheiro do financiamento partira todo de particulares, negociantes dos Estados Unidos e europeus. Os emprestimos ao Estado de S. Paulo haviam sido feitos com o endosso do commercio internacional. Tinha a garantia desse Estado cujo credito era o maior de todos na America do Sul.

Quanto injustiça se fizera a John Pierpoint Morgan, o grande banqueiro, que no caso se envolvera tão pouco! ao lançar o emprestimo paulista de quinze milhões. Não valia a pena que o Sr. Bryan se esbofasse a correr pelos Estados Unidos a atacar o supposto trust cafeeiro que nunca existira. Outra gritaria partira da gente do *Postum,* o pseudo café envenenador do genero humano".

Era natural, era commercial, era humano esta campanha em pról da defesa dos nervos da nação americana, como pretendiam faze-lo os propugnadores da tal beberagem, como assim proclamavam?

Quem ousaria dizer que o Estado de S. Paulo realizara rapidos e grandes lucros quando entre 1906-1910 o café se mantivera ainda entre 5 e 6 cents? quando elle proprio, publicamente, avaliara a sacca em 8 dollars apenas, ainda em 1910? Só quando subira tal preço unitario a dez dollars vislumbrara-se algum lucro. A defesa paulista não visava lucros avultados e sim apenas collocação das safras a preços razoaveis. Já os preços haviam subido a politica de S. Paulo se mantinha nas normas da moderação. Resistia a todos os convites para o aproveitamento da occasião propicia no sentido de liquidar todo o seu stock. Os primeiros quatro annos do schema valorizador haviam sido duros e a principio arriscados. O Estado de S. Paulo resignar-se-ia a arriscar perdas entre dous e quatro milhões esterlinos para defender e ajudar os seus lavradores.

Agora estavam claros os horizontes, sobretudo porque se previa para 1912-1913 pequena safra. A alta dos preços era a mais legitima. Decorria dos phenomenos economicos pura e simplesmente. Ninguem nos Estados Unidos poderia acha-la estranha. Annos e annos pagara o consumo americano café muito mais caro, de dous a seis cents acima das mais altas cotações então vigentes.

Quando, em 1876, estivera elle Sielcken, pela primeira vez, no Brasil o custo da vida ahi andava por metade do que viera a ser 36 annos mais tarde. Era o phenomeno universal este o

do alteiamento dos indices e não privilegio dos Estados Unidos. O café teria de acompanhar este movimento geral. Na Confederação Norte Americana o trigo, o milho e o algodão batiam preços record. Fosse alguem aos Estados do Sul fazer propaganda pela baixa do algodão! Ninguem lhe garantiria a integridade physica. E no emtanto pretendia-se impor á lavoura do Brasil preços de asphyxia!

Viviam os Estados Unidos com a ideia fixa de augmentar o seu intercambio com a China e o Japão para tanto fazendo desesperados esforços, quando o commercio com o Brasil e a Argentina valia mais do que o dos dous paizes juntos do Extremo Oriente, terras de capacidade acquisitiva baixissima onde o standard de vida era de dez cents diarios.

Na America do Sul ganhava-se dinheiro e gastava-se dinheiro!

Nos Estados Unidos haviam se feito esforços immensos em favor da defesa dos grandes productos agricolas nacionaes, esforços unanimes de feliz exito! E no emtanto havia quem censurasse o Brasil por tentar imitar o exemplo norte americano em relação a sua unica industria grande! a unica que mantinha o intercambio brasileiro americano! que lhe dava dinheiro para comprar os poductos da industria dos Estados Unidos! Singular coherencia!

E terminando, em meio de um trovão de applausos, perorou H. Sielcken: "Senhores, o proposito de tal demanda é por demais deselegante e incorrecto! E acima de tudo anti-americano"!

Commentando as phases do processo contra o comité de Valorização surgiu um editorial do tão prestigioso *Current Litterature,* em 1912 sob a epigraphe, "Como o trust do café impoz a sua garra".

A opinião publica estava muito bem disposta, notava o *Financial World* contra os exploradores dos preços da alimentação publica. Se o ring do café fosse esmagado os demais açambarcadores teriam de tremer.

O governo brasileiro era o causador da super taxação da chicara de café dos americanos e o chefe do trust, do *ring,* vinha a ser Hermann Sielcken, o pobre immigrante de 1869 entrado nos Estados Unidos como proletario.

De Sielcken dava o magazine a biographia gabando-lhe a intelligencia, a esperteza do trato, a psychologia do tacto, as grandes relações com os latinos americanos, capital inicial de sua carreira triumphal. No corner de 1887 dos Arbuckle pregara a esta famosa firma tremenda derrota em que ella mal poudera salvar o pello. Verdade é que tambem correra os maio-

res perigos. Mas valera-lhe conhecer muito mais do que os antagonistas, o terreno cafeeiro.

Em 1906 Crosman e Sielcklen e Arbuckle and. Co. eram os reis do café nos Estados Unidos.

Passando a narrar a intervenção de Sielcken nos negocios da valorização affirmava o articulista que elle fora a verdadeira alma da operação.

Conglobara em torno de si grandes negociantes inclusive seus antigos rivaes os Arbuckle. Fora quem obtivera o financiamento de 80 por cento para comprar os primeiros milhões de saccas a 7 cents por libra, maximo, obrigando-se o governo paulista a pagar as differenças se a cotação viesse abaixo desse nivel. Chefiara um consorcio de 40 grandes cafesistas. Mas os dous milhões haviam sido uma gota dagua no Oceano e em fins de 1907 a situação era pessima, achando-se o governo paulista praticamente em bancarrota pois o café se obstinava a ficar na casa dos 6 cents.

Mas Sielcken incansavel conseguira com a sua labia demover os Rothschild de sua opposição passiva ao negocio e o famoso emprestimo de £ 15 milhões se effectuara.

Accusava o jornalista a Sielcken de haver manobrado de modo a só elle ficar com o Money Trust eliminando seus antigos cooperadores e alliados. Subira o café de 6 a 13 cents e o comité de banqueiros pegara um negocio de ouro. E no emtanto o consumo crescera bem pouco nos cinco annos da alta. A gente da valorização impunha o afastamento da Bolsa de Nova York aos compradores de seu café. Boycotava Sielcken a Bolsa emquanto Arbuckle Brothers compravam a valer como se quizessem fazer um corner mas impunham aos seus compradores o mesmo afastamento. Fora ahi que o Coffee Exchange agira appelando para a lei anti trust. Em 1911 subira o café a 16 cents e a 25 no varejo.

CAPITULO XCII

Novos ataques á Valorisação nos Estados Unidos — Actuação do Senador Norris de Nebraska e do Attorney General Wickersham — Attitudes do embaixador Domicio da Gama e de J. H. Choate — O inquerito do The Litterary Digest em 1912 — Depoimento interessante

No *Pearson's Magazine* o Sr. Lewin Theiss dava fortes signaes de alarme no seu artigo: *Porque sobe o preço do café?* Pretendia demonstrar que tal alta se devia a poucos individuos ricos que queriam ainda enriquecer. Acremente criticava o articulista a alta continua dos generos essenciaes á vida. Mas não havia motivos para que tal augmento abrangesse o café, para enriquecer o governo do Brasil e alguns millionarios seus alliados por meio das operações de um dos maiores (sic) trusts do Universo, cuja audacia incomparavel subira a ponto de querer explorar uma terra que não era a sua de origem! Entre os socios do governo brasileiro estavam banqueiros americanos como J. P. Morgan, o National City Bank e o First National Bank de Nova York, tomadores de dez milhões de dollars dos 75 do emprestimo. Um comité de sete personalidades entendera regulamentar o preço universal do café!

Vehiculou o articulista uma seria de inverdades como por exemplo que o governo paulista mandara arrazar os cafesaes plantados ultimamente após o Convenio de Valorização. Tão forte o pulso o comité que apezar do enorme saldo da producção sobre o consumo os preços haviam subido. De dezembro de 1908 a janeiro de 1911 o typo 7 Rio subira de 6 1/2 a 13 1/2 cents. Mais de cem por cento! Tão habil o trust que não provocara alta brusca. Agira de mansinho com inalteravel pertinacia e paciencia para ir habituando o consumo por meio de pequenas fluctuações para a alta e para a baixo!

Gente sabidissima! Dez mezes para passar de 6 1/2 a 8 mais dez para chegar a 9 por cento.

O presente de Natal que dera aos maiores bebedores de café do mundo, os seus patricios, fora pagar a chicara a 13 1/2! Defendia-se o trust dizendo que não intervinha nos mercados! Mas se elle os controlava?! E até se sabia que pretendia queimar um decimo da colheita! se preciso fosse! Tudo para forçar a alta! Se o comité recuara ante tal proposito é que receiara a reacção da opinião publica mundial. Valeu-se o articulista até de uma informação falsa para impressionar os leitores.

O Dr. Olavo Egeidio (sic) secretario da Fazenda de S. Paulo affirmara em documento official que a producção do quadriennio post valorização era incomparavelmente maior do que a anterior. Verdadeiro topete tal affirmativa! Ainda assim predendia S. Paulo impor preços por meio de seus alliados, os *trustmen!*

Viviam os varejistas norte americanos ás mãos dos trusts insaciaveis de lucro. Só o café escapara aos polvos e ajudara o commercio a viver. Longamente explicou o Sr. Theiss, ou pretendeu explicar, quanto a alta prejudicava os varejistas. Haviam-lhe dito varios que já até perdiam dinheiro! se ainda subisse o genero que seria delles? Já muitos falsificavam entregas vendendo typos baixos como se fossem altos, já entrara em scena e largamente a addição da chicorea e outros ingredientes. E ninguem sabia onde iriam parar os preços dada a voracidade do trust.

Ora, dissera o senador Norris, do Nebraska, já dera o cafesal brasileiro o seu maximo — o consumo crescia de 400.000 saccas annualmente. Fazia o Brasil tremenda propaganda parallelamente. Dentro de annos a que altura chegariam os preços? Mas o trust era paciente. Sabia que em 1915 o equilibrio estatistico se estabeleceria e que em 1919 haveria verdadeira fome mundial de café. Então ahi os seus lucros seriam gigantescos! Estavam os bebedores de café do Universo inteiramente a sua mercê!

Perguntariam os leitores: Com tão bellos preços porque não se plantaria café alhures do que no Brasil. E' que os cafesaes cresciam e produziam muito devagar. Como se achava bem informado o Sr. Theiss a attribuir um prazo de nove annos para tal proposito!

O trust, em 1919, dominaria o Mundo reaffirmava solemnemente o illustre economista improvisado, a aterrorisar os eventuaes oppoentes perante a massa de seus elementos de victoria. Só haveria um remedio: renunciarem os americanos á sua querida bebida. Enfurecido ante tal perspectiva clamava o Sr.

Theiss nem mais um cent de alta! Os brasileiros que paguem seus impostos mas não á custa dos cidadãos dos Estados Unidos.

Era preciso applicar-se duramente o Sherman Act contra a gente do trust pelo menos contra os americanos seus comparticipes. Multa e cadeia se para tanto fosse preciso como acenara o Senador Norris. O consumidor americano não podia viver á mercê das imposições brasileiras.

Um outro meio se apresentava para forçar o Brasil a ser razoavel. Era acenar-lhe com o espectro de uma lucta tarifaria. Um impostosinho sobre o café o poria *Knock out*. O Senador Norris affirmava que a 4 cents por libra o fazendeiro do Brasil ganharia bastante. E pretendia impingir o seu producto aos americanos a mais de 6! A valorização estava extorquindo do povo dos Estados Unidos, vinte milhões de dollars annualmente. Era preciso acabar de vez com semelhante abuso!

No *Moody's Magazine*, de junho de 1912, escreveu o Sr. A. W. Ferrin uma serie de conceitos subordinados ao titulo *The brasilian coffee valorisation plan*, a proposito do processo instaurado pelo Attorney General dos Estados Unidos, Wickersham contra o comité de Valorização acusado de violar a lei anti-trust.

Vivia o publico a tal proposito envenenado pela ignorancia dos factos e a má fé de certa imprensa e este estado de cousas se reflectia na propositura official da acção governamental!

Depois de introito muito exacto sobre as causas da crise o Sr. Ferrin declarava que a palavra *Valorização* fora da mais infeliz escolha. Deveria a seu ver ser substituida por *equilibrização*. O que o governo paulista quizera era velho como o caso do Pharaó de José do Egypto com os seus sete annos de vaccas gordas e magras espigas granadas e chochas.

A situação dos fazendeiros em 1906 era de simples desespero. Estava imminente a ruina da lauvoura paulista. Relatou o articulista as enormes difficuldades do governo paulista para obter o dinheiro do financiamento e quanto custara convencer a Sielcken de emprestar o seu enorme prestigio ao negocio reunindo em torno de si, em setembro de 1907 os cafesistas dos Estados Unidos, França e Allemanha. A Valorização fora financiada pelos grandes commerciantes de café.

Longa e exactamente historiou o Sr. Ferris as operações relativas aos emprestimos e as da venda gradual annual do stock.

Em 1912 ninguem podia mais por em duvida o grande triumpho do plano. E o Attorney Wickersham queria confiscar o stock paulista e vendel-o.

Protestara energicamente o embaixador Domicio da Gama e um homem como Joseph H. Choate chegara a exclamar: que-

rem destruir a obra de nossa approximação commercial de doze annos com a America do Sul! Se o café de S. Paulo está nos Estados Unidos contra as nossas leis, o Presidente da Republica que providencie! Mas que provirá d'ahi, da justa represalia do Brasil? Acaso quereriam os Estados Unidos estender a toda a America a lei Sherman como se fosse nova doutrina de Monroe?

Subira o preço do café mas quanto ainda abaixo do que fora quinze annos antes, quando o standard da vida era muito mais baixo, metade do que agora?

Não subira tanto tambem o algodão americano? Ficasse acaso S. Paulo arruinado pela miseria dos preços e ahi seriam os consumidores dos Estados Unidos dentro em breve forçados a pagar o seu café por preços fantasticos. Onde pois o crime do Brasil? para que o Attorney Wickersham fizesse intervir a lei Sherman anti-trust?

Uma editorial do *The Nation* de Nova York de 23 de maio de 1912 commentava os tramites do processo contra o comité de Valorisação. Declarava que ninguem seria capaz de duvidar que todo o plano repousava no alteamento dos preços a custa, sobretudo, do consumidor americano. Nem de tal faziam os seus autores o minimo mysterio. O destino dos mercados estava em mãos do Comité paulista: outra cousa indesmentivel.

A petição governamental allegava a alta de cem por cento no preço do varejo, a que impunham os banqueiros um preço minimo. Allegava ainda o flagrante de um caso de violação da "Antitrust-Law". Commentando estes factos lembrava o grande jornal que o caso da colheita paulista de 1906-1907 era identico ao da immensa safra algodoeira dos Estados do Sul em 1911 quado houvera intervenção para impedir a derrocada catastrophica dos productores.

Agira o governo paulista defendendo seu grande producto. Os seus representantes, pela voz de Sielcken, haviam lembrado que o caso affectava os preceitos do Direito Internacional mas o Attorney General retrucara allegando que os Estados Unidos consumiam quarenta por cento do café produzido no Universo. Assim pedira o lançamento immediato do stock da Valorisação aos mercados, sob a fiscalização de um fiscal do Governo Federal.

A situação que o processo crearia ou poderia crear era, no dizer do articulista, interessante e inedita. Não derrubaria o plano de valorisação pois o grosso do stock paulista não estava nos Estados Unidos. Como receberia o governo do Brasil a actuação aggressiva norte americana?

Em todo o caso o publico assistiria ao desenrolar de uma dos mais perigosas applicações que os tempos presentes haviam presenciado no sentido de se envolverem os processos normaes do commercio e os abusos do emprego do credito.

Commentando os tramites do processo contra o comité de Valorização, dizia o *Journal of Political Economy* que o Attorney General Wickersham desde muito pensava em proceder contra os valorizadores mas recuara ante o facto de se achar envolvido no caso um governo estrangeiro. Dispuzera-se depois a effectuar o sequestro das 920.000 saccas existentes sob a guarda do comité em Nova York. Chegara-se a accordo tacito não se movimentaria o stock emquanto o caso estivesse *sub judice*.

Notava-se aliás certo embaraço nas attitudes do Attorney General que parecia hesitante em enquadrar a questão dentro do escopo da lei Sherman. Em todo o caso haviam-se suspenso as vendas do stock.

Reinavam duvidas serias acerca da possibilidade de votar o Congresso Nacional a lei proposta pelo Senador Norris apezar da cabala partida sobretudo do Ministerio da Justiça. Receiava-se muito que se tal se desse dahi decorresse a entrega de poderosa arma ao Ministerio, arma de perigoso manejo por parte de alguma administração inescrupulosa que acaso surgisse.

Annunciava-se para o proseguimento da questão mas frouxamente ou talvez desse ella o ensejo de fazer com que o Congresso remodelasse a Lei Sherman, a *anti-trust-law*. Em todo o caso a acção judiciaria constituia novo o interessantissimo capitulo da historia da Valorização do Café, cheia de variegados aspectos.

No *The Litterary Digest* de 15 de junho de 1912, na tão prestigiosa revista norte americana appareceu assaz longo editorial sobre o processo instaurado pelo Attorney General Wickersham.

Adduziu o articulista varias opiniões da imprensa. Assim havia orgão a affirmar que a alta do café era mau signal para os Estados Unidos. E muitos exhalavam a sua indignação contra os valorisadores.

O Boston Journal allegava a difficuldade da actuação da justiça norte americana pois iria interferir com a orbita da jurisdição de uma potencia estrangeira.

O *Public Ledger* de Philadelphia descrevendo largamente o caso abundara nas mesmas considerações. E o *Journal of Commerce* de Nova York acremente verberara a preversidade gananciosa do trust cafeeiro e a fraqueza do governo dos Estados Unidos. O schema da valorisação, reflectia o articulista,

realmente parecia enquadrar-se no caso da restricção do commercio, mas o facto era saber-se até que ponto chegava a capacidade governamental de interferencia. Se acaso as leis americanas não tivessem alçada no caso era elle digno de ser apontado á execração do mundo civilizado (sic).

Outros orgãos da imprensa americana achavam que a questão escapava ao Ministerio da Justiça. Era da alçada do das Relações Exteriores, tratava-se de caso diplomatico e não judiciario. O *New York Evening Post* duvidava do criterio do libello do Sr. Wickersham embora entendesse que se o governo brasileiro entendera de negociar nos Estados Unidos ipso facto teria de submetter-se às leis reguladoras do commercio da Confederação.

O *New York Commercial* expendia que ao Brasil tanto assistia o direito de lançar taxas e medidas restrictivas da exportação quanto os Estados Unidos em relação ao seu proprio commercio. Como poderiam estes pretender dictar leis, regulamentar a politica commercial de uma nação amiga? E o prestigioso *The Wallstreet Journal* observava que a junta de valorização podia não ser saborosa ao paladar norte americano mas que direito tinham os americanos de proceder contra ella aos ponta pés?

Haviam o *Journal* de *Atlanta*, o *Jorurnal* de *Boston*, o *Standard Union* de Brooklin o *World* de Nova York e o *Times* de Washington acoroçoavam muito o Governo a proseguir na ação, acenando com a perspectiva da baixa do café lucrativa aos consumidores.

O *Times Democrat* de Nova Orleans falava em se castigar o Brasil (sic) e na possibilidade de se incrementar a producção cafeeira nas possessões dos Estados Unidos. O *News and Courier* de Charleston apontava á attenção dos algodoeiros do Sul os processos do Brasil como applicação de um methodo exacto de represalias.

O *Republican* de Springfield reproduzia os conceitos e as palavras de Sielcken em seu depoimento no processo, a sua allegação de que sem a manobra valorisadora occorreria fatal a ruina do Brasil. Mas o *News* de Buffalo acremente commentava que não havia a menor intenção philantropica dos banqueiros norte-americanos prestamistas do Brasil. Tudo se fizera para maior gaudio e proveito dos grandes cafesistas dos Estados Unidos. Huvera colligação dos grandes importadores e dos leaders do financismo em favor de um producto estrangeiro e o povo dos Estados Unidos tinha carradas de motivos de intranquillidade o proposito da nova carga que lhe pesava ás costas."

Interessante depoimento foi o dr. Sr. J. H. Windels, em 1916, pelas paginas do *The tea and coffee trade journal* (vol. XXX, pags. 538-545).

Fora elle por mais de dez annos comprador de café em Santos, cidade cuja vida lhe lembrava a de uma cidade de mediano tamanho nos Estados Unidos, salvo quanto á frequencia de diversões. Trabalhava-se a valer alli, a não ser quanto ao periodo de março a junho. Nunca era em Santos o calor exagerado a não ser talvez pelas horas de meio dia. Mas as noites permittiam somno confortavel. No inverno a temperatura media mostrava-se muito agradavel. Como distracções só se conheciam a equitação, o tennis e o cricket. O base ball era por assim dizer ignoto no Brasil. Inaugurara-se um campo de golf. O Santos Athletic Club constituia o centro das diversões santistas. Oito eram os compradores de café de casas norte americanas e todos viviam em confortaveis cottages.

Explicou o Sr. Windel aos seus leitores como procediam os fazendeiros com o café até o remetterem a Santos aos seus commissarios que faziam ligas de lotes uniformes, reensacavam-n'os mandando amostras aos exportadores.

Começava o serviço destes ás 7 e meia da manhã esperando as amostras em duplicata. A uma serie espalhavam em grandes mesas onde iriam servir de typo comparativo para as compras segundo os padrões americanos e europeus. A segunda serie iria ser torrada para se ver que bebida daria. A prova de chicara fora innovação americana datando de principios do seculo e tivera larga aceitação. Um exportador de 500.000 saccas manejava 3.000 diariamente em media, de agosto a dezembro. Havia a descontar os dias de folga forçada quando aos compradores não agradava o estado da praça. D'ahi redobrado servido depois.

Começava o telegrapho a trabalhar para Nova York e os telegrammas a chegar, passados á noite. Recebiam-se as cotações frescas, de ultima hora e os confrontos com as offertas locaes, estudando-se cuidadosamente as offertas da vespera e suas oscillações. D'ahi as contra propostas mais altas ou mais baixas segundo o estado dos grandes mercados.

O papel do exportador era difficil. Tinha pelo menos uma centena de clientes nos Estados Unidos e muitos na Europa, cada qual com as suas ideias sobre a remessas das encommendas.

Nada mais desolador, para o exportador de Santos, do que assistir a um competidor vendendo lotes de boa fava, boa torração, moles e Bourbon bem descriptos e os lotes a elle of-

ferecidos oscillando entre 25 e 75 cents, de má torração e má descripção como acontecia frequentemente em annos de má safra.

Quanta exigencia por parte dos importadores! Como poderiam os exportadores collocar os seus lotes sem o rotulo de boa torração e mole. Deviam os importadores prestar muito mais attenção ao nome e prestigio dos seus expedidores do que nesta questão de 10 a 15 pontos nos preços. Varios delles tão exigentes eram que pagavam um *premium* pelas melhores descripções das partidas. Registravam poucas decepções. Mas a grande maioria dos exportadores agita do modo mais consciencioso, receiosos de desagradar a clientela ou perde-la.

Findo o arduo trabalho matutino chegava a hora do *lunch* que os santistas chamavam almoço. Movimentavam-se as grandes casas das ruas de Santo Antonio e Quinze de Novembro, onde reinava o "negocio do typo quatro".

Nesta zona occorrera de 1910 a 1912, durante o *boom* cafeeiro, a maior animação commercial de toda a America do Sul. Formigavam os zangões trabalhando, e bem, em opções. Haviam muitos, depois, passado a trabalhar com o disponivel.

Entre as 10 e meia e as 13 horas estavam os clubs e restaurantes apinhados dos gerentes de firmas e bancos, corretores e zangões, commissarios, exportadores, etc., uma serie de "bons camaradas", como em 1912 haviam verificado os membros da missão dos Coffee Roaster Association. Das 13 e meia ás 16 e meia occorria o tempo para a entrega das amostras aos exportadores para a classificação. Os corretores as levavam de casa em casa até terem perfeita descripção da partida. Nos dias de grande negocio estudavam-se as compras de 20 a 70.000 saccas e este periodo representava a mais penosa phase do dia.

Feita a classificação voltavam os corretores para estudar as propostas e examinar os lances daquelle com que leilão ás avessas como era, e em que o lavrador figurava como vendedor. Se ao corretor agradava a offerta dizia que ia consultar o cliente. Contava no caso contrario que tinha melhor lance de outrem. Como houvesse uma duzia, ou mais, de compradores em competição o corretor orientava-se muito proximamente a aquillo que naquelle dia os mercados dos Estados Unidos offereciam.

Houvesse sensivel baixa em Nova York e o comprador tivesse negocios majorados com os corretores, precisaria correr ao telephone ,convocando os offertantes immediatamente á sua presença e "mergulhar" antes de fechar o escriptorio antes que a avalhanche dos lotes coubesse a ensancha de "trepar".

Mas chegasse aviso de que Nova York aceitava todas as offertas tendo o exportador pequeno stock. Em vez de rece-

ber telephonadas precisaria, para se cobrir, tratar de melhorar os lances e por-se a comprar.

Como a maioria das offertas dos grandes exportadores se repetiam diariamente, recebiam telegrammas do mesmo teor. D'ahi decorria, frequentemente, o que em Santos se chamava a "lufa-lufa" provocando tal competição de preços acima das cotações dos Estados Unidos que, no dia immediato, todos se admiravam do que acontecera.

Em fins de safra havia muito serviço, não deixando folga para divertimentos em Santos. Começavam a afluir os lotes de café baixos e os de bons cafés escasseavam notavelmente. Para comprar a estes tinha o corretor muito trabalho e bem pequeno lucro a esperar.

Escreveu o Sr. Windels uma serie de conceitos muito honrosos em relação aos processos usados em Santos no commercio, onde muitas transacções se faziam "by word of mouth" (oralmente). Duvidava que em Nova York se realisassem com tamanho exito e ausencia de attrictos.

"Os commissarios de Santos, proclama, sobretudo os de casas maiores e mais antigas, obedecem a um alto padrão de honradez commercial. Pode-se confiar em que suas amostras confiram com os originaes. Seus cafés são bem ensacados e bem pesados. Em summa vem a ser gente com quem é desejavel negociar."

Incitou o Sr. Windels fortemente os commerciantes de café seus compatriotas a que viessem ao Brasil, por todos os motivos. Viagem esplendida, em mares calmos e optimos navios, tempo agradazilissimo, a partir de maio, de dias claros e frescos, animação commercial cafeeira, diminuida permittindo folga para demoradas conversas entre importadores e exportadores. Só a visita a uma grande fazenda pagaria a viagem.

O exame das condições do commercio em Santos daria ao viajante a opportunidade de conhecer as difficuldades e os esforços dos exportadores em servir bem a clientela.

Estudou em 1934, o Dr. Alcides Lins então, director do Departamento Naccional do Café, nos numeros 16 e 18 do D.N.C.: As origens do Convenio de Taubaté.

Recordou as ideias de Calogeras do *laisser faire* que não haviam vingado. De 1906 em diante vivera sob medidas differentes a producção e o commercio de café, sob a intervenção do Estado, intermitente mas por vezes da maior intensidade, como nos casos do Convenio de Taubaté, da intervenção Epitacio Pessoa, da Defesa Permanente Sampaio Vidal, dos institutos estaduaes, a valorização Mario Rollim Telles, a derrocada de 1929, os convenios, a creação do Conselho e do Departa-

mento Nacional do Café. Nada mais exacto do que a affirmação de B. Belli, "Per fare la storia della valorizzasione del caffé, bisognerebbe scrivere un grosso libro."

Excllente apanhado realizou o Dr. Lins atravez da vasta bibliographia compulsada. Historiou as difficuldades para a obtenção do emprestimo dos 15 milhões esterlinos mostrando quanto Augusto Ramos não se deixara illudir pelos possiveis effeitos mirabolantes da propaganda mas o fôra pela convicção de que o café constituia verdadeiro monopolio do Brasil "erro inicial de todas as valorizações". O mesmo se dera com Campista victima de falacioso optimismo a affirmar que dentro de dezenas de annos, não se verificaria um augmento da media de producção cafeeira mundial.

Com a maior propriedade escreveu o Dr. Lins.

Nos momentos de superproducção, illudem-se os que contam com os preços baixos para o consumo total e immediato do excesso da producção sobre a marcha ascendente do consumo normal.

Se assim fosse, mathematicamente com um preço baixo visinho de zero as vendas iriam ao infinito, não haveria limite á procura.

Ora, a natureza, por toda parte, está cheia de productos desvalorizados porque não obtem procura.

A historia estatistica do café e de outras mercadorias mostra que os periodos de superproducção e conseqüentes desvalorizações não forçam a marcha regular do consumo, mas apenas desregularizam os mercados de procedencia ou destino, deslocam fornecedores e occasionam augmento dos stocks que, adquiridos a baixos preços, se vão armazenar onde ha farfura de capital e facilidades de credito, para alli aguardarem as safras mesquinhas e voltarem ao jogo regular dos negocios.

ANNEXOS

I

Uma descoberta de Ferreira Reis no Archivo de Belém — O introdutor do cafeeiro no Brasil — Palheta ou Botero? — Questão por emquanto indeterminada

Na nova geração de historiadores de nossa terra, muitos poucos haverá que já possuam os titulos de Arthur Cesar Ferreira Reis ao apreço de seus confrades e do publico amante do esclarecimento dos fastos nacionaes.

Moço como é pode allegar a autoria de larga e valiosa obra constantemente enriquecida para os resultados de seu labor indefesso, arguto e probo.

Amazonense dedica-se de corpo e alma á ventilação dos assumptos amazonicos e sua autoridade já grande cresce diaria e vultosamente.

Ainda ultimamente deu-nos monographias preciosas como as que estudaram a politica portugueza e a actuação dos paulistas na bacia immensa do Rio Mar.

Em contacto diario e apaixonado com o riquissimo acervo documental accumulado em Belem tem trazido a lume importantes descobertas, dignas de todo o apreço.

Não há muito, publicou na imprensa paraense a analyse de curioso achado, fruto de sua pesquiza recente, artigo que subordinou ao titulo: *Introducção do café no Brasil: Palheta ou Botero?* Teve a bondade de nol-a communicar Com o maior criterio, expõe o jovem historiador:

"A historia economica do Brasil foi assumpto que não mereceu attenção particular dos que procuram esclarecer as origens nacionaes. Conquista, objectiva dos dias actuaes consequentemente não podemos ainda sobre ella fazer affirmações que sejam definitivas. Um ou outro ponto pacifico, uma ou outra verdade proclamada sem mais reservas não constituem paginas abundantes que nos permittam a visada penetrante e segura acerca do esforço que nossos maiores dispenderam para a construcção economica da patria."

Assim a respeito da introducção do cafeeiro, continua o eminente reparador, não há ponto pacifico no tocante "a quem foi o introductor da preciosa especiaria que nos veio da Guiana Francesa. Varios nomes foram indicados como dos auctores da façanha. Entre eles o de Francisco de Mello Palheta, vigilengo de serviços notaveis no desbravamento da hinterlandia amazonica e soldado dos melhores da defesa da integridade do territorio da colonia".

"E' voz geral que ao vigilengo cabem as homenagens inconcussa da Nação agradecida. Há porém, motivos para que deva Palheta deixar que, alguem comparticipe de sua gloria", adverte Ferreira Reis.

"A conclusão do historiador proclamada como definitiva parece, porém, que vai ficar sob reserva, de certo modo, durante algum tempo, até prova em contrario, que só do Archivo Colonial de Lisboa, nos pode vir, se for possivel vir. E essa restricção é consequencia do documento que vamos transcrever mais abaixo, depois de algumas considerações necessarias, documento que colhemos no nunca assazmente louvado archivo estadual" (do Pará).

Esse documento consta do Codice 880, sob titulo — "Alvarás, Cartas Regias, e Decisões" — 1746-1749, e foi por nós identificado durante recente pesquizas realizada a pedido de Jayme Cortesão para o exame da politica de Alexandre de Gusmão no tocante á Amazonia, assumpto sobre que o eminente historiador portuguez nos dará um capitulo na biographia que escreve e que valerá pela consagração da memoria do fundador do panamericanismo.

Por elle, vê-se que Francisco Xavier Botero, cujos serviços á sua patria no vale foram de vulto e cujo nome andava meio ignorado ou sem um registo mais amplo, se arroga o direito de merecer a admiração da posteridade por ter sido o authentico introductor do café na Amazonia, o que quer dizer no Brasil.

A novidade, realmente, é dessas de provocar sensação. Porque a ser uma verdade o que diz o proprio Botero, Palheta ficará arredado da gloria, que todos lhe atribuiamos até hoje. Ou pelo menos tendo de repartir com Botero uma parte dessa gloria, uma vez que se verifique que ambos, na mesma occasião, trouxeram, para Belem, a riqueza que moveria para o futuro a vida economica do Brasil. E isso porque, segundo a propria palavra de Botero, foi elle á Guiana em commissão official no governo de João da Maya da Gama, capitão-general e governador do Maranhão e Grão-Pará, e justamente nessa occasião Palheta foi aquella possessão francesa. Por um

auto lavrado então em o Oyapock, do dia 13 de maio de 1727, presentes ao acto um alferes e dois soldados da guarnição de Cayena, vê-se que alem de Palheta, estava presente tambem Francisco Xavier Botero, que Taunay diz integrante do estado maior de Palheta.

Surge então a duvida: Palheta foi quem, no regresso, trouxe as sementes do café? ou foi Botero? Palheta não esqueçamos, na petição que consta do codice 889, do Archivo Estadual allega entre outros serviços a introducção do café no vale. Botero como vamos ler nos documentos a seguir allega a mesma gloria. Quem terá falado a verdade?

Ambas as petições constam dos codices referidos, acompanhando ordem régia, a de Botero datando de 12 de julho de 1746, dirigida ao governador do Maranhão e Grão-Pará que informasse no pleito em que os dois heroes eram partes, isto é, pleito em que ambos solicitavam de Sua Majestade. O Conselho Ultramarino como era de lei, recebida qualquer petição alegando o peticionario serviços á Coroa, mandava ouvir a autoridade maior da região onde tinha domicilio o supplicante. Essa informação seguia para Lisboa onde ficava archivada. Falando a correspondencia dos governadores da Amazonia justamente no periodo do pleito de Palheta e Botero, sem uma busca no archivo do Conselho, presentemente incorporado ao archivo Colonial Portuguez, que funcciona em Lisboa sob a direção de Manuel Murias de Freitas, não podemos esclarecer o assumpto. Porque seguramente a informação da autoridade administrativa fará luz sobre o ponto nevralgico da questão. E só após o conhecimento de peça de tamanha importancia, teremos a verdade: Palheta ou Botero; ou Palheta e Botero.

Leiamos agora, a petição de Botero que dá margem ás presentes considerações:

"Diz Francisco Xavier Botero que depois de servir a V. Mag. como praça de soldado de cavalo neste Reino na Provincia do Alem-Tejo, e em Catalunha por espaço de cinco annos, com honrado procedimento, passou ao Estado do Maranhão onde tem continuado o Real serviço por muitos annos e no decurso delles em o de "2" ocupando o posto de Ajudante pago de Infantaria da Tropa de guarda-costa, e sendo mandado pelo Gov. João da Maya da Gama com cartas do serviço de V. M. a V. de Caiena colonia dos franceses não só deu inteiro complemento nesta diligencia entregando as das cartas, e trazendo resposta dellas mas fez o especial serviço de trazer da mesma colonia plantas de caffé com bastante quantidade de pevide delle para semeiar naquelle estado onde não havia

esse genero adiantando por esse modo o commercio della, assim em utilidade dos povos que se applicam a esta cultura como da Fazenda Real nos direitos da mesma quantidade que já hoje se extrahe para este Reino, e passando a capitação da ordenança da V. de Càmutá cumpriu sempre a sua obrigação thé ser promovido em Capm da mesma Tropa de guarda costa com cujo posto foi segunda vez mandado pela sua inteligencia a dita Colonia pelo Governador Alexandre de Sousa Freire a averiguar os limites que dividem as terras desta Coroa das da dita Colonia, o que executou com boa satisfação repetindo com industria a condução de mais plantas e sementes do café que já estava prohibida aos Portuguezes, e vagando o posto de Capm. de Intantaria da Gornição da Fortaleza de Gorupá foi nomeado nella em o anno de 1740 por patente do Governador João de Abreu Castelo Branco e actualmente acha exercitando-o havendo doutrinado com boa disciplina militar toda a infantaria da mesma guarnição. E ordenando o mesmo Gov. se remetessem presos a sua presença hum criminozo trez escravos seus que se achavão na dita Fortaleza os conduziu o Supte. e entregou seguros dando prompta execução e outras mais deligencias que pelo documento do Gov. lhe foram encarregados sendo a todas as suas ordens muito obediente. E porque se acha vago o posto de Capm. da Fortaleza do Parú por deixação que fez Luis de Mendonça Figueiredo provido por V. M. e no suppra concorrem todos os requizitos por ser provido nelle assim pello zello com que tem servido a V. M. como se refere e consta das certidões que apresenta como pella sua conhecida capacidade que attesta o Gov. actual do mesmo Estado e se mostra sem crime pela folha corrida que tambem junta. P. V. Mag. lhe faça a mercê de provel-o no dito posto de Cap. da Fortaleza do Parú por se achar vago pela deixação que fez Luis de Mendonça Figueiredo. E. R. Mercê."

O exame attento do documento trazido a lume por Ferreira Reis leva-nos antes de mais nada a concordar *in totum* com o que o douto historiador da Amazonia expende. Torna-se essencial que o Archivo Colonial Portuguez se pronuncie.

O que o papel do Archivo do Pará divulga não parece poder diminuir e muito menos empanar a gloria de Palheta.

Era Botero um dos subordinados do ilustre vigilengo; com elle foi a Caiena e com elle voltou a Belem. Tomou parte portanto na jornada da trazida do primeiro cafeeiro que viçou em terra brasileira. Nem sequer era o immediato de Palheta, aliás detentor unico das instruções do Capitão General João da Maya da Gama em como que carta de prego, onde figurava o preciosissimo capitulo decimo que Theodoro Br[illegible] aduziu,

em descoberta brilhantíssima e Rio Branco, não sabemos porque, omittiu nas transcripções feita sem seu Memorial relativo ao litigio do Amapá, unica fonte de que se valeu Basilio de Magalhães em seu estudo sobre Palheta, para ventilar tão importante ponto.

"E se acauzo entrar em quintal ou jardim ou Rossa ahonde houver cafee como pretexto de provar algum fructo, verá se pode esconder algum par de graons com todo o disfarce e com toda a cautella."

Julga Theodoro Braga até que o principal objectivo da missão de Palheta haja sido a captação das sementes de cafeeiro que os franceses ciumentamente guardavam em Caiena.

O detentor do segredo era Palheta e não Botero simples membro de seu sequito. E ninguem até agora poderá com os elementos conhecidos, deslocar a gloria do chefe para o auxiliar, do general para o seu oficial, sobretudo num caso como este de missão confidencial.

Data-se a petição de Botero de 1748. Onze annos no minimo havia que Palheta falecera, pois conforme descobriu o próprio Ferreira Reis ocorreu entre 1733 e 1735 o seu desaparecimento do numero dos vivos. Assim não poderia contestar a pretenção do seu subordinado.

E' muito explicavel a attitude deste: Comparte de uma missão relevante, que alcançara larga notoriedade, para tornar mais meritoria a sua actuação, e obter o fim colimado: o favor regio, pretendeu chamar a si toda a gloria do exito benemerito da expedição de 1727. E nada mais.

Sabia que Palheta provavelmente já não vivia, e isto lhe facilitaria o bom despacho de pretenção. Assim se arriscou a pleitear a integridade dos serviços de seu comandante.

Tal o meu modo de ver mas á espera do que esclareça o Archivo Colonial Portuguez a proposito da interessantissima novidade descoberta por Ferreira Reis em suas magnificas pesquizas.

II

Agronomia cafeeira primeva — O livro de von Weech — Os processos de plantio e trato dos cafesaes fluminenses em 1827 — Dados orçamentarios relativos á abertura de uma lavoura de café — Curiosa publicação de anonymo autor — Agronomia cafeeira de 1835

Todos quantos conhecem com maior pormenorização a nossa bibliographia historica sabem que data do primeiro reinado e dos annos regenciaes assáz avultado numero de obras sobre o Brasil, da lavra dos officiaes e inferiores dos regimentos mercenários teutos que D. Pedro I teve a infeliz idéa de recrutar para se cercar de uma espécie de guarda pretoriana. Dos irlandezes de igual jaez não nos consta que haja provindo um unico documento impresso e similar. Ao monarcha haviam instigado as intrigas do refinadsisimo velhaco e intrujão que foi, em seu tempo, famoso, Schaefer, personagem acerca de cujas patifarias multiplas já longamente se tem escrito.

A xenobibliographia proveniente das alicantinas de Schaefer pertence a obra de J. Frederico Von Weech, menos conhecida que as demais, talvez, e tambem ainda por se traduzir. E' rara, muito rara mesmo, e não muito volumosa. Pouco dos nossos eruditos a tem compulsado.

Não podemos de todo avaliar o que seja tal livro, por falta de conhecimentos linguisticos que nos habilitem a fazel-o Em suas paginas ocorrem algumas notas assáz extensas relativas ao cultivo do café no Rio de Janeiro e em 1827.

Constituem pois um dos mais velhos documentos agronomicos que sobre a rubiacea existem. Mais antiga é a pequena memoria de Borges de Barros. Visconde de Pedra Branca, que *o Patriota* publicou e data de 1813. Mas dahi em diante até os trabalhos de J. Silvestre Rebello, do Padre Ferreira de Aguiar. Carlos A .Taunay, na decada de 1830-1840, nada conhecemos mais pormenorizado do que as observações de von Weech, postas ao nosso alcance, mercê de excelente versão

da provecta traductora que é a Exma. Sra. D. Lucia Furquim Lahmeyer.

Passou ao nosso vernáculo o pequeno numero de paginas impressas em Hamburgo, e em 1828, ao se editar a obra hoje rarissima que pretendia tornar conhecida do publico europeu as observações de seu autor sobre as condições especiaes do systema colonial brasileiro no que dizia respeito sobretudo á agricultura e commercio.

Não avulta muito na bibliographia cafeeira o que o autor teuto deixou. Em todo o caso o que traçou constitue valioso depoimento das condições da cafeicultura fluminense na época em que ella tomava enorme desenvolvimento prenunciando o surto notabilissimo, que ao Brasil dentro em breve conferiria o primado da producção universal.

Particularidade interessante vem a ser o orçamento que o autor transcreve para o estabelecimento de uma fazenda de mediano vulto: cafesal de quarenta mil arvores. E' documento interessante para a historia economica do Brasil, especialmente para a lavoura da rubiacea, pois são muito raros os papeis de tal natureza.

Vejamos porém as proprias palavras de von Weech de cuja biographia nada podemos adduzir.

Começam por uma affirmação preciosa; é que a lavoura cafeeira do Rio de Janeiro só se tornara digna de nota nos ultimos annos do seculo XVIII. Escrevendo em 1827 diz o nosso autor que datava de trinta annos no Brasil, allegação completamente falsa, pois desde 1727 apparecera o cafeeiro no Pará trazido por Francisco de Mello Palheta, e em 1760 no Rio de Janeiro importado pelo Chanceler João Alberto de Castello Branco.

Generaliza o autor para o Brasil o que quiz dizer para a região fluminense. Verdade é que esta constituia o baluarte cafeeiro do paiz. E á sua affirmação comprova perfeitamente tudo o que até agora se apurou sobre o avanço da rubiacea, muito lento, desde as lavouras de Mendanha, S. Gonçalo e Campo Alegre.

Se assim não fosse teria Frei Velloso, em seu tão conhecido *Fazendeiro do Brasil,* dado, nos dois volumes consagrados ao café, alguma nota de feitio brasileiro, quando absolutamente não o fez. A sua compilação cafeeira é de obras inglezas e francezas relativas á cultura antilhana. Ao morrer o sábio franciscano botanico em 1811, muito mediocre e ainda era a producção do Brasil. E certamente já muito mais consideravel do que na época da confecção do *Fazendeiro.*

Dahi a nenhuma attenção por elle consagrada á contribuição da grande colonia lusa ao commercio universal da rubiacea.

Leiamos porém o que constitue a rudimentar dissertação cafeeira de von Weech, cujos topicos mais valiosos procedem dos dados orçamentarios, alliás summarios, que nella se contem.

O CAFEEIRO

"Conhecido no Brasil há apenas trinta annos, já viceja em quasi todas as provincias deste grande reino. E muito se planta e exporta-se o producto no Rio de Janeiro."

Passa o improvisado agronomo a expor quaes os solos que no seu tempo passavam por mais propicios á rubiacea:

"Prefere o cafeeiro o terreno seco ao humido, antes pedregoso e fresco ao mais rico e consistente."

A questão da face e dos abrigos naturaes tambem eram muito importantes.

"São-lhe desfavoraveis as fortes vantagens e calores excessivos, a menos que sejam ensombrados os seus troncos. Quando se quer de qualquer modo protegel-os cuida-se de que não lhes falte arejamento e boa insolação. Nos lugares abafadiços, muito humidos, nos terrenos que rapidamente se enxugam, nos solos muito frescos ou expostos a chuvas frequentes, amadurecem os frutos sempre imperfeitamente."

Largamente, dentro do seu pequeno quadro, entende-se, trata o autor dos processos de plantio. Para tanto escolhiam-se:

"1.º — Mudas novas crescidas sob o cafeeiro, cujas bagas cahidas na terra uberrima plantam-se por si mesmas. Procura-se não molestar as pequenas raizes, cortam-se as que se acham deterioradas por meio de faca bem amolada, e enterra-se a muda de modo que fique um pé acima da terra. Como as plantinhas cresceram a sombra estranham extremamente o tempo seco." Convinha muito lembral-o.

"2.º — Assim se escolhem de preferencia mudas maiores das quaes cuidadosamente se removem as raizes machucadas, e podam-se o tutor, a meio pé fora da terra, e a raiz mestra."

O espaçamento recommendavel devia ser de seis pés, quasi dois metros ou nove palmos (1,98).

"Enterra-se a plantinha tão fundo quanto se achava enterrada ao ser retirada do solo, em covas que se abrem alinhadas e feitas de modo a existir distanciamento de seis pés entre ellas, e em todos os sentidos. Deve-se esperar o tempo chuvoso para a plantação ou então regar abundantemente as mudas.

Deste modo fica cada cafeeiro com trez pés de espaçamento estendendo-se em renques, e em todas as direções. Só ao cabo de dois annos terá o cultivador sufficiente espaço para livremente movimentar-se entre os pés, ficando assim ensombrado o solo e impedido o crescimento das hervas daninhas. Côm maior separação entre os cafeeiros torna-se impossivel livrar o terreno do mato que logo cresce á solta. Para que no solo, assim ensombrado, possa ser plantado consideravel numero de cafeeiros em limitado espaço é muito opportuna a formação em quinconcio ou xadrez, com um distanciamento de 10 a 12 pés entre as mudas, enfileiradas."

Mas nem em todos os lugares podia o plantio ser por meio de mudas.

"3.° — Nas regiões onde não existam cafezaes ou onde não se possam obter mudas, é imprescindivel recorrer a sementeira. Enterra-se então o grão em boa profundidade, com 5 pollegadas de separação entre uns e outros.

E' contraproducente fazer a sementeira perto de lugares ensombrados por arvoredo ou cercas, o que prejudicará as plantinhas, tornando-as muito frageis e sensiveis ao calor do sol e a seca. Se o tempo permanecer demasiado enxuto, recorre-se á rega, mas não com excessiva frequencia.

Quando as mudas chegarem a 2 pés de altura, o que acontece em geral ao cabo de 2 annos, é de praxe cortar-se-lhes a parte de cima, deixando-as com um pé acima da terra. Serão ahi transplantadas com bom tempo para covas previamente feitas, já livres de quaesquer raizes, collocando-se junto dellas pedras ou folhas para lhes proporcionarem frescura e conservação de humidade; se alguma adoecer, deverá, sem demora, ser substituida."

A grande questão para Weeck era cobrir o solo com grãos por meio de culturas intercalares.

"Afim de não deixar o terreno exposto aos raios ardentes do sol, e tambem impedir o rapido crescimento do mato, logo que estejam plantadas as mudas, semeiar-se-ão entre ellas feijão e milho. Não muito apertadamente, porém, para que venham a extender a sua sombra sobre a terra.

Para se plantar o café, de modo proveitoso, enterram-se as bagas no proprio lugar destinado ao futuro cafeeiro, o que poupará trabalho para mais tarde, e lhe garantirá melhor resistencia ao vento e ao mau tempo.

Para maior segurança deitam-se 3 até 4 grãos em cada cova e quando as plantinhas alcançam 12 pollegadas de altura,

arrancam-se, todas só se deixando uma. Marca-se o ponto com dois pausinhos: se houver alguma falha, logo se cuidará da replanta."

Guerra de morte se moverá ás hervas daninhas!

"Quando não se queira plantar feijão e milho entre os cafeeiros, torna-se indispensavel, estar attento, mormente logo a principio, para que as hervas daninhas não alastrem entre os pés, devendo ser arrancadas com bom tempo, e quando pertinazes é indispensavel, retiral-as de todo da plantação. Existe uma destas plantas que, a modo da grama, desenvolve-se de maneira incrivel, particularmente em solo fertil, alastrando por toda a parte até mesmo depois de arrancada, pois se fica no lugar logo de novo se arraiga a terra se acaso abandonada, nunca mais della se dará cabo. Chamam-na os brasileiros *trapoeraba*."

Pobre trapoeraba! Quanto ficava aquem da tiririca terrivel que o agronomo não deve ter conhecido.

"A gente do Brasil não poda os cafeeiros, os estrangeiros o fazem, seguindo o mau costume praticado nas Indias Occidentaes, de cortar o topo da arvore logo que attinge 6 pés de altura. Allegam que assim o caféeiro melhor resiste ás ventanias e mais depressa estende os galhos ensombrando o chão em volta do tronco, por isto favorece a producção, activando-se com o pequeno prejuizo de alguns ramos o ciclo da seiva que maior nutrição proporciona á arvore."

E realmente a poda encontrou sempre muitos opoentes entre os nossos lavradores antigos.

"Apenas pegadas as mudas, surgem muitos olhos no troncozinho e nascem folhas, continua o autor; tantos sejam os olhos outros tantos serão os galhos a circundar a arvore, devendo permanecer trez das mais robustas e os demais quebrados.

Tem o cafeeiro como as demais arvores frutiferas dois perigosos inimigos nas formigas e nas trepadeiras, a chamada *herva de passarinho* pelos brasileiros, a qual logo se enrosca no tronco e nos galhos, retardando-lhe o crescimento.

Muitas são as especies de formigas existentes, no Brasil, algumas das quaes tão grandes e vorazes que se não forem combatidas, em pouco tempo destroem um cafesal, sendo preciso perseguil-as até a sua panella e não esmorecer emquanto não se acabar de vez com ellas.

O caminho a seguir é em geral muito longo e descobre-se acompanhando o rasto dos insetos, semeado de pedacinhos de folhas que vão deixando cahir até a panella. Trabalho penoso

e demorado torna-se a destruição do formigueiro, mas não pode ser adiado se o fazendeiro não quizer correr o risco de ver no espaço de poucas noites o seu cafezal, todo, despojado das folhas. E' por vezes preciso escavar até 12 a 15 pés de profundidade, até se atingir o formigueiro, ao qual conduzem innumeras entradas e sahidas, e frequentemente situado por baixo de rochas e grandes arvores. Agua a ferver é o meio mais preconizado, embora dê mais trabalho; o mesmo serviço presta a agua fria misturada com terra triturada e pisada, formando pegajosa mescla na qual ficam as formigas agarradas. (*) Deve a herva de passarinho ser arrancada dos pés e destruida longe do cafezal."

A proposito das formigas, escreveu o reparador uns topicos um tanto asperos sobre a indolencia dos que as combatiam e declarou sentir não poder ministrar pormenores sobre a ecologia destes himenopteros.

"Em terreno muito fertil, prossegue, frutifica o pé no cabo de 3 annos. Colhe-se, em media, de cada um, meia libra de bagas, no quarto anno algum tanto mais, no quinto uma libra (459 grammas). Vai augmentando a producção nos annos seguintes, chegam uns pés entre outros a dar de quatro a cinco libras, outros porém menos de uma libra. Attinge o cafeeiro trinta annos de idade. Desde os 15 vai porém pouco decrescendo sua producção em quantidade e excelencia. Se nesta idade for cortado o pé quasi rente ao solo, operação para a qual o mez de agosto é o mais favoravel rebentará logo viçoso, recomeçando novo periodo de vida. E já ao cabo de dois annos dará bella colheita."

São moderados os dados de Weech. Uma libra em média por arvore corresponde a 31 arrobas por mil pés.

"O estado do tempo na época da floração, é de máxima influencia para a futura colheita, pois se acontece chuva e ventos constantes deteriora-se a flor sem formar o fruto, adverte o nosso informante. Como os pés florescem em épocas diversas, assim tambem frutificam. Tambem neste sentido age o tempo; pois se depois de uma seca, cahe de improviso chuva miuda, embora pouco dure, amadurecem logo os grãos todos até de uma vez apressando a colheita". Observações muito ponderosas.

"Conhece-se o ponto de maturação quando a baga se torna vermelho-escura, e começa a ficar pardacenta. E' tempo então de iniciar-se a colheita, isto é, aproveitar quanto possivel o momento das estiadas e antes e depois do orvalho, afim de se poupar a saude dos negros escravos."

A parte mais interessante da dissertação é exactamente a final por causa dos dados economicos que encerra. Explica Weech como vira proceder-se á colheita no Rio de Janeiro.

"Collocam-se os trabalhadores de modo a ficar ao cargo de cada qual um renque de cafeeiros. Toma cada qual com a mão esquerda o galho coberto de frutos, colhe-os com a direita e os deita num jacá até a borda. Esvasia-o formando monticulos, em fila, em espaço enxuto e limpo, afim de que o feitor possa avaliar quantos jacás colheu cada qual, e verificar se só foram colhidos os grãos maduros. Vigia o mesmo para que não se arranque algum galho por descuido." Assim devia realmente ser em 1829 quando não se cogitava ainda de processos de apanha mais racionaes.

São diversos os methodos para se tratar do café após a colheita. Na maioria das fazendas estendem-se os grãos em vastos terreiros semelhantes ás ciras européias, de chão de terra batida. Ao cahir da tarde ou ante a ameaça de chuva recolhe-se o café ás tulhas e repete-se o processo da seca até que a casca do grão estale ao ser trincada entre os dentes, e se desprenda.

Mas tem suas desvantagens tal processo: não é possivel, á occurrencia de inesperado aguaceiro, levar ás tulhas o café todo molhado. Ante a ameaça de nuvens carregadas sempre se pode accudir ajuntando os grãos em monticulos. Ou então estando encharcados os terreiros, deixa-se ficar o café algum tempo sem exposição ao ar e ao sol. De outro modo ficará o café ardido entrando em fermentação."

Como vemos fazia-se em 1829 o que se pratica geralmente em 1913 sem o recurso porém aos oleados e outros abrigos impermeabilizados.

"Espalhando o café em terreiro imperfeitamente enxuto absorve o grão a humidade adquirindo sabor terroso. Ao ser diariamente espalhado mistura-se a muitas pedrinhas e á terra, difficultando a sua limpeza pois ficam os grãos arranhados."

"Superiores, embora caros veem a ser os terreiros de tijolo, não podendo serem uzados em larga escala os que são feitos com pranchas unidas sobre rodas que levam o café ás tulhas.

Praticas e menos custosas de facto as simples armações gradeadas com 3 pés de altura e 5 de largura, fincadas no chão, e cobertas com ripas: sobre estas estendem-se esteiras e ahi é espalhado o café colhido durante o dia.

Onde não existe perigo da junta, é o café coberto com esteiras até o sol se pôr; rapidamente secará ao cahir alguma pancada de chuva ligeira; mas se esta for torrencial, será ne-

cessario em rapido prazo levar o café ao abrigo nos jacás costumeiros."

Começavam os despolpadores a apparecer nas lavouras do Brasil.

"Já foram fabricadas machinas para despolpar os grãos. Se por este meio não se offender o café, excellente será o seu emprego pois o grão revestido apenas do pergaminho, seca em 3 a 4 semanas ficando prompto para ser escolhido á peneira. Ao passo que ficando exposto com a polpa, exige mezes o mesmo processo.

Mais facilmente lhe é retirada a pele pergaminacea, e assim conserva melhor o café o colorido verde escuro durante annos, podendo ser guardado demoradamente e mesmo ser despachado, além mar, sem prejuizo das suas propriedades."

"Quem não dispuzer de despolpador fará o serviço socando-o numa tina, pelos seus negros, ou em algum espaço revestido de alvenaria. Finalmente antes de ser levado o todo ás esteiras, espalha-se-lhe por cima alguma cal viva, com isto facilitando-se a separação da polpa.

Com esta riquissima em saccarina, fabrica-se agradavel e muito forte aguardente."

"Uma vez seco o café deve ser logo descaroçado. Para este fim existem engenhos movidos á agua por uma roda que movimenta diversas pás de madeira a girarem rapidas mas com demasiada violencia sobre o café lançado numa calha."

Trata-se evidentemente do machinismo rudimentar que os fluminenses chamavam *ripes*, os paulistas do Norte, *ribas* e os do oeste *carretão*.

"Praticam-se outros processos identicos aos da fabricação do azeite na Alemanha, com a differença de que para o azeite se empregam duas pedras e aqui é o café igualmente pisado. Quem não dispõe de tal engenho faz soccar os grãos em pilões pelos escravos o que representa gigantesco trabalho quando consideravel a colheita. Mas a poeira que dahi provem prejudica a saude dos pretos."

Refere-se Weech no pirncipio do topico ao emprego dos pilões hidraulicos.

"Simples dispositivo, semelhante á descorticadora do trigo, ligeiramente modificada, modificada, limpa perfeitamente o grão da polpa e do pergaminho, continua elle.

Deixa-se para as occasiões de mau tempo o trabalho da escolha, e recommenda-se aos negros catar os grãos quebrados e os descorados que em geral se destinam ao uso da casa. O café perfeito é metido em saccos de grosseira amagem, capazes de contar cinco arrobas; é de novo pesado, marcado

com o nome da fazenda e remettido sem demora ao commissario na cidade. No commercio é o café de novo separado em qualidades especiaes, no Rio de Janeiro assim classificados:

Café de primeira qualidade superior;
Segunda dita;
Primeira dita inferior;
Segunda qualidade boa;
Segunda dita inferior;
Escolha".

Os saccos de cinco arrobas vigoraram até 1872 milesimo em que passaram a conter 60 kilos com a adopção do systema metrico decimal. Os typos do mercado é que ainda conservaram as denominações acima.

"Quanto ás propriedades é o café do Brasil nas suas diversas qualidades inferior ao dos outros paises; avança o autor a quem acompanhamos.

Increpam-lhe sabor acre e terroso talvez devido ao solo, e seguramente tambem ao processo da seca, e á sua manipulação depois que amadurece. Attribue-se sobretudo a culpa ao modo sem methodo pelo qual é apanhada, ainda meio verde, a metade da colheita."

A parte mais interessante, dos informes de Weech vem a ser a que se refere ao orçamento para a abertura de lavoura na zona fluminense.

"Aqui deixamos approximado calculo para o estabelecimento de uma fazenda de café na provincia do Rio de Janeiro.

Suponho que o proprietario das terras as tenha recebido de graça do governo e alli se haja estabelecido antes de 1829, pois subiu consideravelmente o preço dos escravos novos. Estabeleço a preliminar de que o fazendeiro precisará construir moradas para si e seus escravos, etc., e por conseguinte terá de cuidar da fabricação de telhas.

No segundo anno poderá despedir o administrador branco, e uma vez obtido o numero necessario de escravos, destinará dois para o serviço caseiro, vinte e sete para o trabalho da lavoura, e um para capataz dos demais.

Numa grande fazenda, particularmente de cana, exposta ao perigo do incendio, não se pode prescindir do fabrico de telhas para cobrir a casaria, evitando-se aborrecimentos com a facilidade da producção das proprias telhas no local.

Telhas chatas e ardozias são desconhecidas no Brasil. Para telhados planos, como os usados alli, não prestariam. Assim só se empregam telhas concavas. Os telhados têm grande incli-

nação para darem mais facil escoamento a agua da chuva, mostrando-se portanto tais telhas superiores ás de madeira, de mais facil fabrico e pouco peso, não exigindo a quantidade de emboço requerida pelas outras. E quanto ás reparações podem logo ser feitas por qualquer preto.

Recommenda-se ao emigrante, antes de partir da Europa, quanto não tenha conhecimento praticos, que frequente alguma olaria para familiarizar-se com a construcção do forno e mormente aprender a necessaria relação do tamanho do mesmo com o numero de tijolos a fabricar e os differentes formatos de telhas e tijolos.

Se quizer, de livro em punho, construir forno segundo alguma "theoria excellente" preparar tijolos de conformidade com as differentes fases do cozimento, talvez não correspondam exactamente á pratica os resultados obtidos. Não é ociosa esta observação. pois aquelles que aprendem lavoura e jardinagem nos livros estão sujeitos a tristes experiencias. Ainda mais no Brasil do que na Europa, onde os erros contra as regras da agricultura logo podem ser sanados."

Interessantes são os dados orçamentarios de von Weech:

DESPESAS DO 1.º ANNO

Data da medição das terras		500$000
Despesas de transporte e installação prévia		50$000
Construcção da morada do fazendeiro		300$000
Construcção da olaria		30$000
Mobilia e utensilios domesticos ..	50$000	
Instrumentos de lavoura	30$000	
Compra de 6 negros (ladinos) ..	1:160$000	
Compra de 12 negros (novos) ..	2:160$000	
Compra de um cavallo de sella. ..	70$000	4:260$000
Ordenado do feitor		96$000
Semestre do mestre telheiro .. .		48$000
Manutenção dos acima citados serviços		50$000
Roupa e sustento dos negros		680$000
Despesa do sustento do fazendeiro		150$000
Gastos particulares..		100$000
Juros do capital das bemfeitorias (4:260$000)		255$600
Despesas do 1.º anno		6:149$600

Vemos pois, que os escravos ladinos custavam em média 184 mil réis e os novos 180. Ganhavam o feitor e o oleiro oito mil réis mensaes. A despesa de manutenção dos escravos andava por 35.000 réis mensaes e a taxa de juros orçava por seis por cento.

DESPESAS DO 2.º ANNO

Compra de 12 negros novos	2:400$000	
Construcção do engenho de socar..	300$000	2:700$000
Despesas particulares		100$000
Roupa e sustento dos negros.. ..		450$000
Juros das bemfeitorias 6:960$000		417$600
Despesas do 2.º anno.. .. .		3:667$600

DESPESAS DO 3.º ANNO

Roupa e sustento dos negros.. ..	450$000
Gastos divresos..	100$000
Juros das bemfeitorias (6:900$000)	417$000
Despesas do 3.º anno..	967$000
Total dos 3 annos..	10:784$200

Com os citados 27 negros pode o fazendeiro plantar elevado numero de cafeeiros, mas considerando-se logo de inicio o seu rendimento verifica-se que não pode cada qual dos escravos cuidar de mais de 1.000 pés, e mesmo com boa distribuição de serviço poderá tratar de 1.500 pés, pois terão os mesmos escravos que cutlivar os cereaes necessarios á propria subsistencia. Não é, portanto, aconselhavel plantar mais do que 40.000 cafeeiros.

Admitamos que existam 20.000 pés dando no terceiro anno uma colheita de 200 arrobas; no 4.º anno 40.000 pés produzindo 600, e no 5.º anno 800 arrobas, pois, como já dissemos, cada pé produz meia libra e vai progredindo em rendimento. Tem aliás a experiencia demonstrado que estes dados são muito enganadores, como acontece nos calculos da maioria das fazendas."

Examinadas as condições da receita quaes seriam as do resultado das colheitas?

"Determinar o lucro segundo a venda do café é quasi impossivel, adverte o informador, porque o fazendeiro terá que se conformar com o preço estipulado pelas praças de commercio européias das quaes depende inteiramente o mercado do Rio de Janeiro. Alem disto, para avaliar o resultado, deve-se ter em conta o termo médio dos preços dos ultimos quatro annos e mesmo só do café da 2.ª qualidade boa, podendo-se assim determinar a seguinte receita:

No 3.º anno 200 arrobas a 2$400	490$000
No 4.º anno 600 arrobas a 2$400	1:440$000
No 5.º anno 800 arrobas a 2$400	1:920$000
Total	3:840$000

Será esta a receita, ou difficilmente a maior, dos cinco trabalhosos annos; emquanto a despesa durante o mesmo periodo attingirá 12:718$000, a renda liquida dos annos seguintes, baseada na colheita dos 5 annos, será, não tomando em conta como despesa, os juros das bemfeitorias, réis 1:370$000.

Admittindo-se que as 40.000 arvores dessem as 1.250 arrobas previstas por Weech, poderiam ellas produzir trez contos de réis para um custeio de 550 mil réis e um serviço de juros de 417$000, ou seja um total de 967$000, donde um liquido de 2:033$000 e não 1:370$000. Havia a considerar porém os seus detalhes e os imprevistos.

Deviam sensatamente observar: ao acontecer ao fazendeiro algum contratempo ou desastre subito, poderá basear-se comtudo neste moderado rendimento, e por de parte algum lucro dentro de poucos annos e mesmo considerar todas as suas bemfeitorias como lucro liquido. Raros fazendeiros se contentarão com tão moderada vantagem e só nos atrevemos a dar estes conselhos ao bom lavrador que, mestre na distribuição do serviço, não sobrecarregue de trabalho os seus negros, empregando-os de modo a delles obter tudo quanto havia previsto."

Muita irregularidade havia no alinhamento dos cafesaes e o beneficiamento do producto era mal feito em geral.

"Embora não seja costume do paiz decotarem-se os cafeeiros, é tambem raro que elles sejam plantados em filas com determinado distanciamento. Em todo o caso não mais como dantes, se o amontoar em pilhas o café para o condemnar a podridão. Entretanto, ainda não se prestam actualmente á

rubiacea cuidados especiaes. Nas fazendas onde reina maior ordem será maior a escravatura, e uma plantação de 40.000 pés de café exige consideravel numero de escravos para os quaes, já se vê, torna-se necessario que plantem elles proprios os necessarios mantimentos, cinquenta negros mal apenas bastarão para taes serviços.

Deve-se além de tudo com segurança prever que nos lugares afastados do mar, o baixo preço do café mal pode dar mil réis a arroba. Assim tambem a prevista cessação do trafico africano redundará dentro de poucos annos na ruina de grande numero de fazendas, grave prejuizo para o Brasil, pois a exportação desse genero de commercio, toma de anno para anno maior importancia.

A seguinte tabella de exportação do café provindo do porto do Rio de Janeiro de 1817 a 1826 dá melhor idéia dos dados acima expostos:

	Arrobas
1817	298.686
1818	348.136
1819	252.413
1820	460.454
1821	526.931
1822	760.241
1823	925.000
1824	1.120.000
1825	915.677
1826	1.300.000

Convem lembrar que 1819 foi anno de seca excepcional. Supera a exportação de 1826 á de um decennio antes, em 1.001.314 arrobas ou 32.041.948 libras brasileiras."

Os dados por von Weech adduzidos são com insignificantes differenças os que figuram hoje nos quadros admittidos como a expressão da verdade estatistica de 1821 em diante, de accordo com a publicação feita em 1907 pela Camara Syndical de Corretores dos Fundos Publicos do Rio de Janeiro.

Antes de 1821 há collisão de numeros conhecidos de diversas fontes.

Note-se porém que o preço médio por arroba do autor a quem analysamos foi por elle reduzido bastante abaixo dos que vigoravam no periodo de sua estada no Brasil.

Em 1826 vendeu-se a arroba a 2.623 réis, em 1827 a trez mil réis, em 1828 a 2.766 réis, mas em 1829, data da impressão do seu livro, a 3.650 réis.

Assim, as considerações do improvisado agronomo e economista mostraram-se assaz pessimistas.

Coube-nos, no decorrer de pesquizas bibliographicas, o ensejo de se nos deparar uma publicação fluminense existente na nossa Bibliotheca Nacional (V. 257, 3, 4 n. 15) cuja folha de rosto traz.

Recopilação / do / custo, despezas, e rendimento de hum/ estabelecimento da cultura / do cafeeiro / Rio de Janeiro / Na Typographia de I. F. Torres / rua da Cadeia n. 95 / Anno de 1835 / (pp. 11 numerada a seguir e acompanhadas de uma estampa).

Na primeira pagina deste pequeno opusculo lê-se que se trata de commentario feito a artigos da autoria de um tal R. O'Reilly, publicado nos Annales des Arts et Manufactures (tomo XIV).

O texto de autoria de um tratadista estrangeiro foi pessimamente traduzido do francez pelo anonymo que parece nem ter sabido o que significavam *arpent* e *perche* (geira e vara).

Assim tambem deve ter vertido a seu modo o nome de outra medida agraria de modo a não nos deixar comprehender o que venha a representar realmente.

Vejamos porém, o que é o original do opusculo, redigido em estylo detestavel aliás e por vezes solecistico.

"Um colono que passou de Hespanha á Havana com capitaes e se estabeleceu na cultura do café, comprou duas cavalariças (sic) e meio de terra já prompta, as quaes reduzidas a Arpens Francezes de 100 perches e 22 pés de 12 pollegadas de 12 linhas fazem 64 Arpens de 1089 palmos de superficie e os 64.69696 brassas portuguezas de 10 palmos, e hum quadrado perfeito de 264 brasas de frente com 264 de fundo, que custarão 3750 piastras de 640 ou 2.400$000.

Vinte e quatro escravos a 300 piastras	1.664$000
Edificios, maquinas, utenciz, oito bois, 6 bestas..	1.664$000
Juros e despezas dos 2 primeiros annos 4845 a 640	3.100$000
Capital desembolsado	11.772$000

Os escravos plantarão 41.472 pés de cafeeiro, que nada produzirão nos primeiros dois annos, no 3.° que entravão a dar, contando cada pé a ¼ fazem 31.104 libras, que vendidas a 12 piastras o quintal de 100 libras produzirão 3.732 piastras de 640, são	2.388$480

Dos quaes deduzidas 2.422 piastras das despesas do consumo deste terceiro anno..	1.550$080
Há o producto liquido 1.310 piastras a 640 réis	838$400

Quatro annos e os seguintes:

Os mesmos 41.472 pés produzem annualmente a 2 libras por pé e fazem 82.944 libras que vendidas a 12 piastras o quintal de 100 libras fazem piastras	9$953

A deduzir:

As despesas do consumo	1$745
Salario de 16 obreiros em 4 mezes de colheita a 16 piastras por mez a cada hum	1$024
Juro do capital 677	3$447
Producto annual em piastras liquidas	6$507
Que são	4:164$480

35 por cento livres do capital desembolsado do seu desfalque, porque o valor dos escravos está seguro annualmente a 8 por cento e o dos animaes a 10 cuja despeza entrou nos attendidos e o estabelecimento, ou fazenda, no fim deste quarto anno ficou no valor de 34.286 piastras que são	21:943$040

Quasi o dobro do capital desembolsado, sendo tudo avaliado pelo seu custo a dinheiro; e os pés de cafeeiro a meia piastra, ou 320 réis, muito menos do seu valor.

Athé aqui Mr. O'Reilly

Nota

Ainda que eu esteja inteiramente convencido, de que hum Escritor como O'Reilly, Membro de varias Academias e do Atheneo das Artes de Pariz não relataria como hum facto verdadeiro, o que algumas pessoas á primeira vista, poderião julgar supposta, vou demonstrar no modo possivel a realidade.

A Ilha de Cuba onde está situada a Cidade de Havana na mesma Latitude ao Norte da Linha a que está a =.

Provincia do Rio de Janeiro ao Sul, tem 250 legoas de comprimento e 30 de largo e apenas contem trezentos mil habi-

tantes; poucos Europeus menos da quinta parte Escravos, e o maior numero Indigenas, simples proletarios, descendentes por misturas dos antigos Indios, de que não existe mais um só.

O centro desta grande Ilha é montuoso, sem estradas, nem caminhos para o centro e só as abas desta morraria para beira mar, é que podem ser cultivadas pelo cafeeiro nas suas encostas num terreno o mais produtivo, pelo homus (sic) ou decomposição dos corpos organizados, que as aguas que descem, depositão continuamente nela.

Acresce ainda a vantagem inapreciavel para um fazendeiro, de, tendo 20 escravos, perceber o lucro de 40, pela facilidade de ter obreiros, na colheita, ou quando quizer. Na Havana é onde a cultura do cafeeiro está levada á sua perfeição, pelos cuidados e zelo do Sr. de Las Cazas, seu governador e Governador creador! Ele fez pedir uma subscrição, para o seu produto servir de premio ao Lavrador de quem a cultura desta preciosa arvore fosse a mais bem entendida e o Consulado ou Tribunal do Comércio, foi incumbido de visitar as plantações de 300 piastras. Adjudicou-se o Premio a D. Antonio Roboredo, de mediocres meios, porem de muita inteligencia e o unico que se tinha servido do metodo de Quinconcio, para a sua plantação; porque era feita em pequenos quadrados de 16 braças de frente, 15 de fundo e 225 de superficie, sem contiguidade de uns com os outros, deixando só entre eles uma livre passagem e contendo 200 cafeeiros.

Esta frente e este fundo era dividido em dez partes onde se plantaram dez pés de cafeeiros, que ficaram na distancia de quinze palmos um do outro, e no centro estava outro pé que é o que formava a Quinconce que apresentava a vista de um xadrez e o todo da plantação a mais bela aparencia, porque em toda ela não havia uma só arvore que excedesse a dez palmos de altura pelo cuidado de cortar as vergonteas e impedir o seu crescimento, para se colher o fruto sem escada, o tronco limpo sem uma gameleira ou ladrões que lhe roubassem a substancia.

Este digno governador ficou tão satisfeito com a Exposição do Consulado que fez pedir outra subscrição com o produto da qual se compraram dez escravos que se entregaram a este habil lavrador para pagar uma decima parte cada anno, sem juros e ficava a sua fazenda servindo de nome para os que se estabelecessem depois.

Mr. de Las Cazas, tão util aos povos de Havana, a quem deixou saudades, morreu em Cadiz, em 1799, Tenente-General sendo Governador de Andaluzia."

Comenta o nosso anonymo:

"Talvez pareça á primeira vista impossivel, que num terreno de 264 braças de testada, com 264 de fundo que fazem 69.096 de superficie, se fizesse uma tão grande plantação; vou demonstrar a possibilidade. Se para plantar 200 pés de cafeeiro é preciso uma superficie de 225 braças produto de 15 multiplicado por si mesmo, quanto para plantar 41.477 pés?

O resultado são 46656 braças que dão uma raiz de 216 multiplicada por si mesmo, e sobejão ainda 2340 braças que dão uma rais de 131.

Terreno que bem basta para pasto dos animaes de trabalho, sustento de outros para consumo, e cultura dos vegetaes para sustento de uma grande familia com fartura."

Fala o nosso ignoto autor da tentativa de Frei Veloso a quem elogia embora a lhe fazer justos reparos.

"Tenho lido as obras que chegarão ao meu alcance sobre a cultura do cafeeiro e com especialidade a compilação que fez de todas o Reverendo Padre Frei José Mariano da Conceição Velloso, este tão digno brasileiro que trabalhou anos por entre matos, e perigos para fazer a sua Flora, que conduziu para Lisboa e que dificuldades insuperaveis impedirão de imprimir, porém conhecendo o atrazo em que estava a Agricultura de sua Patria, e zeloso pelos interesses dele, entrou a traduzir e fazer traduzir todas as obras, tendentes a aclarar os lavradores, e alcançou faze-las imprimir no Arco do Cego, á custa da Fazenda Real.

Eles deverião ser distribuidos gratos para produzirem algum fruto como se mandarão vender não houve quem comprasse.

Não achei sobre o trabalho do Cafeeiro cousa que me agradasse: cheio como estava do método de Reboredo, cujas árvores estavão inteiramente limpas e sem mistura de outra alguma planta, tenho por êrro o aconselhar os autores de se misturar entre os cafeeiros nos primeiros dois anos, algodoeiros, mamoeiros, anil, fumo, trigo, milho, guandeiros, bananeiros, etc.

O tratamento do fruto depois de colhido é péssimo. Espalha-se no terreiro a apanhar sol e chuva um mês e mais. Quando está bem seco vai ao pilão e dois escravos, cada um com a sua mão, entrão a socar e esmagão muito o café, trabalho fatigante."

Era ainda o mais rudimentar o aparelhamento beneficiador dos lavradores fluminenses.

"São rarissimos os que tem engenho de pilões, porém estes engenhos tem o mesmo defeito.

Alguns lavradores, rarissimos, para abreviar o serviço do terreiro, levão ao pilão o café logo que o colhem e põe a secar sem a casca polposa adocicada e só com a segunda a que chamão de pergaminho. Todo este trabalho é mau.

O geral é secar o grão inteiro e até quando pagavão o Dizimo era medido aos alqueires e o rendeiro ia secar o seu onde lhe parecia.

Depois de se referir aos methodos da plantação das lavouras do café cubanas, escreve o nosso anonymo:

"Seja-me permitido fazer uma pequena digressão que não é estranha ao objeto e serve para dar a conhecer a quem a Provincia do Rio de Janeiro deve a obrigação da cultura do cafeeiro que tem enriquecido, enriquece e há de enriquecer os lavradores."

O histórico da introdução, a espalha do café, na região fluminense traçado pelo nosso anonimo, parece-nos de bem pequena autoridade embora inculque um ou outro pormenor interessante.

"No ano de 1714 o governo da Holanda fez um presente com solenidade a Luiz XIV, de uma muda de cafeeiro que se depositou no Jardim das Plantas. Passados anos Mr. de Jussieu a descreveu como mestre e de sorte que Lineu a copiou.

Em 1820 (sic) Mr. de Clieux conseguiu uma muda para levar á Martinica e com quem repartiu a agua de sua ração pela falta que se sentia por grande calmaria.

Daqui passou em mudas para a Ilha de São Domingos, Gualupe (sic) Suriame, Cayena, Pará e Maranhão e desta cidade para o Rio de Janeiro, conduzido por um Desembargador, que veio para a primeira relação em 1752 Fulano (sic) de Castelo Branco que a depositou no Hospicio dos Barbados, onde estava conhecido só dos Frades, até 1770, que chegou por Vice-Rei o Marquez de Lavradio.

Quando este Vice-Rei soube que existia esta preciosa arvore foi logo visital-a e entrou a pedir a todas as pessoas que tinham meios, que cultivassem o que muitos fizeram; distinguindo-se entre todos o Padre Antonio do Couto, que foi para o Engenho de Mendanha em terra firme, de um amigo seu e plantou alguns mil pés porém tão juntos que difficultavam a colheita depois de colher o mais facil, promettia (sic) á pobreza colher o resto. Cahiam das arvores muitos grãos maduros e nasciam logo, o Padre estimava que lhos levassem porque não podia limpar a todos.

Naquele tempo, de 1788 a 1793, os moradores de serra acima de São João Marcos, Parahyba, Pirahy, passavam miseravelmente. Quasi todos sem terem um só escravo plantavam mandioca, feijão, bananeira, para sustento, e milho para cevar porcos, cujos toucinhos traziam á cidade que era a unica cousa de que faziam dinheiro e quando se retiravam ião pelo Padre Couto, carregar as bestas de mudas de café.

Neste tempo o dizimo de miunças daquelas freguesias, inclusive a do Itaguahy que andava no mesmo ramo, era de 500$000 em triennio e o ultimo que findou em dezembro de 1820 tinha sido arrematado no Conselho da Fazenda por réis 59:720$000! Em menos de 30 annos augmentaram 120 vezes mais! Os povos destas Freguezias passaram de um estado, pouco distante da indigencia ao da opulencia. Há muitas fazendas de mil e até cinco mil arrobas e milhares dahi para baixo.

Concorreu muito para esta felicidade a affluencia de mercadores de escravos que lhes conduziam e vendiam fiado por cinco annos e, os pagamentos de quarta parte cada anno, sem outros bens, nem fiança mais que os cafeeiros que tinham plantado.

Conheci um mineiro meu particular amigo João Francisco Junqueira que vendeu desta sorte mais de dois mil escravos nestas Freguezias, depois que se introduziu nelas a cultura do cafeeiro.

Quem diria, há menos de 40 annos, que um genero, que não tinha nome no commercio do Rio de Janeiro, chegasse gradualmente ao ponto de fazer hoje o maior artigo de exportação desta Provincia?

No anno passado de 1832 exportaram-se pertencente a elle 2.144.193 arrobas de café, no valor de mais de vinte milhões que deixaram nos cofres Publicos 784:360$255 de dizimo e 171:535$440 dos dois por cento de embarque.

Não devo deixar de dizer alguma coisa sobre theoria para cultura deste precioso vegetal.

O artigo é muito grande nos autores e inapreciavel pelo seu merecimento porém devo limitar-me a este pouco confiado em que numerosos leitores suprirão o que lhe falta. Parece-me que este mesmo pouco pode ser aplicavel a todas as culturas.

A terra, um dos elementos ou principios, que entram em composição dos corpos compostos, é um corpo solido, que serve de base a todos os outros corpos de matureza.

Por si só é absolutamente infertil; porém contendo em sua superficie serras primitivas outras secundarias, como uma multidão de monticulos formados depois. Uns compostos de

materias calcareas pela decomposição dos corpos organizados outros de pedra vitrificaveis, as quaes atacadas pelo oxigenio que gira no Ar os vai desfazendo.

E as chuvas, conduzindo-os, vai deposital-os em massas segundo a sua natureza as calcareas em argilas, barro grede, gesso etc. as vitrificaveis em areia.

Nem umas nem outras servem neste estudo para nutrir os vegetaes, as argilas pela adherencia das suas partes, e o seu gluten, que as faz incapazes de fazer permeaveis ás raizes dos vegetaes nem receber as aguas e substancias para a sua nutrição. As arecentas pelas não poder conservar porém bem misturadas umas com as outras, ficam aptas para a vegetação, abrindo-se-lhe uma cova, ou alicerce que hade suster o vegetal que se lhe quer confiar, depois que o homem lhe lançar o caldo, ou humus liquido, extrahido das materias decompostas, e podres, para as guardar em deposito, e ministrar a planta quando ella precisar.

O que acabo de dizer, deve ser tomado na generalidade, porque não há terra alguma na superficie do Globo, que não contenha em si alguns (sic) humus, desta materia preciosa que vivifica com agua, e com os meteoros que vagam na athmosphera todos os vegetaes.

Feliz o Lavrador que acha a terra de sua propriedade, com as qualidades precisas para uma boa vegetação, ainda que lhe seja facil, com curiosidade e pouco trabalho, leval-a ao estado de perfeição que desejar.

E' conhecido que o grão de café seco não nasce, que é preciso plantal-o fresco. Que os grãos que caem maduros da arvore, nascem logo; porém que o sombrio deles os faz ficar tisicos e as arvores que se formam destas mudas ficam tortuosas e com uma apparencia má.

E' preciso, por consequencia, para se fazer uma boa plantação que as mudas sejam criadas em viveiros e que este seja composto de terra vegetal, que é a que se formou pela decomposição dos corpos organizados, animaes e vegetaes, e que fica por antonomasia designado com o nome de *Terreau* em francez.

Este viveiro deve ter uma vara de largo para ser regado e coberto com esteiras quando o sol for intenso. O comprimento deve ser de duas, quatro ou mais varas como se precisar.

Deve ter na sua superficie uma camada de terra vegetal de uma mão travessa pelo menos. Os grãos de café devem ser plantados alinhados na distancia de meio palmo um do outro, o que faz conter uma vara de cinco palmos quadrados, com sementes, que devem entrar na terra duas polegadas ligei-

ramente cobertas. Deve-se escolher o fruto maduro, tirar-lhe a casca polposa a mão; contem dois grãos unidos, cada um cercado de seu pergaminho, apartam-se com cuidado um do outro. Se há cinza fria passam-se nela ligeiramente ou em terra simples em pó e neste estado cae cada um para o seu buraco. Devem ser regados todos os dias ao por do sol, assim como as regam as flores.

Passa-se agora a abrir as covas que hão de receber as mudas. Deve-se estar munido de uma corda delgada, forte, de comprimento de quinze braças, 150 palmos, que contenha nas suas pontas dois grandes pregos, ou boas estacas que a faça bem firme e teza.

Um esquadro ou angulo recto feito de taboas bem certo c. muito pequenas estacas. Chegando-se ao lugar onde se quer formar o quinconcio suponhamos que a sua frente seja ao Norte, os lados de Leste e Oeste, e o fundo ao Sul.

Firmam-se os pregos com a corda teza, põe-se a regua quasi encostada no primeiro prego e logo uma estaca. Põe-se outra estaca no fim da regua e continua-se até o fim onde se hão de contar dez estacas e fazer dez covas para receber as mudas do viveiro, com uma sacola de cinco polegadas de face e fundo.

Põe-se o esquadro junto ao primeiro prego, ou esta com a corda, para correr a segunda linha ao Sul, da mesma sorte que a primeira.

Passa-se ao outro lado a fazer o mesmo verifica-se se seus dois pontos do fundo são iguaes, emenda-se se há alguma differença porque o quadrado das 15 braças de frente, e de 15 de fundo deve ser igual. As covas do centro, que formam o Quinconcio, não precisão de medida, por o olho conhecer com facilidade onde devem ser perfeitas. A vista da pequena figura no fim, instrue mais que todos os discursos. Esta sacola deve acabar em bloco, bem como as colheres dos calceteiros; a ferida que faz na terra para receber a muda fica triangular, e a terra qua sai lança-se para um lado, e a cova fica recebendo a influencia do ar, e passados dias enche-se com o caldo onde se desfez o extrume das materias organizadas, em agua ao menos, ou o melhor em orina, se poder ser: esta materia preciosa deve estar de reserva na extrumaria, e sempre prompta para vivificar a planta, que se lhe há-de depositar, a qual está no viveiro; e logo que esta planta chegar, a um palmo com pouca differença num dia que chova, ou ao menos molhando-se a terra do viveiro, se poderá mui facilmente tirar as mudas com a mão apertando um pouco a raiz com a terra que lhe é apegada; e numa paviola ser carregada para a sua respectiva.

cova, que se enche então de terra, que está por fóra, havendo o cuidado de que a planta fique bem a prumo; se se lhe der bastante caldo melhor, porque o seu rendimento ha de ser á proporção da sustancia, que se lhe communica: limpam-se continuadamente as hervas golosas, que lhe podem tirar a sustancia.

No fim do 3.º anno já os cafeeiros estão a dar fruto: colhe-se o fruto com cuidado não ofendendo as folhas, e deve-se colher o fruto quando estiver de vermelho para escuro Todos os trabalhadores da Fazenda devem estar empregados neste serviço de dia; e á noite se conduz ao armazem. Neste armazem deve haver uma armação, onde se adaptem dois cilindros, ou especies de rolos, feitos de quatro rodas de taboas, que tenham 8 polegadas de diametro, ou um palmo, as quaes hão de ser furadas, com um quadrado no meio, que tenha 4 polegadas, no qual se há de introduzir um eixo, que há de entrar justo, e elas hão de ficar na distancia de 3 polegadas cada uma para ficarem no comprimento de 12 polegadas. Nestas rodas de madeira, hão de ser pregadas duas, ou trez folhas de Flandres, picadas com as rodas de madeira, ficando com um pescoço redondo na armação para poderem rodar; uma taboa de 3 palmos com furo de 4 polegadas para entrar bem justo o cilindro; e 2 palmos acima do seu centro deve ter uma cavilha bem forte, para servir de manivela ao trabalhador, que há de mover a machina. Os cilindros devem ser dois, e ambos iguaes e um deve mover contra o outro; deve um forçar na distancia do outro tanto, quanto pelo picador. Deve haver uma moega, que se há de encher de café colhido, que se há de depositar no meio dos dois cilindros; é absolutamente necessario haver por baixo um coxo com agua para receber o café esmagado, que sae; o que está perfeito vai no fundo, e o que está falhado, e a casca polposa, não dão em cima.

Nestas dez ou doze horas, que está de molho até pela manhã fermenta, e perde o doce, e o gluten, que fica pegado ao café, e que o arruina se se não lavar em agua simples, porque azeda.

No caso de haver sol, este café em pergaminho, deve ir a secar, e no caso em que não o haja, deve-se levar a uma estufa (cousa indispensavel a um lavrador de café); este edificio pode ser feito de pau a pique, de adobo, de taboas, etc., contendo no meio taboleiros de taboas, e no centro um forno como o de fazer farinha de mandioca; ataca-se fogo de maneira que não entre fumaça no café para não arruinal-o. Seco sómente com a casca de pergaminho conserva-se muito tempo, com tanto que não apanhe humidade. Estas duas pequenas ma-

chinas fazem mais serviço, que 200 mãos de pilão e não fica o café esmagado. A terceira machina para tirar a casca do pergaminho é inapreciavel. Um dos rolos da primeira, trabalha na terceira da forma que se vê na estampa, devendo ir o café apanhar duas, ou trez horas o sol primeiramente, ou ir á estufa, para ficar o grão quasi solto do pergaminho. Deve-se fazer uma cova sufficiente para lançar-se dentro o bagaço junto com a agua que fermentou o café para apodrecer, cobrindo-se depois de terra, porque depois vem a ser um esterco mui nutritivo para as plantas, e conforme a colheita deve-se fazer mais covas para receber esta preciosa materia, porque o rendimento da Fazenda há de ser sempre a proporção de que se empregar para a nutrição das plantas. Li no *Jornal de Medicina* T. 83. Anno de 1790, que o Café em pó, ou a infusão é o melhor corretivo do opio, sem prejudicar os seus efeitos saudaveis."

III

Landlords cafeeiros da terra roxa e do oeste paulista na era imperial

Durante muitos e muitos annos a geada inquietou e assustou a muitos lavradores arrojados de São Paulo que de sobra, sabiam quanto se as lavouras escapassem á torração eventual, procedente dos frios geralmente de junho a setembro veriam seus esforços recompensados e do modo mais generoso pela opulencia dos solos do oeste de sua provincia. Naquellas famosas e fenomenaes terras roxas, a que classifica extensa série de denominações populares provindas do exame das camadas superficiaes, como as pitorescas *sangue de tatú, apurada encaroçada* e quantas mais, as cargas dos cafesaes eram simplesmente immensas comparadas com as das lavouras do Norte paulista, das *Matas* do Rio e Minas Geraes.

Já desde muito os cafesaes, rompendo por Areias e Queluz, e subindo a contra corrente do Paraiba haviam enchido o vale do grande rio e as encostas da Mantiqueira e da Serra do Mar, quando as lavouras da rubiacea timidamente se ensaiavam rumo de oeste.

Campinas não era districto de terra roxa mas offerecia o seu formidavel massapê feracissimo vindo de Itú, Itaicy e Indaiatuba, terra de canna já secularmente sovada. No solo campineiro, em 1835 os cafesaes assomavam modestamente ainda, suplantando os velhos cannaviaes. Estavam os campineiros convictos de que no café havia outro futuro incomparavelmente mais frutuoso do que na canna. Mas ainda eram 93 os engenhos de seu municipio e apenas 9 as fazendas, contanos o marechal Müller, em seu preciosissimo *Quadro estatistico.*

Lentamente frutificavam os exemplos de Francisco de Paula Camargo e seus filhos, pioneiros da cafeicultura campineira. Já nesta época Areias exportava 102.000 arrobas, Bananal 62.000; Pindamonhangaba 62.000. E, Campinas apenas 8.000 e Itú 1.000.

Outro grande obice a vencer era o afastamento do mar. O Norte paulista aliás incomparavelmente menos sujeito á geada expedia as safras para portos distantes algumas dezenas de quilometros, São Sebastião, Ubatuba, Jurumirim, os districtos do Oeste mais proximo precisavam vencer distancias dobradas. Trinta leguas separavam Campinas de Santos.

Mas tal a tentação offerecida pelas enormes cargas nas lavouras abertas nas terras de Oeste que o cafesal continuava sua penetração lenta, mas pertinaz. O regente Vergueiro, em Limeira, já no decenio de 1830, corajosa e insistentemente afrontava os riscos do phenomeno glacial. A terrivel geada de 1841, dessas que torram o cafeeiro até a raiz não o desanimou. Prosseguiu em sua grande obra de civilização e philantropia, plantando cafesaes e procurando substituir o braço escravo pelo braço livre. Continuando a sua marcha deteve-se o cafesal longamente á altura de Rio Claro, que com Piracicaba, Araras, era tido, como perigosissimo *ninho de geadas*.

Em 1860 vinha a ser absurdo plantar café alem de Rio Claro, tal a opinião corrente em toda a Provincia de São Paulo. O frete de dois mil réis por arroba, cobrado pelos tropeiros, tornava-se prohibitivo pois o preço que se pagava em Santos pelo mesmo peso era 4.400 réis em média. O conselheiro Paula Souza, um dos primeiros ministros da Agricultura, apontava em seu relatorio a feracidade inaudita das terras de Araraquara, Jahú, S. Carlos e a sua producção cafeeira abortiva. Já naquella época porém muitos e animosos lavradores abriam claros naquella matta estupenda dos vales do Mogi Guassú, e do Tietê de que hoje sobram pequena manchas extraordináriamente pujantes em terras do Leme e de Pirassununga, como por exemplo na antiga fazenda do Barão de Tatuhy.

Plantou-se em S. Carlos, Araraquara, Araras, Pirassununga, S. Rita, Descalvado, cuja derrubada tão penosa correu por causa das maleitas e das feridas brabas, contaram-me os meus tios afins, Souza Queiroz, alli afazendados nas grandes propriedades que abriram.

Muitos e muitos destes fazendeiros viram naquelle territorio geento as lavouras, abertas em clareiras de floresta, torradas pela geada duas e mais vezes, sobretudo em 1870 e 1871 em que se reproduziu o phenomeno de trinta annos antes com a mesma intensidade talvez.

Mas já ahi a situação melhorara muito quanto ao preço do transporte, graças ao estabelecimento do trafego da São Paulo Railway e a fundação da Companhia Paulista cujos trilhos marchavam celeremente sobre Campinas.

No districto da antiga S. Carlos desapparecera a canna, suplantada pelo café. As oito mil arrobas de 1886 contrapunham-se, dezoito annos mais tarde; 335.000! Em 1887 seriam mais de milhão e meio. Os municipios do oeste paulista acompanhavam o rythmo de sua capital cafeeira e novos districtos surgiam a concorrer para o enorme caudal de grãos da rubiacea que se despejava das terras bem feitas do planalto pelas encostas do Cubatão abaixo.

Declinava o acidentado Norte onde Zaluar em 1860 encontrara a opulencia dos barões do café nas principaes cidades, afazendados em grandes propriedades de grande fama em seu tempo, de Bananal a Jacarehy. Titulares e mais titulares viviam naquellas cidades e podia-se quase sem receio de erro affirmar que a posse de um titulo correspondia a de grandes lavouras de café.

Em minha *Historia do Café no Brasil* tive o ensejo de dar um ensaio de resenha dos grandes cafesistas de São Paulo antes que o surto do Oeste, houvesse excedido o raio de uma centena de quilometros em torno de Campinas.

Foram, sobretudo, os campineiros os grandes bandeirantes do café do Oeste, disse-me varias vezes com toda a convicção o Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz, velho paulista que conhecia notavelmente o passado de sua provincia. Filho e neto de opulentos cafesistas assistira na mocidade, ao desbravamento das terras occidentaes de que comparticipara, abrindo largas lavouras em Descalvado e em S. Manuel, onde seu pai, o Barão de Souza Queiroz, possuia os grandes latifundios do Sobrado e do Araquá.

Caminhavam, os campineiros para S. Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto, para onde já desciam os mineiros criadores, quando os ituanos, de preferencia, procuravam o valle do Tieté rumo de Banharão e Jahú.

Dos landlords cafeeiros do Occidente paulista na era provincial merecem ser lembrados em Campinas o Marquês de Trez Rios, o Visconde de Indaiatuba, a Viscondessa de Campinas, os Barões de Itatiba, Souza Queiroz, Itapura, Anhumas, Atibaia, Ibitinga, Paranapanema, Atalība Nogueira, Geraldo de Rezende. Sobre este ultimo, grande fazendeiro e verdadeiro fidalgo, homem de espirito aberto a todas as grandes iniciativas progressistas, afamado como productor de typos finos de café, há o interessantissimo depoimento de sua filha D. Amelia de Rezende Martins — no bello livro intitulado: — *Um ideialista realisador,* precioso documentario de uma fase cafeeira paulista.

Mas além dos titulares havia numerosos fazendeiros importantes, pois em todas as grandes familias velhas paulistas, se contavam importantes cafesistas quer em seu municipio natal ou enxameiando pelas terras de Oeste.

Proximas da *Princeza de Oeste* a autonomazia gentil de que tanto se ufanam os campineiros, dezenas e dezenas de lavradores opulentos, além dos titulares, eram reputados como dos cafesistas de prol da Provincia.

Entre elles, os irmãos Antonio e Francisco Pompeu de Camargo, o Conselheiro Albino Barbosa de Oliveira e seu concunhado Luiz de Souza Rezende, filho dos Marquezes de Valença, Floriano de Camargo Penteado, D. Maria Innocencia de Souza Queiroz, Luciano Teixeira Nogueira, Elisiario e Estanislau Ferreira de Camargo Andrade, os irmãos Joaquim e José Teixeira Nogueira, etc.

Em Itú nunca houve fazendas que se medissem com as propriedades campineiras notaveis, nem cafesista que se pudesse comparar ao Visconde de Indaiatuba, ao Marquês de Trez Rios, Barões de Itapura e Anhumas, por exemplo. Mas no municipio existiram, comtudo, lavradores de destaque como o Barão de Itú (Bento Paes de Barros) o de Itahim (Bento Dias de A. Prado), diversos Almeida Prado como o Capitão mór João de Almeida e seu filho Francisco, que tinha a alcunha de *Chapa*. Nos ultimos annos do Imperio o Coronel Antonio de Almeida Sampaio e o Dr. Francisco E. da Fonseca Pacheco.

Em Jundiahy o Barão de Jundiahy (Antonio de Queiroz Telles) e seu filho o Barão de Japy (Joaquim Benedito de Queiroz Telles) contavam-se entre os grandes lavradores. Em Indaiatuba e suas vizinhanças afazendava-se um dos maiores cafesistas da Provincia, José Estanislau do Amaral, possuidor de muitas propriedades alli e em outros pontos. Assim tambem era notado Agostinho Rodrigues de Camargo.

Em Limeira existia uma das maiores, mais afamadas e mais antigas fazendas do oeste paulista. Ibicaba, nome celebre nos fastos cafeeiros e nos da imigração no Brasil, o latifundio do Regente Vergueiro que tanto procuraram visitar os viajantes estrangeiros de meiados do seculo passado.

A maior e menor distância de Ibicaba afazendavam-se o Senador Barão de Souza Queiroz em sua enorme propriedade de S. Jeronymo, mais tarde repartida entre seu filho Dr. Antonio de Souza Queiroz e seu genro Dr. Manuel J. de Albuquerque Lins, o Commendador Silverio Jordão, o primeiro Barão de Campinas (Bento Manuel de Barros) o Barão de Cascalho (José Ferraz de Campos, pai de dois outros cafesistas

importantes, os Barões de Monte Mór e Porto Feliz (José Bonifacio e Candido José de Campos Ferraz) e seu parente Barão de Piracicamirina (José de Barros Ferraz).

Em Araras, apezar da reputação de *ninho de geadas,* havia fazendeiros de grandes posses como o Alferes Franco (Joaquim Franco de Camargo), os barões irmãos de Araras e Arary (Bento e José de Lacerda Guimarães), o Commendador Antonio Alves de Almeida Lima, a Baronesa de Jundiahy (D. Anna Joaquina do Prado Fonseca), ainda o Barão de Souza Queiroz em fazendas mais tarde de seus filhos Drs. José, Augusto e Carlos de Souza Queiroz. E as grandes propriedades do Dr. Martinho da Silva Prado, em Campo Alto e Santa Cruz, e de seu genro Dr. Elias Pacheco Chaves.

Em Pirassununga e suas immediações o Marquez de Itú, Barão de Tatuhy (Francisco Xavier Paes de Barros), os Drs. Paulo de Souza Queiroz e Raphael Paes de Barros.

Em Rio Claro existam notaveis fazendas como as do primeiro Barão de Piracicaba (Antonio Paes de Barros), fundador da cidade, do Regente Vergueiro, em sua grande fazenda Angelica, do opulento Barão de S. João do Rio Claro (Amador Rodrigues de Lacerda Jordão) um dos maiores fazendeiros de seu tempo com as lavouras de riquissima producção de Laranja Azeda, de João Baptista e José de Almeida Prado, dos dois irmãos Ignacio Xavier e Francisco de Assis de Campos Negreiros, pittoresca e universalmente chamados Ignacio Mór e Chico Mór, por serem filhos do velho capitão mór Estevam Cardoso de Negreiros, segundo me relata o Sr. Francisco C. de Almeida Prado, Grande fazendeiro da zona rio clarense veio tambem a ser o primeiro Barão de Araraquara, mais tarde Visconde de Rio Claro (José Estanislau de Oliveira), homem de grande prestigio politico no oeste paulista.

Seus filhos e genros tambem se contavam entre os proprietarios de vultosos cafesaes como os dois Barões de Araraquara e Mello Oliveira (Estanislau José e Luiz José de Mello Oliveira), coronel João de Mello Oliveira, filhos: o Conde do Pinhal (Antonio Carlos de Arruda Botelho), Barões de Piracicaba e de Dourado (Raphael Paes de Barros e José Luiz Borges), genros. Tambem alli se afazendaram o Dr. José Elias Pacheco Jordão, lavrador intelligente e homem sobremodo activo e empreendedor de quem Tschudi largamente fala. Por São Carlos, o Visconde da Cunha Bueno (Francisco da Cunha Bueno), Carlos Augusto do Amaral (irmão do Visconde de Indaiatuba), o dignitario Luiz Antonio de Souza Barros.

Para o lado de Piracicaba o mesmo diginitario, irmão dos Barões de Souza Queiroz e Limeira e da Marqueza de Valença, possuia grande propriedades, muito reputadas em seu tempo. Nos ultimos annos imperiais chegou a ser dos maiores fazendeiros paulistas.

Em Jahú, municipio de terras feracissimas, aberto principalmente pelos ituanos, sobretudo os da familia Almeida Prado, com Francisco de Paula, Lourenço e muitos mais de seu nome e alliados da sua gente, contavam-se entre os maiores lavradores o Conde do Pinhal, o Comendador José de Campos Salles, João R. de Barros etc.

Em Botucatú destacava-se entre outros o Barão de Serra Negra (José F. da Conceição).

A Mogiana partindo de Campinas em direção ao Rio Grande e ao Triangulo Mineiro começa, a partir de Mogi Mirim, a cortar terras onde a cafeicultura nunca apresentou resultados muito compensadores. Na zona da velha cidade mogiana havia contudo fazendeiros importantes como o Barão de Pirapetininguy (José Guedes de Souza), os de Mogy Mirim (Manuel Claudino de Oliveira), e Cintra (José Joaquim da Silveira Cintra) o alferes Jacintho de Araujo Cintra, João Jacintho do Amaral Pinto, etc.

Entre Mogi Mirim e Campinas na zona hoje servida pelo tronco e diversos ramais da Estrada destacavam-se o Conde de Parnahyba (Antonio de Queiroz Telles), o Dr. João Tibiriçá Piratininga, os Commendadores Montenegro, Francisco Lourenço Cintra, o Barão de Ataliba Nogueira, genro do grande cafesista Camilo Bueno, etc.

Nos districtos fronteiros de Minas Gerais como Amparo, Espirito Santo do Pinhal, Penha do Rio do Peixe (hoje Itapira), S. João de Boa Vista, fazendeiros havia de largas lavouras como o segundo Barão de Campinas (Joaquim Pinto de Araujo Cintra), o Barão do Socorro (Luiz de Souza Leite), o Visconde de Soutello (Manuel José Gomes), em Amparo; os irmãos Barões de Motta Paes e Camandocaia (José Ribeiro e Joaquim da Motta Paes), em Espirito Santo do Pinhal. Em S. João da Boa Vista, os irmãos Oliveira; em Bragança, o Barão de Itapema (Francisco Alves Cardoso), varios irmãos Silva Leme; em Atibaia, Eleuterio de Araujo Cintra; em Casa Branca, o Barão de Casa Branca (Vicente Ferreira de Silos Pereira), o terceiro Barão do Rio Pardo (Antonio José Correa) o Barão de Mogy Guassú (José Caetano de Lima). Em Descalvado, Pirassinunga, Santa Ritta, S. Cruz dos Palmares e suas redondezas os filhos e genros do Barão de Souza Queiroz (Drs. Francisco, Luiz e Nicolau de Souza Queiroz),

Drs. Manuel B. da Cruz Tamandaré e Francisco de Aguiar de Barros, o Barão de Fonseca (João de Figueiredo Pereira de Barros) o Commendador Antonio A. Monteiro de Barros, o Dr. Martinho Prado, o Coronel José Ferreira de Figueiredo, o Dr. Francisco Leite Ribeiro Guimarães, a Condessa Monteiro de Barros, etc.

A medida que os trilhos da Mogyana iam penetrando no Oeste paulista em demanda da barranca do Rio Grande a grandes areas avassalava o café, extensas superficies de magnifica floresta, onde a rubiacea dava cargas enormes. Vencidos, cerrados e cerradões, afinal, penetrou na enorme "mancha" de Rio Preto um dos mais fortes solos do Universo, talvez, e certamente um dos mais propicios á planta etiope.

O esgalho da direita do tron doa Mogyana encamonhara a via ferrea para districtos de excellentes terras como São José do Rio Pardo e Mococa o da esquerda para São Simão e afinal Ribeirão Preto. O ramal de São José e Mococa é dos ultimos annos do Imperio.

A Mogyana em 1875 detida em Mogy Mirim chegava em 1878 a Casa Branca em 1882 a São Simão. Em 1883 attingia São Sebastião do Ribeirão Preto, que apenas contava vinte e sete annos de existencia, e cujo nome tão depressa se tornaria prestigiosissimo nos fastos cafeeiros do Brasil e do Mundo.

A paroquia de 1870, a villa de 1871, crismada Entre Rios em 1879 voltara a ser Ribeirão Preto em 1881 e passaria a cidade nos ultimos mezes imperiaes. A utilização de seu territorio pelo cafesal teria extraordinaria importancia nos annais da cultura da rubiacea. Alli despontariam enormes fazendas causadoras de geral admiração pelo volume da producção.

Até então ainda não houvera em São Paulo fazendeiros do vulto de certos landlords fluminenses do café como os irmãos Joaquim e José de Souza Breves e os irmãos condes de Nova Friburgo e São Clemente. Cessaria porém o prestigio destes lavradores de grandissimas lavouras mas de pequena producção ante os novos cafesaes do oeste paulista que com muito menor numero de arvores exportavam safras muito maiores.

Um dos grandes pioneiros deste movimento a cujo arrojo se deveu a creação de enormes blocos cafeeiros, compactos, foi o Dr. Martinho Prado Junior (1843-1906). Possuia seu pai, e homonymo grandes terras sobretudo em Araras, onde explorava a grande gleba do Campo Alto, e começara como quase todos os cafesistas de oeste como cannavieiro. Dera-lhe o café muito consideravel fortuna acrescida á do sogro e irmão o Barão de Iguape.

Ao cahir o Imperio as trez maiores fortunas da Provincia, provindas sobretudo do café eram a do Marquez de Trez Rios, a sua e a de José Estanislau do Amaral. Tal a opinião generalizada. Superiormente intelligente, formidavel trabalhador e magnifico organizador, depositando confiança immensa no futuro do café, conhecedor eximio de quanto era attinente á lavoura da rubiacea, corpo e alma entregou-se o Dr. Martinho Prado Junior, á multiplicação de seus cafesaes. Foi certamente por ordem chronologica o primeiro grande cafesista que se abalançou á formação de centenas e centenas de milhares de pés em lavouras de um só bloco depois de rigoroso exame e escolha dos solos, obediente á filosofia do aforisma que gostava de repetir: *se café dá casaca tambem tira a camisa.*

Nas grandes extensões de terras bem feitas do vale de Mogi Guassú, escolheu solos de magnifica productividade e *de um soco* como diz a pittoresca expressão da giria, implantou centenas de milheiros de arvores.

Assim fanatico da excellencia das terras de Ribeirão Prêto de que foi o pioneiro abriu a fazenda Albertina com seiscentos mil cafeeiros. Para o fim do Imperio criou a enorme e magnifica fazenda de Guatapará onde numa gleba de seis mil e tantos alqueires plantou um milhão e quatrocentos mil arvores. Desta enorme propriedade disse observador autorizado que attrahia a admiração de quantos a visitavam pelo acerto e intelligencia da escolha das terras a formação do cafesal, a organização dos serviços, a divisão da lavoura em talhões uniformes, tendo em vista facilitar-se a fiscalização da producção e o aproveitamento das aguas que banhavam o cafesal, a magnifica installação do apparelhamento beneficiador do café etc.

"Sem a menção do nome de Martinho Prado Junior, não se poderia escrever a historia da cultura do café no Brasil escreveu, com o maior acerto, o autor de pequena noticia biographica do grande cafesista. Seu irmão o Conselheiro Antonio Prado tambem se destacou entre os maiores landlords de café do oeste paulista explorando a magnifica fazenda de Santa Veridiana a que visitou Max Leclerc em principios de 1890 admirando-se da sua productividade e da intelligencia de sua exploração por meio do braço europeu recem-immigrado.

Aos dois irmãos coube a mais notavel actuação no incremento da corrente immigratoria sobretudo italiana, para o cafesal do oeste paulista. Eram ambos abolicionistas e se Martinho Prado Junior se mostrou o mais activo talvez dos membros da Sociedade da Immigração de São Paulo, de que fora um dos fundadores, o irmão como Ministro da Agricultura encaminhou vultoso caudal de trabalhadores para o porto de

Santos. Já no periodo republicano os dois irmãos e sua Mãe D. Veridiana Prado, associaram-se para abrir a enorme fazenda de São Martinho onde plantaram um bloco integro de mais de dois milhões de cafeeiros, o maior talvez existente até então, no Universo.

Atrahiram as terras de Ribeirão Preto outros grandes cafesistas ainda no tempo do Imperio, Delas fizeram a mais larga propaganda os irmãos Drs. Luiz e Rodrigo Pereira Barreto. Entre outros notabilizou-se o engenheiro Henrique Dumont, mineiro, homem de notavel intelligencia e descortino e espirito empreendedor como raros, já muito prestigiado pela actuação no centro de sua provincia natal como impulsionador do progresso dos vales do São Francisco e do Rio das Velhas e da mineração do ouro em Gongo Secco em que seu sogro Paula Santos tinha grandes interesses.

A Henrique Dumont, cujo filho seria o glorioso primeiro navegador dos ares, por meio do mais pesado do que o elemento, devem-se a abertura de enorme fazendas em Ribeirão Preto. Deram-lhe notavel fortuna e constituiram depois as propriedades da Companhia Agricola Dumont de tão largo renome nos fastos cafeeiros e adquirida ao cahir do Imperio por uma companhia ingleza e por um milhão de esterlinos. Chegaria a contar mais de 5.000.000 de arvores dando uma média de 400 a 500 mil arrobas.

Houve para as terras desta comarca paulista, lindeira de Minas Geraes enorme affluencia de mineiros, fluminenses e paulistas, uns, transmigrados de suas provincias de origem como muitos Junqueiras, Araujo Carvalho, Meirelles, Leite Ribeiro, etc. tendo deixado terras pastoris ou solos cafeeiros semi-esgotados, outros, paulistas do Norte da Provincia e das zonas já um tanto cansadas, para aquellas terras de Eldorado, virgens, fartissimas, porque o café consoante e proloquio dos velhos cafesistas, exige sobretudo terra nova e fresca. Assim o Conde de Pinhal alli adquiriu as nove fazendas grandes da Companhia Agricola do Ribeirão Preto, numa gleba de cinco mil alqueires onde havia 2.500.000 arvores.

Além de Ribeirão Preto, para o Norte e o Oeste, a abertura de grandes cafesaes já não se daria na era imperial. Havia porém fazendeiros de largas posses adquiridas com a lavoura cafeeira, nestes districtos do antigo caminho de Goyaz, em Batataes, e Franca, districtos afamados pela excellencia dos typos de producção.

Durante alguns decennios seria a zona de Ribeirão Preto a mais afamada terra cafeeira do Brasil e do Universo. Era

a *California do Café* como no tempo se dizia, e para lá se encaminhou o mais notavel *rush* de lavradores.

Passava por impropria á rubiacea por perigosamente gente e em suas centenas de milhares de alqueires abriam-se enormes latifundios de criadores.

Entre elles e com a maior preeminencia, como dos mais antigos povoadores da zona destacava-se o Capitão Luiz Antonio de Souza Diniz, mineiro de S. João d'El Rei que há mais de um seculo, segundo se diz comprou setenta mil alqueires de chão, area quase duas vezes maior do que a do Districto Federal. Elle a adquirira, reza a tradição ainda há pouco referida pelo Dr. Alberto de Araujo Oliveira, (genro de Martinho Prado Junior e grande sabedor das causas da região) mediante uma serie de pagamentos dispares, muito ao sabor do tempo.

Pagara por aquelle grande principado quarenta contos em barras de ouro, trez mil porcos e centenas de bois e cavalos, etc.

Casado com uma senhora Junqueira é o antepassado dos Junqueiras paulistas dos quaes muitos se avantajaram como grandes cafesistas e criadores no Oeste de São Paulo.

Nos derradeiros dias imperiaes estabeleceu-se em Ribeirão Preto um homem modesto, antigo colono do Commendador Luiz Antonio de Souza Barros. Vinte annos mais tarde se veria a testa de quatorze fazendas com dez milhões de arvores produzindo mais de um milhão de arrobas ou duzentas e cincoenta mil saccas. Era elle Francisco Schmidt, em seu tempo cognominado o *Rei do Café* porque realmente chegou a ser o maior productor do grão etiope no Universo.

Não tenho de todo a pretenção de haver arrolado nesta resumida resenha mais do que pequena lista dos grandes cafesistas do oeste de S. Paulo e dos grandes *Landlords da Terra Roxa* de que tanto outrora se falava. Muitos nomes me escaparam mas penso que todos os citados merecem ser incluidos neste rol deficiente.

INDICE ONOMASTICO
DA
HISTORIA DO CAFE'
NO BRASIL

(1) Os algarismos em grifo referem-se á numeração dos diversos tomos da obra.

Indice

CAPITULO LXXVII

CAPITULO LXXVIII

CAPITULO LXXIX

CAPITULO LXXX

CAPITULO LXXXI

CAPITULO LXXXII

CAPITULO LXXXIII

CAPITULO LXXXIV

CAPITULO LXXXV

ANNEXOS